

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais

Rafael Pereira Santos

**DA EXISTÊNCIA ILHADA AO TERRITÓRIO: Estratégias e Trajetórias da
Comunidade de Croatá, MG na Busca de Conquistar seu Território**

**Diamantina
2018**

Rafael Pereira Santos

**DA EXISTÊNCIA ILHADA AO TERRITÓRIO: Estratégias e Trajetórias da
Comunidade de Croatá, MG na Busca de Conquistar seu Território**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Edneila Rodrigues Chaves
Co-orientador: Alan Faber do Nascimento

Data da aprovação: 24/09/18

**Diamantina
2018**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S237e

Santos, Rafael Pereira

Da existência ilhada ao território: estratégias e trajetórias da Comunidade de Croatá, MG na busca de conquistar seu território / Rafael Pereira Santos, 2018.

237 p. : il.

Orientadora: Edneila Rodrigues Chaves

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudo Rurais) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.

1. População sanfranciscana. 2 Territorialidade. 3. Movimento social. 4. Pesca artesanal. 5. Processo – Expropriação – Reapropriação. I. Chaves, Edneila Rodrigues. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 307

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecário Anderson César de Oliveira Silva, CRB6 – 2618

Rafael Pereira Santos

**DA EXISTÊNCIA ILHADA AO TERRITÓRIO: Estratégias e Trajetórias da
Comunidade de Croatá, MG na Busca de Conquistar seu Território**

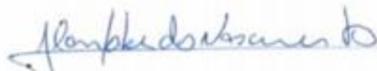
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Edneila Rodrigues Chaves

Co-orientador: Prof. Dr. Alan Nascimento

Data da aprovação : 24/09/2018


Prof.Dr.ª EDNEILA RODRIGUES CHAVES - UFVJM


Prof.Dr. ALAN FABER DO NASCIMENTO - UFVJM


Prof.Dr.ª SILVIA REGINA PAES - UFVJM


Prof.Dr. JURACY MARQUES DOS SANTOS - UNEB


Prof.Dr.ª ANA FLÁVIA ANDRADE DE FIGUEIREDO - UFVJM

**Diamantina
2018**

AGRADECIMENTOS

Ser grato é um gesto que expõe o sentido humano de reconhecer o seu ser/estar em relação aos outros e outras no mundo. Neste sentido, trago à memória todos os meus ancestrais que atravessaram o Oceano Atlântico em condições provavelmente aviltantes e aqui, em outras terras e águas, possibilitaram o meu existir, dando-me a missão de carregar todo este tesouro a ser protegido por mim, por vezes, em vaso de barro.

Ao meu avô e minha avó materno que na postura firme diante da vida estão no prelúdio dos 70 anos de matrimônio. Neles compartilho o zelo dado a minha mãe Rosângela que deu existência a mim e minha irmã Sabrina. Ao meu falecido pai e meu padraсто Alberto pelo zelo frater-paternal.

A todos e todas trabalhadores (as) da UFVJM que buscam cumprir o seu papel de colaboradores para socialização dos saberes dentre eles as professoras Ana Flávia, Silvia Paes e Aline que contribuíram na banca de qualificação deste trabalho. De modo especial ao Alan Nascimento pela orientação: sincera, atenta, pontual, respeitosa e munida de trato pedagógico e provocações necessárias, que foram transpassadas pelo crivo construtivista da autonomia.

A Comunidade Quilombola e Pesqueira de Croatá, em Januária -MG que foi o lugar onde me acolheram como pesquisador com ternura e cuidado, por vezes, possibilitando que eu, enquanto pesquisador, pudesse almejar conhecê-los no justo equilíbrio entre o pensar e sentir, grato pela simpatia.

A Roberta Alves pela partilha dos saberes e pela convivência fecunda, sou grato pelo teu afeto.

Aos colegas de mestrado, especialmente, Marcos, Márcia, Vitor, Cleber e Edvaldo e os demais. Obrigado pela convivência.

Aos diversos parceiros da Comunidade de Croatá: CPP Nacional, CPP Minas, especialmente, Janaína, Laís e as freiras Letícia e Neusa. Grato pela convivência e disponibilidade dos meios de pesquisa para a construção deste trabalho. À Nova Cartografia Social nas pessoas de Juracy Marques e Alzení Freitas. Também a CNBB, NIISA-Unimontes e outros órgãos internacionais que contribuíram direta e indiretamente para este trabalho e para a comunidade.

Aos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil que, por meio da Bolsa Institucional da UFVJM, possibilitaram as condições materiais necessárias à realização desta pesquisa.

A todos vocês minha sincera gratidão!

“Que o homem seja livre.
Que a justiça sobreviva” (Ivan Lins).

Às gentes das águas e terras crescentes do
Sertão Sanfranciscano”

RESUMO

A dinâmica territorial experienciada e engendrada pelos sujeitos sociais coletivos da Comunidade Quilombola, Pesqueira e Vazanteira de Croatá, em Januária - MG, constitui o escopo investigativo desta pesquisa. Nesta perspectiva, investiga-se os processos de apropriação-expropriação-reapropriação do território, abordando as territorialidades nos múltiplos lugares etnográficos que compõem o território da comunidade, às margens do rio São Francisco. Os processos sociais de expropriação instituído pelo desenvolvimentismo na década de 1970 materializou-se na restrição da terra, água e na violência contra a comunidade. Frente a esta experiência e outras ameaças existentes, estes sujeitos têm emergido aglutinados e configurando processos de intensa resistência, demonstrando o seu projeto instituinte ao defender e garantir a apropriação física, simbólica e a reprodução da vida a partir de sua organização étnica quilombola que se associa a uma política de identidade pesqueira e vazanteira, por eles anunciadas. A partir da abordagem etnográfica esta pesquisa desenvolve uma interpretação densa e compartilhada viabilizada pelas incursões de campo na comunidade e em outros ambientes de articulação política compreendidos como espaços de exercício de sua territorialidade. Os resultados das análises apontam para um processo de reprodução social territorializante na interface da expropriação pela formação de fazendas sobre as terras tradicionalmente ocupadas. A emergência destes sujeitos coletivos tradicionais tem protagonizado processos de articulação em sua múltipla/indivisa identidade: pesqueira-quilombola-vazanteira cujo modo de vida está imerso nas dinâmicas ambientais do rio São Francisco. A posse sobre o território se dá a partir das práticas de sociabilidades em rituais de instituição que institui, autentica e atualiza a posse em comum no grupo de interconhecimento pela nomeação e apropriação pelo trabalho. As territorialidades exercidas em vista da ampliação do território pelos comunitários são construídas pelo engajamento no projeto instituinte de territorialização do Movimento de Pescadores (as) do Brasil. Tal engajamento tem colocado em questão, na esfera da insitucionalidade, o desvelamento das relações de poder no conflito entre a comunidade e as empresas rurais no cotidiano e nos órgãos de Estado direito, seja pela sua ação ou inação deste último.

Palavras-Chave: população sanfranciscana; territorialidade; movimento social; pesca artesanal; processo de expropriação e reapropriação.

ABSTRACT

The territorial dynamics experienced and engendered by the collective social subjects of the Comunidade Quilombola, Pesqueira e vazanteira de Croatá, in Januária - MG, constitutes the investigative scope of this research. In this perspective, the processes of appropriation-expropriation-re-appropriation of the territory are investigated, addressing the territorialities in the multiple ethnographic sites that make up the territory of the community, on the banks of the São Francisco river. The social processes of expropriation instituted by developmentalism in the 1970 materialized in the restriction of land, water and violence against the community. Faced with this experience and other existing threats, these subjects have emerged agglutinated and configuring processes of intense resistance, demonstrating their institutional project by defending and securing the physical, symbolic and reproduction of life from their ethnic quilombola organization that is associated to a policy of fishing and vazanteira identity, which they announced. From the ethnographic approach this research develops a dense and shared interpretation made feasible by the field incursions in the community and in other political articulation environments understood as spaces of exercise of its territoriality. The results of the analyzes point to a process of territorializing social reproduction in the interface of expropriation by the formation of farms over traditionally occupied lands. The emergence of these traditional collective subjects has involved processes of articulation in their multiple / undivided identity: fishing-quilombola-vazanteira whose way of life is immersed in the environmental dynamics of the São Francisco river. Ownership over territory takes place from the practices of sociability in institutional rituals that establishes, authenticates and updates the common possession in the group of inter-knowledge through appointment and appropriation by work. The territorialities exercised in view of the expansion of the territory by the community are built by the engagement in the project of territorialisation of the Movimento dos Pescadoras (as) do Brasil. Such engagement has put in question, in the sphere of insitutionality, the unveiling of power relations in the conflict between the community and the rural enterprises in the daily and in the organs of Right State, either by their action or inaction of the latter.

Keywords: sanfranciscana population; territoriality; social movement; artisanal fishing; process of expropriation and reappropriation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras 1, 2: Mutirão de ponte e sistema de captação/distribuição de água.....	77
Figuras 3, 4: Mutirão da casa de farinha e de captação/distribuição de água.....	77
Figuras 5, 6: Mutirão de produção de farinha e finalização do sistema de água.....	78
Figuras 7, 8: Finalização do mutirão do sistema de água com lance coletivo.....	78
Figura 9: construção do último mata-burro.....	112
Figura 10: Ocupação territorial.....	112
Figura 11: “Negociação da reintegração de posse”.....	113
Figuras 12 e 13: Adolescentes indo para escola e moradora da comunidade.....	116
Figura 14: Serra de Chico Macaco, um dos limites do território de Croatá na parte alta.....	118
Figura 15: Serra Itapiraçaba - limite do território ampliado das comunidades.....	119
Figura 16: Pescadores de Croatá na votação da ADI 3239.....	126
Figuras 17 e 18: comunitários de Croatá em roda de batuque.....	128
Figuras 19 e 20: Nego D'água e cemitério antigo do território de Croatá.....	129
Figuras 21 e 22: Finalização da cartografia social pelos comunitários.....	132
Figura 23: Construção de etnomapa/croqui do território antigo e atual.....	132
Figura 24: Construção do etnomapa.....	140
Figura 25: Participantes/contrutores da Cartografia Social.....	140
Figura 26: Etnomapa da Comunidade de Croatá.....	141
Figuras 27, 28, 29 e 30: Pescadores de Croatá.....	148
Figura 31: Vazante da Comunidade de Croatá.....	160
Figura 32: Cultivo de feijão no “baixão” de seu Euclides.....	161
Figura 33: Lagoa Cumprida no período de seca.....	170
Figuras: 34 e 35: Ponte sobre o rio Ipueira na Cheia e na seca.....	170
Figuras 36 e 37: Bibi confeccionando sua rede e dona Maria colhendo no.....	174
Figuras 38 e 39: Casa de família extensa.....	174
Figuras 40, 41: Moradores de Croatá.....	174
Figura 42: Casa de moradora de Croatá.....	175
Figura 43 e 44: Mulheres de Croatá.....	175
Figura 45: Mata.....	177
Figura 46: Coleta de cipó lagartixa para construir armadilha de pesca colfo/samburá.....	177
Figura 47: Terno de Reis de Croatá e Sangradouro Grande.....	178
Figura 18: Comunidade de Croatá e da BA com pauta no INCRA/Brasília.....	191
Figura 49: Comunidades de Croatá e da Bahia reunindo com presidente da Palmares.....	191
Figura 50: Moradora de Croatá na defesa da comunidade no SESC.....	192
Figura 51: Representantes de comunidades e assessorias para o PL na Unimontes.....	192
Figura 52 Comunidades com assessorias em direito discutindo o PL, em Januária.....	192
Figura 53: Lideranças de pescadores de Minas no FAMA.....	193
Figura 54: Audiência dos pescadores de MG na Comissão de Direitos Humanos.....	198
Figuras 55 e 56: Ato contra o cancelamento de audiências públicas da SPU.....	201

Figura 57 Visita de órgãos de regularização de direitos humanos e defensores públicos.....	207
Figura 58: Moradora de Croatá fazendo defesa da comunidade.....	207
Mapa 1: Bacia do São Francisco.....	9
Mapa 2: Cidades do rio São Francisco em Minas com maior incidência de pesca.....	10
Mapa 3: Comunidades quilombolas norte mineiras com laços de parentesco com Croatá.....	35
Mapa 4: Área de domínio da União em que se encontra a comunidade de Croatá.....	111
Mapa 5: Mapa da comunidade Quilombola, Pesqueira e Vazanteira de Croatá.....	144
Mapa 1: Ciclo de cheias e vazantes do rio São Francisco na comunidade de Croatá.....	169
Gráfico 1: Produção de pescado nacional (marinha e continental) de 1950-2010.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Operação da barragem de Três Marias entre 2014-2017.....	50
Tabela 2: Espécies de peixes comerciais com possibilidades ou não de reprodução em cativeiro.....	52
Tabela 3: Relação dos pescadores (as) do Brasil com a agricultura.....	57
Tabela 4: Pesca artesanal no Brasil e relação institucional entre os anos de 1500 – 2018.....	60
Tabela 5: Processos em que o fazendeiro está envolvido em 2ª Instância.....	114
Tabela 6: Saberes ecológicos do rio em relação à captura do pescado.....	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG - Assembleia Legislativa de Minas Gerais
BHSF - Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CBHSF - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CDRU - Concessão do Direito Real de Uso
CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CNBB - Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil
CODEVASF - Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco
CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores
CPT - Comissão Pastoral da Terra
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FCP - Fundação Cultural Palmares
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LCP - Movimento dos Camponeses Pobres do Norte de Minas
MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
MPF - Ministério Público Federal
MPP - Movimento dos Pescadores Artesanais do Brasil
NIISA - Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico
PROVÁRZEAS - Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis
RGP - Registro Geral da Pesca
RURALMINAS - Fundação Rural Mineira
SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEDA - Secretária de Desenvolvimento Agrário
SPU - Secretaria do Patrimônio da União
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TAUS - Termo de Autorização de Uso Sustentável

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO I - DE GENTES, ÁGUA E TERRA	15
1.1 A Comunidade Tradicional	15
1.2 Caminho Metodológico: a primeira navegação.....	23
1.3 O horizonte negro dos povos e comunidades tradicionais do Sertão Sanfranciscano.	24
1.4 “O rio faz e desfaz e a gente acompanha na pesca e na vazante”: uma pedra no meio do rio des- envolvendo um povo.....	37
1.5 A vida é mutirão: os mutirões como dinamizadores de “uma <i>economia</i> invisível” na comunidade de Croatá.....	63
CAPÍTULO II - AS TEMPORALIDADES EXPROPRIATÓRIA REAPROPRIATÓRIA VIVENCIADA NO TERRITÓRIO PESQUEIRO E QUILOMBOLA DE CROATÁ.....	83
2.1. Do tempo do Croatá velho ao tempo da formação da fazenda: a diáspora para Ilha de Pedro Preto. .	83
2.2 As dinâmicas de reapropriação do território: “a gente volta atrás do rastro onde tudo começou”.....	97
2.3. Por ser de quilombo e também pescador.....	120
2.4 O Caminho Metodológico: a segunda navegação.....	130
2.5 O território de Croatá: “uma cosmografia do modo de apossear dos lugares secos e molhados”	133
2.6 Cartoetnografando o território de Croatá.....	136
2.6.1. <i>No e com o rio: territorialidades e sociabilidades</i>	145
CAPÍTULO III – COMO AS ÁGUAS DO RIO, A VIDA É MOVIMENTO.....	181
3.1 – Pesca e movimento: “a defesa do território que os caminhos das águas ensinam”.....	181
3.2 Caminho metodológico: a terceira navegação	188
3.3 – O movimento dos pescadores por terra e água em campanha pelos territórios pesqueiros: “Cerca nas águas e na terra derrubar”!	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	213

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	220
ANEXOS:	234
Anexo A: Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE).....	234
Anexo B: Lista de Entrevistados (as)	236
Anexo C: Mapa de Fluxo do Pesquisador	237

INTRODUÇÃO

As palavras nem sempre dão conta de dizer tudo, ao contrário, se assim fosse, era o bastante dizê-la e toda a realidade que ela nomeia estaria abarcada e desvelada. Por dizer sobre fenômenos em estado de constante devir e não se limitar à etimologia, está exposta à construção social para além de si mesma e a sua própria oposição, podendo dizer tudo e ou concomitantemente nada, mas antes de tudo, coloca o sentido da missão das ciências sociais como uma construção dinâmica e contínua construída por homens e mulheres em suas epistemes-práxis.

Esta pesquisa foi desenvolvida vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais-PPGER da UFVJM. Esta pesquisa dissertativa tem como sujeitos de pesquisa a comunidade quilombola, pesqueira e vazanteira de Croatá, tendo como objetivo, analisar a dinâmica territorial que emerge nas múltiplas intencionalidades em confronto: os interesses do capital enquanto agente expropriador, a intencionalidade do Estado enquanto concessor dos incentivos fiscais da década de 1970 que promoveu a inserção do Norte de Minas na divisão internacional do trabalho e, por último, o modo de vida forjado nas margens do “Velho Chico” pelas populações tradicionais: pesqueiros (as), vazanteiros (as) e quilombolas.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em investigar as dinâmicas territoriais da comunidade quilombola pesqueira e vazanteira de Croatá, em Januária-MG. Para tanto, optamos por três objetivos específicos: analisar o processo de ocupação tradicional e expropriação territorial da comunidade de Croatá através da caracterização do território numa abordagem metodológica da Nova Cartografia Social; interpretar o modo de vida tradicional da comunidade expressos nas identidades quilombola, pesqueira e vazanteira e, por último, e não menos importante, descrever as territorialidades explicitadas na ação política da comunidade junto a sociedade envolvente nos diversos espaços de âmbito comunitário, regional e nacional.

Convém explicitar que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa-CEP, com parecer favorável 2.199.504, em 03 de agosto de 2017. A metodologia utilizada nesta pesquisa tem como fulcro central, a pesquisa etnográfica, isto é, a descrição/interpretação densa proposta por Geertz (2015) resultante das observações e entrevistas advindas das incursões a campo no território da comunidade de Croatá e em outros

ambientes de participação dos pescadores-quilombolas de Croatá que configuram a sociodinâmica destes sujeitos no tempo e no espaço. Ao longo da pesquisa e dimensionando dos seus objetivos, achou-se conveniente desenvolver a metodologia entremeada no interior de cada capítulo

A sociodinâmica resultante da relação rio e povo, inclusive, a dinâmica das águas e o curso do rio foi absorvida como uma estratégia metodológica no desenvolvimento da pesquisa. Por isso, na abordagem do processo da sobreposição desenvolvimentista, em relação ao modo de vida da comunidade, sobre a dinâmica da água e a posse tradicional do território, foi problematizado, notadamente, como se davam as interferências sobre as práticas de sociabilidades e restrições dos diversos lugares influenciados ou não pela dinâmica do rio São Francisco. Para tanto, as técnicas da cartografia social propostas por Almeida (2013) foram de suma importância para entender esse processo. Neste sentido, os próprios comunitários realizaram a sua cartografia social, o que possibilitou experimentar os diversos lugares de ocupação antiga e atual, as dinâmicas do rio, as interferências do afazendamento sobre o território tradicional, e, por isso mesmo, descrevemos, organizamos e fizemos análises de conteúdo sobre o modo de vida e a ocupação tradicional do território dos comunitários.

A coleta de dados dessa pesquisa se deu por meio dos instrumentos: caderno de campo nas observações dentro e fora da comunidade (espaços onde a pauta dos comunitários era a regularização territorial) e observações de campo com aplicação de roteiros de entrevista semiestruturados no cotidiano da comunidade. Apoiando em Gerhardt e Silveira (2009) na execução desta pesquisa, colocou-se em questão a interpretação dos fenômenos e significados advindos das observações e aplicação do roteiro de entrevista acionando em complementariedade, a interdisciplinaridade dos saberes advindos da Antropologia, Geografia, História e Sociologia. O material coletado passou por um processo de sistematização/análise buscando, assim, observar as tendências ou não que pudessem levar a inferências que contribuíssem para a problematização e abstração da realidade de modo que orientasse ter uma visão para além do explícito. Em um segundo momento, foram construídas unidades de análise do material coletado no campo-leituras correlatas ao objetivo da pesquisa, no intuito de qualificar a construção das unidades de análises temáticas. Por último, foram categorizados e subcategorizados os dados observando lógicas de agrupamento e diferenciação de acordo com cada gênero, posteriormente, confrontados com as leituras que possibilitaram a feitura dissertação.

A cartografia social possibilitou materializar os processos de expropriação e reapropriação territorial experimentados e presentes nas proposições discursivas dos sujeitos de pesquisa. Indubitavelmente que, o exercício da territorialidade dos comunitários nos diversos lugares do território foram os elementos analisados, uma vez, que eles evidenciam as razões da organicidade e pautas demandadas enquanto sujeitos coletivos de direitos em defesa de seu território em estado de conflito em múltiplos espaços de decisão. Os fluxos realizados na comunidade e nos distintos espaços e âmbitos de decisões, em boa medida, também foram trilhados pelo pesquisador que procurou estar atento às relações construídas no conflito e nas cosmografias daquele povo naquele lugar, uma vez, que esta última, sustenta o motivo de defesa. Para tanto, esta pesquisa se apoiou na ideia do mapa enquanto descobridor de caminhos de Ingold (2005). Para este, o ambiente como um todo não se abarca na passagem míope do local para um perspectivismo em que o global abarca o todo, mas na passagem de um caminho para outro em um contínuo de variáveis. E, nos caminhos, entre estas variáveis, nos fluxos geraram o lócus de construção do conhecimento do pesquisador.

A observação da Comunidade de Croatá enquanto campo de pesquisa, Como será possível observar a comunidade de Croatá enquanto campo de pesquisa, não foi utilizada como fim em si mesma, ao contrário, foram realizadas observações de campo itinerante em cartórios locais, audiências, reuniões, articulações e presenças desta em eventos em: Buritizeiro, Januária, Montes Claros, Belo Horizonte em MG e Brasília-DF e nos diversos órgãos e instâncias acionadas em que a mesma buscava do reconhecimento e garantia do seu território tradicional ocupado.

A comunidade de Croatá é uma comunidade do campo. Encontra-se a 5 km da cidade de Januária, no Norte de Minas de MG. A comunidade faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (região conhecida e nomeada por sertão Sanfranciscano ou sertão roseano tendo como referência a literatura do escritor, Guimarães Rosa), especificamente, localizada na margem esquerda do rio a jusante da nascente na Serra da Canastra, que se encontra no município de São Roque de Minas. A comunidade se localizada entre dois rios, respectivamente, o rio São Francisco (rio maior) e o rio Ipueira (rio menor – trecho de floresta com água estagnada resultante do transbordo de outro rio), interagindo socialmente com as dinâmicas hidrológicas destes dois importantes rios, sendo que a foz do rio Ipueira encontra-se dentro da comunidade.

Até 2012, os pescadores-vazanteiros-quilombolas da comunidade de Croatá se encontravam invisibilizados em uma pequena Ilha que, anualmente era alagada e foi nomeada

por eles de Ilha de Pedro Preto. Esta ilha situa-se a margem e faz parte do território de Croatá, estando atrás do imponente Parque de Exposição Astério Itabayana. Astério Itabayana foi o sujeito que se afazendou sobre as terras tradicionalmente ocupadas pela comunidade de Croatá, na década 70. Esta área, hodiernamente, é reclamada pelos comunitários. Cabe registrar também, que uma pequena parte do grupo morava em um bairro da periferia de Januária (também alagável nas cheias do rio) exercendo a pesca e agricultura de vazante nos trechos do território de Croatá.

O rio São Francisco é popularmente conhecido como rio da integração nacional ou o Velho Chico. Nas últimas décadas, o rio tem passado por processos crescentes de degradação ambiental pela implantação de projetos desenvolvimentistas da iniciativa privada e estatal, o que não somente contrasta com o modo de vida das comunidades e populações tradicionais, mas gerou e tem gerado conflitos pela expropriação territorial nas referidas comunidades. A bacia hidrográfica do Velho Chico banha os estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, além do Distrito Federal. O rio transpassa a própria vida dos moradores e os biomas do cerrado, caatinga e mata atlântica, unindo o Nordeste ao Sudeste e o mar ao sertão, como se pode observar na figura 01 e 02. A sua extensão de 2700 km, é subdividida entre Alto, Médio, Submédio e Baixo.



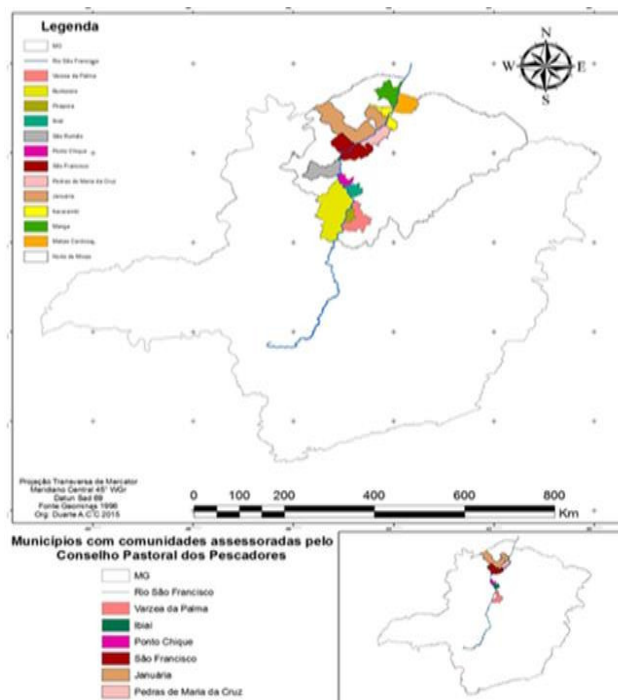
Mapa 1: Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Arquivo do São Franciscobio, 2018¹

A comunidade tem protagonizado um processo de territorialização que tem se fortalecido a partir do Lançamento da Campanha pelos Territórios Pesqueiros em 2012. A campanha almeja propor um projeto de lei de iniciativa popular, por meio da coleta de 1% de assinaturas do eleitorado brasileiro, sendo esta, a condição necessária para que se possa propô-la junto ao congresso e senado brasileiro. Entretanto, a campanha tem sido efetivada com ações concretas de defesa dos territórios pesqueiros ameaçados ou expropriados pelo capital, como é o caso Croatá.

Em linhas gerais estas são as questões que chamaram a atenção para que se fosse feita a escolha da comunidade para serem os sujeitos desta pesquisa. Soma-se a isso, o fato de o pesquisador ter tido conhecimento prévio da comunidade, em boa medida, por ter sido educador social vinculado ao Conselho Pastoral dos Pescadores de MG, em 9 comunidades em 8 cidades ao longo do “Velho Chico”. Tal experiência conforme o mapa abaixo, se deu entre março de 2014 a dezembro de 2016, uma vez que a comunidade de Croatá faz parte do circuito onde, não somente, se encontra um dos trechos de maior incidência de pescadores

¹Disponível em: <http://www.sfrancisco.bio.br/html/imagens/bsf.jpg>. Acesso em 10 de agosto de 2018.

artesanais ao longo do rio São Francisco no Norte de Minas, como também a maioria da comunidade se identifica como pescadores e quilombolas.



Mapa 2: Cidades do rio São Francisco em Minas com maior incidência de pesca: Arq: CPP-MG, 2018.

Ademais, o pesquisador teve a experiência de participar como membro da equipe de pesquisa do “Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)” na comunidade de Croatá e em outras três comunidades durante o ano 2016 até o início de 2018. As outras duas comunidades têm laços de parentesco e histórico de expropriação e reapropriação aproximativos ao da comunidade de Croatá nos municípios de Januária e Pedras de Maria da Cruz. Enquanto pesquisador, a comunidade relaciona-se ao contexto de vivência junto às Pastorais Sociais do Campo, e, em um segundo momento, por ter experienciado o mundo rural enquanto foco formativo, razão que foi motivação para cursar Educação do Campo, seguida de experiência de 3 anos no magistério em duas Escolas Famílias Agrícolas no Vale do Jequitinhonha em MG.

Na percepção de Castoriadis (1989), o pesquisador tem um papel conjuntural e temporal que é colocar em questão os riscos graves advindos de suas análises. Se a construção científica circulante é associada a sistemas de poder que a reproduz e regula convém explicitar que ela está entremeada a distintas proposições pautadas pelo regime político,

econômico e institucional que intenta fazer emergir desta um tipo de reprodução de “verdade”. Daí também emerge o papel do pesquisador que almeja dedicar à produção do conhecimento, enquanto uma busca de opor às formas de produção de controle e poder onde este é objeto e “instrumento no horizonte do saber, “da verdade” e da consciência do discurso” (FOCAULT, 1979, p.71). Deste modo, toda a investigação e produção do conhecimento seja ela científica ou ideológica se constrói na relação de poder e por isso se depreende que “o saber não é destituído de intencionalidade, todo saber é político” (MACHADO, 1979, p. 23) e um dos momentos de sua descaracterização da função ética do saber pode ser encontrado na medida em que ele é apropriado e está a serviço dos instrumentos de dominação.

Ao longo da pesquisa foram feitas algumas opções pedagógicas no intuito de alinhar o entendimento e melhor desenvolvê-la. As contribuições da banca de qualificação foram importantes. Tais contribuições foram analisadas, e, em boa medida, especialmente no que tange às indicações bibliográficas, ampliação do desenvolvimento da metodologia e outros indicativos correlatos às questões de esclarecimentos foram importantes e acolhidas enquanto proposições que possibilitaram o melhor aprofundamento e alinhamento no processo de conclusão desta pesquisa, outras poucas não. Entre outras razões, as opções em negritos são grifos do pesquisador para dar relevância ou chamar atenção do leitor. A expressão “recurso natural” ao longo do texto está em relação ao modo de apropriação capitalista que restringem ou tornam mercadoria a terra, água e a biodiversidade como um todo, colocando em risco o modo de vida das populações sanfranciscanas. O termo, lugar, desenvolvido no segundo capítulo não é uma mera posição ou categoria da geografia, mas é tratado como um lugar etnográfico. Esta reflexão embasa na ideia de lugar que “está melhor conceituado com a ideia de localidade que se refere ao cenário físico da etnicidade sociosituada geograficamente” (Antony Giddens 1991 p. 43), para além de uma coordenada geográfica.

A escrita, no seu todo, está desenvolvida na terceira pessoa do singular. Outrossim, com menor incidência, em momentos específicos foram feitas opções de escrita em primeira pessoa do plural. Esta opção última surge para tratar de reflexões compartilhadas entre pesquisador e sujeitos de pesquisa. Este entendimento adotado não é subterfúgio para imprecisar ou dirimir a responsabilidade do pesquisador neste trabalho dissertativo. Este entendimento na pesquisa está apoiado no filósofo Buber (1974) que defende que toda relação entre o Eu-Tu é condição necessária para se pensar a efetividade dialógica entre os humanos. Tal relação só se torna autêntica no reconhecimento do outro que confere a possibilidade de

ser um Nós. Esse nós, que, por vezes emerge é o lugar de enunciação do pesquisador, enquanto lugar social compartilhado e experienciado em relação aos comunitários.

A dissertação está estruturada em três capítulos. A construção do primeiro reflete sobre a noção de comunidade tradicional enquanto lugar onde se encontra significativa parcela dos “expropriáveis” em conformidade com Brandão (2012, 2015, 2014). Sem esquivar ao diálogo com pensadores da sociologia camponesa apontamos para as interfaces, inerências e correlações e a afirmação de um projeto de identidade como marco da organização das comunidades tradicionais nas últimas décadas. A partir de uma investigação sócio-antropológica buscamos refletir a busca pela invisibilidade enquanto estratégia de resistência das comunidades negras do sertão Sanfranciscanos nos cursos de água, embrenhando-se nas matas da Jayba na Bacia do rio Verde Grande² com alta incidência de malária. Conforme salienta Costa (2005) a busca pela invisibilidade propiciou que tais comunidades negras construíssem relações sociais expressas nos laços de parentesco em casamentos também exogâmicos, autonomia relativa, práticas de reciprocidade, dentre outros. A suposta “invisibilidade”, todavia, será dissolvida na medida que o avanço do processo desenvolvimentista da década de 1970, fomentado pelo Estado, for inserindo tais terras no modo de produção tipicamente capitalista, com destaque à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), temporalidade esta, em que a água-terra foi sendo submetidas a lógica da regionalização do capital tornando tais sujeitos expropriados pelos projetos desenvolvimentistas, alterando assim, as formas de apropriação e uso da biodiversidade do rio e margens do “Velho Chico”. Adentrando mais especificamente na comunidade, no contexto atual, buscamos investigar as práticas de sociabilidades e reciprocidades a partir de autores que refletem a economia local, que não é autárquica, mas que também não se dilui no capitalismo vulgar.

No segundo capítulo, reflete-se a expropriação e reapropriação territorial a partir da noção de terras tradicionalmente ocupadas e os conflitos em que a comunidade se insere com

² A localização geográfica do Vale do rio Verde Grande corta a região norte mineira no sentido sul/norte desde Montes Claros até a divisa com a Bahia, entre o ribeirão Arapuim e o referido rio Verde Grande quando deságua no rio São Francisco. A bacia do referido curso de água situa-se numa área de transição entre os biomas cerrado, caatinga e floresta tropical úmida, esta, ao longo das margens do rio São Francisco. No vale do mesmo rio ocorreu uma floresta de caatinga arbórea com milhares de pequenas lagoas formadas a partir do assoreamento de dolinas que surgem da ruptura de tetos de cavernas existentes no sedimento calcáreo que recobre toda a região. Há que considerar o clima tropical com média anual em torno de 32° graus e média pluviométrica em torno dos 900 mm anuais. Essas condições ambientais propiciaram a existência de endemia de malária que afastou a população branca e indígena do interior do vale do rio Verde Grande e, como terra de ninguém ou terra que ninguém queria, os negros fugitivos da escravidão no período colonial e imperial escolheram para situar-se com liberdade e autonomia de vida (COSTA, 2008, p. 1).

um complexo de fazendas que a expropriara, portanto, colocando as terras tradicionalmente ocupadas em um modo de produção capitalista que expropria para se apropriar das terras de uso comum. Buscou-se descrever densamente as formas de apropriação da natureza e as sociodinâmicas nas vazantes, lagoas, ilhas, baixões, rio, quintais, morro e mata, apontando para as práticas de sociabilidade construídas nestes lugares que é expressão da cosmografia do modo de vida pesqueiro e vazanteiro em diálogo com a vazão ecológica do rio. Adentrou-se também na noção de quilombo para além de uma “unidade imutável ou congelada”, dando relevância para a organização social dos comunitários.

No terceiro capítulo é suscitada a questão das intensas mobilizações, resistências e lutas sociais da Comunidade de Croatá nos diversos lugares (dentro e fora da comunidade), enquanto sujeitos de direitos, em sua busca de fortalecer a sua passagem da condição de ilhado para a consolidação da manutenção do seu território tradicionalmente ocupado. Neste sentido, foi possível observar e analisar como os diferentes órgãos de regularização do Estado se ajustam ou se recrudescem fragmentando ou burocratizando as demandas de um território quilombola-pesqueiro e vazanteiro. No contexto dos conflitos travados a pesquisa se construiu a partir da prática etnográfica itinerante, o que possibilitou chegar a um viés mais amplo do conflito no contexto da pesquisa. A pesquisa etnográfica multilocalizada apoiou-se em Marcus (1991) que propõe a multilocalização da pesquisa etnográfica na contemporaneidade como uma possibilidade para se debruçar sobre as diversas dimensões da realidade social em que se alicerçam os diversos processos em que a vida dos sujeitos são decididas para além do seu lugar.

Deste modo, foi possível investigar como os grupos de produtores rurais e os povos e comunidades tradicionais, em âmbito regional, iam configurando o conflito no território sanfranciscano. A corrida dos representantes dos produtores rurais aos órgãos fundiários para que não fossem realizadas ações ou procedimentos de demarcação das áreas da União para pescadores, vazanteiros, quilombolas e camponeses no Norte de Minas é uma expressão da base que sustenta a propriedade privada no Norte de Minas. Ainda que a propriedade seja legitimada e sacralizada, no caso de Croatá, está se configurou sobre a expropriação das terras tradicionalmente ocupadas da Comunidade e em áreas de domínio da União. Este paradoxo da sacralidade da propriedade e o direito da comunidade às suas terras tradicionalmente ocupadas, também áreas da União, apontam dimensões das tensões entre produtores rurais e comunidades tradicionais do Norte de Minas junto aos diversos órgãos do Estado.

A comunidade de Croatá neste polo de tensão tem construído processos de territorialização na afirmação da identidade quilombola e pesqueira organizada enquanto Movimento de Pescadores (as) do Brasil (MPP) que é resultante da reformulação do Monape, cujo distintivo do MPP repousa na sua bandeira contra a acumulação do capital via expropriação dos pescadores (as). No imaginário da comunidade foi possível observar como a defesa do caminho das águas do rio se interconectam ao exercício da defesa territorial a partir de movimento social na pesca. E, em se tratando de movimento social na pesca, foi perceptível, a partir da literatura, atestar a invisibilidade histórica dos pescadores (as), não obstante, seus feitos e a permanência de sua marginalidade em relação a outros movimentos sociais na década de 1980. Enfim, daqui em diante investigar-se-á este grupo negro, pescador e vazanteiro do sertão sanfranciscano que se territorializa no seu território e constrói seu lugar de enunciação em outros espaços instituídos ao defender o seu território quilombola-pesqueiro ampliado.

CAPÍTULO I - DE GENTES, ÁGUA E TERRA

1.1 A Comunidade Tradicional

A noção de comunidade tradicional³ está permeada de diversas contribuições de pesquisadores e pesquisadoras que laboriosamente se debruçaram sobre o conceito, tendo, inclusive, o Sertão Norte mineiro⁴ como referência para desenvolver e construir suas análises que se associam a uma discussão ainda bastante intensa e relativamente nova, que está em curso em nível de país. Dentre os tantos, citamos alguns, a exemplo de Brandão (2012, 2015), Costa (1997, 1999) e Costa Filho (2013), que analisam esta temática. Concordamos com Brandão (2012) ao afirmar que muitos desses outros autores tratam populações tradicionais como sinonímia de comunidade tradicional.

O entendimento de comunidades tradicionais para Costa Filho *et al* (2013), e Diegues⁵ (1999) refere-se a grupos com culturas diferenciadas, possuidoras de modos de vida e cooperação social próprias (mais ou menos isolados), que mantêm relações específicas com o território e o ambiente em que estes estão inseridos ainda que temporariamente. Os conflitos⁶ vivenciados em comunidades tradicionais, na percepção de Costa Filho (2016) são meramente contingenciais e não estruturantes no *modus operandi* das comunidades tradicionais.

Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os **sítiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais**, os grupos extrativistas e indígenas. Exemplos empíricos de populações não-tradicionais são os fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos (...). (DIEGUES, 1999, p. 22).

Brandão (2012, 2015) possibilita reforçar e alargar o horizonte de entendimento sobre os elementos diacríticos que dizem respeito à comunidade tradicional a partir de “novos qualificadores” levando em consideração suas abordagens e pesquisas que tematizam o

³ An ideia de comunidade emerge de maneira mais intensa a partir da formação das Comunidades Eclesiais de Base - CEB's que foram fortalecidas pelas Teologia da Libertação, que por sua vez emerge da abertura do Concílio Vaticano II realizado entre os anos de 1963 e 1965 que permitiu que as Igrejas locais organizassem a interpretação da bíblia a partir de suas realidades e culturas.

⁴ O Sertão do Norte de Minas será discutido com mais aprofundamento no próximo tópico.

⁵ A noção de sociedade tradicional construída por Diegues e Arruda (2001 p. 62) elenca a diferenciação cultural, cujo modo de vida se dá relativamente isolado, conjugando as relações de cooperação social entre estes sujeitos sociais que compõem esses grupos a partir de relações próprias com a natureza.

⁶ COSTA FILHO, A. Mínicurso: Direitos Fundamentais dos Povos e Comunidades Tradicionais, Buritizeiro, 2016.

Sertão⁷ Norte mineiro, contribuindo assim com a sistematização construída por Costa Filho (2013) e Diegues (1999) seja a partir de acréscimos e de possíveis exclusões de alguns qualificantes já construídos. Dentre os elementos que marcam o ser comunidade tradicional no Norte de Minas, reafirma-se, a partir de Brandão (2012) o conflito como algo inerente as vivências das diversas populações aqui nomeadas e tratadas pluralmente como cultura sertaneja, cultura vazanteira, cultura pesqueira, cultura norte mineira, cultura quilombola e de maneira ainda estranha, as culturas híbridas.

Tais diversidades de povos e comunidades partilham elementos comuns ainda que se diferenciem, mas, antes de tudo, revela um horizonte aberto, frente a ausência “consensual” do que seja o “tradicional”, o que não inviabiliza destacar os qualificantes comuns das comunidades tradicionais:

- a) Dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna **território coletivo** pela **transformação da natureza, por meio do trabalho** de seus fundadores que nele se instalaram;
- b) Um **saber** peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente;
- c) Uma **relativa autonomia** para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social, articulada com ‘o mundo de fora’ ainda que quase invisíveis;
- d) O **reconhecimento de si** como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral;
- e) **Á atualização da memória da história e de lutas e de resistências** no passado e no presente que permanecem no território ancestral;
- f) **A experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado;**
- g) Estratégias atuais de acesso a direitos, ao mercado de bens menos periféricos e à conservação ambiental (BRANDÃO, 2012. p. 379).

Em síntese, as comunidades tradicionais do rio São Francisco, no entendimento de Brandão e Borges (2014), caracteriza-se por ser um seleiro de identidades que perpassam pela baixa acumulação de capital, relativa autonomia, autoctonia, cuja memória do passado está transpassada pela resistência frente à vivência de conflitos em seus territórios, onde os mesmos partilham suas vidas, nos tempos hodiernos se encontrando, boa parte das comunidades, ameaçadas pelos modos de uso e ocupação imposto ou sugestionado pelas sociedades atuais que estão a serviço do capital.

A comunidade tradicional segundo Brandão e Borges (2014) em tempos antigos é tida como o lugar social em que se encontram esses sujeitos sociais coletivos, ora arrancados ou

⁷ Essa noção será desenvolvida mais adiantes no segundo tópico

interpenetrados na natureza, constituída por pessoas e troncos de famílias que se encontram para dar sentido à existência, por meio de gestos e palavras. No interior das sociodinâmicas das comunidades vivenciadas no campo, podemos citar:

A comunidade tradicional, nos termos em que buscamos aqui compreendê-la, e que a partir de um momento dado como um “acontecer presente” imposto torna-se **o lugar dos pobres, dos expropriáveis, dos resistentes, em uma situação de fronteira** (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 3);

A comunidade tradicional supracitada é o lugar de morada de diversos sujeitos que em suas múltiplas identidades, ora com identidade específica, se encontram e dão prosseguimento ao exercício do modo de vida. Diga-se de passagem, algo que não se deve eximir de mencionar, em se tratando de comunidade do campo, são os grupos camponeses, não somente por serem sujeitos de uma ampla e consistente literatura acadêmica, muito menos, relegá-los a um mero conjunto social a parte, mas reconhecer o fato de serem uma categoria histórica e política como nos lembra Wanderley (2015), presente e atuante no mundo rural brasileiro. Ademais, os camponeses possuem, em alguns casos específicos, interconexões e aproximações, como salienta Cunha (2009) que se dão no bojo de uma diversidade de outras identidades vinculada ao campo que foi ressignificada, a exemplo das comunidades tradicionais.

Mendras (1976) especifica alguns traços que expressam as características das sociedades camponesas, a exemplo da **autonomia relativa** frente à sociedade envolvente, a relevância dos **grupos domésticos na organização da economia**, um sistema **econômico de autarquia relativa**” com fronteiras tênues entre produção e consumo, uma **coletividade de interconhecimento** e a existência determinante de **mediadores** entre a sociedade local e a sociedade global (MENDRAS, 1976, p. 14-15). As características apontadas pelo autor referenciado incidem às análises construídas por outros atores, desvelando a percepção de que o campesinato em certa medida é relacional ao que se entende por comunidade tradicional.

Para Guzmán (2011) o campesinato é mais que uma categoria e um sujeito social histórico, é, antes de tudo, um modo de gestão das potencialidades naturais e dos agroecossistemas locais com variadas especificidades constituídas historicamente. Ele tem se reinventado de acordo com as condições específicas de cada lugar, o que possibilita as múltiplas formas de criar a sua **campesinidade**, portanto, o campesinato transcende os conceitos que buscavam congelá-lo. As suas análises endossam a crítica ao equívoco histórico dos que postulavam a morte do campesinato. Ao apresentar a dificuldade de conceituações do campesinato, problematiza a ausência de um conceito que abarque ou enquadre no todo as

dinâmicas destes sujeitos sociais, razão pela qual os estudos se mostram insuficientes, posta a experiência de transformação destes no devir sócio-histórico.

Acredita-se ser oportuno os apontamentos de Wanderley, não obstante amplitude do debate a respeito do tema camponato no Brasil: “Nos dias atuais, percebe-se a revalorização das categorias camponês e camponato, sobretudo, no interior dos próprios movimentos sociais, que as associam à profunda crítica aos processos da modernização conservadora” (WANDERLEY, 2015 p. 32).

Os camponeses da Argentina, nas análises de Guzmán (2011), são uma categoria abrangente que abarca os povos étnicos, e diversos sujeitos sociais, de maneira particular os pequenos lavradores posseiros. A existência e reprodução de sua camponidade se dá pela multiforme capacidade que esses sujeitos sociais coletivos possuem de se adaptarem no tempo e no espaço, sendo essa estratégia uma matriz geradora de novas categorias sociais/identitárias. É oportuno elucidar que as formas de apropriação/gestão dos recursos naturais do camponato atravessam pelo horizonte histórico de suas formas de organizar a produção e de adequar-construir de maneira diversa frente às adversidades.

A dinâmica no interior das sociedades camponesas tornou-se tema de análise das pesquisas de Wolf (1970) que abordou a complexidade dos povos indígenas do México, o que o conduziu a “definir” camponês de maneira mais restritiva, ressaltando dois elementos: a relação/socialização da natureza e sua aspiração firme de manter sua existência pelo lavrar a terra (WOLF, 1970, p. 9). Ademais, aponta para o entendimento de que a diversidade de camponeses e suas transformações podem ser entendidas de acordo com a correlação de forças entre campo e cidade que se produzem no interior do Estado-nação.

Segundo Wolf (1970) as sociedades tradicionais camponesas, ou povos indígenas, se encontram no entre lugar dos “grandes segmentos da espécie humana que permanecem a meio caminho entre a tribo primitiva e a sociedade industrial” (WOLF, 1970, p. 9), com suas formas particulares de organização que variam de um lugar para outro, cuja “tradicionalidade”, foco de seu interesse, é marcada tanto pela mudança, quanto pela persistência. Rocha (2017) ao tratar a categoria pescador artesanal, afirma que embora estes sejam possuidores de qualificantes similares às sociedades camponesas, são muitas vezes relegados à categoria informe e marginal em sua suposta condição de camponato na literatura agrária, inclusive na literatura agrária brasileira. Não por acaso, se pode verificar que, o órgão de representatividade dos pescadores são as Colônias de Pescadores, fundadas pela Marinha do Brasil e dos Camponeses, de maneira geral, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

O excedente do cultivo ou extração da produção das comunidades estudadas por Wolf (1970) são destinados para “sustento de grupos dominantes externos”, mas especialmente para a “subsistência, manutenção e função cerimonial”, entretanto afirma que a sua produção pode ser voltada para o mercado, o que para ao pensamento do autor os torna uma sociedade parcial. Ao nosso entender, o debate sobre uma campesinidade voltada para o mercado não presume sua restrição ao mercado, todavia, neste quesito compactuamos com o postulado de Brandão ao afirmar tais comunidades nem sempre são essenciais para a cidade e para o capital, e, é preciso observar que estas comunidades “mais do que servir às cidades, estão a serviço, antes de tudo, para si mesma, o que possibilitou a sua existência, expansão e desenvolvimento. (BRANDÃO 2012 p. 369). Deste modo, em se tratando de camponeses é assertivo afirmar que a “integração no mercado não significa, necessariamente, uma baixa campesinidade” (WOORTMANN, 1990a, p. 15).

Na perspectiva de Woortmann (1990a) muitas pesquisas reduziram o homem do campo (e porque não dizer também das águas, da terra e das florestas) ao homem econômico (*homo economicus*), invisibilizando outros tipos de análises, a exemplo do homem moral (*homo moralis*) proposto por este autor. Na sua percepção, a campesinidade do homem moral está expressa nas relações dos homens entre si, com as coisas notadamente da terra-água, o trabalho em maior ou menor grau, encontrados em sua campesinidade, nos valores éticos e simbólicos de reciprocidade, honra, e hierarquia dos camponeses, as vezes contrativos ao que se nomeia de moderno, mas que não é uma “camisa de forças”. A campesinidade neste sentido, mais que uma tradição aponta para um projeto que pode ser articulado com graus diferenciados com a dita modernidade, o que não reduz a campesinidade de tais grupos.

Ao refletir sobre o Norte de Minas, Costa Filho (2008) aponta para uma extensa e sólida penetração de uma outra modalidade de não brancos no Sertão sanfranciscano, não como contingente escravo propriamente dito, mas como mão de obra livre que formara um pequeno e embrionário campesinato “não-branco, constituído de escravos livres, libertos e alforriados denominados lavradores, rendeiros e agregados entre ou nas fazendas de gado” (COSTA FILHO 2008, p. 38). A noção de campesinato étnico por ele adotado se baliza em primeira instância na economia de “subsistência” independente vivenciada nos quilombos e uma segunda modalidade de produção agrícola das “sobras de tempo” com possibilidade de comercialização no interior das fazendas escravagistas.

A partir desta noção de campesinato negro, Costa Filho (2008) postula e desenvolve a tese de “campesinato étnico” no Sertão Norte Mineiro no sentido que a realidade desse

campo negro ampliado do Norte de Minas possui uma relação de campesinidade, porém ele aponta que a dimensão étnica negra sobredetermina o ser campesino, uma vez que seu campo de pesquisa se dá em comunidades autodeclaradas quilombolas.

O círculo de debates em torno das possibilidades de igualdade e diferenças qualitativas se refere aos diversos sujeitos do campo, dentre eles: camponeses, agricultor familiar e povos e comunidades tradicionais, a depender do tipo de abordagem que se pretende. Na perspectiva de Cunha (2017) o contexto atual aponta para a emergência de uma diversidade de sujeitos que se mobilizam enquanto comunidades que faz emergir outras categorias políticas imbuídas de novos discursos. Dentre estas categorias podemos citar a agricultura familiar e os povos e comunidades tradicionais. No que tange a primeira, admite de maneira peremptória que a sua existência pretende subsumir a luta histórica dos camponeses “metamorfoseando-a” pretensamente em um campesinato subalterno, posto que busca arrefecer sua luta pela terra e inseri-la totalmente no mercado e ao capital.

O que a primeira traz é a negação de uma classe histórica de uma classe camponesa brasileira. A segunda, que categoriza populações, povos ou comunidades tradicionais, não nega a existência do campesinato, mas o ressignifica devido à necessidade de se incorporar especificidades locais relacionadas às questões culturais, ancestrais, que vincula o povo ao ambiente que habita (CUNHA, 2009, p. 9).

Assim sendo, reafirmamos que a categoria de povos e comunidades tradicionais é correlativa, em certa medida, à campesinidade, ressaltando que essa “nova” categoria política traz no seu bojo a afirmação identitária, formas de organização local e cultural profundamente vinculada ao seu ambiente biofísico específico – portanto são acrescidas de outros elementos. Em se tratando da relação entre campesinato e comunidades tradicionais, não se observa nesta última a descaracterização das lutas camponesas, ao contrário, o que se percebe na realidade é a emergência das comunidades tradicionais enquanto sujeitos de direitos que tem, nos últimos tempos, suas reivindicações históricas reconhecidas, anteriormente, negadas, e por isso tem pautado “a defesa das suas identidades territoriais, compreendidas como forma de organização social” (CUNHA, 2009, p. 11). Esse “novo modo” de designar esses sujeitos sociais coletivos que se organizam em movimentos e se dinamizam no interior das transformações frente ao poder do Estado se encontram, em sua maioria, na defesa de seus territórios sendo, portanto, sujeitos que têm ressignificado suas lutas sem obliterar, desconsiderar ou invisibilizar a trajetória política do campesinato, permitindo evidenciar a diversidade do mundo rural brasileiro.

A comunidade tradicional a que se referencia os diversos estudos de Brandão, especialmente as comunidades do Sertão Norte mineiro e/ou as populações sanfranciscanas do norte de Minas, que aqui está em lide são relacionais, cuja possibilidade de diversidade pode se dar sob o ponto de vista qualitativo:

Se existe uma diferença de base entre a comunidade **indígena, primitiva e a comunidade tradicional**, camponesa (reservando-se a esta categoria um gradiente bastante amplo), ela não está em uma medida quantitativa de maior ou menor aproximação frente à sociedade regional (nós, por exemplo), o mercado e a cidade. **Está em uma diferença qualitativa**. Pelo menos em suas formas (...), de sociedades, comunidades, culturas tribais, indígenas, são estruturas totalizadas e, em princípio, autossuficientes (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 349).

Almeida (2017) aponta para uma estreita relação entre população tradicional⁸ e conservação ambiental, ademais, problematiza a ideia do “bom selvagem”, colocando os limites que muitas vezes esta noção traz para o modo de manejar a natureza externa ao homem. O conceito de populações tradicionais na sua percepção se inscreve no contexto das grandes mobilizações dos seringueiros no Acre que assumiram um papel de vanguarda para construir e fortalecer o conceito de populações tradicionais. No entendimento de Almeida (2017) definir comunidades tradicionais pela adesão a tradição seria contraditória posto os saberes construídos pela antropologia hodierna. Dar ênfase ao fato de que estas populações referenciadas sejam causadoras de baixo impacto ambiental, na sua percepção seria mera tautologia. Ademais, tirá-la totalmente da relação com o mercado, provavelmente não as encontrariam, por isso, defende que tais populações deveriam ser definidas de maneira “extensional” levando em consideração a enumeração de seus membros atuais ou possíveis candidatos a membros. Essa percepção abordada por Almeida (2017) se dá por ele entender que os textos acadêmicos e jurídicos descrevem as categorias por meio de suas propriedades ou elementos constituídos de maneira engessadas, posto que essa noção não está fechada e tais categorias são dinâmicas.

⁸ A categoria comunidades tradicionais não inclui povos indígenas embora os primeiros tomem os indígenas como modelos. Assim sendo, afirma que a categoria populações tradicionais estão vinculadas fundamentalmente a ideia de conservação ambiental, o que necessariamente não é o caso dos indígenas que são separados das populações tradicionais, inclusive pela legislação brasileira (ALMEIDA, 2017, p. 269). No Brasil há um certo consenso sobre o uso do termo “população indígena” significando “etnia”, ou seja, povos que guardam uma continuidade histórica e cultural desde antes da conquista europeia da América. O estabelecimento de áreas indígenas no Brasil reconhece o direito histórico das populações indígenas a seus territórios. Desse modo, há uma distinção mais clara entre as populações indígenas e as não indígenas baseadas no conceito de etnia e no reconhecimento de uma continuidade sociocultural, histórica e identitárias das sociedades e culturas indígenas, claramente distintas da sociedade envolvente. DIEGUES, Antônio. C. ARRUDA, Rivaldo. S. V. Biodiversidade e Comunidades Tradicionais. São Paulo, MAPUB, 1999.

Brandão (2017) aborda a questão com certa moderação no que se refere ao mercado, a tradição e o modo de vida. Esta pesquisa entende que, a adesão a tradição é resultante de processo de construção, invenção, assimilação e reinvencção, portanto, tais comunidades não são cristalizadas, mas têm a necessidade de se entender melhor na relação com passado-presente como um modo de entender o futuro. Em se tratando da relação com o mercado, tema que será discutido mais adiante, entende-se que é preciso ater a que tipo de mercado se está falando. Nas comunidades do rio São Francisco, a comercialização nem sempre é capitalizada e quando é, se dá numa relação face a face, portanto relação não tipicamente capitalista, embora preço e valor do trabalho perpassem pela comercialização dos produtos.

Ao invés de descrevermos com ênfase as estruturas sociais e alguns padrões internos de culturas das comunidades tradicionais, e as suas relações de sujeição diante de poderes externos ou nos dizem os seus sujeitos, suas mulheres e seus homens, seus saberes sobre si mesmos, seus imaginários e as suas memórias. Porque não deixarmos também a eles o trabalho de traduzirem para eles e para nós aquilo que acreditam ser o lugar onde vivem, o território que habitam, o modo de vida que constituem, a experiência de cultura que criam e em que se enredam, com variados graus de autônoma. (BRANDÃO, 2017, p. 351-352).

Neste sentido, compactua-se com as críticas de Brandão às categorizações que, por muitas vezes, são construídas sem que antes seja dado o direito de voz para estes sujeitos que ali estão, e o que eles se atribuem enquanto identidade em seus respectivos modos de vida. Em síntese, não existe identidade imposta. Por isso, Brandão afirma que os grupos tradicionais estão se fortalecendo enquanto identidade pública conservacionista no sentido prático e simbólico. Para este, as comunidades mobilizadas são conteúdo e substância de suas organizações características conservacionistas apontadas: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização, presença de instituição com legitimidade para fazer cumprir suas “leis”, traços culturais que são seletivamente reafirmados e “reelaborados, sendo que esta categoria populações tradicionais é uma categoria ocupada por sujeitos políticos, que estão dispostos a lhe conferir substancia”(ALMEIDA, 2017, 291-292). E se comprometer com uma série de práticas conservacionistas, em troca de benefícios, especialmente, o direito ao território.

Deste modo, refletir a amplitude da campesinidade existente entre os camponeses nos faz entender a diversidade de uma categoria política que é correlata aos sujeitos que se intitulam e são intitulados de comunidades tradicionais, se observados os elementos diacríticos que “caracterizam ambos”, em seus modos de vida, que podem se dar por aproximações, graus de inerências e diferenças na diversidade do mundo rural brasileiro.

Portanto, a noção de comunidade tradicional não se opõe a organização camponesa, mas demonstra uma organicidade, a partir de outros critérios, nos termos que aqui tratamos, a exemplo, mas não somente, na defesa e luta pelo território destas comunidades tradicionais. Tais inerência e diversidades nos coloca diante, dentre outras possibilidades, do limiar da questão das comunidades negras do Norte de Minas, cuja maior incidência, conforme salienta Costa (2008⁹) se deram e se dão nas margens do “velho Chico” por ser lugar de “proteção” dos negros, posta a alta incidência da malária. Deste modo, apresentamos um convite para um olhar para o sertão¹⁰ norte mineiro, singularmente à população negra sanfranciscana.

1.2 Caminho Metodológico: a primeira navegação.

O caminho metodológico de desenvolvimento desta pesquisa faz a opção pela descrição densa proposta por Geertz (2015). Deste modo, a descrição densa ou a etnografia, é construir sentido, fazer leitura de, sendo a própria “etnografia uma descrição densa” (GEERTZ, 2015, p.7), que foi utilizada na rotina dos trabalhos de campo desta pesquisa.

O autor supracitado afirma a descrição etnográfica enquanto uma ciência que abarca em seu bojo, três pressupostos: primeiro ela é uma interpretação, enquanto interpretação, ela interpreta o fluxo do discurso social das pessoas e num terceiro momento a interpretação salva o dito tornando-o um conteúdo pesquisável e compreensível, numa busca de tornar o registrado, mais próximo do esclarecível.

Deste modo, segundo Geertz (2015), o exercício da etnografia não se furta do velho caderno de campo, das descrições, da seleção de informantes, entretanto, são compreendidos como técnicas que não determinam o empreendimento, mas prepara o contexto para a descrição densa que deve ser balizada e definida como “o esforço intelectual” que não deve distanciar-se do discurso de determinado grupo em um dado lugar.

Neste sentido, este capítulo, aborda, preliminarmente, a literatura a respeito da categoria comunidade tradicional, no sertão sanfranciscano - no Norte de Minas, enquanto um

⁹ Em decorrência da ampla ocupação negra do Vale do rio Verde Grande, afluente do rio São Francisco, no Norte de Minas, como podem atestar os pedidos de reconhecimento como remanescentes de quilombos feitos por 62 comunidades rurais negras situadas no interior do referido vale. A área foi denominada por mim como Território Negro Ampliado da Jahyba (...). Cada pequena comunidade negra situada às margens de cursos de água ou de lagoas, constituiu-se em torno da família que procurou manter sua autonomia de vida. Entre esses núcleos negros ocorreu o estabelecimento de interações sociais a partir de casamentos exogâmicos de lugar que entreteceu relações de parentesco. (COSTA, 2008, p. 2).

¹⁰ Optamo-se por uma reflexão do sertão a partir do olhar dos que ali estão, portanto, uma observação mais aproximativa do horizonte etnográfico desta comunidade negra existente nas margens do rio São Francisco.

espaço que possibilita/possibilitou forjar um modo de vida próprio e apropriado de comunidades negras nas terras crescentes do rio São Francisco, sem furtar das questões gerais que produziram a expropriação territorial (o desenvolvimentismo que se sobrepôs ao lugar de viver, trabalhar e morar”), pela regionalização do capital que privatizou a terra e água. Também evidencia as experiências de uma economia local engendradas na comunidade de Croatá. Em síntese foi feito o diálogo com a literatura dos temas acima citados com os registros etnográficos da comunidade.

Para este capítulo foram feitas 02 observações de campo e aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturado, previamente aprovado pelo CEP/UFVJM (parecer favorável 2.199.504). O primeiro campo de pesquisa se deu entre os dias 03 - 20 de dezembro de 2017, ao todo **18 dias de campo**; o segundo campo, por sua vez, se deu entre os dias **01 - 9 de maio** de 2018, somando 9 dias. Estas duas atividades totalizaram **27 dias de campo**.

Assim sendo, na empreitada metodológica deste capítulo, em conformidade com a perspectiva do fazer etnográfico proposto por Geertz (2015), realizou-se: observação atenta, escrita do observado/registrado e análise destes, buscando estabelecer caminhos na busca do conhecimento que estabelece o sentido que diferencia uma piscadela de um tique involuntário, como exemplifica o autor.

1.3 O horizonte negro dos povos e comunidades tradicionais do Sertão Sanfranciscano.

Tematizar o horizonte étnico das comunidades sanfranciscanas pressupõe aproximar do processo de formação social do Norte de Minas. Adentrar nessa reflexão nos coloca diante de elementos que nos oferecem condições de evidenciar, ainda que não seja objetivo desse trabalho, a questão agrária do Norte de Minas, sobretudo em Januária, sem negligenciar as influências e interferências em relação a outros espaços, muito menos descaracterizar seu constructo semântico em relação a si mesma. Neste sentido, torna-se oportuno fazer uma “digressão” para trazer a questão dos viajantes oitocentistas que passaram pelo rio São Francisco, o que não é subterfúgio, mas uma opção para observar as questões relevantes existentes nas práticas de sociabilidade observados por estes antes desta pesquisa adentrar nesse horizonte étnico-sanfranciscano.

É oportuno utilizar de uma antecâmara, não para congelar o presente ou tornar o futuro amorfo, mas para, de maneira mais precisa, possivelmente, encontrar uma “pedra de toque”, ainda que não totalmente estável, visando entender a formação social dessa população

sanfranciscanas, inicialmente, a partir do diálogo com 3 autores viajantes que passaram pelo Norte de Minas no início do século XIX, a exemplo de Halfeld (1860), Saint-Hilaire (1975) e Martius e Spix (1976). Posteriormente, adentrar-se-á na literatura hodierna, dos autores que discutem a emergência étnica quilombola no sertão do Norte Minas em seus artigos, dissertações e teses de doutorado, a exemplo de Porto Gonçalves (2017), Matta-Machado (1991), Costa Filho (2005), Costa (2008) e Araújo (2017), sendo que os três últimos tematizam a presença de comunidades negras nesta região às margens do rio São Francisco e em seus tributários: o rio Gurutuba e o rio Verde Grande.

É relevante explicitar que as leituras destes últimos autores foram provocativas no sentido de perscrutar as fontes originais citadas, não citadas, ou não citadas explicitamente de viajantes que passaram pelo sertão dos Gerais Norte de Minas experimentando e descrevendo as populações e o seu modo de viver com ênfase nas “comunidades” ou melhor, vilas e arraiais existentes ao longo do rio São Francisco. Certamente, a existência dos hoje entendidos escravizados, fugitivos ou libertos não foram o centro fulcral das descrições dos viajantes e, bem provável que, possivelmente, os escravizados fugidos e em estado de libertos não queriam sequer estar à vista destes, mas a presença dessas populações se tornou bastante expressiva em Saint-Hilaire (1975) ao longo da viagem nas margens do rio São Francisco.

A relevância de retomar a leitura desses autores viajantes também se deve à necessidade de obter as primeiras impressões do lugar Sertão, que, para alguns destes viajantes era um não lugar, mas aqui deteremos às impressões destes sobre o povo a partir da presença ou vestígios de um campesinato livre e/ou liberto negro¹¹. Opta-se por, de modo especial, averiguar registros históricos ocorridos nas barrancas do rio São Francisco, mais precisamente, em Januária MG e nas cidades em suas imediações. Notadamente, os lugares transpassados pela dinâmica das águas do Velho Chico que modela a existência das populações tradicionais sanfranciscanas, interferindo nos lugares e espaços e também nas práticas de sociabilidade salientadas por Costa Filho (2008). A releitura das viagens de europeus, aqui discutidas, se baliza no entendimento de Brasil (2009) que salienta que o olhar dos viajantes oitocentistas sobre o Brasil carece de uma crítica no intuito de não cairmos na armadilha de tornar tais observações unívocas e especificamente a realidade posta em questão ali encontradas.

¹¹ A noção de campesinato livre ou campesinato étnico no Norte de Minas tem como referências os estudos de doutorado de Costa Almeida, 2008 e será desenvolvido a frente.

As viagens patrocinadas a pedido e em conformidade com o poder estatal vigente se deram em datas aproximativas: 1817 de Saint Hilaire (1975), período em que passou em Brejo do Salgado, atual Januária; a viagem de Baptist von Spix e Friedrich Philip von Martius (1976) entre os anos 1817 e 1820; e, por último, e não menos importante, as viagens de estudos de Halfeld (1860) entre os anos de (1852-1854), sendo que este último deteve-se em descrever e mapear o leito e margens do rio São Francisco légua por légua. O objetivo principal da viagem deste último consistia em observar e produzir estudos para levantar a viabilidade de exploração das navegações do Rio São Francisco, tendo como finalidade buscar integrar o mar e o Sertão Nordeste ao Sudeste atual, cuja viagem se deu entre a foz do rio São Francisco e as Cachoeiras de Pirapora-MG. Este último, chegou a mapear, a presença de lugares que hodiernamente são comunidade negras que abarcam vastas extensões de terra entre os municípios de Pedras Maria da Cruz e Januária, além de fazer descrições relevantes sobre os impactos das águas no próspero Porto de Salgado, atual Januária, apontando inclusive fatos ambientais inusitados:

Todos os edifícios de Porto do Salgado acumulados no vertice de uma linha cerca quasi circular do rio, são expostas a repetidas inundações e destruição pela acção das enchentes, de maneira que quase já pela força das águas do canal do mais profunda, que se dirigem em ângulo obtuso contra a ilha do Barro Alto, causam constantemente desmoronamento no barranco meridional daquela ilha do Barro Alto, e de outra pequeno ilha, que está situada entre a ilha do Barro Alto e o banco de areia fronteiro ao Porto de Salgado; de sorte que na ocasião quando descí pelo rio e durante a minha estada no dito porto, observei que a última mencionada estava a cada instante e com grande estrondo e soffrendo de desbarrancamento, e vi na ocasião do meu regresso subindo o rio, que ella já estava reduzida a uma tira estreita, de maneira que se fôr aquella ilha totalmente destruída será o barranco de rio encostado à povoação, muito mais atacada directamente pelo veio principal do rio, que a destruição do cães do porto será inevitável. Todavia, se não acudir com construcções hydraulicas próprias para obrigar a foça do rio a em direcção para o sul, a destruição da povoação, que me parece terá lugar mais cedo ou mais tarde, será infalível, visão que me informarão de que ainda não muitos annos, a rua da Praia estava no lugar onde está agora o meio do rio, que tem aqui a largura de 4, 340 palmos, fato este que verificar o que receio. Alguns proprietários de casa, que moram à beira do rio, construirão, com não pequeno despesa, revestimentos de estacas e taboas, para por este meio evitar desmoronamentos das terras e das suas propriedades; porém não me parece este o remédio radical para providenciar contra o mal maior que é a sucessiva destruição de todos os edificios do Porto Salgado. As obras necessárias para acautelar as medidas necessárias deverão ser construídas mais rio acima na margem da ilha do Barro Alto, e deste, e desta, em conveniente cumprimentos, rio abaixo, até ser sufficiente para foça o curso do principal veio do rio para o lado direito sua margem direita, com cujas obras fica destruído o grande banco de area fronteiro à dita ilha, e o curso do rio tomara successiva a sua direcção para o lugar que este banco agora ocupa. Desta maneira fica salva a povoação do Salgado; do

contrário o rio vai entrar cada vez mais pela margem esquerda até aproximar-se ao Alto do Pequiseiro que serve de refúgio para o povo do Porto do Salgado durante a enchente do rio, nas quaes todas as casas e templos daquela povoação ficam immergidos, até tal ponto, como contão, que na occasião da enchente de 1843 apanhou-se um grande surubim em uma das Igrejas (HALFELD, 1860, p. 10).

Os cientistas Johan von Spix e Karl Friedrich Philip von Martius visitaram várias regiões do rio São Francisco, dentre elas Minas, Bahia, Pernambuco por meio do rio São Francisco fazendo descrições e análises sobre “o ambiente natural/populações que encontravam”. Ao experimentarem o Sertão de Minas afirmaram experimentar a solidão, a forte presença da natureza, a ausência de grandes aglomerados e uma distinção em relação à região minerária da atual Diamantina do ouro e diamante o que lhes impressionava tal contrastividade: “achamo-nos agora no sertão, como denominam os mineiros a vastidão deserta, na sua linguagem usual” (MARTIUS; SPIX, 1976, p. 65). As descrições dos dois cientistas alemães supracitados apresentam um sertão de natureza hostil, e, em decorrência, uma população que aos moldes dos pensamentos dominantes da época, caracterizavam-se pela rusticidade, que no entender destes viajantes se deve ao fato de que tais populações se encontrem em profunda relação com seu “estado da natureza”.

O Sertão em questão na percepção de Saint-Hilaire (1975) é composto de muitos sertões e muitas águas. Para este “o Sertão compreende, nas Minas, a bacia do São Francisco e dos afluentes se estendendo até a cadeia que continua na serra da Mantiqueira até os limites ocidentais da província”. (Saint-Hilaire 1975 p. 307). É digno de nota explicitar que a noção de sertão se distingue “não por uma divisão política territorial, não indica senão uma divisão vaga pela natureza particular do território, e, principalmente pela escassez de população” (Saint-Hilaire 1975 p. 307).

Conforme se pode perceber, segundo Spindola (2008) o uso da palavra sertão não se associa a ausência total de pessoas, mas de atividade econômica, cujas fronteiras existentes estão abertas à ocupação. Ao nosso entender e apoiando-nos em Porto Gonçalves (2000) que trata sobre a formação da “ocupação” do Sertão no Norte de Minas, a afirmativa de Espindola (2008), no que concerne à questão econômica, não tem consistência, posto que considera apenas ou exclusivamente as atividades econômicas voltadas para satisfação do mercado externo.

Ao adentrar propriamente nos sertões, Saint-Hilaire (1975) faz algumas observações após ter feito um percurso longo da região Norte-Nordeste e Sudoeste de Minas, precisamente de morro do Salgado, leia-se Januária, até a cidade de Coração de Jesus. Segundo este, o

homem mais “poderoso” que encontrou em Januária foi um lavrador (isso implica um dado relevante, isto é, menor detenção e/ou presença do poder de representante da Coroa), e, em um segundo momento critica a indolência dos sertanejos em relação aos mineiros (devido os sertanejos criarem gado o que tende a não lhe exigir grande esforço, e, mais que isso não avolumava os tributos cobçados ao poder vigente que advinha das minas), reforçando a tese de um “poder” nas mãos de quem lidava com o “cultivo de roças e criação de animais” voltados para alimentação e vestuário: gado, peixe, arroz, feijão, algodão, milho e abóbora.

Ao descrever “as casas mais bonitas de Brejo do Salgado que pertencem a lavradores abastados dos arredores” (SAINT-HILAIRE, 1975 p. 346), denominava-as de moradias pobres em relação ao poder de compra dos moradores. Tal simplicidade era resultante da insuficiente comunicação e a distância a ser percorrida por longos caminhos de terra, e, em um segundo momento a longa distância a partir destes caminhos para se chegar ao Porto de Paraty ou litoral da Bahia. Por último, e mais importante, no nosso entender, estranha não ter encontrando pessoas brancas.

A população atual do Sertão é quase toda ela composta de homens de cor. Não havia, por ocasião de minha viagem, senão dois homens brancos na povoação de contendas (Brasília de Minas) e não vi mais que um único durante os quatro dias que passei na Coração de Jesus (SAINT-HILAIRE 1975 p. 308).

O sertão nos Gerais é o lugar propício para a autonomia dos negros, seja nas relações de sociabilidade, sua organicidade e na sua produtividade. O mesmo repousa na casa de um lavrador de posse em Januária, e num segundo momento descreve a ocupação de um outro amigo de posses que dedicava grande parte do ano caçando¹².

Repetidas vezes Saint-Hilaire (1975) cita a presença de lavradores livres de cor com posses e índios livres de cor nas imediações de Porto ou Brejo do Salgado, atual Januária e Contendas, atual Brasília de Minas. A princípio o mesmo via como positivo os intercâmbios entre índios e negros. Embora não seja objetivo desta pesquisa, parece-nos oportuno, ao menos, levantar uma questão sobre as estratégias da constituição de lavradores livre no Sertão Sanfranciscano. Uma questão que podemos observar, portanto, é que, em certa medida, os negros conseguiram adentrar em outros espaços sociais de destaque, inclusive em espaços onde existia opressão. Entretanto, ficam algumas subquestões hipotéticas que decididamente nos parecem relevantes de serem investigadas em um outro momento, posto que esta temática não é o objetivo central deste trabalho. Primeira hipótese: se havia acúmulo de riqueza, nos

¹² (...) conheci um proprietário abastado de Salgado que apreciava muito essa caça. (SAINT-HILAIRE, 1975, p 317).

moldes da época, por negros, em espaços de opressão, em que medidas podemos mensurar a funcionalidade das relações de poder régio no sertão sanfranciscanos? Se haviam diversos quilombos “protegidos pela malária” e produção nestes espaços, como tais espaços de produção poderiam gerar excedente e serem constituídos entre os negros, os “notáveis negros”? Se era possível acumular posses, como eram defendidos os patrimônios e a liberdade em espaços de opressão? Se não eram poucos negros com liberdade em espaços de opressão, teriam os negros fugitivos a estratégia de resiliência, para livrar-se da escravidão, criar nichos de resistência, misturando-se com indígenas e assim, participando dos espaços de opressão e intercambiando conhecimentos com os índios e acessando com mais facilidade capital social e riquezas nas terras baixas sanfranciscanas? Por fim, parece-nos, simplória a ideia de brancos bondosos, ou, possibilidades de acúmulo de riqueza em poucos momentos de produção para si mesmo que “concedido” pela casta privilegiada da época.

A consolidação da presença de bandeirantes na região segundo Araújo (2017) deveu-se, especialmente, por guerra contra as sociedades indígenas e os quilombos, que, muitas vezes, tinham como recompensa a doação de vastas extensões de terras sob o regime de sesmaria, inclusive onde se encontra o município de Januária. Essas investidas dos bandeirantes forçavam a investida dos Negros fugidos mata a dentro na busca de invisibilidade e proteção. A configuração de um lugar das Minas e outro dos Gerais e a gênese da formação agrária do Sertão e Gerais conduzem Porto Gonçalves a afirmar:

O vale do São Francisco foi palco dos maiores latifúndios da história, como os da família D'Ávila. No entanto, se houve uma apropriação desigual que se legitimou juridicamente houve, também, enormes extensões de terras que não foram apropriadas privadamente e que ensejaram a possibilidade de um sistema de uso da terra que está subjacente à diversidade cultural da região, inclusive, ao seu regime alimentar. E mais: contribuiu de tal forma para plasmar a identidade política e cultural de Minas que lhe emprestou seu caráter de Gerais (PORTO GONÇALVES, 2000, p. 8).

No entendimento de Moura (2002) a ocupação branca no Sertão de Minas Gerais se dá a partir da formação de currais por fazendeiros que se detinham na criação de gado extensivo, como estratégia de ocupação da vastidão dos Sertões (MOURA, 2002, p. 27). Outrossim, como nos lembra Porto-Gonçalves (2000) e Costa Filho¹³ (2008), a vasta extensão

¹³ A ocupação da região do Norte de Minas remonta ao período das concessões de sesmarias, que beneficiou diretamente a família de Antônio Guedes de Brito, conhecidas como Morgado da Casa da Ponte. Segundo o autor, a criação de gado começou no governo Tomé de Souza, em função do abastecimento da zona açucareira, alcançando o sertão e sendo beneficiada pela presença da água, pastagens naturais e terrenos salinos. As famílias de Garcia de Ávila (Casa da Torre margem esquerda rio abaixo, pertente a Pernambuco) e de Antônio Guedes de Brito (Casa da Ponte margem direita pertencente a Bahia) receberam grandes sesmarias nas margens direita e esquerda do Rio São Francisco, especializando-se na criação de gado. A Casa da Torre possuía 260 léguas pelo

da Casa da Torre da família D'Ávila, por sua grandiosidade, permitiu que se houvesse nos interstícios das aberturas dos currais, e a partir dela inúmeros registros de fuga de escravizados para as matas a dentro do rio São Francisco, matas da Jaíba e nos rios que fazem parte dessa região, respectivamente Verde Grande e Gortuba. A existência de não espaços de dominação branca distante dos currais somados às adversidades das perigosas águas do rio São Francisco propiciou um entre-lugar que oportunizasse a formação de uma campesinidade quilombola¹⁴ livre e a formação de agrupamentos negros restritamente fugitivos do sistema escravagista.

Os campos Gerais onde se compreende também o Sertão Norte Mineiro não possuem uma especificidade ecológica, mas “referem-se a um modo de apropriação comum geral das terras em oposição à apropriação privada e de particulares, portanto, estas terras comunais incidem sobre aquilo que se entende por terras públicas” (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 8). Essa apropriação comum dos Sertões Gerais possibilitou aos “indígenas, quilombolas, pescadores vazanteiros: novas formas de se apropriar dos espaços, e em consequência novas grafias, novas geo-grafias, enfim, novos territórios” (PORTO-GONÇALVES, 2000 p. 29). Estas novas geografias territoriais dos territórios quilombolas, dos geraizeiros, dos pescadores e dos vazanteiros são distintas das geografias das fazendas de gado.

Costa (2005) ao realizar seus estudos antropológicos em Brejo dos Crioulos¹⁵ demonstrou a partir de estudos genealógicos a formação de comunidades rurais negras no território negro ampliado da mata da Jayba que compreende os municípios de Varzelândia, Verdelândia e São João da Ponte no Norte de Minas, desde o século XVIII. A ocupação negra do rio São Francisco se deu anterior à ocupação branca. Além disso, a mão de obra escrava do Norte de Minas à exceção de Januária-MG, como salienta Mata-Machado (1991) era

rio São Francisco acima e a Casa da Ponte 160 léguas, desde o Morro do Chapéu até a barra do rio das Velhas. (COSTA FILHO, 2008, p.33).

¹⁴ A utilização da categoria “campesinato étnico”, demonstra etnograficamente que existe uma campesinidade nos povos negros no Sertão Sanfranciscano Francisco, penetração e o sólido estabelecimento do elemento negro ou não-branco no sertão sanfranciscano, não como contingente escravo propriamente, mas como parte de um pequeno e embrionário campesinato não-branco, constituído de livres, libertos e alforriados, caracterizados como posseiros, rendeiros ou lavradores agregados à grande fazenda de gado com uma maior determinação do elemento negro, que no caso se deve ao fato de ser quilombolas. Há implícito em seu trabalho, portanto, uma ideia de campesinato indígena e num sentido mais genérico, de campesinato étnico. (COSTA FILHO, 2008, p. 23).

¹⁵ Brejo dos Crioulos é uma comunidade negra rural no Norte de Minas, ocupam o Vale do rio Verde Grande afluente do rio São Francisco. O seu território ampliado contínuo abarca 3 municípios: São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia com mais de 17 mil hectares. O povo são autoreconhecem como quilombolas desde 2003. Com cerca de 3140 moradores divididos 460 família agrupam em 08 grupos locais: Araruba, Arapuim, Cabaceiros, Caxambu, Conrado, Furado Seco, Furado Modesto e Serra D'Água situadas entre fazendas grandes e pequenas nas divisas dos municípios de.

insignificante¹⁶ em relação a Minas como um todo. A ocupação de Brejo dos Crioulos se fortaleceu no Vale do rio Verde Grande, afluente do rio São Francisco fato que propiciou a construção de intensas interações e sociabilidade entre agrupamentos indígenas e negros escravizados fugitivos do recôncavo baiano¹⁷ e da região mineraria de Minas Gerais. A busca desse povo a este lugar, se devia às condições climáticas e a existência de demasiadas lagoas, contexto natural que torna oportuno uma proteção natural aos escravizados fugidos, posto que, a região até meados da década de 1950, era endêmica da malária, nas chamadas matas da Jayba e as terras baixas do São Francisco como um todo, áreas temidas inclusive pelos capitães do mato.

Como é sabido, e, segundo Costa (2005) os povos negros Africanos possuem uma resistência genética à malária. Tal doença passou a ser temida por quem ousasse adentrar mata a dentro, conforme atesta Saint-Hilaire: “Febres intermitentes atacam os habitantes dessa região; deixam-lhes frequentemente complicações que os levam a sepultura. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 338). Portanto, temos a existência de imposições naturais do lugar que interrompia, inclusive os viajantes “por causa das febres e convulsões que os assolavam, esses problemas anos mais tarde levariam Spix a falência, deixando a Martius a responsabilidade de catalogar os relatos” (RAMOS, 2008, p. 100).

Os estudos antropológicos de Costa Filho (2008) abordam a formação dos povos Gurutubanos no sertão norte-mineiro¹⁸, quilombolas de território ampliado no Centro Norte Mineiro, cujo território abarca 27 comunidades entre os 7 municípios de Jaíba, Gameleiras, Montes Azul, Catuti, Pai Pedro, Porteirinha, e Janaúba às margens do rio Gurutuba. É notório elucidar que ele desenvolve a sua tese a partir da noção de Campo Negro Ampliado da Jaíba de Costa (2005) supracitado.

Costa Filho (2008) aponta para uma formação de quilombos que por questão pedagógica optamos por nomeá-la mais “restrita”, posto que em sua pesquisa doutoral entende que a maioria do povo negro que forma os quilombos do Norte de Minas, são resultantes de escravos fugitivos das grandes plantações do Nordeste e das regiões minerárias de Minas Gerais, especialmente da região de Grão-Mogol e Diamantina. No que concerne aos

¹⁶ A mão de obra negra foi pouco utilizada no Sertão. Sendo uma região periférica e de poucos recursos, só utilizou escravos africanos e de poucos recursos. Só utilizou escravizados africanos no período da exploração aurífera em Paracatu. (Mata-Machado, 1991, p. 32).

¹⁷ Região que corresponde a Bahia de todos os Santos e as cidades do torno.

¹⁸ A formação histórica do sertão do alto e médio São Francisco foi tributária da intensa ocupação e povoamento indígena da região, bem como da ocupação de desbravadores portugueses, cuja penetração com seus currais e fazendas de gado datam do século XVII e fugitivos da Minas de ouro e diamante. (COSTA FILHO, 2008, p. 38).

negros fugidos, as áreas escolhidas eram predominantemente lugares de difícil acesso. De modo geral, assim como no Vale do rio Verde Grande, o Vale do rio Gorutuba também era endêmica da malária, as ditas “febres mal sãs”, endêmicas especialmente no Vale do rio São Francisco, Vale do rio Gorutuba e Vale do rio Verde Grande. As fugas das minas de ouro e Diamante se deram de maneira mais intensa entre os séculos XVII e XVIII, o que se intensificou com a abolição da escravatura no século XIX (COSTA FILHO, 2008, p. 31).

O território negro ampliado Gorutuba se dá a partir de 27 núcleos familiares extensos que “exercem práticas de sociabilidade especialmente na “relação com a terra, criação de gado, trocas e comércio, organização e mobilidade social” (COSTA FILHO, 2008, p. 25). A formação e expansão desse povo não se deve a meros fenômenos migratórios, mas antes de tudo por formação de um território negro ampliado cuja origem permitiu as condições de desenvolver outras comunidades espalhadas pelo Sertão Norte de Minas, possibilitados pela invisibilidade e proteção das matas e águas do “Velho Chico” e seus afluentes. É oportuno frisar que os diversos estudiosos corroboram para o entendimento de que as águas do rio São Francisco, de seus tributários e matas sanfranciscanas contribuíram estrategicamente aos negros que buscavam a invisibilidade como estratégia de resistência, enquanto perdurou a situação endêmica da malária nas terras baixas no Médio São Francisco, até meados da segunda metade do século XX.

Portanto, os estudos antropológicos de Costa Filho (2008) e Costa (1999 e 2005) endossam o postulado da existência de um povo aquilombado especialmente no Médio Vale do São Francisco às margens dos tributários do rio São Francisco, para além de migrarem constituíram agrupamentos com práticas de sociabilidade em diversas localidades que são constituídas por laços de parentesco ao longo rio São Francisco cujo eixo catalizador se dão nos quilombos de Brejo dos Crioulos e a origem mais remota às margens do rio Gorutuba, que ao entender desta pesquisa não se restringem a estes.

As relações que a comunidade de Brejo dos Crioulos travou historicamente com outras localidades no vale do rio Verde Grande e com as povoações situadas ao longo do rio São Francisco, notadamente Brejo do Amparo (Januária), Morrinhos e Malhada, e nos altiplanos com Contendas, São José do Gorutuba, Porteirinha e Tremedal” (1999: 14), por onde se encontram, segundo os seus informantes, negros aquilombados, pelo menos desde meados do século XIX (COSTA FILHO, 2008, p. 16).

Os autores supracitados, no seu todo, abordaram a temática da existência e resistência negra nos tributários e no próprio Rio São Francisco, embora não apontem em nenhum momento a existência de agrupamentos negros ampliados para além destes, apenas a

existência de outros agrupamentos num sentido extensão aos quilombos de Brejo dos Crioulos e Gorutuba. Esse horizonte étnico está aberto, e, como já dito, se amplia para muitas outras comunidades quilombolas do rio São Francisco que se associam aos laços de parentesco com as comunidades referenciadas dos presentes autores. Fato notório, é, que a consciência deste laço de parentesco e organicidade expressa na etnicidade são presentes nos tempos atuais motivadas por processos de intercâmbio e ajuda mútua entre o quilombo de Brejo dos Crioulos de São João da Ponte e comunidades quilombolas das margens do rio São Francisco.

A cartografia Social realizada por Almeida *et. al* (2017) na comunidade de Caraíbas e Ilha da Capivara em 2015 e 2016, em Pedras de Maria da Cruz-MG, cartografia esta que participei como membro do grupo de pesquisa, bem como no estudo dissertativo de Rocha realizados (2017) nesta mesma comunidade, constatou-se os laços de parentesco com os gorutubanos. Os laços emergiram também nas entrevistas realizadas por Rocha (2016) na comunidade de Caraíbas. Entre as memórias da comunidade de Caraíbas Rocha identifica a relação de parentesco com o quilombo gorutubanos, conforme um dos entrevistados desta pesquisadora afirma: “nós tinha uma tia que era da família dos Gorutuba” (ROCHA. 2017. p 36). Tais laços de parentesco não se legitimam apenas pela consanguinidade, memória de um passado forjado em um antepassado em comum ou meras participações em eventos estanques familiares promovidos por datas ritualísticas amorfas mas, também, a partir de laços de ajuda mútua hodiernas entre os quilombolas envolvendo outras municipalidades que colaboram com outras comunidades, a exemplo do mutirão realizado na comunidade de Caraíbas (município de Pedras de Maria da Cruz) apontadas na pesquisa de Rocha. A comunidade de Sangradouro Grande em Januária, margem esquerda do Rio, também apresentam na sua genealogia a relação com o povo Gortutubano, conforme os relatos da pesquisa de Acypreste (2015) que apontam a abertura de uma posse de terra na beira do rio “o marido da Vó Lídia, o Vô Eduardo veio de um lugar chamado Gurutuba” (ACYPRESTE, 2014, p. 42). Nos laços de parentesco se entende as presenças no processo de reabertura da estrada em Caraíbas pelos quilombolas de Croatá (Januária), Quilombolas de Sangradouro Grande, em Januária-MG, e Brejo dos Crioulos município de São João da Ponte-MG¹⁹, evidenciando assim que os laços de parentesco se dão num perspectivismo étnico expresso na ética do agir, mostrando quem estes são e como se compreendem no todo em relação a cada agrupamento negro.

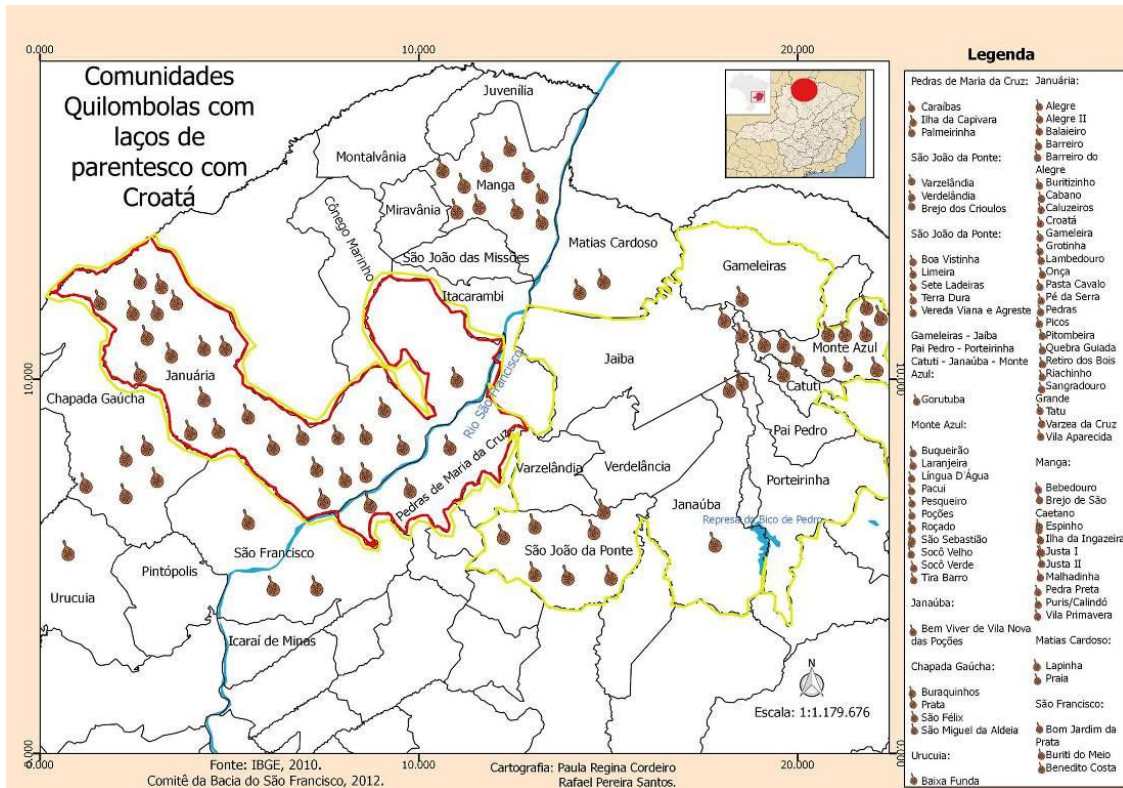
¹⁹ “O pessoal do Brejo dos Crioulos, a comunidade do Croatá, estiveram presentes no mutirão, e o pessoal de comunidades vizinhas ficaram tão animados quando viram o que estávamos fazendo que vieram ajudar a abrir a estrada.”– Trecho de ntervista concedida por Rogério da Conceição Silva, 34 anos. (ROCHA. 2017p. 136).

Os moradores da Comunidade de Croatá²⁰, sujeitos desta pesquisa, por sua vez, em sua Cartografia social que também participei como membros do grupo de pesquisa em 2017, também apresentam laços de parentesco com os Quilombos de Caraíbas, Palmeirinha, Ilha da Capivara, Sangradouro Grande, Gameleira, Várzea da Cruz e com uma comunidade muito citada, que no decorrer desta pesquisa não foi possível conhecer, trata-se de uma comunidade chamada Rio do Peixe (Cidade de São Francisco). Acreditamos que uma investigação de tais laços por outros pesquisadores com tal comunidade, possa ser mais um momento de construção do conhecimento na perspectiva de um quilombo ampliado destas comunidades que possuem laços de parentesco mais próximas de Croatá.

Croatá se encontram no município de Januária- MG. No mapa o contorno em vermelho estão os laços de parentesco²¹ mais próximos repetidas vezes apontados por Croatá, nas respectivas cidades de Januária e Pedras de Maria da Cruz, às margens do Rio São Francisco, que formam o quilombo ampliado expropriado pela fazenda Itapiraçaba. Croatá ao longo do rio tem laços de parentesco com as comunidades Sangradouro Grande, Várzea da Cruz e Gameleira em Januária; e, com a comunidade de Caraíbas em Pedras de Maria da Cruz). Resalta-se que não foram feitas incursões de campo nas outras comunidades. O contorno amarelo demonstra as dimensões mais amplas dos laços de parentesco de Croatá, todavia não foi questão de análise nas visitas de campo desenvolvidas nesta pesquisa.

²⁰ Na construção do etnomapa e nas entrevistas orais dos Comunitários de Croatá que participei ficou evidente enquanto membro do grupo de pesquisa da Nova Cartografia Social e amplitude dos laços de parentesco e afinidade de Croatá com as comunidades dos municípios, sobretudo, de Pedras de Maria da Cruz e Januária.

²¹ Não foram realizadas incursões sobre este tema nas outras comunidades. Mas em pesquisas de Rocha (2017) sobre Caraíbas são apontadas relações de afinidade em atividades colaborativas de Sangradouro Grande, Brejo dos Crioulos e Caraíbas com Croatá.



Mapa 3: Comunidades quilombolas norte mineiras com laços de parentesco com Croatá

Os laços de parentesco também aparecem no Histórico da Comunidade de Croatá, enviados a Fundação Cultural Palmares (FCP) no processo 01420.05869/2016-38 que se remetem a posses já consolidadas por negros de datas imemoriais, mas com posses que remetem ao fim do século XIX e início do século XX. O que está em questão aqui não é uma data da ocupação tradicional residida na memória mais antiga, mas, antes de tudo, entender esse fluxo de idas e vindas, as dinâmicas territoriais que se deram numa lógica de formação de amplos grupos a partir de laços de parentesco²², em diversas localidades ao longo do rio São Francisco: “Sabemos que esta data coincide com a abertura de posses de gurutubanos em Caraíbas, em pedras de Maria da Cruz, assim como temos um morador chamado Pedro Preto que abriu uma posse aqui na Comunidade do Croatá que segundo notícias dos mais velhos era do Gurutuba” (FCP, 2016, p.8). Outros laços de parentesco foram evidenciados também nas mesmas entrevistas de campo realizadas em Croatá.

Posteriormente, e, em entrevistas mais detalhadas nas atividades de campo desta pesquisa foram atestados novamente os laços de parentesco:

²² Poucos meses antes de iniciar a pesquisa, julho de 2016, os moradores, sabendo do meu interesse de pesquisá-los, me solicitaram para digitar as narrativas históricas para solicitarem a certificação à Palmares – (FCP).

Minha avó Joana era casada com meu avô Idelino que era fazedor de rabeça. Eles eram de Brejo dos Crioulos, daquela região de Varzelândia e Verdelandia. Minha mãe nasceu aqui e já tem 84 anos. Morava aqui na comunidade, com a expulsão, teve que ir para a ilha e de lá para a cidade por causa da saúde. A casa dela era de junto de onde tem hoje tem o pé de jenipapo. Até hoje minha mãe tem uma vazante que eu tomo de conta. Por parte de pai tenho parentes do Rio do Peixe²³ (Maria das Dores²⁴, 50 anos).

O fluxo de moradores e os laços de parentesco entre as comunidades aqui referenciadas eram tão complexos que até hoje, mesmo os que foram para o “carrasco”, lugar onde não vai água, em posses compradas, subsistem ainda as posses nas vazantes e o mesmo se dá com os lugares de pesca. Por vezes, percebe-se que a maneira mais didática de se saber mais sobre eles, se dá na pergunta sobre os lances de pesca e das vazantes. Ambos, lances de pesca e vazantes serão tratados de modo específico no segundo capítulo desta pesquisa.

Aqui no Ilhote da Comunidade do Croatá que também é uma vazante da comunidade, inclusive lá, moraram durante muitos anos muitas famílias de Dona Lídia na Ilha do Iote, que é parente de muitos da Comunidade de Croatá. (...). Nós temos parentesco com moradores que moram lá no Sangradouro, Gameleira, Várzea da Cruz, Caraibas, da ilha de Capivara. (Enedina Souza Santos 50 Anos moradora da Comunidade de Croatá²⁵).

A solicitação da certificação à Palmares, a Cartografia Social construída pela comunidade em 2017 e esta pesquisa em questão atestaram tais laços de parentesco. Posteriormente, os estudos antropológicos solicitados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e Superintendência do Patrimônio da União-SPU que se encontram em execução pela Unimontes, no projeto intitulado “Projeto Dinâmicas do São Francisco,” se constatou a vinculação de Croatá, Caraibas²⁶, Sangradouro Grande, Várzea da Cruz, Ilha de Capivara, Gameleira e as Ilhas de Pedro Preto e Ilha do Iote que se deram a partir de outros quilombos, dentre eles os Gorutubanos. Tais estudos se encontram na Nota Técnica prévia defendida pela Unimontes frente ao Juiz Federal de Montes Claros, em razão dos conflitos fundiários entre a comunidade de Croatá e uma parcela do Espólio Astero Itabayana, em uma audiência de instrução em agosto de 2017, no processo nº 0008590-

²³ Comunidade à margem do rio São Francisco, cidade de São Francisco-MG.

²⁴ Anotação de caderno de campo, 20 de dezembro de 2017.

²⁵ Entrevista de campo em 03 de dezembro de 2017.

²⁶ A comunidade reivindica um território que, no processo de construção da cartografia social com os comunitários, através das memórias acionadas, percebemos que a área do território tradicional, teria proporções maiores. Entretanto, para assumir essa ampliação do território reivindicado, a comunidade é desafiada a construir um movimento de retorno das famílias dispersas por outras localidades e maior diálogo, aproximação política da compreensão do território tradicional com as comunidades vizinhas, nas duas margens do São Francisco (Balaieiro, Quebra Guiada, Sangradouro Grande, Mangai e Croatá), as quais também compartilham da identidade quilombola. (153 e 154).

64.2016.4.01.3807²⁷ figurando como autor do processo o senhor Walter Santana Arantes e respectivamente réus a Associação e membros da comunidade de Croatá.

Deste modo, pode-se observar a existência de um grande quilombo contíguo formando pelas comunidades aqui referenciadas (Caraíbas, Sangradouro, Gameleira, Várzea da Cruz e Croatá e suas ilhas) que reivindicam um território ancestral negro que abrange os municípios de Januária e Pedras de Maria da Cruz às margens do rio São Francisco. Entretanto, os laços de parentesco se estendem até a cidade de São Francisco, o quilombo Gortuba e Brejo dos Crioulos, sendo este último o primeiro quilombo reconhecido do Norte de Minas.

1.4 “O rio faz e desfaz e a gente acompanha na pesca e na vazante”: uma pedra no meio do rio des-envolvendo um povo.

O Sertão Norte de Minas, como já introduzido acima, até a década de 70, detinha um envolvimento interno próprio perpassado por suas contradições regionais específicas, sendo um exemplo os laços assimétricos do compadrio²⁸, o que não impossibilitava a existência de uma parcial autonomia regional. Essa autonomia parcial era vivenciada, de maneira especial, nas comunidades sanfranciscanas que se apropriavam da água e da terra que foram tornados meros recursos naturais (ao tratar neste texto a expressão recurso natural coloca-se em discussão o modo capitalista de tratar a terra e água como meio para a produção capitalista), possibilitados, substancialmente, pelas dinâmicas do rio São Francisco, notadamente, as áreas de pesca e a vazante lugares de morada e de solta de animais que também se materializam e se corporificam no modo de ser vazanteiro, pescador, quilombola da beira do rio São Francisco.

A existência dos sujeitos sociais coletivos acima referenciados se dá em profunda simbiose em relação ao “Velho Chico” possibilitando um modo de vida que segundo Brandão (2012) caracteriza-se por ser próprio e apropriado. Entretanto, tais sujeitos em questão são postos à prova, uma vez que o desenvolvimentismo fará substantivas alterações na paisagem e interposição no modo de vida das comunidades, a título de exemplo, nos lugares de pesca, vazante e morada, que, a partir de então, passará a ser inserido na lógica do mercado e do capital. Essas mudanças acontecem subsumindo e desconsiderando toda a racionalidade de

²⁷ Processo em andamento disponível em: < <https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/index.php> > Acesso em 21 de novembro de 2017.

²⁸ As diferenças sociais entre a classe elevada dos fazendeiros e as mais humildes, desde os vaqueiros até os mais humildes agregados, mitigavam-se pela instituição interessante de compadrio: os filhos tinham como padrinhos membros das classes elevada que passam a tratar os pais de compadres” (MATTA-MACHADO, 1991, p. 26).

apropriação tradicional do solo e da água, o território como um todo, até então entendidos como “dons de Deus”, ou “dádivas da criação”, doravante passarão, em sua quase totalidade, a fazerem parte da dinâmica do mercado “o lugar da vida, tornado em lugar de negócio e lazer” (BRANDÃO, 1995, p. 106).

Em se tratando do rio São Francisco no Sertão de Minas, Saint-Hilaire (1976), a partir de suas viagens (1817-1820), já apresentava a relevância de três atividades das populações sanfranciscanas, sendo elas a caça, a vazante e a pesca, esta última atividade, segundo ele, já gozava de um comércio interno consolidado no Sertão que circulava a partir dos afluentes do rio:

Estando à margem do rio, defronte Porto do Salgado (atual Januária), encontrei dois meninos que pescavam com anzol. Perguntei-lhes se me queriam vender os peixes que tinham apanhado, ofereceram-mos, e embora cobertos de andrajos, recusaram o dinheiro, dizendo-me que bastaria jogar a linha novamente à água para fazer outra pescaria. Põe-se a secar o peixe do rio São Francisco, principalmente os surubis e os dourado. Comi deste peixe seco do rio São Francisco, e, achei-o infinitamente superior ao bacalhau da terra nova, que é preferido, no entanto, no país, sem dúvida porque é aí mais raro. O peixe seco do rio São Francisco, exporta-se dos arredores do Porto do Salgado (Januária) para o interior da Província de Minas. Os peixes que habitam o rio são principalmente o dourado e o surubi de que falei, a matrichã, o pacu, o piau, a traíra, o mandi, a jondiá, a curvina, o acari, a piabanha, a curmatán. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 340).

A existência da caça compunha parte considerável da vida dos moradores da Vila de Januária, cujas vidas de seus membros estavam completamente voltadas para as atividades do campo, tendo a caça como uma prática muito comum, inclusive entre os abastados em Januária.

Existem, nessa região, caçadores que passam uma parte do ano quase da mesma maneira que os índios. Deixam a casa, não levando consigo senão a espingarda, pólvora, chumbo e sal; metem-se pelo mato, nutrem-se da caça que abatem, e não voltam às vezes senão ao cabo de muitos meses, carregados das peles dos quadrupedes que abatem. (...) conheci um proprietário abastado de Porto Salgado que apreciava muito essa caça. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 317).

O cultivo agrícola às margens do rio São Francisco em Januária e o alto valor da terra foram outros elementos dignos de nota “(...) as terras das imediações de salgado, em que fazem plantações, são as mais baixas e mais úmidas. Não se deixam repousar mais de um ano; brota aí relva, queimam-na, e sem empregar adubos, recomeça-se o plantio”. (SAINT-HILAIRE, 1975, p 346). A dinâmica própria do rio, no entendimento desta pesquisa, oferece as melhores condições de reprodução do pescado e fertilização de vazantes, posto que nas

cheia o rio traz sedimentos ricos em nutrientes como nos rios Tigre, Eufrates e Volga²⁹, o que permaneceu até quando a Barragem de Três Marias³⁰ inexistia. Segundo Mata Machado (1991), o Sertão Noroeste Mineiro conhecia apenas dois ciclos hidrológicos do rio: “até 1940, antes das grandes barragens, a vida no rio era regulada pelas secas e enchentes” (MATTA-MACHADO, 1991, p. 27). As ações do Estado em relação ao Norte de Minas que vão emergir a partir do século XX partem da noção de atraso do Norte de Minas e Jequitinhonha em relação às outras regiões do Estado.

O discurso construído, em tratando de Norte de Minas, sobre o “suposto atraso”, se fortalece na segunda metade do século XX, mas se remetendo às raízes históricas na insurreição contra os poderes constituídos do Brasil Colônia. Por outro lado, “conservou” a grosso modo, até meados de 1960, características de uma região “agropastoril interna, portanto uma região não exportadora, exceto a produção do gado vacum”. (MATTA-MACHADO, 1991, p 17), sendo que o gado vacum era destinado para a região das minas, portanto uma produção para consumo para a região das minas. Um fator determinante que supostamente “obliterou” as possibilidades do Sertão Sanfranciscano de não se integrar a economia nacional e mineira se deve a recusa de pagamento de qualquer tipo de imposto à coroa portuguesa, tal como se deu em outros lugares do país. “Essa revolta foi cognominada de “Sedição de 1736” ou “Conjuração do São Francisco” (MATA-MACHADO, 1991, p. 39). Em virtude da revolta o Sertão Franciscano foi penalizado com “O cerco estabelecido pela coroa, que deu início a um período de isolamento que perdurou até a primeira metade do século XX” (MATTA-MACHADO, 1991, p. 50).

Esse suposto esquecimento, experimentado pelo Norte de Minas, segundo Mata-Machado (1991) contribuiu para emersão do “banditismo Social” que Chico Science³¹ canta em sua música justificando-o por uma questão de classe. Um exemplo, no Sertão de Minas é Antônio Dó (médio proprietário da atual cidade de Brasília de Minas) que na I República, isto é, no fim do século XIX e início do século XX, passou a agir como juiz do povo, em “desfavor” dos grandes proprietários e coronéis na resolução dos conflitos agrários conferindo os direitos em favor de posseiros, famílias negras - desafiando, portanto, coronéis e altos funcionários liberais. Esse contexto tenso, demonstra a existência de luta pela terra, não obstante, como se pode perceber eram resolvidas internamente tendo como centro do litígio

²⁹ Sedimentos de areia, terra e restos orgânicos que fertilizam anualmente as croas de areia existentes ou formadas numa cheia do rio. Após a baragem, tais dinâmicas são menos intensas, mas ainda assim, as cheias anuais, aonde elas chegam tornam as vazantes altamente propícias para o cultivo.

³⁰ Construída entre 1959-1963 com o objetivo de controlar a vazão do rio e gerar energia elétrica.

³¹ Letra da Música: Baditismo por uma questão de Classe. Autor Chico Science.

moradores de distintas posições sociais do Norte de Minas, relações que serão mudadas após a intervenção mais direta do estado na região.

A partir de 1959 com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE pela União, e, com a inserção, em 1963, do Norte de Minas na área da SUDENE, o estado cria a infraestrutura para entrada do capital, instituindo padrão e normativas para inserir o espaço para acumulação capital à classes externas à região. Em se tratando do estado de Minas, este período coincide com a criação da Fundação Rural Minas-Ruralminas sob a égide do governo de Minas Gerais através da Lei nº 4.278/66, observa-se uma dupla ação articulada na região Norte de Minas, uma federal e outra estadual.

Se for observado o momento e sentido da lógica do capital, o que se tem, na verdade, é a divisão regional do trabalho e a complementariedade entre União e Unidades Federadas. A própria barragem de III Marias no rio São Francisco, obra do estado de Minas, tem como objetivo manter a demanda de criação de grandes projetos de irrigação administrado pela Ruralminas, a exemplo do projeto de irrigação Jaíba, maior da América Latina, cujo projeto, ainda inconcluso possuem a coopaticipação nas etapas da ordem do Estado de Minas e da União Federal. A Ruralminas segundo Araújo (2012) detinha amplos poderes: compra, investimento, divisão e administração do setor agrícola, assumindo, inclusive, o ordenamento territorial das áreas de atribuição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, além de investimento em projetos pilotos de irrigação, como é o caso do projeto Jaíba, situado no Norte de Minas. Na prática, as implantações de tais projetos dinamizaram a economia enquanto existiram e propiciaram a expropriação de segmentos pobres do Norte de Minas.

A **SUDENE** segundo Oliveira (2004) faz parte das políticas hidráulicas contra as secas no Nordeste, especialmente, para atender as oligarquias agrárias que se apoderaram do discurso de seca histórica, e a pouca representatividade política de Juscelino Kubitschek-JK³² nos maiores colégios eleitorais da Bahia e Pernambuco, que precisaria ser fortalecida.

³² A intervenção do Estado na economia apoiou e reforçou o impulso vindo do setor privado, no ciclo que ficou conhecido como “desenvolvimentista”. Sucessivamente, Vargas e depois Kubitschek patrocinaram a ampla vaga da industrialização “substitutiva” que tomou forma de acúmulo de economias externas que só beneficiavam São Paulo e seu imediato entorno. Foi então que veio a Sudene, no rastro de um conjunto de fatores que elevou a “questão regional” ao estatuto de uma “questão nacional”. Uma impiedosa seca, que exigiu a ajuda federal, mediada pelos “coronéis” com seus velhos métodos corruptos, uma derrota política do governo Kubitschek nos então dois principais estados, Pernambuco e Bahia. (OLIVEIRA, 2004, p. 13).

Segundo Servilha (2015) o termo Nordeste usado para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de obras Contra as Secas – IFOCS³³, no início do século XX, atende a necessidade desenvolvimentista embasando-se numa região tornada “miserável” a ser desenvolvida, enquanto, na realidade, a região está sendo forjada como signo de manutenção e reprodução de relação de poder. A invenção do Nordeste, na perspectiva de Servilha³⁴ (2015), se constrói a partir de estereótipos pautados no discurso do flagelo da seca, o banditismo social de Lampião e o messianismo de Canudos, contexto que permitiu a invenção da tão propalada miséria. Neste mesmo contexto, traz este conteúdo para sua análise, construindo assim um conteúdo semântico de invenção do Jequitinhonha como Vale da Miséria, o que não é diferente do Norte de Minas. Essa trama vai sendo compenetrada em arte e literatura a partir do século XIX materializada na ideia de “antimoderno”, a ser necessariamente superado por meio da integração em um projeto de Estado moderno, acrescidos da noção de um sertão longínquo, síntese do brasileiro.

É esta noção de Nordeste estereotipado que vai ser encaixada para se construir a divisão regional de Minas Gerais, especialmente o “Norte de Minas” que de fato acessou os incentivos fiscais da SUDENE, conforme salienta Porto Gonçalves (2000), e, em menor medida a região “Jequitinhonha”. No contexto mineiro “o ideal modernizador, urbanização-industrialização-integração nacional-desenvolvimentista (Servilha, 2015 p. 74), se dava em diversas escalas, atendendo uma ordem mundial³⁵. A divisão de região é transpassada por um modo de apropriar seja em termos físicos, seja em termos sigmáticos. Entretanto, elas serão aditadas a partir das regiões divididas no processo de ordenação territorial em função da inserção da mesma ao modo de produção capitalista com função predeterminada na divisão social do trabalho, a partir dos controversos diagnósticos que gerariam o planejamento territorial. O sentido de diagnosticar todo o território regionalizado possuía o ideal estrutural da industrialização e modernização, que passariam a produzir a partir de mitos de vocações regionais.

³³ Órgão criado em 1909, vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com o nome de Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS) através do Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909. Em 1919, passou a chamar-se Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS) e, em 1945, recebeu o nome atual.

³⁴ A noção de invenção do Nordeste de Servilha (2015) se dá a partir dos estudos de Albuquerque Junior (2011).

³⁵ Há um sentido no qual o progresso econômico acelerado é impossível sem ajustes dolorosos. As antigas filosofias ancestrais devem ser erradicadas; as velhas instituições sociais têm de se desintegrar; os laços de casta, credo e raça devem se romper; e grandes massas de pessoas incapazes de acompanhar o ritmo do progresso devem ver as suas expectativas de uma vida confortável frustradas. Poucas comunidades estão dispostas a pagar o preço do progresso econômico” (Nações Unidas 1951 apud Servilha, 2015 p. 71).

Em partes, a suposta inviabilidade de des-envolver a economia da região semiárida do Nordeste, como nos lembra Servilha (2015), acoberta a possibilidade de problematizar a questão agrária, posto que as mesmas reivindicavam a modernização conservadora. Este contexto condicionou JK a rever seu projeto desenvolvimentista de metas de industrialização voltados primordialmente para São Paulo e adjacências, o que criou o cenário para fomentar uma política de industrialização no Nordeste. Posteriormente, essa modernização foi dada continuidade sobre a égide dos militares, no campo, isso se deu a partir da “modernização de fazendas” doravante renomeadas empresas rurais. De certa maneira, conforme ressalta Oliveira (2004) e Servilha (2015), a política de JK assemelhava-se, em certa medida, à “re-divisão regional do trabalho” (OLIVEIRA, 2004, p.12) que por sua vez, cumpria um papel na divisão internacional do trabalho já iniciada na era Vargas, na década de 30, em vista de acumulação de capital”, porém com o protagonismo da União Federal e quebra das barreiras fiscais entre os estados.

Como é possível observar, a partir dos autores supracitados, a modernidade advém de centros oligárquicos e regimes ditatoriais. A modernização conservadora se desencadeou na ditadura varguista e no regime militar, a própria SUDENE se desenvolveu, notadamente, neste último regime, eis pois as contradições da modernidade. Entretanto, na percepção de Martins (2010) não se é de estranhar, relações tradicionalistas em contexto sem que se propõe o moderno. Este autor afirma que na América Latina, na década de 1970, pairava esse aparente dualismo, que na verdade não necessariamente se experiencia uma oposição, mas corresponde a uma “conciliação do antagônico, como forma de resistir a inovação e à transformação” (MARTINS, 2010, p. 18). Na realidade a possível desarticulação de tempos histórico e realidade social são interfaces de uma realidade coesa. No seu ponto de vista, ambos, o tradicional e o moderno descrevem não mais do que a coexistência de tempos históricos, ambíguos e inconclusos.

Modernidade, enquanto moda e momento, é também a permanência do transitório e da incerteza, a angústia cotidiana da incerteza em face do progresso linear e supostamente infinito: a vida finita posta em face da realidade social, do futuro, supostamente sem fim. A modernidade não está apenas nem principalmente na coleção de signos do moderno que atravessam de diferentes modos a vida de todos nós. A Modernidade é a realidade social e cultural produzida pela consciência da transitoriedade do novo e do atual. (MARTINS, 2010, p.18).

Essa percepção de modernidade nos ajuda compreender, ao nosso modo de ver, o sentido de existir o aparentemente controverso, “a industrialização-modernização” sustentada

pelo regime militar, ou até mesmo, a ampliação do capital, em tempos modernos, a partir da expropriação territorial. No fundo a ideia de modernidade abarca a ampliação do território do capitalismo que se retroalimentam. A modernidade “é constituída ainda pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, além do acelerado avanço tecnológico” (MARTINS, 2010, p,18-19) e a dolorosa acumulação desigual de capital. É uma experiência que não perpassa ontologicamente pela pessoa e nestes termos ela “mistifica desmistificando”, isto é, apresenta o possível, mas não te dá as condições de acessá-lo. Num plano material, a modernidade aparente que não chega não acontece, por isso, na modernidade o moderno pode de fato não existir, as relações de trabalho análogos à escravidão podem existir, porque a modernidade é travessia, não estando a modernidade no sentido ético conclusa.

Em que pese, a ideia de Nordeste atrasado e antimoderno também é motivo das preocupações da CEPAL³⁶ que propõe um modelo de desenvolvimento a partir da noção centro-periferia, também numa lógica de planejamento e integração entre as regiões brasileiras. Convém salientar que foram as proposituras de Furtado³⁷ que embasaram o projeto SUDENE.

Furtado fundou sua tese sobre o Nordeste, que embasou sua concepção de superação do atraso nordestino pelo planejamento, nessa analogia ele demonstrou, através do esquema da triangulação exportações do Nordeste-uso das divisas “nordestinas” pelo Centro-Sul-exportações do Centro-Sul para o Nordeste, como se dava a nova relação. (OLIVEIRA, 2004, p. 11).

Segundo Servilha (2015) a invenção ou formação de uma região deve ser problematizada abordando quais os sujeitos que estão por trás do ato de dividir, suas racionalidades, representações e identificações. Isso coloca a questão da modernidade e o desenvolvimento para quem e para quem? Neste sentido, a região emerge como um produto de representações e processos sociais que a instituíram/instituem justificando o ato de dividir por classificações. Esse cenário em relação ao Nordeste é reproduzido nos Vales do Jequitinhonha e São Francisco, Norte de Minas, embasados a partir do discurso de miséria, discurso que subsidiou o sentido de homogeneizar a heterogeneidade, com finalidade de intercambiar mercadorias e imposição de um modo de usar a terra e a força de trabalho existente *in loco*.

Em se tratando do Norte de Minas conforme salienta Porto Gonçalves (2000), a “modernização” se deu a partir dos barramentos do rio e a utilização da irrigação de suas margens atraindo diversos sujeitos para a região, notadamente asiáticos e plantação de

³⁶ Comissão Econômica para a América Latina.

³⁷ Idealizador do Plano de metas de desenvolvimento do governo de JK, dentre eles o projeto SUDENE

eucalipto nas suas vastidões de chapada. Como podemos observar, a noção de “vazio” pressupõe a necessidade de vetores de ocupação e territorialização do capital, por isto a necessidade de garantir controle e integração do território que passariam a ter funções pré-estabelecidas: “enquanto as empresas de São Paulo e Rio produziram os bens duráveis, Minas, a partir da divisão regional de trabalho forneceria os bens intermediários, isto é, os insumos bases para as primeiras. (SERVILHA, 2015 p. 86).

No Norte de Minas, a SUDENE entre o período de “1970 e 1990 aprovou, não menos que, 222 projetos para a região em questão, sendo 108 projetos industriais, 07 agroindustriais e 107 agropecuário” (SANTOS; SILVA 2017 p. 16), gerando uma maior inserção econômica do Norte de Minas em relação a outras regiões do Estado, mas também causando expropriação e desigualdades sociais.

Os projetos desenvolvidos pela SUDENE eram articulados a partir de quatro eixos: “(a) grandes projetos agropecuários; (b) industrialização; (c) reflorestamento; e (d) projetos de irrigação” (RODRIGUES, 2000, p. 99), na sua maioria, como se pode observar grande parte se destinava ao campo. Em nível Federal, a modernização dos latifúndios antigos, doravante tornados propriedades rurais, no Norte de Minas, se deu a partir de recurso oriundos do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR³⁸), cujo recurso mais expressivo origina do Imposto de Renda de pessoas jurídicas disponibilizado como crédito para pecuária e reflorestamento no Norte de Minas. O FINOR é administrado pelo Banco Nacional do Brasil (BNB). O capital do BNB, segundo Araújo (2012), é misto sendo 90% de capital público e os demais privados que ficam à disposição para investimento em toda área atingida pela SUDENE. Além da SUDENE, o Norte de Minas sediou o Programa de Aproveitamento Racional das **Várzeas-PROVÁRZEA**³⁹ que consistia na supressão da cobertura vegetal e exploração das águas do rio, das lagoas e várzeas para fruticultura irrigada e formação de pasto.

Como resultante desse período tem-se, atualmente, no Sertão Franciscano, um número elevado de fazendas endividadas, hipotecadas e um cemitério de indústrias em

³⁸ Benefício Fiscal concedido pelo Governo Federal, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12/12/1974, reformulado pela Lei nº 8.167, de 16/01/1991, com modificações introduzidas pela MP nº 2.199-14, de 24/08/2001 (última reedição da MP nº 2.058, de 23/08/2000), para apoio financeiro às empresas sediadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo). Disponível em: < <https://www.bnb.gov.br/web/guest/duvidas-frequentes1#13> > Acesso em 21 de outubro de 2017.

³⁹ As grandes fazendas, que se estabeleceram na área a partir dos anos de 1970, na implantação dos seus sistemas de produção, com recursos do Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis – PROVÁRZEAS - suprimiram a maior parte da vegetação nativa, matas e alagadiços e passaram a utilizar a água do rio e das lagoas marginais para a irrigação de frutíferas e de pastagens interferindo sobre a dinâmica de recarga das lagoas”. (ARAÚJO, 2009, p. 32).

Montes Claros, o que se deu em razão das medidas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso-FHC nos anos 90 que abandonou progressivamente o sentido da SUDENE para o Estado, com o discurso de substanciais desvios existentes nos projetos, enterrando de uma só vez, os partidários e apatidários de uma política regional articulada a divisão internacional do trabalho.

O FINOR retirou a maior parte dos incentivos fiscais. O pretexto foi a corrupção encontrada no agenciamento dos projetos de investimento, a fraude em projetos que nunca se instalaram, uma valorização artificial das ações do FINOR-FINAM mediante a qual os donos dos projetos recompravam na “bacia das almas” as ações que estavam em mãos de terceiros, porque evidentemente o mecanismo estava funcionando apenas como uma espécie de especulação financeira e os resultados reais dos projetos de investimento não remuneravam o capital investido – diga-se, os incentivos a que a União renunciava (OLIVEIRA, 2004, P18).

Em se tratando da realidade do campo, muitas fazendas, que expropriaram as populações e comunidades tradicionais, ao longo do rio São Francisco, a partir de 1990, decretaram falência, como é o caso da Massa Falida Atrium, que expropriou os comunitários de Croatá, Sangradouro Grande, Várzea da Cruz e Gameleira em Januária. Porto Gonçalves (2000) ao analisar os impactos da SUDENE no Sertão Mineiro afirma que o que transformou foi a dinâmica interna da região que passou por um processo nunca antes experienciado: “O que mudou, a partir dos anos setenta, foi o modo de inserção da região à divisão nacional/internacional do trabalho”. (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 14), mesma conclusão que chegou Oliveira (2004). O ciclo da nova divisão regional do trabalho foi comandado pelos incentivos fiscais do Estado, uma espécie de capital-financeiro-geral que financiou a transferência de empresas para o Nordeste” (OLIVEIRA, 2004, p. 17), e em Minas, com maior expressão para o município de Montes Claros, em razão de sua força política, onde os projetos foram voltados para a indústria.

Todo esse processo desenvolvimentista legitimou a privatização da água e da terra. Não bastasse isso, fortaleceu o latifúndio regional, que até então eram fazendas falidas expropriadoras das populações sanfranciscanas que se organizavam sobre as terras tradicionalmente ocupadas⁴⁰, posteriormente tornadas empresas rurais conforme as normativas do Estatuto da Terra de 1964, garantidos pelos incentivos,

Os incentivos governamentais sob a forma de isenção fiscal ou de concessão de terras públicas, gerais, foram colocados à disposição de empresários que abraçaram essa ideologia modernizadora. Temos, assim, a modernização conservadora à la Norte de Minas. (...) Assim a região que tinha seu próprio

⁴⁰ Noção de Alfredo Wagner para tratar de terras apropriadas pelas populações tradicionais. Será discutido no próximo capítulo.

envolvimento foi des-envolvida. A sociedade local/regional que, à sua moda, com suas próprias contradições, determinava o que ia ser feito dos seus, mesmo que desigualmente repartidos, recursos naturais assim como de outras riquezas, vê des-locado, ou seja, vê tirado (dos do) do local, (dos da) da região, o poder de determinar os seus destinos. (PORTOGONÇALVES, 2000, p. 12 e 13).

Na perspectiva de Little (2002) a proposição de modernidade em relação às comunidades tradicionais trouxe no seu involucro a pressuposição do desenvolvimento em oposição ao suposto atraso que, inicialmente, era ideia reinante que compunha o bojo das ciências sociais (em especial o lenilismo que considerava que tais populações seriam totalmente absolvidas pela indústria, economia e pela tecnologia). Portanto a ideia homogênea existente era a “inexorabilidade” fática da transitoriedade das comunidades tradicionais que deveriam se colocar em marcha para a modernidade, entretanto, essa própria noção foi efêmera no próprio interior das ciências sociais, a exemplo da antropologia, que atualmente, aposta e postula o etnoenvolvimento local para tais populações.

A noção de desenvolvimento desigual e combinado segundo Lowy (1998), no nosso entender, se aplica a situação Norte Mineira. A perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado se constrói a partir do momento em que uma forma de produção se sobrepõe a outra forma de produzir que lhe é externa. No caso em questão, a inserção do rio São Francisco e suas terras crescentes e férteis se deram a partir de visão interna e articulada com outros setores que entenderam que o dito “isolamento econômico” do Norte de Minas deveria ser rompido, como Salienta Santos e Silva (2017) para se articular com o mercado do Centro-Sul brasileiro:

Esses diferentes estádios, não estão simplesmente um do lado do outro, numa espécie de coexistência congelada, mas se articulam se combinam, se amalgamam: o processo do desenvolvimento capitalista, criado pela união das condições locais (atrasados) com as condições gerais (avançadas). (LOWY, 1998, p. 78).

No entendimento Duayer (2011) as forças produtivas e as relações sociais, embora aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social, correspondem meramente como meio para o capital. Na perspectiva de Marx (2011), existem diferentes formas de desenvolvimento social do indivíduo, assim como existem diferentes formas de produção e “distintas fases de desenvolvimento de produção”, inclusive aponta que a “a própria sociedade burguesa é só uma forma antagônica do desenvolvimento, nela são encontradas com frequência relações de formas precedentes” (MARX, 2011 p. 85). Deste modo, Marx salienta que a persistência da propriedade comunal, é um exemplo de existência de relações

aparentemente contraditórias e desconexas em uma mesma época. Entretanto, para a economia burguesa esta existência e ressignificada como um “suposto resquício” precedente do desenvolvimento histórico, ou nas palavras de Marx “uma etapa de si mesma”.

Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta. P. ex., entre os povos pastores (os povos meramente caçadores ou pescadores estão aquém do ponto onde começa o desenvolvimento efetivo). (MARX, 2011, p. 86).

Deste modo, podemos deduzir, nos apoiando em Marx, que os diferentes etapas históricas, e as diferentes relações sociais coexistem no interior de uma sociedade capitalista, e, não necessariamente à parte, pois, no interior do capitalismo, tal contradição é assumida seu processo histórico como um todo, a própria existência da “propriedade em comum só se manterá, na medida em que tais populações se manterem em maior ou menor grau, na medida em que esses povos se manterem em suas tradições” (MARX, 2011, p. 86). Destarte, como salienta Marx (2011) a existência, dos que hoje chamados povos tradicionais, remete a sua persistência, ainda que o domínio do capital esteja nas mãos das sociedades burguesas modernas; por fim, a coexistência de ambos sujeitos não revela diferentes etapas históricas, mas a dinâmica global do sistema capitalista que tem em si a existência de sua contradição.

Cabe salientar que, qualquer proposição, seja ela equivocada ou não dos escritos marxistas e marxianos, na medida que eles apontam para qualquer tipo de tendência determinista não encontram espaço de compactuação nesta escrita dissertativa. Assim, conforme salienta Giddens (1991), qualquer modo de pensar a história unificada ou trazer para o seu bojo um perspectivismo evolucionista social é preocupante, afinal, o que é evoluir e de onde vem e é formada esta proposição? Será que todos querem evoluir? Assim, conclui o autor, a “história é destituída de teleologia nenhuma visão de progresso pode ser plausivelmente definível” (GIDDENS, 1991, p. 52).

Martins (2010) refletindo as temporalidades da história no pensamento de Lefebvre observa que a noção de desenvolvimento igual do capitalismo foi bastante propagado devido a muitos intelectuais⁴¹ terem tido acesso apenas ao primeiro volume de O Capital, por isso afirma que,

⁴¹ Dentre estes Lenin recorreu a noção de formação social e econômica por não terem acesso a (pedagogicamente observou que o primeiro volume da obra O capital, que Lenin teve acesso, havia, somente, o

A noção de formação econômico-social em Marx e Lenin tem dois âmbitos: ela tanto designa um segmento do processo histórico formação econômico-social capitalista, quanto designa o conjunto do processo histórico. Mais do que uma imprecisão, essa duplicidade nos remete ao princípio explicativo de totalidade e, ao mesmo tempo, de unidade do diverso. (MARTINS, 2010, p. 101).

Assim sendo, a noção de formação-econômico-social abarca a noção de desenvolvimento desigual do capitalismo, não obstante a aparente existência ou a própria existência de formações de ritmos históricos. Estes são abarcados como processos dinâmicos dentro do capital, reafirmando a coexistência dos tempos históricos que não se findam totalmente no passado, presente ou futuro e ou no possível, apenas coexistem no bojo de uma totalidade, onde se produz o diverso.

Retomando a noção do desenvolvimento desigual e combinado de Lowy (1998) podemos afirmar que frente ao desenvolvimento do capital em se tratando de Brasil, o Norte de Minas se apresentava, supostamente “aquém”, que nesse caso “precisaria” ser inserido na economia do grande capital (PORTO-GONÇALVES, 2000), através da produção de carvão para aquecimento dos fornos para a produção de ferro do quadrilátero ferrífero mineiro que se destinava a exportação, por exemplo.

O rio São Francisco, por sua vez, se insere no desenvolvimento desigual e combinado enquanto região a partir da produção de energia e disponibilidade de água do lago de Três Marias ainda que no período natural da seca, para manter a produção de fruticultura irrigada como é o caso do Projeto Jaíba⁴², projeto resultante de dupla articulação entre Estado e União. Deste modo, coexistem diferentes formas de apropriação do rio, se sobrepondo sobre os pescadores-vazanteiros-quilombolas, a primeira resulta de uma perspectiva desenvolvimentista (barragens, agrohidronegócio, indústrias têxteis, mineração e outros) gerando um grande passivo ambiental para os pescadores-vazanteiros.

De maneira bem específica, os pescadores e vazanteiros do rio São Francisco passaram a serem reféns das bases de concreto de Três Marias que tornou toda a dinâmica das

desenvolvimento igual do capitalismo), por isso que recorreu a noção de formação econômico-social para refletirem as relações sociais capitalista e relações sociais e institucionais que não estavam totalmente abarcadas pelo desenvolvimento do capitalismo, como na realidade russa.

⁴² O Projeto Jaíba caracteriza-se por ser o maior projeto de irrigação da América Latina. Está na agenda de desenvolvimento misto entre o Estado de Minas e da União. Situado no Norte de MG, se autodenomina como a nova fronteira do agronegócio do país, cujo projeto associa terra e água, centrando na agricultura irrigada entre o rio Verde Grande e o rio SF, o projeto pretendo produzir, assim que todas as etapas forem concluídas, mais de 1,7 milhões de toneladas de frutas anuais no já instalado Distrito de Irrigação do Jaíba (DIJ). Disponível em: <http://www.ruralminas.mg.gov.br/jaiba> > acesso em 12 de mar. De 2017.

águas, tão necessárias à pesca e a vazante, prisioneira de si. Não bastasse isso, o sistema interligado do Operador Nacional de Energia – ONS engendra a objetivação da regulação em uma escala mais ampla, posto que a vazão do rio passa não somente a servir às necessidades de MG, o que já é uma grande questão de impacto, mas que se amplia e intensifica, posto que as águas do rio agora estão a merce das necessidades de energia para reprodução em escala de país. Destarte, somente a vazão defluente e as águas da chuva após a barragem é que tem “dinamizado” minimamente o rio e fertilizado as vazantes, uma vez que, a barragem obstruiu o “fazer/desfazer” natural do rio, que doravante passa a estar a mercê da ganância do capital.

A título de exemplo, como veremos mais a frente, numa pequena amostragem de dados, o alto índice de permissão/uso da água torna o projeto Jaíba insustentável, posto que este faz retirada de altos níveis de recurso hídrico do rio São Francisco, situando o projeto Jaíba entre os principais ou o maior consumidor de água do rio em Minas Gerais. O Projeto Jaíba caracteriza-se por ser o maior projeto de irrigação da América Latina. Está na agenda de desenvolvimento misto entre o Estado de Minas e o governo Federal. Situado no Norte de MG, se autodenomina como a nova fronteira do agronegócio do país, cujo projeto associa terra e água, centrando na agricultura irrigada entre o rio Verde Grande e o rio São Francisco.

O projeto Jayba, maior da América Latina, pretende produzir, assim que todas as 4 etapas forem concluídas, mais de 1,7 milhões de toneladas de frutas ao ano. Já está instalado Distrito de Irrigação do Jaíba (DIJ), além de já possuir uma Central de Comercialização de produtos para abastecer o mercado interno e externo num complexo arranjo agroindustrial, a muito tempo prioridade para o governo de Minas. O projeto se constitui de 4 etapas: etapa I - abrange área de aproximadamente 33.350 ha (já concluída), etapa II - incorpora áreas de 34.700 ha, etapa III - com superfície aproximada de 17.000 ha, etapa IV - com extensão aproximada de 15.850 ha.

Atualmente, este projeto detém outorga para retirar água do rio São Francisco em quantidade próxima ou superior a vazão afluyente (água que chega na barragem de Três Marias) se considerados alguns dias em períodos de seca e se considerer os outros usos, é possível que a retirada seja mais substancial. Segundo a Revista Globo Rural (2010) o Projeto Jaíba tem outorga de retirada de 80 metros cúbicos de água por segundo do rio São Francisco.

Os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (2017), retirados aleatoriamente entre os anos de 2014-2017, demonstram que o direito de retirar a água do rio São Francisco pelo Projeto Jaíba é superior ao nível de água que chegava dos tributários à barragem de Três Marias. Tais dados anunciam uma crise hídrica eminente do rio, uma vez que a demanda de

água posta é superior à sua capacidade, como se pode observar abaixo. Os dados retirados nos últimos quatro anos, todos em períodos de seca em Minas, demonstram que, se observada a necessidade de vazão ecológica do rio como um todo, a outorga do Projeto Jaíba de 80 m³/s, não somente é insustentável para Minas, assim como é demasiadamente inequânime em relação a bacia hidrográfica como um todo que se compõe de outros estados.

Bacia do São Francisco	Reservatório	Nível -m	Vazão m ³ /s afluência	Vazão m ³ /s defluência	Data
Barragem de Três Marias	551,34	5,16	16	162	30/09/2014
	553,26	10,53	66	122	17/01/2015
	554,75	15,20	66	344	03/11/2016
	572,72	9,0	26	310	26/10/2017

Tabela 1: operação da barragem de Três Marias entre 2014-2017. Fonte Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS e Companhia hidrelétrica de Minas Gerais -CEMIG⁴³. (Org. Santos, R. P.).

Segundo Malvezzi (2014), as vítimas primárias do agrohídronegócio são: “ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, posseiros, marisqueiras, trabalhadores rurais, aquelas categorias do campo que ocupam espaços desejados pelo capital” (MALVEZZI, 2014 p. 99-100). A partir de então, de acordo com o embate com o capital, categorias identitárias, vão se tornando vitimadas com signos de atingidos de acordo com seu encontro ou não com o interesse do capital expropriador, seja ele direto no território, seja em razão dos impactos que chegam pela água em seu território.

A comunidade de Croatá não se refere à palavra desenvolvimento. Ela se encontra entremeadada em momentos em que se recordam da fartura e ou vivenciam a escassez no tempo hodierno. A escassez e expropriação chegam com o tempo dos fazendeiros/barragem que condicionaram os pescadores-quilombolas a viverem em ilhas, comprometendo assim os lugares de caça, coleta de frutos e morada. Doravante estes lugares serão direcionados para a formação de pasto e a Barragem de III Marias comprometerá a vazão ecológica do rio e seu vertedouro, por vezes, causará mortandades de peixes.

Então, antigamente, o meu avô, o meu bisavô, meu pai, criou a gente na beira do rio. Isso aqui era tudo mato. Mato muito bravo mesmo. Isso aqui tinha muito bicho, muita coisa. A gente morava na beira do rio. Carne, era só coronel que comia carne. Para matar um gado, para comer uma carne, era

⁴³ Disponível em: http://apps05.ons.org.br/resultados_operacao/boletim_diario/index.htm (2017). Acesso em 10 de março de 2017. Disponível em: http://www.cemig.com.br/ptbr/a_cemig/nossos_negocios/usinas/Paginas/Tr%C3%AAs_Marias_dados.aspx Acesso em 29 de novembro de 2017.

difícil demais. A gente não achava não. Os pais da gente criou a gente com a caça e com a pesca. Só que naquela época eles faziam o quê? Eles iam para o mato. Iam e matavam um veado, aí eles pegavam e dividiam com a família. Era a semana toda comendo. Era uma alegria só. **Só ia caçar outro quando aquela acabava. Então não era predatório.** O que acabou com a caça foi o fazendeiro. E por isso hoje é proibido. Foi o quê? **Os grandes fazendeiros entraram com o capim e derrubaram a moradia dos bichos.** Fazê o quê? Você mora numa casa, chega um cara e derruba sua casa. Você não tem onde morar. Você tem que procurar um refúgio. Então os bichos têm que caçar um refúgio. Não é que a caça é predatória é porque vai acontecendo essas coisas assim. Eu lembro que o meu avô fazia assim. Eu vou ali, não era longe. Era na beira de casa, na porta. Ele ia lá e caçava. O cachorro acuava um tatu na beira do quintal, ele ia lá e panhava. E ficava todo mundo com a barriguinha cheia. Tudo gostoso, né? Então, o que acontece? Então, hoje as coisas são difícil. A gente tem que preservar. Senão um filho nosso, num vai saber o que é. Vai saber na foto. E hoje a gente pesca de varinha e leva um peixe para casa e tudo, só para alimentar a família porque está na piracema. Se pescar para vender é predatório. Entendeu? Tem que ter tamanho certo, limite certo e o peso certo. Senão tiver assim a gente tem que soltar. Por isso, a gente preserva. (Raimundo Oliveira Santos⁴⁴).

Tem pesca de rede, de tarrafa, tem anzol. Ajeita o anzol, pega rabeira arranja a isca e pesca o surubim. O surubim está escasseado, o surubim tem morrido muito. Por causa da água envenenada que veio aí para cima, veio muitos surubins mortos por causa de alumínio na água. A pesca ninguém me ensinou não, eu aprendi foi com a força e a necessidade (Joaquim Francisco de Souza 81 anos⁴⁵).

A fartura está associada a riqueza de matas e águas existentes nas paisagens em diversos lugares que compõem o rio, as vazantes, o quintal no barranco do rio, na mata e no cerrado (parte alta). Tais lugares, antes, por sua riqueza de fauna e flora, possibilitavam a nutrição em abundância das necessidades materiais e simbólicas bem como a interação dos grupos sociais, ao longo do rio São Francisco que possuíam uma produção predominantemente para dentro, isto é, para o autoconsumo cuja destinação de excedentes voltava-se para fora, mas nem sempre. A ideia de fartura não está associada ao tempo destinado ao trabalho, mas antes de tudo, a uma equação diferenciada em que tanto mais se permite que haja abundância de lugares predeterminados para multiforme reprodução da vida, tanto menos o sujeito trabalhará e ou padecerá. Em outras palavras, a ideia de fartura se associa à conservação da natureza.

Em relação ao pescado, o rio como um todo, ainda possui um número elevado de espécies de peixe, entretanto, tais espécies se encontram ameaçadas.

Essa ictiofauna do rio São Francisco é representada por 150 espécies de peixes que encontra-se bastante ameaçada em várias regiões, principalmente

⁴⁴ Entrevista de campo realizada em Croatá com seu Raimundo Oliveira Santos, 10 de dezembro 2017.

⁴⁵ Entrevista de campo realizada em Croatá com seus Joaquim Francisco de Souza, em 15 de dezembro de 2017.

no trecho a jusante da barragem de Sobradinho até o Oceano Atlântico, a montante da barragem de Três Marias e nos rios Paraopeba e das Velhas, devido, principalmente, ao desmatamento ciliar, à construção de grandes barragens, às poluições industrial e doméstica, ao garimpo (diamante e ouro), à pesca predatória e à destruição de várzeas e lagoas marginais pelos projetos agrícola. (SATO; VERANI; GODINHO, 2003, p. 275).

Além da poluição, a intervenção no ciclo hidrológico conforme salienta Glinfskoy Thé (2012) impacta de maneira drástica e silenciosa por uma constatação fática, afinal dos 13% das espécies com valor comercial, cerca de 80% deste total são espécies migratórias, necessitando, portanto, de acordo com cada espécie, de centenas de quilômetros de nado livre rio acima para a sua reprodução, o que é impossibilitado pela barragem.

A regularização do regime hidrológico de um rio por meio de barragens é geralmente reconhecida como uma das formas mais devastadoras de degradação do habitat de águas interiores, as barragens constituem uma barreira intransponível na rota migratória dos peixes de piracema. (GODINHO e GODINHO, 2003, p. 20).

E, somando a isso, tais espécies de valor comercial conforme atestado por Sato, Verani e Godinho (2003) não se reproduzem em cativeiro, como se pode verificar na tabela abaixo, apenas quatro das espécies de valor comercial do rio São Francisco, no Norte de Minas, podem ser reproduzidas em cativeiro, endossando ainda mais a tese de que somente as águas livres podem manter a diversidade da ictiofauna e a manutenção do modo de existência dos pescadores (as), uma vez que são as cheias e a retirada das barragens que possibilitariam o nado longo e cíclico necessário para a reprodução dos peixes.

Tabela 2. Relação das espécies de peixes de valor comercial da bacia do rio São Francisco e sua condição de reprodução em cativeiro.	
Espécie	Reprodução em cativeiro**
Characidae	
1. <i>Brycon Orthotaenia</i> (matrinchã)	Não
2. <i>Salminus brasilienses</i> (dourado)	Não
3. <i>Salminus hilarii</i> (dourado branco)	Não
4. <i>Pygocentrus piraya</i> (piranha)	Não
5. <i>Mylenus micans</i> (pacu)	Sim
Erythrinidae	
6. <i>Hoplias lacerdae</i> (Trairão)	Sim
7. <i>Hoplias matabaricus</i> (traíra)	Sim

Anostonidae		
8. <i>Leporinus obtesidens</i> (piau verdadeiro)		Não
9. <i>Leporinus piau</i> (piau gordura)		Não
10. <i>Leporinus reinhardi</i> (piau três pontas)		Não
11. <i>Leporinus taeniatus</i> (piau jeju)		Não
12. <i>Schizodon knerii</i> (piau branco)		Não
Prochilodontidae		
13. <i>Prochilodus costatus</i> (curimatã pioa)		Não
14. <i>Prochilodus argenteus</i> (curimatã pacu)		Não
Pimeiodidae		
15. <i>Conortynchos conirostris</i> (pirá)		não
16. <i>Duopalatinus ermaginatus</i>		Não
17. <i>Lophiositturus alexandri</i> (pacamã)		Sim
18. <i>Pimelodus maculatus</i> (mandi amarelo)		Não
19. <i>Pseudoplatystoma carruscans</i> (surubim)		Não
Loricariidae		
20. <i>Rhinelepis aspera</i> (cascudo preto)		Não
Sciaenidae		
21. <i>Pachyurus francisci</i> (corvina)		*
24. <i>Pachyurus squamipennis</i> (corvina)		*
*sem observação		
** Viveiro de piscicultura		

Tabela 2: Espécies de peixes comerciais com possibilidades ou não de reprodução em cativeiro. Fonte: (SATO; FENRICH-VERRANI; GODINHO, 2003, p. 276) - Org. Rafael Pereira

De maneira geral, segundo Glinfskoy Thé (2012) a barragem faz com que as águas diminuam sua característica lótica – sua rapidez- fato que causa a diminuição do pescado a jusante da barragem e praticamente a dizimação dos peixes nobres a montante da barragem, a exemplo dos surubins, dourado, matrinhã e pirá, respectivamente peixes migratórios, sendo que este último está em processo de extinção. As águas livres promovem a “saúde” hidrológica do rio que perpassa pela complexa relação de comunicação entre rio, lago, várzea, clima e período de reprodução do pescado.

Após as barragens, as cheias anuais cessaram, permanecendo só as grandes cheias, ou “cheias fortes” como dizem os comunitários de Croatá. Todas essas mudanças também atingiram o conhecimento ecológico local (CEL), isto é, impacto nos saberes, que se dá no conhecimento empírico dos humanos no ambiente antes pautado na vazão ecológica, enfim pela dinâmica cheias, e, em última instância, alterou o modo de vida das comunidades que observam a diminuição do pescado e a ausência de águas tinham alto teor de fertilização das vazantes, o que possibilitavam uma boa colheita.

Segundo Glinfskoy Thé (2012) as pesquisas têm demonstrado substantiva e sucessivas quedas na captura do pescado, a exemplo da estatística pesqueira registrada por um pescador embarcado em Pirapora-MG que era de 11,7 kg por dia em 1987, e em 1999 passou a ser 3,7 kg dia por pescador ou Captura de Pescado por Unidade de Esforço (CPUE). O crime ambiental que se deu no vazamento de zinco da barragem de contenção da Votorantim Metais-(VM)⁴⁶, no leito do rio, causou a “mortandade de mais 100 toneladas de peixes de várias espécies, especialmente o surubim, peixe de alto valor comercial” (GLINSKOY THE, 2012, de p. 8). Este crime ambiental contribui substantivamente para a queda da captura do pescado.

Entre 1977-1978 a produção média semanal pesqueira dos pescadores (as) da bacia rio São Francisco, a partir de um recorte de 6.500 pescadores no período safra e entressafra foi mensurada: “126,9 kg por pescador e no período de entressafra, de 31,3 kg por pescador” (SUDEPE/CODEVASF, 1980 Apud GODINHO e GODINHO, 2003, p. 18.). Tais dados evidenciam antes de tudo a necessidade de uma estatística pesqueira menos esparsa e mais sistemática e num segundo momento a necessidade de investigar os mecanismos de resiliência dos pescadores (as) que conforme verificamos no Alto Médio São Francisco se ocupam da atividade de pesca, agricultura de vazante e coleta de frutos nas matas.

Um fato notório entre os pescadores do rio São Francisco e do Brasil, de maneira geral, em sua quase totalidade são as múltiplas atividades, que em si são conexas e fazem parte de um calendário ecológico local. Não se trata aqui da proposição de pluriatividade como defende Sheneidder (2007) como meio proposto para a diminuição do êxodo rural ou um esdruxulo arranjo produtivo imposto pelo capital na sociologia rural para o campo, trata-se de um potencial endógeno que faz parte do calendário ecológico entre o ciclo de cheia e vazante dos pescadores-vazanteiros do rio São Francisco. Portanto Segundo Santos e Rocha

⁴⁶ Com a fundação da Companhia Mineira de Metais (CMM), iniciam-se as pesquisas das jazidas de zinco em Vazante (MG), que forneceria o primeiro embarque do minério para a unidade metalúrgica de Três Marias (MG).

(2015), as diferentes atividades referem-se a uma característica basilar no exercício de atividades associativas que compõe o seu cotidiano que perpassa pelo envolvimento com atividades relacionadas a água e a terra. Esse contexto é mais incidente no rio São Francisco a partir de Buritizeiro-MG até Manga, divisa com a Bahia, os pescadores dedicam-se a agricultura de vazante ou vice-versa. Os vazanteiros, como são conhecidos no Norte de Minas, são citados na literatura de Diegues e Arruda (1999) que os nomeiam como varzeiros do São Francisco em oposição aos varzeiros amazônicos, ambos ocupam as áreas inundáveis anualmente pelos respectivos rios, e, após vazão destes rios, os pescadores-vazanteiros aproveitam as áreas fertilizadas para o cultivo da agricultura.

No Norte de Minas, Oliveira (2005), recorre aos estudos de Neves (1998) e Mata-Machado (1991), na busca de aprofundar o conhecimento sobre as populações vazanteira do Rio São Francisco nos municípios de Januária, Itacarambi e Manga, todos, municípios localizados no Médio Sertão do São Francisco descrevendo sua tradicionalidade.

Os vazanteiros são as populações residentes nas áreas inundáveis das margens e ilhas do rio São Francisco que se caracterizam por um modo de vida específico, construído a partir do manejo dos ecossistemas são-franciscanos, combinando, nos diversos ambientes que constituem o seu território, atividades de agricultura de vazante e sequeiro com a pesca, a criação animal e o extrativismo. (OLIVEIRA, 2005, p. 10).

Segundo a autora supracitada tais populações têm como centralidade a pesca, muito embora, o recorte de suas pesquisas pretendiam aprofundar sobre a tradicionalidade dos vazanteiros enquanto populações tradicionais. “A pesca é uma atividade central no sistema de produção e consumo dos vazanteiros, independentemente do registro como pescadores profissionais e do vínculo com a Colônia de Pescadores” (OLIVEIRA, 2005, p 79).

No conjunto, as reflexões de Oliveira (2005) apontam para uma centralidade do exercício da pesca no modo de vida do vazanteiro, muito embora se perceba que os elementos abordados na cosmovisão dos vazanteiros foram apropriados a partir elementos que se vincula em sua gênese aos elementos do modo de vida do pescador, notadamente na relação com o ciclo hidrológico que definem as relações com a reprodução do peixes e também seres sobrenaturais, a exemplo do caboclo d’água existentes no imaginário dos pescadores-vazanteiros. Portanto, pode-se inferir que, no Sertão Franciscano há uma simbiose entre o modo de ser vazanteiro/pescador que cultiva a vazante e exerce a atividade pesqueira de maneira relacional nas unidades paisagísticas móveis de rio, ilhas, e vazantes, especialmente, entre os municípios de Buritizeiro à Manga no Sertão São Franciscano de Minas. Ao nosso modo de ver, a distinção entre pescador e vazanteiro, muitas das vezes, acontece pelo recorte

da pesquisa. Ao indagar uma pescadora da comunidade de Croatá se ela era pescadora ou vazanteira ela me deu uma resposta tautológica central: “todo pescador é vazanteiro e todo vazanteiro é pescador⁴⁷”. Ser pescador-a/vazanteiro-a é estar em relação ao rio São Francisco e suas margens que nomeia e imprime identidade a diversos sujeitos sociais que manejam suas águas e suas margens, isto é, além de possuir um lance de pesca, normalmente possui um pedaço minúsculo de vazante às margens ou no meio do rio São Francisco.

A pesca em âmbito internacional é discutida a partir da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (2015), sendo que a FAO se ordena a partir das Diretrizes Voluntárias da Pesca Artesanal – tendo o Brasil como um país signatário. No entendimento da FAO⁴⁸ a pesca artesanal é vista como uma atividade que se enquadra na categoria de Pesca de Pequena Escala em oposição à pesca industrial. Os dados da FAO asseguram que ao menos 90% de todas as pessoas envolvidas na pesca no mundo são pescadores artesanais.

A pesca em um contexto macro de Brasil foi analisada por Diegues (1999) demonstrando a recorrência da íntima relação entre a atividade de pesca/agricultura em nível de Brasil. Estas relações recorrentes, se expressam nas diversas atribuições que se dão aos pescadores artesanais Brasil afora. Um destes exemplos são os pescadores-lavradores, caiçaras existentes no litoral do espírito Santo até o Paraná, os pescadores açorianos do litoral sul do país, varzeiros da Amazônia e do rio São Francisco e os jangadeiros do Ceará a Bahia.

Na tabela abaixo, é possível observar como a relação entre a agricultura e pesca se tornam recorrentes nas literaturas mais regionalizadas. Além disso, esta tabela coloca em questão a realidade de necessidade de terras e águas livres, isto é, territórios com dupla dimensão para que estes possam vivernciar seus respectivos modos de vida:

⁴⁷ Anotações de caderno de campo obtida em diálogo com sobre identidade com a pescadora-vazanteira Maria das Dores Pereira da Silva, 5 de Agosto de 2017.

⁴⁸ A FAO Criada foi instituída em 1945, se diz atuar como um fórum “neutro”, buscando colocar em diálogo países desenvolvidos e em desenvolvimento, em reúnem em pé de igualdade para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas. Reune cerca de 191 países como membros e possui escritório central em Roma e outros 78 regionais em diversos países.

Autor (a)	Relação do pescador com outras atividades	Localidade
Cândido (1964)	Caipira ⁴⁹ é formado, antes de tudo, pelo encontro de culturas entre os povos indígenas e o português. A pesca e a caça ocupavam centralidade em sua dieta alimentar de carne. A medida em que se inseriu em sua vida as necessidades do mercado para outras necessidades perdeu o seu espaço de “lazer”, o tempo, e o provimento desta dieta alimentar nas práticas de caça e pesca.	Paulistânia: São Paulo, Minas, Goiás, Mato Grosso e Paraná...
Acyprste (2015)	“Além da pesca os pescadores realizam suas atividades em um território que vai muito além do rio, diferentes trabalhos e usos das seções do rio como enquanto trabalhador rural e o cultivo da vazante”. (Acyprste, 2015. p. 61)	Rio São Francisco
Rocha (2017)	“A atividade da pesca e agricultura de vazante é peculiar no modo de vida dos pescadores artesanais e vazanteiros do São Francisco, em Minas Gerais. (ROCHA, 2017, p. 105).	Rio São Francisco
Oliveira (2005)	“Tanto vazanteiro como pescador profissional utilizam do consorciamento das atividades – como a pesca é uma atividade central no sistema de produção e consumo dos vazanteiros, é comum os pescadores dizerem “todo pescador tem a sua vazante” (OLIVEIRA, 2011, p. 57).	Rio São Francisco
Diegues (1999)	Os caiçaras : “pescam e praticam a agricultura itinerante”. Caipiras “praticavam a agricultura, caça, pesca e coleta”. Açorianos “combinam a agricultura com a pesca”. Varzeiros “do São Francisco cultivam várzea e pescam”. Pescadores “exercem o extrativismo vegetal/agricultura e outras atividades com modo de vida centralizado na pesca”. Praieiros : a pesca é a atividade principal complementa pela agricultura e turismo” Caboclo/ribeirinho amazônico- exerce agricultura e a pesca. Os jangadeiros , essencialmente pescadores	Brasil de modo geral

⁴⁹ Segundo Antônio Cândido (1964), os caipiras na abordagem antropológica caracterizam-se por ser um tipo de homem rústico, morador do campo da paulistânia . Possui características próprias – fruto da daquilo que ele nomeia de sedimentação cultural, inclusive na maneira de falar. O caipira é resultante do encontro entre os índios e o branco. Possui fortes marcos culturais da cultura portuguesa europeia. Ele está imerso entre a mobilidade (nomadismo) e isolamento. Os caipiras não protagonizam o mercado é um produtor para si mesmo. Usa o fogo na roça que sempre móvel. A fogueira serve para fertilizar a terra. É sempre um povo móvel e numeroso. A sua unidade sua unidade é o bairro que tem como elementos centrais a capela para pagar promessa e sua liberdade em certa medida está em investir no comer. Caipira é um homem livre que prefere investir em comer.

	marítimos habitantes do Ceará e o sul da Bahia; pescando com jangadas e cultivam roças de mandioca. (Diegues, 1999, p. 42-61).	
Maldonado	“Caiçaras estão entre os pescadores lavradores , eles associam a pesca com a agricultura de subsistência para estação chuvosa ou em tempos de propícios a pesca”. (MALDOADO, 1986, p.13-14)	Litoral de São Paulo, sul do Rio de Janeiro e Paraná
Mata-Machado (1991)	“Lavrador vazanteiro: Praticam a agricultura e pesca. Ele é arrendatário ou agregado de terras”. (Matta-Machado 1991 p. 71)	Rio São Francisco
Brandão (2012)	“Raridade a agricultura como única, no seu entendimento a pesca emerge como atividade principal ou secundária frente a agricultura e a pequena pecuária”. (Brandão 2012 p. 371)	Norte de Minas
Viana (1996)	“Os caiçaras estão entre os pescadores lavradores, que com a abertura do mercado para o pescado praticam a pesca mais acentuadamente, entretanto com práticas de captura artesanal” (Viana, 1996, p 263).	Litoral de São Paulo, sul do Rio de Janeiro e Paraná

Tabela 3: Relação dos pescadores (as) do Brasil com a agricultura. Org. R. P. Santos

Em termos de ordenamento pesqueiros, o Estado, a partir do último Decreto Presidencial em vigência 8425⁵⁰ categoriza os pescadores em pescador (a) artesanal, pescador (a) industrial e pescador amador (a). Os pescadores (as) do São Francisco, se intitulam pescadores artesanais e se distinguem do pescador amador e do pescador industrial, isso porque, o pescador artesanal mantém suas necessidades materiais e simbólicas advindas da pesca, e, sem vínculo empregatício adquirem da pesca o recurso necessário para comprar outras necessidades que não são produzidas na vazante ou por outros membros da comunidade.

Na perspectiva de Ruffino (2016) as políticas públicas voltadas para a pesca se articulavam a partir de duas frentes: a primeira regulamentando a atividade pesqueira e a segunda a partir da concessão de incentivos à produção em escala industrial. Os incentivos à produção estão no invólucro do período desenvolvimentista voltado para pesca, que se efetou entre 1967 - 1991 sobretudo com a isenção de imposto de 15% até 30% no óleo diesel

⁵⁰ I - Pescador e pescadora profissional artesanal - pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no País, que exerce a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, podendo atuar de forma desembarcada ou utilizar embarcação de pesca com arqueação bruta menor ou igual a vinte; II – Pescador e pescadora profissional industrial - pessoa física, brasileira ou estrangeira, residente no País, que exerce a pesca com fins comerciais, na condição de empregado ou empregada ou em regime de parceria por cotas-partes em embarcação de pesca com qualquer arqueação bruta; III - armador e armadora de pesca - pessoa física ou jurídica que presta embarcação própria ou de terceiros para ser utilizada na atividade pesqueira, pondo-a ou não a operar por sua conta;

que representa cerca de 20% a 30% dos custos da pescaria. O modelo desenvolvimentista incentivou a exploração da pesca industrial (especialmente em São Paulo, tornou muitos pescadores em proletários do mar) conforme salienta Diegues (1983). A pesca industrial, se pensada sobre o ponto de vista das condições ambientais, gera a sobrepesca em nível nacional, em virtude de seu potencial tecnológico. Como se pode observar, o período de maior exploração de pescado no país remete-se ao tempo em que houve o incentivo de benefícios fiscais voltados para o setor pesqueira, conforme demonstra o gráfico do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura - (MPA):

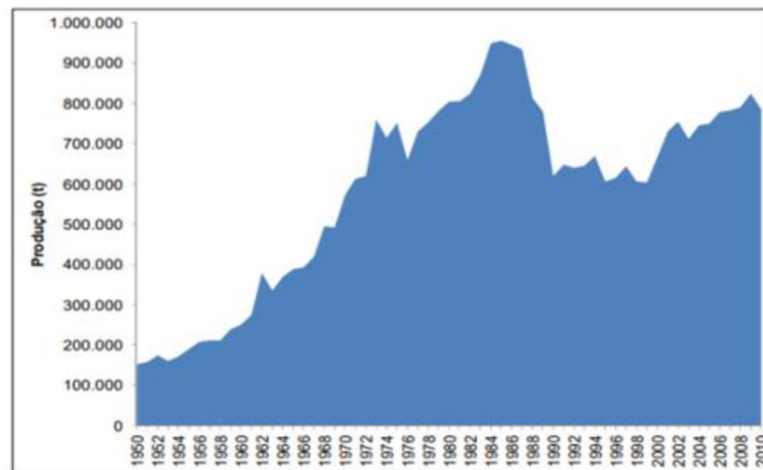


Figura 1. Produção de pescado (t) nacional da pesca extrativa (marinha e continental) de 1950 a 2010

Gráfico 1: Produção de pescado nacional (marinha e continental) de 1950-2010. Fonte: MPA, 2012. p. 16.

Conforme se pode observar acima, a partir do gráfico do Ministério da Pesca e Aquicultura (2012), extinto em 2016, o período de maior exploração do pescado se dá entre a década de 1970 até o fim da década de 80. Logo após, entre 1990-1997 há uma baixa, que se deve ao caráter fiscalizador em que a pesca esteve sob o comando do IBAMA. Logo após, 2009, com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura e sobretudo os incentivos direcionados à aquicultura tem-se uma ligeira alta. O uso abusivo dos “recursos pesqueiros” segundo Ruffino (2016) tem como marco o ano de 1967 a partir da aprovação da Lei 221 de 1967 que possibilitou dedução fiscal das importações de maquinários voltadas para o setor pesqueiro, bem como às rendas obtidas no setor pesqueiro. A partir de então, as relações entre pescadores (as) artesanais passaram a ser mais frequentes, uma vez que o Estado vai institucionalizar a atividade pesqueira de modo decisivo, especialmente, a partir das políticas de seguro defeso através do controle do Registro Geral da Pesca (RGP), tornando o Ministério como cabide de favorecimentos políticos no senado e congresso, talvez por isso a vida curta

do MPA – 2009-2016. O quadro abaixo ilustra a relação pescador -Estado e/ou experiência de movimento social com representatividade própria da categoria de pesadores:

Órgão regulador/organização da Pesca	Período	Forma de regulamentação/relação com o Estado
Coroa, Jesuítas, Capitães hereditários	1500-1822	Dízimo
Primeira Colônia de pescadores	1818 - **	Coordenação da Marinha do Brasil – posteriormente os próprios pescadores
Capitania dos portos e Marinha do Brasil	1822-1889	Tributação da frota – Pescador Reserva naval da Marinha
Inspetoria Geral da Pesca	1912-1915	Tributação da frota-Pecador Pescador Reserva da Marinha
Estação biológica da Marinha – dentro do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio	1915-1916	Sem informações
Ministério da Marinha	1919-1920	Nacionalização da pesca e saneamento do litoral
Diretoria de Pesca e saneamento do Litoral	1923 -1950	Nacionalização da pesca e saneamento do litoral
SUDEPE ⁵¹	1962- 1989	Incentivos Fiscais - Registro geral da pesca E categorização dos pescadores Profissionais, amadores e aqüicultores
IBAMA ⁵²	1989-1995	Fiscalizador da categoria dos recursos pesqueiros
Monape (Movimento Nacional de Pescadores)	1988- 2012	Representação da classe pesqueira. Incidências direitos trabalhistas e previdenciários
Departamento de Pesca e Aquicultura (pasta no Ministério da agricultura)	1995-2009	Colônia (órgão de representatividade)

⁵¹ Em 1962 a Lei Delegada nº 10 cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE.

⁵² Instituto Brasileiro de Meio Ambiente de dos Recursos Naturais.

SEAP/PR-Secretária especial da Pesca	2003-2009	Desenvolvimento Sustentável da Pesca – aumentar o consumo de pescado
Ministério da Pesca e Aquicultura e INSS	2009-2016	Regulamentação da atividade pesqueira/RGP
Movimento dos Pescadores do Brasil	2012- Atual	Direitos territoriais, trabalhistas e previdenciários...
MAPA ⁵³ (Pasta Especial)	2016-2017	Regulamentação da atividade pesqueira/RGP
MIDIC ⁵⁴ - (Pasta da Pesca)	2017-2017	Regulamentação da atividade pesqueira/RGP
Pasta no Gabinete da Presidência	2017-	Regulamentação da atividade pesqueira/RGP
** sem informações		

Tabela 4: Pesca artesanal e relação institucional 1500 – 2018. Fonte: M. L. RUFFINO. Org: R. P. SANTOS.

A relação pescador e Estado na compreensão de Glinfskoy Thé (2017) sempre foi tensa, sobretudo no contexto em que a pesca ficou sob a coordenação do IBAMA (1989-1995). Esta temporalidade do IBAMA restringiu e fiscalizou mais a pesca industrial, além disso, esta temporalidade de fins dos anos 1990 coincide com a queda dos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) de modo geral no país. Para a pesca, o golpe maior do Estado em favor da aquicultura foi o decreto 4895/2003⁵⁵ que disponibilizou a cessão das áreas da União, os corpos de água, para serem explorados pela aquicultura (carcinicultura, tilapicultura e outros em tanques redes). Em decorrência, se tem um cenário de diminuição do espaço para a pesca artesanal que perpassa desde a não demonstração da verdadeira produção da estatística pesqueira dos pescadores artesanais até a produção social da inexistência dos pescadores como salienta Valêncio (2007), ao fazer análises da pesca Artesanal no Norte de Minas. De maneira geral, a pesca em áreas continentais, isto é, nos rios, lagos, açudes e barragem sempre foi colocada em segundo plano, com exceção à fiscalização do defeso, o tamanho do pescado e os apetrechos de pesca (espessura da malha e tamanho mínimo do pescado). A pesca como um todo foge da “gramática” da “ciência e seus métodos clássicos, pois é marcada por incertezas, e isso é uma

⁵³ Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)

⁵⁴ Ministério da Indústria e Comércio.

⁵⁵ Traremos um pouco mais sobre essa situação ao refletir os territórios pesqueiros.

consequência da variabilidade dos fenômenos natural ou social. As fontes de incerteza nem sempre são previsíveis e em muitos casos constituem surpresas nos modelos” (HILBOR; WALTERS, 1991 *apud* RUFFINO, 2016 p. 20).

Ao referir-se ao Norte de Minas, Thé (2017) aponta que o desenvolvimentismo no interior da pesca artesanal se aprofundou a partir da década de 1970 com as ações da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca que se deram em duas cidades ao longo do rio São Francisco, especificamente as cidades de Pirapora e Januária, onde se construíram dois entrepostos de pesca. Atualmente os entrepostos se encontram falidos e desativados. A partir do entendimento de Glinskoy Thé (2017), a SUDEPE no rio São Francisco passou a estimular o uso e compra de material industrializado e técnicas de pesca que corroboraram para a diminuição dos estoques pesqueiros, na prática considerável parte dos pescadores já utilizam materiais confeccionados pela indústria para produzir seus próprios instrumentos de pesca, a exemplo da rede, tarrafa, anzol e até mesmo a madeira para construir os barcos.

Os pescadores e vazanteiros, por sua vez, possuem um modo de vida marcado pela relação simbiótica com a água e terra às margens do rio São Francisco. Como visto, as ações de desenvolvimento no seu todo limitam os territórios ou propõe uma artificialidade ao seu modo de vida, a exemplo da aquicultura, criação de peixes confinados que não se adapta ao modo de vida dos pescadores e possui um histórico de insucesso no rio São Francisco.

Um ano bom de pesca, por sua vez, pressupõe a existência das cheias cíclicas, aqui vale uma fala do Senhor Euclides: “O rio não cria peixe, quem cria são as lagoas. Para as fêmeas reproduzir nas lagoas é preciso um sinal do rio, e, para os peixes pequenos sair da lagoa para o rio também é preciso o segundo sinal das cheias⁵⁶”. O mesmo se dá em relação a vazante, uma vez que a abundância de produção requer “águas livres” que anualmente com as cheias deviam fertilizar as vazantes, entretanto a barragem de Três Marias impede que haja as cheias cíclicas posto que a retenção de água provocada pela barragem se intensifica na medida em que se tem um ano anterior de poucas chuvas.

A percepção do pescador Euclides ilustra empiricamente o que de fato acontece “o rio faz e desfaz e a gente acompanha o rio na pesca e na vazante⁵⁷”. As águas livres são essenciais para a manutenção do modo de vida destes sujeitos sociais do rio, para tanto é necessário que aconteça a fertilização das vazantes e povoação de peixes nas lagoas marginais abrangendo desde onde há o acasalamento até a reprodução no caso das espécies migratórias.

⁵⁶ Anotações de caderno de campo com o pescador Euclides Batista de Souza em 01 de maio de 2018.

⁵⁷ Anotação de caderno de campo do pescador Euclides Batista de Souza 18 dezembro de 2017.

Não obstante as diferentes condições adversas impostas pelos territórios expropriados ou ameaçados pelo impacto do desenvolvimento, estes sujeitos continuam resistindo à proletarianização, que neste caso, refere-se a não vender suas liberdades, o seu poder parcial maior contra o capital. A posse, domínio e relativa autonomia sobre o território ampliado, observados nesta pesquisa, constitui o trunfo que tais comunidades possuem para o exercício básico da liberdade e por isso apostam em estratégias de economias localizadas “pouco relevantes para a lógica do capital”, mas que refletem a maneira pela qual tais sujeitos sociais se relacionam parcialmente na dupla face entre a economia local e uma capitalista que se pretende cada vez global, como veremos a seguir no próximo tópico.

1.5 A vida é mutirão: os mutirões como dinamizadores de “uma economia invisível” na comunidade de Croatá

A pesca artesanal no rio São Francisco na perspectiva de Glinfskoy Thé (2012), Godinho e Godinho (2003) e Lima e Melo (2016) se caracteriza como relevante atividade econômica e social que constituiu o modo de vida dos pescadores (as) além de ser um importante meio que “provê proteína animal farta para milhares de ribeirinhos” (GODINHO e GODINHO, 2003, p. 20). Posto isso, a caracterização dos pescadores (as) artesanais como cultura tradicional advém do entendimento de que estes possuem um modo de vida que abarca o seu jeito de ser e estar no mundo transpassado por todas as relações sociais, pois é na interação de pescador e natureza que estão expressos os elementos da identidade, do território e sustentabilidade. Esse modo de vida, na perspectiva de Lima e Melo (2017) está em simbiose com o rio e suas margens que também é apropriado por distintos sujeitos sociais:

A pesca é uma atividade de extrema importância na vida dos seres humanos, estando marcada na história como um dos primeiros feitos de trabalho realizados pelo homem para sua sobrevivência. No rio São Francisco, esse ofício de pescar representa uma das principais atividades econômicas, contudo há outros aspectos que propiciam a utilização desse grande volume de água, como por exemplo: na agricultura, navegação, geração de energia elétrica, turismo (LIMA e MELO 2017 p. 2).

No que tange a pesca, os últimos dados oficiais da produção pesqueira foram registrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Os dados do IBGE dos anos de 2008, 2009 e 2010 foram analisados e comparados no boletim estatístico do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (2012). Entretanto, tais dados não demonstraram qual a produção da pesca na Bacia do rio São Francisco de modo específico. Embora não se coloque em questão a validade dos dados, no ano de 2010, o “Brasil ocupava a 18ª posição de produção de pescado com uma produção de 1.240.813 toneladas de pescado em nível

mundial” (MPA, 2010, p. 12), se considerados juntos os dados da pesca artesanal e a aquicultura (produção de peixe em cativeiro).

A produção de pescado do Brasil, para o ano de 2010, foi de 1.264.765 toneladas, registrando-se um incremento de 2% em relação a 2009, quando foram produzidas 1.240.813 t de pescado. A **pesca extrativa marinha** continuou sendo a principal fonte de produção de pescado nacional, sendo responsável por 536.455 t (**42,4%** do total de pescado), seguida, sucessivamente, pela aquicultura continental (394.340 t; 31,2%), **pesca extrativa continental** (248.911 t; **19,7%**) e aquicultura marinha (85.057 t; 6,7%). (MPA, 2010, p.18).

Fato notório em toda a produção da estatística pesqueira dos anos 2008, 2009 e 2010 está na separação da pesca artesanal marinha e continental (rios, lagos e açudes barragem e outros). A separação e não explicitação da real produção da pesca artesanal em relação à aquicultura é intencional e se repete em todos os anos analisados. Como se pode observar acima, a pesca extrativa marítima e continental, juntas, correspondem a não menos que **62,1%** de toda a produção nacional, e respectivamente, a aquicultura, **37,9%** não obstante todos os esforços de incentivos fiscais e investimentos no setor do pescado em cativeiro, isto é, a aquicultura em detrimento da pesca artesanal. De acordo com a FAO, a produção aquícola brasileira teve início em 1968, quando foram reportadas menos de 0,5 t. (MPA, 2012, p. 16).

Considerável parte das populações Sanfranciscanas que vivem às margens do Velho Chico no Norte de Minas se ocupam das atividades de pesca artesanal e da agricultura de vazante. Na Bacia do rio São Francisco, isto é, nos cinco estados banhados pelo rio, no ano de 2016, a partir de dados do MPA havia “oitenta e dois mil pescadores e pescadoras artesanais” (ROCHA, 2017, p. 107). Esses dados podem ser superiores se levarmos em conta que há vazanteiros-pescadores e outros sujeitos sociais praticantes da pesca artesanal que não são cadastrados no Registro Geral da Pesca – RGP, e, portanto, não declaram a captura do pescado para os órgãos oficiais. Por outro lado, os pescadores (as) afirmam que “carteira não pesca⁵⁸”, isto é, a existência de carteira (normalmente solicitada nas Colônias de Pescadores que confundem os pescadores (as) afirmando serem elas o único caminho de acesso, o que de fato não é, posto que basta ir aos respectivos escritórios com documentos necessários e solicitá-la. Destarte, embora exista a fiscalização do Estado, não implica que os sujeitos registrados no RGP sejam legitimamente pescadores (as) que estão na labuta do rio cotidianamente. A existência de pescadores que atuam sem o RGP implica, antes de tudo, que eles não fazem a sua declaração de produção do pescado, posto que estes preferem não

⁵⁸ Anotação de Caderno de Campo da comunidade na comunidade de Croatá em 9 de maio de 2018.

acionar o mecanismo do seguro defeso⁵⁹ que corresponde ao pagamento pelo Estado de 1 salário mínimo mensal no período de reprodução das espécies da ictiofauna.

No rio São Francisco, o defeso de reprodução das espécies se dá entre o dia 01 de novembro e 28 ou 29 de fevereiro perfazendo um total de 4 meses. Deste modo, é relevante inferir que a produção pesqueira artesanal no país tende a ser bem maior do que se pode imaginar. Ademais, os pescadores do rio São Francisco, na sua maioria, consomem e/ou partilham grande parte do pescado, não emitindo, portanto, a nota fiscal da venda do pescado que se dá quando estes entregam para revenda nas Colônias de Pescadores-as. Esta informalidade de partilha ou consumo da produção do pescado em tese não ocorre no setor da pesca industrial ou aquicultura que declara a produção capturada e comercializada em sua totalidade.

Além da pesca, atividade de suma relevância no modo de vida destas populações sanfrancescianas, o cultivo de áreas de vazante e de sequeiro e o manejo de outros lugares agricultáveis, muitas vezes, formados pelas dinâmicas do rio, compõem o ritmo e os espaços de labor nos templos cíclicos de secas e águas, cheias e vazantes, épocas de coletas e captura do pescado, muitas vezes, com exceção do pescado, todos voltados totalmente para o consumo interno familiar. De modo geral, esse modo de vida, em algumas realidades, se enquadra no modo de produção mercantil simples, em outras não.

Nascimento (2016) ao analisar as dinâmicas e as consequências da expropriação do território caiçara na cidade de Ilhabela, no litoral norte paulista, critica determinadas análises que descrevem a realidade social das caiçaras como a de um modo de produção próprio. Sob influência do sociólogo José de Souza Martins, o autor chama a atenção para um viés estruturalista presente nessas interpretações, que ilude a diversidade de temporalidades presentes na reprodução social das caiçaras ao longo do processo histórico. Como exemplo, Nascimento (2016) cita as sociabilidades engendradas pela produção mercantil simples, dominante em quase toda a extensão da ilha, logo após o declínio mercantil da produção cafeeira na costa fluminense; e a coexistência no período da pesca de cerco, realizada num

⁵⁹ Para poderem ter acesso ao seguro defeso os pescadores e pescadoras precisam estar em conformidade com os indicativos previamente estabelecidos com da Lei nº 10.779/2003 bem como o Decreto no nº 8.424/2015 de 31 de março de 2015 que requer a dedicação exclusiva, isto é, não ocupar de nenhuma outra atividade no período em que a pesca está aberta, ou seja, entre os meses de março e outubro, comprovar contribuição previdenciária e comprovar por uma ano o exercício da atividade, anterior ao período em que fez o pedido do Registro Geral da Pesca-RGP. Entretanto, desde de 2015 não foi emitido nenhum RGP que é um instrumento necessário para a concessão do Seguro defeso. Estima-se que haja algo em torno de 300 mil RGP's cancelados e suspensos no país.

ponto específico de Ilhabela, o Saco do Sombrio, onde havia trabalho assalariado, regulação estatal dos pontos de pesca, e produção de pescado voltada para o mercado de Santos:

(...) Basta ver que, em único só dia, o caçara que se deslocasse, por exemplo, do extremo sul da ilha para o Saco do Sombrio, a fim de aproveitar o movimento dos armadores santistas e assim vender o excedente da tainha pescada, via-se enredado em diferentes modalidades de reprodução ampliada e territorial do capital (NASCIMENTO, 2016, p. 129).

A crítica se embasa, portanto, na visão do autor, na noção de natureza dialética da “coexistência dos tempos históricos”. Para Nascimento (2016) os desencontros históricos, as desigualdades, não devem ser interpretados como uma suposta articulação de modos de produção distintos, mas sim como momentos de um processo social mais amplo e contraditório, ensejado pela reprodução capitalista e não-capitalista do capital.

Deste modo, ao investigar as práticas de mutirões e práticas de reciprocidade na comunidade de Croatá, temática deste tópico, não estamos reclamando uma economia autárquica, mas estamos elencando um modo de produzir economia existente ali que pode ser em maior ou menor grau, mas não totalmente capitalista, e, decididamente, não se trata de idealismo ou embuste oculto de pré-capitalismo.

Em termos sintéticos, estas comunidades pensam, fazem e produzem seu modo de vida a partir de uma outra lógica econômica, engendrando outras práticas de sociabilidades que são advindas de suas culturas tradicionais, não se pautando essencialmente pelo capital, e mais, possuem senhorio sobre o seu tempo de trabalho, cujo modo de somar/subtrair/multiplicar a produção são transpassados pelo critério da divisão e solidariedade.

Isso posto, busca-se ter uma sensibilidade nas nossas investigações sobre a economia de Croatá, posto que a realidade ali encontrada assim impunha. Convém ressaltar, que se utilizará o termo produção da existência, ao invés de produção de subsistência, por compartilhar com o entendimento de Queiroz (2006) que em seus estudos sobre os caipiras negros do Vale da Ribeira observa que a noção de “subsistência se apresenta como um refúgio dos autores que partem dos pressupostos que empregam categorias formuladas na análise das sociedades restritas do mercado capitalista” (QUEIROZ, 2006, p. 104). É notório elucidar que os pescadores artesanais, conforme as literaturas marxistas estruturalistas criticadas por Silva (2014) “se encontram no interior” do modo de produção pré-capitalista.

Para discutir a economia no território de Croatá, faremos o caminho de autores como Zaoual (2006) que valora a existência da economia da casa/local, isto é, a *oeconomia* local;

Mendras⁶⁰ (1978) que sustenta uma crítica às tendências dos “economistas que adquiriram o hábito de refletir sobre os fenômenos de sua competência nos termos da economia capitalista” (MENDRAS, 1978, p. 43), desconsiderando ou pouco considerando a economia camponesa que tem uma dinâmica de produção para a casa e excedentes para o mercado. “O camponês trabalha a terra para se nutrir⁶¹: toda a teoria da economia camponesa não é mais que o comentário dessa frase a lapidar” (MENDRAS, 1978 p. 43) cuja força de trabalho se altera conforme a quantidade de pessoas para se nutrirem. Também nos apoiamos em Queiroz (2006) que avalia algumas práticas de mutirões em desuso e a produção dos negros do Vale da Ribeira, também afirmando, que o tipo de economia ali existente não está apartado do capital, mas não se pauta essencialmente por ele. Além deste, aborda-se Woortmann (1990), que observa um modo de produção para não acumular pautado na aversão à ganância, sendo o “negociar” do camponês entre seus parentes, pautado a partir de uma economia moral, não voltada exclusivamente para o mercado ou para acúmulo de capital.

Neste sentido, Martins (2016), ao estudar a frente expansão no Norte do Brasil, especialmente os camponeses, naquela circunstância, pondera que a sua economia, como um todo não deveria ser inserida propriamente em moldes totalmente capitalista. Diga-se de passagem, em um outro momento, ele trata esta como “economia de excedentes⁶²” (MARTINS, 2016, p 159) e não de subsistência.

Além deste limite, está a frente de expansão, mas não a frente pioneira. Por isso, a frente de expansão está mais próxima da economia mercantil simples do que da economia capitalista e, ao mesmo tempo está próximo da mera economia de subsistência. O camponês produz aí os seus próprios meios de vida, além dos excedentes comercializáveis. Ele não pode se inserir plenamente na divisão social do trabalho que rege o conjunto da economia. (MARTINS, 2016, p 159).

Em se tratando de pescadores e vazanteiros do São Francisco, especialmente da comunidade de Croatá, segundo as observações de campo que serão desenvolvidas ainda

⁶⁰ Os economistas adquiriram o hábito de refletir sobre os fenômenos de sua competência nos termos da economia capitalista. Todos os elementos de base da nossa teoria de renda fundiária, capital, preço e outras categorias econômicas são definidas em função de um sistema baseado no trabalho assalariado e que tende ao produto líquido máximo. O produto bruto líquido máximo produto menos despesas com materiais de produção e salário. Todos os modos não capitalistas de vida econômica são julgados sem importância ou destinados a desaparecer em pouco tempo. (MENDRAS, 1978, p. 43).

⁶¹ Nisso a economia camponesa não difere da economia primitiva. Mas o camponês produz também para um mercado envolvente, e isso o distingue do primitivo. (MENDRAS, 1978, p. 44)

⁶² Na percepção de Martins o camponês tem noção do que de fato está voltado para a “subsistência” e que seus meios de vida não são imediatamente estabelecidos pelo mercado. Por isso, o que excede não é algo estranho posto que é parte da sua produção originalmente de subsistência, o que, por sua vez, não se dá, no agricultor capitalista e o assalariado não sabem distinguir o que vai ser seu meio de vida e o excedente a ser apropriado pelo capital. (MARTINS, 2016, p. 159).

neste tópico, estes se entendem como donos do seu próprio tempo e meios de vida, ainda embasados em regime de economia familiar ou economia de excedentes, isso posto, a realidade não nos habilita dizer que estes foram absolvidos como mão de obra para o capital⁶³. O que não significa dizer que estes não podem estar a caminho ou já estão sendo um produto do capital. Entretanto, a existência de tais sujeitos, como já foi dito, em outros momentos, não estão imersos em outro modo de produção, ou outro tempo histórico, mas coexistem dentro da lógica e contradições do capital, na lógica do desenvolvimento desigual e combinado, podendo ser abocanhados totalmente na medida em que perderem seus meios de produção e terem que vender sua força de trabalho, o que não é impossível. Conforme salienta Martins (2016) “o tempo do capital não é concretamente unilinear, do progresso, da modernização da cota racional com relação afim de desenvolvimentos” (MARTINS 2016 p. 80). Silva (2014), ao analisar os referenciais no universo da pesca, identifica duas fortes tendências: a literatura marxista estruturalista e os incentivos à aquicultura pelo Estado em face da pesca.

A pesca artesanal aparecia como acumulação primitiva pela presença de pescadores como portadores dos meios de produção. Essa compreensão histórica de desenvolvimento da humanidade, a pesca aparecia como tradição a ser superada. Aliás, independente da abordagem marxista observa-se um desejo de superação da pesca artesanal para a valorização da aquicultura (SILVA, 2014, p. 17 e 18).

A partir do entendimento de Silva (2014) observamos a existência de um conflito entre a proposição da aquicultura (produção do pescado em cativeiro) e a pesca industrial em larga (respectivamente captura com alta tecnologia e modo de produção do pescado em cativeiro) em face da pesca artesanal. Outro elemento percebido na pesca industrial e aquicultura é a busca constante da racionalização do tempo-espço da modernidade que busca converter a natureza em mercadoria, e, em última instância, a busca por converter os pescadores/pescadoras artesanais em mão de obra para o capital.

Woortmann (1990a) ao tratar sobre as interações de reciprocidade que sustentam a sociabilidade dos camponeses do Nordeste, especialmente, camponeses sitiados de Sergipe, destaca a moralidade como um marco fundamental da constituição da relação do homem com a terra e no caso em questão dos pescadores-vazanteiros do São Francisco podemos afirmar a relação íntima com a terra-água. Neste sentido, a autora, e também esta pesquisa busca compreender “não a economia camponesa, mas a reciprocidade como um valor” (WOORTMANN, 1990a, p. 12). A partir de reflexões sobre o legado da filosofia grega traz

⁶³ Segundo Diegues e, se inserem no universo da pequena produção mercantil, conforme salienta Diegues (1983).

em questão o sentido valorativo da reciprocidade enquanto uma “economia” da *οικια*⁶⁴, a economia da casa, *οeconomia*, isto é, uma economia da casa obtida através do trabalho em contraste com o pensamento moderno de economia que configura e reduz o homem ao *homo economicus* gerador de lucro.” (WOORTMANN, 1990a, p. 12).

Uma outra questão refere-se ao marco distintivo entre o ato de “enriquecer” pelo trabalho com a terra-água gerado pela economia doméstica dos sujeitos da casa em oposição à forma de enriquecer pelo lucro sem o trabalho ou mediada puramente por meio do comércio. Por isso, os sujeitos de Sergipe que o autor pesquisou, têm um código ético: “com parente não se negueia”, (WOORTMANN, 1990a, p.57). O autor também observa que o comércio como mera função de lucro e sem trabalho é imoral, haja visto que não perpassa por um laço de reciprocidade, por isso, “o comerciante é ladrão” (WOORTMANN, 1990a, p.41).

Ademais, observa que as atividades de “negócio”, embora realizada pelos camponeses, muitas das vezes, são feitas fora da casa, normalmente no mercado, e, na maioria das vezes como uma estratégia de manutenção de sua campesinidade. Fato notório é não tornar a relação com o mercado uma prática “estranha” em relação aos camponeses, pescadores-vazanteiros. É pedagógico lembrar que “o mercado é um fenômeno humano, que não é alheiro a nenhuma sociedade conhecida, mas cujo regime de troca se dá diferente do nosso” (MAUSS, 2013, p.11).

Neste sentido, Carvalho (2003), ao tratar sobre os índios guarani do Rio Silveira Litoral no Norte de São Paulo, aponta para o fato em que, nas condições em que a moeda media a venda de algum artefato ou mudas, o dinheiro advindo visa “suprir as necessidades e não o acúmulo”, (CARVALHO, 2003, p. 42), e mesmo em se tratado de *οeconomia* há uma relação simbólica que perpassa tal dinamicidade.

Tal diferenciação nos mercados pode ser entendidas na medida que, ao estar no mercado local, se cria práticas de sociabilidade ao relacionar, o que não se reduz, unicamente, à troca de mercadoria-dinheiro, como salienta Servilha (2008), ao estudar as diversas relações de troca existentes no mercado de Araçuaí-MG, dentre elas as “relações que perpassam pela fidelidade que estão para além da mera troca material” (SERVILHA, 2008, p 13), a troca de palavras, troca de objetos entre o freguês/comerciante e até mesmo os próprios feirantes. Além das trocas materiais existentes observou a concomitância das trocas simbólicas as vezes em um universo fronteirístico tênue entre troca material e simbólica e em outros casos

⁶⁴ Em grego *οικonomia* é a economia da casa.

específicos “trocas estritamente simbólicas na vida cotidiana do mercado” (SERVILHA, 1999, p. 125), assim as relações de trocas são perpassadas por outras lógicas.

Percebe-se no trocar, antes de tudo, um estar em relação. Esses sujeitos se colocam em relação na face a face, no caso dos que cultivam/capturam/coletam e negociam sua própria produção com outro que leva para sua casa uma produção que possui o rosto e a memória do outro que capturou o peixe, portando não é apenas uma troca de produto e moeda, há uma relação simbólica. Trata-se de uma relação de troca, ainda que, perpassada pela moeda, mas ao mesmo tempo transcendem a “uma economia que se insere nos quadros da economia meramente mercantil ou da economia supostamente natural das leituras comparadas da economia clássica” (MAUS, 2012, p. 121-122). Este entendimento de que tais comunidades realizam práticas de reciprocidade com maior ênfase do que o comércio da produção de excedentes não torna tais comunidades uma caricatura de uma comunidade primitiva, atesta, unicamente que “o significado da produção não se direciona unicamente a uma economia voltada para o valor de troca, mas sim ao valor de uso” (QUEIROZ, 2006, p. 110).

Para o pescador-vazanteiro a natureza não é mero recurso, ela é antes de tudo imanência no sentido que este se relaciona e constrói em suas “labutas” do cotidiano corporalmente no rio e na vazante, mas também é transcendência no sentido que é a partir destes espaços que o mesmo constrói, mantém suas práticas de sociabilidade.

Situação semelhante à supracitada foram trabalhadas por Viana (1999) que problematizou a retórica governamental sobre o desenvolvimento econômico, tendo como ponto de referência a percepção de um caiçara chamado Perequê da cidade de Paraty, no Rio de Janeiro, que, ao refletir as contradições da chegada da estrada Rio-Santos, nos anos de 1970, afirmou que “desenvolver não é envolver”, assim, a antítese do desenvolvimento é não envolver.

Des-envolver para as populações tradicionais – não apenas a caiçara significa perder o envolvimento econômico, cultural, social e ecológico com os ecossistemas e seus recursos naturais. Junto com o envolvimento, perde-se a dignidade e a perspectiva de construção da cidadania. (VIANA, 199, p. 242).

A sustentabilidade para uma diversidade de grupos tradicionais, ainda que imersas nas contradições de cada local eram ou ainda são marcadas por uma vida intensamente envolvida entre eles, com a natureza e seus saberes-fazer. Assim, qualquer perspectiva de desenvolvimento deve levar em consideração o envolvimento dos grupos locais com seus respectivos ecossistemas, fortalecendo seus laços sociais, espirituais e economias ali

produzidas, sendo portanto dimensões precípuas, *sine quam non*⁶⁵ se pode pensar qualquer noção de sustentabilidade, uma vez que, o resultado do desenvolvimento e da ideia de modernidade, por vezes, trágicos e contraditórios, o que impõe uma busca de um outro paradigma ou mesmo uma nova relação de envolvimento com o mundo.

É notório destacar novamente que o modo de vida e o modo de produção das populações tradicionais (dentre estas podemos citar os pescadores-vazanteiros do rio São Francisco) não se restringe ao modo de produção capitalista. Apoiando em Silva (2014) e Brandão (2012) compartilha-se do entendimento de que tais comunidades experienciam temporalidades e espacialidades dissonantes da lógica urbana-industrial o que suscita a necessidade de reflexões que observem as experiências locais.

O economista marroquino Zaoual (2006) ao analisar o *modus operandi* da perspectiva desenvolvimentista em países periféricos observa que este modelo hegemônico de economia está imbricado numa análise ocidentalizante que objetiva e coisifica as experiências e racionalidades externas ao seu paradigma de des-envolvimento global. Destarte, em razão deste enredamento afirma que as proposições do des-envolvimentismo são de enquadramento que visam transplantar tais experiências à complexidade e dinamicidade dos diversos territórios existentes. Na perspectiva de Zaoual o des-envolvimento não dá conta de dialogar com a diversidade e dinamicidade econômica existentes nos locais. Em razão disto, ao invés de partir da ideia de desenvolvimento como pressuposto da economia, propõe a tese de que o “homem é antes de tudo um animal territorial” (ZAOUAL, 2006, p 20), isso implica afirmar que todo o lugar possui de algum modo sua economia interna.

Segundo Zaoual (2006) esse perspectivismo economicista hegemônico impossibilita outras epistemologias e atrofia, antes de tudo, outros sujeitos e a diversidade das práticas locais de economia que existiam e estão emergindo e que estão, por sua vez, repletas de conteúdo simbólico e territorial. Esses grupos locais, muitas das vezes, estão em situação de desencontro com o imperativo “ético” econômico posto que a lógica do mercado não abarca a dinamicidade e variabilidade local que está permeada de um arcabouço de sentidos simbólicos e trajetórias do povo em questão. É a partir deste entendimento, que buscamos evidenciar como há ali uma “economia invisível”, no sentido em que ela existe, funciona, mas é pouca valorada, se esta for analisada sob o ponto de vista do grande capital. Em grande parte, a sustentação desta economia existente na comunidade de Croatá perpassa pelo trabalho como

⁶⁵ Sem a qual. Expressão latina.

valor de uso e não de troca. E neste sentido, entende-se que, embora a comunidade tenha sido perpassada pela violência do desenvolvimentismo seja pela privatização das águas e a expropriação da ocupação tradicional do seu território, afirmam-se que esse modelo desenvolvimentista no seu todo é “(...) impossibilitado de se transpor mecanicamente, de um espaço para outro” (ZAOUAL, 2006, p 15). Portanto esse modelo de desenvolvimento idealizado pelo ocidente desconsidera o contexto e autonomia do lugar. O desenvolvimento transposto emerge também como uma característica de um projeto civilizacional ocidental que nem sempre se encaixa nos países do sul.

Ao buscar desenvolver a teoria dos sítios simbólico Zaoual (2006) afirma a existência de uma economia de pertencimento/ou economia dos sítios existentes em todos os lugares. O *situs*, isto é, a economia do lugar possibilita a dinamização simbólica materializando-se no sentido dado ao imaginário societal dos caminhos e situações traçadas em comum por uma comunidade, por exemplo.

Zaoual (2006) afirma que as “economias dissidentes” referem-se às economias emergentes nos sítios simbólicos em sua variabilidade e possui significados que estão na cultura, na economia e na ecologia e está em conexão com o nível de escala local e a variabilidade que está para além de uma economia nomeada economia local. Ao observamos as práticas de *mutirões* na comunidade de Croatá, observamos inúmeras práticas locais que remetem a uma “*oeconomia*” que é resultante do território imaginado, que se materializa no lugar reconhecido, onde se operacionalizam sistemas de crenças e heranças que influenciam as trajetórias dos sujeitos individuais e a coletividade e que se retroalimenta em práticas incorporadas, na medida que esta é bem assimilada e aceita por um coletivo maior.

Nas visitas de campo e nas entrevistas foram registradas inúmeras práticas de *mutirões*. **O mutirão ocupa um lugar central na comunidade de Croatá.** Ele pode ser entendido como uma espécie de economia dos fracos, no dizer de um dos meus sujeitos de pesquisa, Seu Santo: “o mutirão é o jeito que a gente que é fraco tem de sobreviver⁶⁶”. Neste sentido, aos poucos, no período desta pesquisa, fomos observando a existência de vários *mutirões*, sendo um destes o *tafêo* que foi realizado na Ilha de Pedro Preto, parte do território de Croatá, no ano de 2000.

A gente tinha o *tafêo*. *Tafêo* é assim: eu pego a tarefa de fulano de tal, até passava o rodízio de três ou 4 dias ou até 5 em cada família. O almoço é de fulano de tal dono da área do serviço. A carne ia de acordo com a força

⁶⁶Anotação em registrada em caderno de campo, a partir de diálogo com Antônio dos Santos. – Seu Santo em 07 de maio de 2018.

do dono do serviço: um porco, umas galinhas e até um 1/4 de boi para os que era criador de boi. O tarefão, às vezes forma de até 20 ou 30 pessoas. Aqui no Croatá e na Ilha de Pedro Preto normalmente era de 15 a 20 pessoas nos anos onde tinha muito serviço nas roças. O tarefão tem também nos anos de cheias fortes para a retirada das famílias, de porcos, bois e até famílias que não deram conta de sair antes da cheia tomar conta das áreas. O tarefão é de graça e é de grande ajuda. (Arnaldo da Silva Vieira⁶⁷).

Também foram observadas outras três tipologias de mutirões ainda praticados na comunidade: “**mutirão entre vizinhos ou parentes**”, “**mutirão no coletivo**” e “**mutirão para os de fora**” com organicidades internas de divisão de tarefas no meio destes, como se verá daqui em diante. Uma outra modalidade de mutirão existente refere-se ao mutirão anual de limpa do lance de pesca. Este último está associado a geração de posse-domínio anual do lance onde se encontram os melhores pescueiros. Este será analisada no próximo capítulo. No entendimento de Sabourin (1999) existem dois tipos para designar as ajudas mútuas exercidas no mutirão, a primeira ajuda mútua é voltada para os bens em comum (barragem, estradas, cisternas e outras) e uma segunda maneira de ajuda mútua refere-se aos trabalhos destinados para benefício de uma família.

O mutirão, na percepção de Queiroz (2006), remete “a uma modalidade de trabalho cooperativo indispensável, quando se trata de agrupamentos rurais em que atividades produtivas dependem de emprego de mão-de-obra familiar no contexto em que as tarefas excedem a capacidade de trabalho” (QUEIROZ, 2006, p. 97). O mutirão sob o ponto de vista pragmático visa resolver duas situações: a necessidade de rapidez em uma determinada tarefa diante da extensão do trabalho que está além das forças e do tempo hábil para uma determinada família ou comunidade cuja mão de obra necessária pode ser adquirida na vizinhança. O fulcro central do mutirão está para além da ajuda mútua, está na experiência de fortalecimento de “vínculos entre os moradores por formas de solidariedade e reciprocidade” (QUEIROZ, 2006, p. 97). Pode-se observar que, o mutirão na comunidade de Croatá é um importante elo de círculo de reciprocidade dentro e fora do território.

Demasiadas vezes, ao dialogar ou “provocar” os pescadores sobre as atividades externas à vida em comunidade, ouve-se o mote: “o rio São Francisco é meu patrão⁶⁸”. Uma das vezes que ouvi esse mesmo mote, foi no dia em indaguei os motivos de dois comunitários de Croatá, o João Batista e o seu Arnaldo estarem em um mutirão de construção de três

⁶⁷ Anotação em caderno de campo em diálogo com João Batista Silva em 10 de maio de 2018.

⁶⁸ Anotação de caderno de Campo realizada com informação de João Batista Silva morador da Comunidade de Croatá, que esteve apoiando um mutirão em uma outra comunidade pesqueira, Canabrava, em Ibiai-MG, por volta de 350 km de distância de sua comunidade de origem, Croatá, em Januária-MG.

barracos, à não menos que 350 km de distância da cidade de origem, numa ilha de frente à comunidade de Canabrava entre os municípios de Buritizeiro e Ibiaí. Este tipo de mutirão, para estes, é nomeado de **mutirão para fora**. Um dos elementos em questão nos mutirões, além do ser dono do próprio tempo é a disponibilidade do “(...) ambiente enquanto força produtiva, cujo circuito produtivo primário depende das condições ambientais” (SILVA, 2014. P. 38). Um outro elemento, como elencando acima, remete-se ao tempo como posse do sujeito, mas também disponibilizado para um tempo de vida que corresponde à abertura ao tempo de vida coletivo (SILVA, 2014 p 21), disponibilizado a prestar solidariedade à uma outra comunidade que está passando por tempo difíceis.

Na percepção de Woortmann (1990a) o assalariamento torna o sujeito do campo um alugado, isto é, “o tempo de vida não é do homem do campo e das águas”, mas sim de seu patrão, posto que “o trabalho para o fazendeiro, invade o tempo da família e da comunidade” (WOORTMANN, 1990a, p. 33). Deste modo, o uso do tempo, de quem é livre, se dá “entre iguais, numa relação de insubordinação entre um vizinho e parentes” (WOORTMANN, 1990a, p. 47) bem como nos “laços de compadrio” (WOORTMANN, 1990b, p. 227). No caso de Canabrava e Croatá, num sentido mais amplo, o que os unem é o fato de partilharem juntos as identidades de pescadores (as), vazanteiros vazanteiras do rio São Francisco que se solidarizam nas labutas em defesa dos territórios.

Ao fazer uma observação de campo, em uma atividade do MPP em Januária, o pesquisador comentou com uma pescadora-vazanteira de Cana Brava sobre a presença dos pescadores-quilombolas João Batista e Arnaldo na comunidade dela, sobre a pergunta, ela, imediatamente, respondeu: “a gente deve Croatá uma visita⁶⁹”. Isso se deve ao fato de estes haverem contribuído no mutirão de construção de barracos na Ilha da Esperança em favor da comunidade de Cana Brava. Em termos bem concretos uma visita não paga semanas de trabalho árduo de construção de casas derrubadas por ação judicial de reintegração de posse⁷⁰ executada em Canabrava, em Buritizeiro-MG. Na perspectiva de Saborin (1999) a ajuda

⁶⁹ Anotação de Caderno de Campo realizada em 15 de abril de 2018, onde lideranças das comunidades pesqueiras-vazanteiras do Norte de Minas estavam problematizando o Projeto de Lei de Territórios pesqueiros em Minas Gerais com a assessoria jurídica em Januária.

⁷⁰ A reintegração ocorrida há 48 horas foi ilegal, pois na véspera, 17 de julho de 2017, o desembargador de Belo Horizonte: José Américo Martins da Costa, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, havia determinado “o recolhimento do mandado de reintegração de posse expedido, devendo ser suspensas quaisquer medidas reintegratórias até o julgamento final deste recurso”. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2017/07/20/comunidade-pesqueira-de-canabrava-esta-sob-ataque-de-jaguncos-no-norte-de-minas/>> Acesso em 19 de novembro 2017.

mútua nos casos de mutirões “não requer devolução igualitária, na verdade o que se exige é a devolução. Mas sem contagem simétrica das prestações” (SABORIN, 1999, p. 46).

O tempo de devolução da prática entre o “dar, o receber e o retribuir” coloca o sujeito e as comunidades em relação. No nosso entendimento aqui está a centralidade das práticas de reciprocidade, posto que elas criam práticas de sociabilidade e fortalecem os vínculos entre sujeitos num horizonte temporal que vai se dando.

Mauss (2013) ao pesquisar os Polinésios, Melanésios e Povos do Noroeste americano identificou que “não são meramente indivíduos que trocam, mas coletividades” (MAUSS, 2013, p. 14). No seu contexto de análise observa que tais sujeitos vivenciavam práticas de sociabilidade que transcendiam a mera circulação de objetos que os tornavam “credores e devedores recíprocos” (MAUSS, 2013, p. 38). Este sistema de obrigação de dar-receber e retribuir foi nomeado por ele “por sistema de prestações totais – Potlatch” (MAUSS, 2013, p. 25). O Potlatch é nada mais nada menos do que o intercambiamento de dádivas e contra dádivas que não se restringem ao mero processo de trocar objetos úteis que não perpassa pelo lucro, mas que insere os sujeitos numa relação perpassada pela “obrigatoriedade, dar-receber-retribuir” (MAUSS, 2013, p. 72). Portanto não há totalidade de gratuidade e nem totalidade de desinteresse em receber. É justamente este círculo contínuo de dar-receber-retribuir que mantém a circulação das dádivas, isto é, a manutenção de um sistema retroalimentado de troca de presentes permanentes cuja finalidade é “produzir um sentimento de amizade entre as pessoas envolvidas” (MAUSS, 2013, p. 37).

No caso específico de Croatá as dádivas colocadas em circulação são o tempo e as habilidades dos seus moradores nas atividades coletivas, entre familiares e vizinhos e entre eles o de fora, através do mutirão. Na percepção de Silva (2014) os saberes informais são transmitidos além das relações de sociabilidade e solidariedade cotidianas. Por muitas vezes, no tempo da pesquisa, presenciamos a participação de crianças e jovens nos **mutirões para o coletivo** a exemplo da casa de farinha (conforme figuras abaixo), o que perpassa desde a construção da mesma até o processamento artesanal da mandioca. Portanto, o mutirão, constitui um momento de socialização também de saberes e práticas da cultura popular na comunidade, como se poderá observar nas fotos abaixo.

No ano de 2016 a comunidade conseguiu recurso junto ao Fundo Nacional de Solidariedade – FNS⁷¹ da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB respectivamente para a reconstrução⁷² da casa de farinha que foi soterrada pela enchente de 2012. Toda a mão de obra se deu a partir de mutirões, assim como parte considerável dos recursos para complementar as construções foram provenientes de recurso advindo da pesca e da vazante.

Nos relatórios de retorno de resultados enviados à CNBB foi registrado que a casa de farinha não produziu excedentes para o mercado externo, o que não era objetivo primário. A casa de farinha atual é frequentemente utilizada para a produção de farinha e beiju/tapioca. De maneira geral, o povo da comunidade deixou de reunir no galpão e passou a utilizar a casa de farinha também para reuniões internas e recebimento de chegantes que vem conhecer a história da comunidade, e, até mesmo receber pesquisadores (as) que preferem ali ficar. No mutirão se coloca em circulação não somente trabalhos, mas as habilidades, uma vez que as demandas daquilo que é para o coletivo perpassa um horizonte que requer habilidades de pedreiro, carpinteiro e encanador. Conforme salienta Thompson ao analisar a existência dos costumes e leis locais evidencia outros matizes de “economia em que as trocas de serviços e favores continuam significativas, ainda lembradas como características locais da paisagem.” (THOMPSON, 1998, p. 147).

Neste sentido, prestar serviços para a casa de farinha, sistema hidráulico, na solta coletiva e na construção de ponte põe em questão o sentido de entender os laços de reciprocidade como um elemento de “redistribuição de fatores de produção a exemplo do acesso à terra, à água, ao trabalho e técnicas” SABOUREIN, 1999, p. 44). Evidentemente que o sentido de se juntarem e fazerem sucessivos mutirões na comunidade, no seu todo, “tem a ver com interesse de manutenção da amizade, aliança e solidariedade, assim como o prazer que vem da criatividade e dos interesses instrumentais” (SABOURIN, 1999, p. 46). Um outro

⁷¹ Projeto N° 283/2016 – Fortalecendo saberes e identidades das mulheres no território quilombola pesqueiro de Croatá e partilhando o pão. Disponível em < <http://fns.cnbb.org.br/fundo/informativo/index> > Acesso em 29 de nov. 2017.

⁷² A proposta do projeto da Casa de Farinha consiste em aumentar a produção interna das famílias a partir de experiência de produção solidária de farinha posta a incidência de plantações de mandioca e o potencial agregador comunitário da Casa de Farinha (antes de tudo o rio soterrou a casa de farinha em 2012). A casa de farinha é uma retomada de prática anterior ao esbulho possessório. Atualmente, o beneficiamento da mandioca contribui na diversidade alimentar e autonomia produtiva e práticas de solidariedade entre os mesmos. Sabe-se que a diminuição brusca do pescado no Rio São Francisco tem como agentes causadores o agronegócio, hidronegócio, barragem de III Marias (controle da vazão ecológica), mineradoras e indústrias têxteis que degradam o rio, diminuindo a água em qualidade e quantidade. Todo esse cenário impacta drasticamente a reprodução dos peixes e diminuem os potenciais endógenos da comunidade.

fenômeno interessante, é, o olhar das ações da Comunidade que poderiam ser do Estado, indagando, a pescadora Maria das Dores⁷³, ela assim respondeu: “o Estado tem o tempo dele, e a comunidade tem a força dela”. Assim, o mutirão também é um modo em que a comunidade tem de resolver suas demandas familiares, comunitárias e dos outros de fora, frente ausência do Estado, em determinadas situações.



Figuras 1 e 2: Mutirão de ponte e sistema de captação/distribuição de água - Arq: Rafael Pereira, 2017.



Figuras 3 e 4: Mutirão da casa de farinha e de captação/distribuição de água - Arq: Rafael Pereira, 2017.

⁷³ Observações de campo na comunidade, Januária 03 de agosto de 2018.



Figuras 5, 6 Mutirão de produção de farinha e finalização do sistema de água - Arq: Rafael Pereira, 2017.



Figuras 7, 8: Finalização do mutirão do sistema de água com lanche coletivo - Arq: Rafael Pereira, 2017.

Como foi possível observar nas figuras acima, com exceção da construção da casa que se dá no **mutirão entre vizinhos**, todos os outros mutirões se referem a reformas, construções nos **mutirões para o coletivo**. Ao fim desta pesquisa, a comunidade, estava dando cabo a um mutirão de concerto da solta coletiva de gado de aproximadamente 1000 hectares em que (cada família tem direitos a ter 5 cabeças de gado na solta) e também juntando recursos para construir em mutirão para casa de melado para produzir rapadura, cujo nome será: “Do açúcar da escravidão ao melado da libertação”⁷⁴

O mutirão era grande tem tudo a ver com a nossa retomada do nosso território. É alegria e farra. O povo de fora da comunidade vinha também para ajudar. O mutirão contribui para a comunidade crescer. Mutirão é o movimento do povo que reuni para dar conta de um serviço e para reunir a comunidade. Aqui se não for no mutirão as coisas não andam. (Marcelo Xavier⁷⁵)

⁷⁴ Entrevista de campo do pescador-quilombola José Neves dos Santos, em 06 de maio de 2018.

⁷⁵ Entrevista de campo com o pescador-quilombola Marcelo Xavier, em 20 de dezembro de 2017.

Não participar dos mutirões, de algum modo, coloca o sujeito em débito com a comunidade, e, em última instância, enfraquece a relação deste com a mesma. Não participar e estar em indiferença e não ser em relação à comunidade. Não há exclusão do sujeito, mas este passa a ser mal visto pela comunidade como um todo. Só se aceita a contribuição de alimentos para aqueles que não aguentam trabalhar. Isso porque o mutirão, de maneira geral, perpassa pela fatura de alimentos direcionadas ao coletivo, ele é um importante elemento, sem o qual, se descaracterizaria o mutirão que associa “trabalho com a terra e a comida possui lugar central no discurso camponês” (WOORTMANN 1990a, p.37). Nas observações de campo percebe-se no modo de organizar para o alimento nos mutirões da comunidade, cada um deve colocar conforme sua condição, mas na medida de sua condição deve colocar em relação a fatura. Queiroz (2006) observa o mutirão como um espaço de construção e atualização de laços entre vizinhos de dentro, bem como, a distribuição de alimentos entre tais sujeitos. A comida no interior do mutirão coloca em evidencia o simbólico de partilha entre tais sujeitos. O mutirão enquanto um tipo de *oeconomia* da comunidade, perpassa um universo simbólico que identifica reciprocamente o sentido do outro na comunidade e do coletivo que se faz de indivíduos. Ao nosso entender o que está em jogo, é, antes de tudo é “manter o valor de uso social e o espírito da reciprocidade que contrasta com a modernidade com o seu espírito de lucro da mercadoria no território” (WOORTMANN 1990a, p.58).

É notório evidenciar que no interior dos mutirões há uma certa divisão de trabalhos como nos lembra um dos comunitários que coloca que a participação dentro do mutirão se dá de acordo com as habilidades: “normalmente tem 3 grupos de mutirão dentro do mutirão; o mutirão da cozinha, mutirão da construção e o mutirão dos que além de vir para colocar o trabalho, também doam os alimentos⁷⁶”

Como as partes essenciais (toda estrutura que dá condição para o funcionamento) da casa de farinha já foram concluídas, já aconteceu, por várias vezes, a “fazeção” de farinha como eles dizem. A produção é dividida entre o dono da mandioca e quem ajudou a preparar a mandioca para fazer a farinha. Neste sentido, perguntei para uma pescadora que normalmente torra a farinha, como se dá o processo de fazer e se ela espera ganhar algo quando socializa parte do que produz:

As vezes tem um que tem a mandioca no ponto de colher, tem outros que descasca, rala, espreme e torra. Quando eu terminei de torrar a farinha eu dividi com mais 4 pessoas: Maria das Dores, o filho de Enedina, Elizete e Cida de Rubim. Quando eu produzo e divido com o vizinho, eu não espero

⁷⁶ Entrevista de campo com o pescador vazanteiro Marcelo Xavier, 18 de dezembro de 2017.

ganhar nada dele. Mas se ele tem muito peixe sobrando (...). Ela (Maria das Dores) não é obrigada a nada, mas se ela me dá um pouco é bom (Anelita Barbosa dos Santos⁷⁷).

O acesso a terra-água-bichos existente no território torna a construção familiar e a vida mais fácil, casa-se e forma-se família com facilidade (casa-se a partir de 15 anos, e, nesta pesquisa identificamos avós com média de 33 - 35 anos). Para construir uma casa, coleta-se madeira, varas e o barro para construção da casa de enchimento e/ou confecciona-se o adobe, a partir daí, para quem faz essa opção, a única coisa que se compra na cidade são as telhas. A construção da casa, normalmente, se dá com o convite do mutirão que é feito ou pelo nubente⁷⁸ ou pelo pai ou mães dele que solicita a ajuda familiar ou de demais vizinhos. A percepção que temos é de que se trata de sujeitos cuja vida é perpassa por uma fluidez que é assumida tal qual a liquidez da água que corre constantemente experienciada no trabalho com o rio, com a vazante, lagoas e em última instância, ao se compreender moradores que partilham da possibilidade anual de ter a casa de morada tornada “caminho do rio”. Em partes esta fluidez da vida se nivela como a água que não se acumula e precisa correr rio abaixo.

Sahlins (1970), considera ser comum a dinâmica do capital ser ressignificada no interior de diversas comunidades tradicionais, entendendo que necessidades também são produzidas pelo capital, mas centra suas reflexões sobre o equilíbrio entre desejo e a abundância, deste modo para este e no “desejo de pouco é que se produz a abundância” (SAHLINS, 1970, 123). Esta pesquisa, no caso de Croatá, compactua com tal entendimento posto que uma vida marcada com desejos menores é tornada mais fácil de ser vivida. Não se trata em apologia ao de ter pouco, mas entender que outros sujeitos não tem os desejos ilimitados que são pautados e produzidos restritamente pelo capital, sobretudo na nossa sociedade, mais geral, totalmente imersa no mercado de produção e consumo capitalista. Tudo isso, não implica o “não-desejo” de obter uma moto ou um carro, por exemplo, mas o fato de morarem no caminho do rio impõe ao seu modo de vida um imperativo ético, uma imprevisibilidade à temporalidade ecológica de seca, cheia e vazante, o que provê e como estar preparado anualmente para a retirada e até mesmo o que não acumular.

Segundo Woortmann (1990a) o próprio sentido de produzir perpassa antes de tudo pelo autoconsumo e distribuição que media quase sempre a não produção de grandes excedentes. De algum modo, permanece no grupo, possibilidades de autossuficiência relativa

⁷⁷ Anotação em caderno de campo com a pescadora-vazanteira Anelita Barbosa dos Santos, agosto de 2017.

⁷⁸ Termo antigo utilizado no meio eclesiástico e em algumas comunidades camponesas para se referir ao noivo/noiva.

e uma lógica de produção e consumo que engendra níveis pouco assimétricos de desigualdade entre os comunitários. Nesta mesma direção Sobourin (1999) salienta que o ato de produzir também é orientado em se prover para dar, o que gera um receber e um retribuir fortalecendo os laços de reciprocidade entre os comunitários, portanto também redistribuir as dádivas.

Uma outra questão observada nesta pesquisa, no interior da comunidade, refere-se à migração temporária, ou migração sazonal. De algum modo, a migração fortalece a economia e reafirma o significado do território – posto que fora dele busca-se o adicional e permite a manutenção da família, normalmente a família extensa. Por outro lado, a esfera dos filhos dos comunitários deve ser digno de nota. No entendimento de Woortmann (1990b) os camponeses além de “produzir alimentos e outros produtos, os camponeses produzem migrantes” (Woortmann, 1990b, p. 217). Para esse autor a migração sazonal não se explica somente pela alta e baixa produtividade da roça, embora se reconheça que exista na família forças transferíveis (idade reprodutiva) e forças intransferíveis (mulher, crianças e outros), ainda assim, a migração no entendimento deste mesmo autor se dará a partir do ciclo de interação de cada grupo. A força de trabalho é retida ou liberada racionalmente pela família camponesa, e, esse equilíbrio visa garantir a força de trabalho em cada unidade doméstica.

Segundo Woortmann existem três tipos de migração: “pré-matrimonial, chefe de família e a migração definitiva” (WOORTMANN, 1990b. p 217), ademais, nos casos de migração pré-matrimonial há um sentido simbólico, uma vez que é nesse interstício que o filho da família do campo/floresta/água tira sua mão de obra da custódia do pai e assume para si mesmo. Nas entrevistas de campo identifiquei dois moradores, chefes de família extensa, que fazem a migração sazonal um no Rio de Janeiro e outro em Belo Horizonte. Este último afirma a migração como negativa, ainda assim nos tempos em que a sustentabilidade da família torna-se desfavorável ele coloca sua mão de obra a serviço da construção civil entre 15 ou 30 dias no ano de muita dificuldade, ainda assim a mão de obra se dá nas empreitadas de conhecidos ou parentes que moram em Belo Horizonte e normalmente não há carteira assinada. Ainda assim o comunitário Marcelo completa: “só dou um dia de serviço se eu estiver muito apertado⁷⁹.”

Segundo Woortmann (1990b) essa suposta submissão migratória é estratégica, posto que ela é temporária e tem como fim último o fortalecimento para o retorno definitivo para comunidade e em determinadas circunstâncias, “migrar pode ser uma condição para a

⁷⁹ Anotação de caderno de campo em diálogo com Marcelo Xavier sobre a necessidade de ele ter que sair de casa em tempos difíceis, 13 de dezembro de 2017.

permanência camponesa” WOORTMANN (1990b), assim como torna-se em certa medida uma realidade necessária no sentido de possibilitar “a reprodução do campesinato” WOORTMANN (1990a), portanto a migração é uma estratégia de resistência e permanência do campesinato e em alguns casos para as omundiades tradicionais. A migração, no sentido de retornar para o território, como um todo, é ainda maior na comunidade de Croatá: foi observado, somente no período desta pesquisa, em uma família ampliada, o retorno de 02 filhos e um neto com suas respectivas famílias que vinham de outras cidades, dentre elas um residente em cidade satélite de Brasília no DF e outro de São Francisco-MG, sendo dois filhos e um neto, chefes de família, de um casal de octogenários da comunidade. Os argumentos de retorno se embasam na vida cara e violenta da cidade grande e o direito de ter território próprio para trabalho e casa para morar ao lado da família e na comunidade.

A percepção de um pescador-vazanteiro-quilombola de Croatá, seu Santo, ilustra no nosso entendimento um sentido coletivo destes sujeitos em questão “a gente mora no caminho do rio”, e isso, tem a ver com um código ético que reflete de maneira decisiva sobre o modo de vida que está umbilicalmente voltado ao rio. Essa ligação tem a ver com o não acúmulo, sobre o que provê, e o que não guardar ou o que conservar e como conservá-lo. Toda a produção está imersa na incerteza, no caso das vazantes de serem “comidas pelo rio”, caso seja plantada antes da cheia de São José, normalmente nos meses de março, portanto o rio emerge como um sujeito material e simbólico dotado de “vontades”.

CAPÍTULO II - AS TEMPORALIDADES EXPROPRIATÓRIA REAPROPRIATÓRIA VIVENCIADA NO TERRITÓRIO PESQUEIRO E QUILOMBOLA DE CROATÁ

2.1. Do tempo do Croatá velho ao tempo da formação da fazenda: a diáspora para Ilha de Pedro Preto.

Esta noite, ao mergulhar a mão direita na caixa onde guardo os meus papéis, os animais subiram até meu antebraço, moviam as patinhas, as antenas, tentando sair ao ar livre. Esses répteis que se arrastam por minha pele cada vez que resolvo mergulhar minha mão no passado provocam em mim uma infinita sensação de repugnância, mas sei que o rolar escamoso de seus ventres, o contado afiado de suas patas, é o preço que tenho que pagar toda vez que quero comprovar (por onde fui, o que ouvi e o que silencieei ou foi silenciado em mim) (PIGLIA, 1987, p. 81).

A enchente ocorrida em março de 1979 no “Velho Chico”, mais conhecida como cheia forte, conforme os comunitários mais velhos de Croatá, corresponde a um marco temporal de suma importância, no nosso entendimento, por quatro razões cruciais: ela sucede, em alguns meses, o “processo de formação da fazenda”, isto é, a medição da Fazenda Itapiraçaba de junho-novembro de 1979, que, a título de exemplo, possui fortes indícios de grilagem de terra (o que será desenvolvido ainda neste tópico); em um segundo momento, possibilitou o processo de invasão e retirada dos comunitários, posto que após a enchente Astério Itabayana utilizou desse evento natural, a cheia, que alagou significativa parte do território de Croatá, para não mais permitir o retorno dos comunitários às terras **tradicionalmente ocupadas**⁸⁰ após a vazão do rio; o terceiro momento caracteriza-se pela “consolidação da propriedade a partir da violência física e simbólica em desfavor dos moradores que tentaram retornar ao território, posteriormente, inserindo as terras em grupos financeiros, sendo todos os acionistas moradores da capital de São Paulo; e, por último, a efetivação da diáspora dos moradores para a cidade de Januária, Pedras de Maria da Cruz, principalmente para a Ilha de Pedro Preto e cidades vizinhas à Januária. É essencial salientar que houve resistências de comunitários, porém organizados em núcleo familiar de menor

⁸⁰ § 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Constituição Federal de 1988. Esse importante conceito de Alfredo Wagner Berno de Almeida (2002) será desenvolvido no processo de reapropriação do território.

abrangência. Entretanto, não tivemos acesso detalhado a mais informações destas tentativas de retomada, mas nos foi relatado tal evento por um comunitário.

Embora não seja o objetivo desta pesquisa abordar a questão agrária em que se insere a comunidade de Croatá, alguns elementos foram surgindo ao longo da pesquisa, ao coletar material etnográfico dos sujeitos de pesquisa no que se refere à expropriação territorial. Esse material nos aponta para horizontes que suscitam consideráveis elementos, mas, sobretudo, a outras perguntas que nos levam a trilhas por onde, a partir de indícios aqui elencados, podem possibilitar que, em outro momento, eu ou outros que desejarmos “aventurar” nesta questão específica, possamos encontrar pistas mais concretas para se analisar, de maneira aprofundada, o caso Croatá, dentre outras comunidades que fazem parte e se relacionam com a mesma, a exemplo das Comunidades de Sangradouro Grande, Gameleira, Limeira, Várzea da Cruz e Caraíbas.

Em boa medida, esta pesquisa coletou informações orais advindas da memória coletiva dos moradores. Conforme salienta O'dywer (2017) e NIISA (2017) é oportuno utilizar “o contexto da pesquisa etnográfica e etnoecológica como estratégia de pesquisa a realização de percursos e deslocamentos” (NIISA, 2017 p. 11). As incursões se deram especialmente na comunidade de Croatá e nos lugares do território por eles nomeados: rio, vazante, mata, cemitérios, lagoas, vargens, morro e chapada, dentre outros. Ademais, em razão da pesquisa, foi feita uma incursão ao Ofício de Registro de Imóveis de Januária-ORIJ. Também consultamos processos judiciais do Fórum local, Vara Agrária Estadual e Justiça Federal. Neste interim, foram feitas incursões em outras comunidades e até mesmo diálogos sobre o assunto em lugares poucos previsíveis, circulando entre o trajeto Montes Claros até Januária de táxi, ônibus ou até mesmo carona nos momentos em que esta foi oferecida aos transeuntes neste trajeto. Além disso, foram realizadas visitas aos arquivos de mediadores políticos da comunidade, a exemplo do Conselho Pastoral dos Pescadores de MG- CPP-MG, com sede em Buritizeiro-MG, além de bibliografia e leis relacionadas à questão e literatura antropológica do Norte de Minas que trata da questão da expropriação de grupos negros e pescadores-vazanteiros do rio São Francisco.

O processo de formação da fazenda Itapiraçaba expropria as comunidades de Croatá e Sangradouro Grande e, a partir de Croatá, formam-se os grupos da Ilha de Pedro Preto, Gameleira e esta última forma, com o tempo, o grupo de Várzea da Cruz. Todas essas comunidades possuem laços familiares e de identificação com o lugar (pescador-vazanteiro),

sendo todos esses grupos referenciados autodeclarados quilombolas. A comunidade de Croatá, antes da expropriação, segundo esta colaboradora da pesquisa, era grande e dinâmica:

Aqui tinha mais de 150 famílias, que tinha livre acesso de fazer roça, de pescar e não destruir, até que um dia chegou um moço chamado Astério de Itabaiano e ele colocou um ponto que ele tinha comprado esse território pra ele criar gado. A minha sogra mesmo ele colocou arma na cabeça e depois colocou fogo na casa. Expulsou minha sogra para ela mudar. (...). Aí, o pessoal foram para a Ilha de Pedro Preto, pra outras roça aqui perto, para a cidade de Januária e Pedras de Maria da Cruz. Foram umas 75 famílias, para ilha de Pedro Preto. Um punhado deles morador da ilha de Pedro Preto já morreram. Na enchente de 1979 aqui mesmo, tudo ficou alagado. Eles aproveitou que o pessoal foi refugiar no alto e quando voltou ele expulsou o povo pra ilha. Meu marido na época era rapaz, hoje ele está 54 anos. Foi essa data aí que ele expulsou o povo. Até essa data todo mundo vivia aqui. O Astero Itabaiano ficou muitos anos aqui tomando de conta de seus gado e depois ele morreu e ficou o Astero Itabayano filho. E esse aí que pegava pesado – que colocou fogo aí. O povo ia querer as terra pra trabaiá. Ele queimou carroça de seu Moacir (pessoa da comunidade). Minha sogra foi expulsa pelo Astero pai- Nós mesmo retornamos para cá, que nós mesmo é daqui foi criado aqui. E ele não quis ficar lá na ilha de Pedro Preto, não. Ele falou para mãe dele, oh mainha quando eu crescer, nossa terra onde a gente construiu eu vou voltar prá lá. E a mãe dele falou: - E se eu não tiver aqui? E se eu já tiver morrido? – Ele falou: mesmo assim eu vou voltar prá lá. Como ele falou com a mãe dele ele cumpriu com a palavra que ele vinha prá cá. E a gente tá aqui, e não vai sair daqui não! (...) o espaço aqui é de pescador, vazanteiro e de quilombola. Minha mãe nasceu aqui e já tem 84 anos. Morava aqui na comunidade, com a expulsão, teve que ir para a ilha e de lá para a cidade por causa da saúde. A casa dela era de junto de onde tem hoje tem o pé de jenipapo. Até hoje ela tem uma vazante que eu tomo de conta. (Maria das Dores Pereira da Silva⁸¹, 50 anos).

A expropriação do território de Croatá está entremeada em processos amplos de uma política desenvolvimentista de estado, que influenciou empresas, que, por sua vez, buscaram terras para acessar incentivos fiscais na área da SUDENE, no intuito de acumular capital. Harvey (2013), tratando das lógicas entre terra e capital, defende que o controle daquela está em relação ao segundo, sendo o território um meio para acumulação de capital. Suas reflexões se valem do pensamento de Arendt, que renunciava a existência de um novo tempo⁸², entretanto, continuaria assegurando o poder e a propriedade.

Uma acumulação interminável de propriedade, escreveu ela, “tem de basear-se numa **acumulação interminável de poder (...)** o processo **ilimitado de acumulação do capital** requer a estrutura política de um “poder ilimitado” em tal grau que seja capaz de **proteger o aumento da propriedade**_pelo constante aumento de seu poder (HARVEY, 2013, p. 36-37).

⁸¹ Entrevista de campo, na comunidade de Croatá, 20 de agosto de 2017.

⁸² Este novo tempo passou a ser entendido como novo imperialismo.

Em outras palavras, as bases para o acúmulo de poder ilimitado pressupõem uma estrutura política “mantenedora” da propriedade e a constância do poder, estando aí, desenhado o papel do Estado enquanto garantidor do acúmulo de capital para uma classe. Contextualizando esse pensamento, no caso de grilagem de terra, com “títulos e trâmites legais válidos”, o Estado pode, ou quase sempre garante a propriedade, usando, inclusive, a violência, nas eventuais ocupações camponesas, em alguns casos, terras, anteriormente, expropriadas destes homens do campo.

Na perspectiva de Harvey (2013), a “acumulação primitiva” ou “original” descrita por Marx, como prática pretérita, é um processo amplo que está se dando e não são coisas do passado remoto; por isso, propõe a substituição deste conceito, pelo conceito de acumulação por espoliação, persistente em tais circunstâncias:

Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta das populações camponesas; a conversão de várias formas de direito de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão do direito dos camponeses da terra comum (...) (HARVEY, 2013, p. 121).

Apoiando-se em Fontes (2008), ao analisar a expropriação territorial caiçara no litoral norte paulista, Nascimento (2016) demonstra como a transformação da terra em mercadoria pelo turismo enseja um largo e violento processo de expropriação. A atualidade do processo autoriza afirmar que a expropriação figura como uma pré-condição permanente para a existência do próprio capital (NASCIMENTO, 2017 p. 56). Deste modo, a expropriação não pode ser apenas entendida como um “pecado” original que tende a desaparecer:

Estamos diante de um duplo e único movimento: a extensão e generalização da relação social especificamente capitalista [as relações de exploração] se expressam pela expansão das expropriações, cujas dimensões atuais assinalam transformações significativas no capitalismo (FONTES, 2008, p. 10 apud NASCIMENTO, 2016, p. 57).

Assim, segundo Fontes, a acumulação por espoliação nomeada por Harvey (2013), não é resultante de um vazio teórico deixado por Marx, mas uma situação já prevista em outra parte do mesmo escrito⁸³ “esquecida” ou não considerada por Harvey. Isso posto, estão aí as

⁸³ Fontes está se rementando a obra O Capital de Marx.

razões e constância da expropriação alargada para os tempos hodiernos⁸⁴, abarcando, inclusive, as terras camponesas e as populações tradicionais.

A terra como instrumento de trabalho e lugar de morada como nos lembram Brandão (2012) e Nascimento (2016), em contexto de expropriação, passa a ter uma outra configuração histórica e social, sendo tornada mercadoria e entrando no círculo comercial. Neste contexto, Nascimento afirma: “daí também por que entendermos que, no âmbito da produção do espaço como mercadoria, a relação central é a de expropriação [...]” (NASCIMENTO, 2016, p. 55).

No caso dos pescadores (as) quilombolas de Croatá, por sua vez, esse processo se deu pelo afazendamento e, para entendermos, em termos burocráticos, fomos ao cartório de imóveis local. Senão vejamos.

Ao perscrutar o título público no Ofício de Registro de Imóveis de Januária-ORIJ (2014) sob número de matrícula nº 4.166, fica evidente que o período de “medição da fazenda” é datado de junho de 1979. O período de registro cartorial em 20/11/1980, mesma data em que as terras são transmitidas pela adquirente Companhia Agrícola Santo Antônio. Aqui se percebe uma passagem da terra de um membro da elite agrária local, o Astério Itabayana, para grupos financeiros da capital de São Paulo. Segundo o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – NIISA - em audiência na Subseção Judiciária da Justiça Federal em Montes Claros, o conflito entre os moradores de Croatá e fazendeiros atuais e anteriores “evidenciam situações de conflitos ambientais relacionados à expansão do modo de produção capitalista no campo, que se intensifica a partir dos anos de 1970”. (NIISA, 2018 p. 2). Portanto, o interesse de aquisição de tais propriedades no Norte de Minas se deve a incentivos fiscais governamentais proporcionados pela SUDENE, acesso a políticas de regularização fundiária, concessão de crédito, isto é, empréstimos com juros baixos e com vantagens no Banco do Nordeste, que estavam acessíveis a grupos com capital econômico e político conforme sucessivas hipotecas averbadas no título público do imóvel em questão entre as fichas 003 verso, 004 (ORIJ, 2014) como foi possível observar.

Entre as décadas de 1970 e 1980, percebem-se fortes movimentações, dentre elas a queima do cartório de Januária, que os comunitários de Croatá relataram. Ao consultar o

⁸⁴ Daí, a dificuldade de dicotomizar as expropriações contemporâneas, segundo sugere a noção de acumulação por espoliação, isto é, de um lado uma acumulação produtiva, do outro uma espoliativa. Na verdade, finaliza a autora, a expropriação continua sendo a base da conversão de dinheiro em capital. Embora reconheça que atualmente a expansão dessa relação resulte em algo novo. (NASCIMENTO, 2008, p. 57).

processo já arquivado na Comarca de Januária-CJ sob o nº 002005/82, há constatação de que, em “17 de abril de 1981, foram queimados diversos livros e documentos relativos a registros imobiliários” (CJ 1982, p. 31). O Ministério Público, assim como a escritã do Cartório afirmam que “há muitos interesses por detrás do fato, que somente serão declarados com a prisão do indiciado” (CJ,1982, p. 58). Entretanto, o acusado, que, na mesma noite roubou um carro, não chegou a ser preso. Todo este cenário corrobora para endossar suspeitas sobre o surgimento de grandes fazendas e grandes áreas de irrigação que tem como consequência o cercamento das terras livres e anexação destas pequenas propriedades aos documentos, gerando assim o afazendamento.

Desde antes do fazendeiro, nossos pais e nossos avós já estava aqui. Em 1957 eu nasci aqui no Croatá. Em 1982 meu pai, já velho, foi expulso com nós. E nós tivemos que ir para a cidade, para Januária. A minha avó Beatriz Francisca de Meira tinha dois alqueire de terra aqui na Varginha que fazia parte do Croatá, na parte de cima, do lado do cemitério de Guilermino. Era muitas famílias, só perto de nós, era: Sá Maurícia, Maria Grande, Mãe Velha que pegava nós (parteira), Bastiaoção, Zé Caín'água, Valdemar Paciência, Lú (era genro da Velha Beata que era minha avó e tinha 19 filhos com minha Tia Gustavo), Otácilio, Maria, França, Amélia, Joaquizim de Beata, Benedito, Agnel, Benedito Preto, só na parte de cima na Varginha, fora o Croatá de baixo. (essa área da Varginha era no alto), mas eles trabalhavam nas ilhas e vazantes do Croatá (Arnaldo Vieira da Silva, 60 anos⁸⁵).

Outro morador da Ilha de Pedro Preto, expropriada em 1979, também lugar de refúgio dos antigos moradores de Croatá, relata a mesma situação de ser herdeiro e “não saber onde se encontram as terras do seu avô”. Tais relatos deixam algumas lacunas ao longo desse processo de pesquisa, que, no nosso entendimento, não coloca essa pesquisa em meras condições de efemeridade, mas numa abordagem do real possível frente às limitações de tempo e recursos financeiros. Digo isso porque somente uma consulta documental em Salvador, Recife/Olinda e ou no Registro Torrens em Portugal poderiam oferecer melhores condições para esclarecer a cadeia sucessória desde as sesmarias. Além disso, uma das lacunas se deve ao fato de que “glebas de terras registradas em nome de ancestrais de Croatá, muitas das vezes reclamadas nas entrevistas ou diálogos com os comunitários, simplesmente não existiam no memorial descritivo do documento de formação da fazenda Itapiraçaba.

Aqui no Croatá tinha uma terra de meu avô Zezinho Jatobá, no lugar chamado Laranja. Por que meu pai não importou e essa terra ficou sem nós saber onde é. Terra não tinha valor. Mas eu sei que esta terra é aqui dentro do Croatá para cidade. Ela está nesse trecho. Por que a terra era aqui. Eu

⁸⁵ Anotações em caderno de campo, 23 de agosto de 2017.

conheço isso aqui desde idade de 12 anos. O vapor passava aqui nesse rebocador. Aqui é uma crôa caminho do rio e nós precisamos dela. Meu pai sempre lembrava que tinha uma gameleira ali que os marinheiros saltavam para amarrá o vapor. Nós fomos corridos daqui e retirados para crôa. A crôa (leia-se formação de areia ao longo da seca do rio) foi levantando e nós ficamos lá preexistindo até hoje. Eram muitas famílias. Nós trabalhava aqui no alto e ele (o fazendeiro) correu com nós. (João Rodrigues Corrêa de Brito, 69 anos).

A priori, um olhar superficial é induzido à conclusão de que as terras tradicionalmente ocupadas, ou até mesmo documentadas, conforme nos foi relatado, deixaram de existir com o processo de formação da fazenda. Como hipótese, isso se deve ao fato de que pessoas e famílias eram silenciadas, violentadas e tinham na “resignação” um meio de preservar a própria existência com denominações ambivalentes e utilizando-se de eufemismos forte x fraco e alto x baixo. Desde março de 2014, quando houve aproximação mais profunda a esse grupo, nas conversas coletivas, surgiam dúvidas sobre as razões de uma expropriação fatalista com resistência mais familiar. Mais tarde, em conversas mais reservadas, nas entrevistas de campo no decorrer desta pesquisa, foi possível começar a entender as possíveis razões das supostas “resignações”.

Astero Itabaiana **encurralou** minha avó aqui em cima e um monte de gente lá embaixo. Ele fazia assim, tomava o direito de bebida e comida dos animais e o direito da gente sair porque ele fazia o mesmo com morador porque assim o morador não resistia e aí não tinha como tê sobrevivência. Tinha que saí e deixar para ele. Naquele tempo ninguém tomava uma questão com rico, ainda mais com seu Astero. Preferia recuar e ir para ilha ou cidade, era fria. Era cadeia ou então bala sendo dono ou não. Ele falava de matar mesmo. Ele não dava colher de chá. Tinha que entregar e sair, fazer o que? Sem água e imprensado sem-terra ela teve que ir para a cidade. (Arnaldo Silva vieira, 60 anos⁸⁶).

Conforme salienta o seu João, conhecido como Nego d’água:

Antigamente ninguém era proprietário de terra aqui. Do outro lado (do rio), meu sogro tinha uma área de terra pequena. Ele foi obrigado a entregar. O fazendeiro **cercou** a saída de água e de terra. Tinha fazendeiro que ameaçava. - Oh! Se você ficar aí assim sua mulher vai servir para mim. Todo mundo tinha medo de seu Astero. E ele tinha os capanga dele. Se falasse que seu Astero vem aí, todo mundo ficava com medo. O pobre que tinha um pedacinho de roça e rio era rico, e você sabe a lei sempre era do mais alto que invadia e tomava. Como ele conseguiu documento de terra aqui? Aqui era uma ilha. Eu sempre fui morador aqui. (Nego d’água, 67 anos⁸⁷).

⁸⁶ Anotações em caderno de campo, 25 de agosto de 2017.

⁸⁷ Anotações em caderno de campo, 18 de agosto de 2017.

Como se pode observar acima, eram retirados os meios de reprodução física, social e até simbólico, isto é, o acesso água-terra-bichos-plantas-água e os meios de reprodução da existência com o cercamento dos comunitários. Segundo Santos, Nascimento e Almeida (2017) essas categorias de expropriados terão as ilhas como lugar que será tornado lócus de acolhida precária e imposta aos expropriados “mais fracos”, uma vez que para os mesmos só a “besta fera é pobre” e, ao se sentirem fracos, afirmam que tem um forte que lhes tira a força, que, aqui neste caso em questão, é o fazendeiro. As duas ilhas que, conforme veremos ainda neste capítulo, seja no etnomapa seja no mapa, estão no território de Croatá e acolheram esses povos expropriados, respectivamente: Ilha de Pedro Preto, posteriormente surgiu a Ilha de Zé Cravo.

Segundo Costa (2000), o processo desenvolvimentista se sobrepõe às terras tradicionalmente ocupadas às margens do “Velho Chico” no Norte de Minas. A experiência deste processo expropriatório faz emergir uma “categoria” de expropriados. Doravante estes sujeitos em questão serão “induzidos” a viverem num processo de degradação humana posto que as vastidões de terras tradicionalmente ocupadas serão cercadas e, em concomitância, haverá sobreposição a partir da grilagem de terras. Na perspectiva de Costa (2000), este “novo cenário social” fará significativas alterações no modo de vida e no cotidiano destas populações em que ele nomeou de “tempo do cercamento”, período em que se verifica uma solicitação demasiada de agrimensores a serviço de fazendeiros e oligarquias regionais, sendo que estes últimos passaram a cercar, inclusive, áreas públicas (terras da união⁸⁸), terras tradicionalmente ocupadas a partir da pressão violenta sobre posseiros ou pequenos proprietários quilombolas que foram obrigados a entregarem suas terras, inclusive as documentadas. Costa Filho (2008), por sua vez, ao fazer estudos antropológicos com as populações gurutubanas, denomina esse período como tempo de restrição das terras e da natureza no vasto território negro do Vale rio do Gortuba no Norte de Minas. Tais temporalidades sociais experienciadas pelos seus sujeitos de pesquisa foram nomeadas como “tempo das soltas ou do carrancismo”, tempo do “cercamento ou da grilagem e afazendamento” e ou tempo do “apertamento ou precarização territorial”.

Conforme salienta Martins (1981), o prelúdio dos nós da questão agrária do Brasil está no bojo da primeira Lei de terras – Lei 601 de 1850 - voltada para a regularização fundiária. Segundo Martins, trata-se de uma ação deliberada para dar vigor ao

⁸⁸ No próximo tópico trataremos deste assunto.

“desenvolvimento” agrícola brasileiro, não a partir do trabalho assalariado, mas de uma remodelagem inconclusa de modernidade capitalista posto que o *modus operandi* de acúmulo do capital permanecerá fundamentado nos arcaicos modelos escravagistas, sendo um dos matizes históricos a iminente “liberdade” dos povos escravizados contrastados com a situação regulamentada da terra cativa, uma vez que a terra só poderia ser acessada por intermédio da compra, e, como é sabido, de maneira geral, os negros eram descapitalizados. Neste sentido, busca-se entender como se deu a apropriação indevida mais generalizada das terras no Norte de Minas para entendermos melhor o caso específico ocorrido em Croatá.

Oliveira⁸⁹ (2015) *apud* Costa (2017), ao analisar as práticas de grilagem de terra em Grão Mogol e Riacho dos Machados no Norte de Minas, afirmam, com base em evidências empíricas, como se deu o processo de grilagem nas primeiras décadas do século XX. Segundo este importante pesquisador da questão agrária no país, as elites locais junto às oligarquias regionais se mancomunaram a partir de vários estratagemas valendo-se de “fissuras” no campo do direito no âmbito da regulamentação de terras para assim grilar as terras públicas. Sua pesquisa aponta que a apropriação privada da terra se deu entre 1897 - 1911, período de transição da regulamentação de terras no país. No caso em questão, as elites locais passaram a dividir e se anteciparam ao Estado e, com apoio do mesmo, fizeram a divisão judicial das fazendas, sem base para tal ação, posto que recibos de compras e vendas de origem dúbia, contraditoriamente, foram tornados em documentos portadores de validade no campo do direito.

Segundo Costa (2017), a centralidade do debate na constituição da propriedade privada no Brasil, e aqui colocamos o Norte de Minas, se fundamenta na ideia de uma modernidade desenvolvimentista capitalista que se dá de forma desigual e contraditória, possuindo sua raiz no caráter rentista da terra, perpetuando o modo de apropriação privada da mesma. Essa mesma pesquisadora, aponta que o Decreto Estadual nº 174 de 23 de agosto de 1890, em concordância com a Assembleia Geral Legislativa de Minas, regulou a arrecadação das terras que deveriam ser adquiridas, por meio da venda pelo Estado para o “desenvolvimento da colonização” e com fins de arrecadação. O segundo Decreto nº 179 de 30 de agosto de 1890, que foi o segundo ato legal sobre as terras devolutas em Minas Gerais, reafirma sua finalidade para arrecadação e fomentação da obtenção através da venda das terras públicas devolutas estaduais para fins de “desenvolvimento da colonização”. Neste

⁸⁹ Não nos foi possível obter a versão original.

segundo ato, o fulcro central era a busca de alavancar a produção agrícola, tendo como tendência à destinação das terras devolutas estaduais às elites escravagistas que após a abolição ficaram com muitos escravos em sua propriedade. Deste modo, podemos concluir que o Estado Mineiro se antecipa em relação à lei Federal de terras de 1891, que cederia as terras para os Estados, que, por sua vez, já havia antecipado a destinação das áreas de sua atribuição às elites agrárias e aos altos funcionários liberais da época.

Segundo Costa (2017), a primeira lei de terras do Estado de Minas Gerais de N° 27, de junho de 1892, regulou a medição e demarcação das terras devolutas, garantindo a Lei de terras de 1850 que afirmou o acesso por meio da compra e venda. O artigo 9° garante e estabelece como condição a necessidade de ser morador das terras pelo pagamento no ato da compra e pelo preço mínimo legal. Todavia, a compra preferencial aos posseiros velhos só se consolidará com o decreto 8.201 de 31 de janeiro de 1928. A preferência de compra era do ocupante, todavia a mesma lei concedia títulos gratuitos às empresas de ferrovia, navegação e empresas industriais destinadas ao aproveitamento, venda ou exploração dos recursos naturais.

Deste modo, a partir do supracitado, podemos concluir que as leis e decretos aprovados, no século XIX e início do século XX, pela Câmara Legislativa não se preocupou em buscar caminhos para o fim dos conflitos sociais. Portanto, o aparato jurídico político do Estado foi colocado à disposição da legitimação da apropriação rentista da terra fomentando assim a formação da classe dos proprietários de terra em Minas Gerais.

Retomando as investigações de campo, foi-nos possível obter alguns elementos que dizem respeito ao processo de expropriação da comunidade de Croatá ao localizar, no memorial descritivo da fazenda Itapiraçaba sob a matrícula 4166, uma gleba de terra pertencente a um ancestral com origens e descendentes com relações de parentesco com Croatá. Constitui-se de uma pequena propriedade de 26 hectares em nome de Tibertino Batista Novaes⁹⁰. Atualmente esta propriedade tornou-se um povoado. Segundo um dos sujeitos de pesquisa, seu Arnaldo, as terras do velho Tibertino, em que os moradores de Gameleira já

⁹⁰Aparecem as posses no interior da fazenda de Tibertino Batista Novaes (pai de dona Osvaldina). Eles plantavam roça lá, na Gameleira no terreno do avô, o velho Tibúrcio (Tibertino Batista Novaes). Dona Osvaldina afirma a compra da terra, mas Astério vendeu com tudo. Sua avó Ana Maria, (morreu quando ela tinha 6 meses, sua mãe sempre falava), nasceu na Gameleira, hoje é um povoado, de primeiro era salteado, moravam lá 3 famílias, era tudo fechado, ali era tudo pantame, alagava tudo, agora secou, ela diz que conheceu casa com marca de enchente na parede (NIISA, 2018, p.17).

expropriados em Croatá estavam, foram “vendidas por Astério para a Companhia Agrícola Santo Antônio”. Ainda assim, em Gameleira se formou um grande núcleo de parentela do senhor Tiburtino.

As áreas “supostamente compradas” e as áreas de ocupação tradicional anexadas na medição da terra passam a ser protegidas por jagunços que impediram que os comunitários retornassem das chapadas e da cidade de Januária após a enchente de 1979, o que fez com que cerca de 75 famílias retornassem para a Ilha de Pedro Preto, deixando assim as terras livres da presença dos quilombolas. Ao analisar o documento do Ofício de Registro de Imóveis de Januária -ORIJ (2014), na página 01, verifica-se que a medição total da área correspondente a fazenda Itapiraçaba, a partir do memorial descritivo, possuía “quatro mil cento e sessenta e três hectares e quatorze ares” (ORIJ, 2014 p. 01). Entretanto, no processo de venda da Fazenda Itapiraçaba, cuja transmitente é a Comercial Mineira S/A e a adquirente Companhia Agrícola Santo Antônio, pode se ler no verso da folha 003, a ratificação em que se:

(...) vende o imóvel descrito na matrícula 4.166 na sua totalidade, ou seja, Tábua, Veneza, Comatá (leia-se Croatá), Porto de Pedras de Maria da Cruz, Sangradouro Grande, Mutambeira; Rural Agropastoril, com área total de cinco mil, sessenta e dois hectares e setenta ares, tendo seus limites e confrontantes acima” (ORIJ, 2014 p. 003 Verso).

Este importante registro revela o processo de grilagem de ao menos 1000 hectares de terras tradicionalmente ocupadas e que foram ilegalmente legalizadas neste processo. A partir daí, a terra entra no processo de exploração do capital propriamente dito, tendo o próprio fazendeiro capitalista como proprietário da terra.

Aqui era terra de ausente. **Terra de ausente era terra de ninguém. Era do primeiro que tinha coragem de entrar, fazer a casa e a roça.** Astero chegava e comprava um pedaço da terra de quem morava. Esse pedaço ele ia e registrava. Mais ele fazia o que? Ele metia a cerca na terra junto da que ele comprou e não comprou. A cerca era mais no que ele não comprava. Ele abria a terra com os vaquejador. Ele soltava o gado dentro do vazantão. Astero era rico e o povo tinha medo dele. Desse jeito é que ele conseguiu muita terra. Com o dizer do outro, bom é o dinheiro, mas a cerca era ni tudo. O povo tinha medo de Astero, ele comprava até a vida do cara. Só o povo rico podia fazer cerca. Hoje até que o pobre tem uma vezinha (Manoel Alves Silva, 75 anos⁹¹).

Tal situação citada pelo seu Manoel também se constata no memorial descritivo do documento na página 001 do ORIJ (2014). Nela, encontramos duas passagens que fazem clara referência à existência de limite da fazenda com terra de ausente. Como é sabido, terra

⁹¹ Anotações em caderno de campo, em 24 de agosto de 2017.

de ausente, segundo Godoi (1998), na literatura antropológica, é uma referência a terras livres - tradicionalmente ocupadas. O primeiro registro desta categoria de terra se remete a Unaí - MG. Almeida (2017), Costa (2014) e Godoi (1998) e ampla literatura antropológica afirmam que terras de ausentes correspondem ao que o conceito constitucional hodiernamente nomeia de terras tradicionalmente ocupadas. Essa referência é de suma importância para entendermos o processo de expropriação territorial, uma vez que terra de ausentes é uma menção ao que se entende por terra tradicionalmente ocupadas, que, com o processo de formação da fazenda Itapiraçaba, deixaram de existir. Em suma, terra de ausente, na percepção de Godoi, é terra que não possui trabalho e assim como as chapadas eram espaços de coletas e áreas para apropriação de quem não tinha roça. Portanto terra forra que era pertencente aos comunitários de Croatá, Sangradouro Grande, Mutambeira, Várzea da Cruz – todas enlaçadas por parentesco. Na sua concepção, esta modalidade de terra “de ausente é área demarcada, separada, mas não dividida. Nela se atualiza o tipo de ocupação e apropriação da terra comum” (GODOI, 1998, p. 124). Costa (2014) defende que apropriação das terras devolutas se deu sobre terras dos negros do Norte de Minas, em que pese, a partir do uso da violência e, em um segundo momento,

(...) a divisão de terras foi marcada pela incorporação de glebas de ausentes, que posteriormente passaram a ser adjudicadas por estratégias duvidosas, após serem vendidas, a profissionais liberais, comerciantes, fazendeiros, dentre outros, que se afazendaram com recursos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste a partir dos anos 1970 (COSTA, 2014, p.5).

Os grupos do território negro ampliado da Jaíba avaliados por Costa (2005; 2014), eram reinseridos após expropriados nas terras doadas a santos pelos próprios fazendeiros e outros sujeitos. Na sua percepção, este fato era comum no Norte de Minas. No grupo em que esta pesquisa de campo foi realizada, Croatá, não foi possível identificar doação de glebas de terras para santa ou irmandade. Cabe registrar que existem laços de parentescos de Croatá com os grupos avaliados por Costa (2014), embora em cidades distantes. Como um todo, suas sistematizações e análises são demasiadamente relevantes para entender o processo de expropriação territorial de comunidades quilombolas do Norte de Minas, a exemplo do caso Croatá.

O fazendeiro chegou, disse que comprou, trouxe um papel, falou que era dono. Expulsou quem já era morador e trouxeram a lei para mostrar diante do Juiz que eles eram donos da propriedade, esse é o conflito. Antigamente

era assim, sai por bem ou por mal, pode custar o sangue. (Arnaldo da Silva Vieira 60 anos⁹²).

Nas análises de Almeida (2002, 2004, 2007), no plano jurídico e operacional, sempre houve obstáculos para se reconhecer as “terras tradicionalmente ocupadas”, sendo, portanto, uma categoria jurídica aceita somente a partir de 1988 com a Constituição dita cidadã. Assim, ao validar títulos de origens dúbias, o Estado de direito democrático legitimou o ilegal relegando aos sujeitos tradicionais a situação de ilhados. Segundo as pesquisas de Almeida, o Brasil se organizava até 1985 a partir de categorias binárias de terra, sendo que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE utiliza da categoria **estabelecimento** para fins senso agropecuário e a segunda categoria trata-se de **imóveis rurais**, sendo esta última uma unidade de domínio utilizada pelo INCRA para fins de tributação. Entretanto, persistia a existência de outras categorias que não se adaptavam. Por isso, o IBGE criou a categoria **Ocupações especiais**. Ora, estas ocupações especiais, conforme salienta Almeida (2002), incidiam exatamente sobre as chamadas “terras de preto, terras de santo ou terras de índio, **terras de ausente ou terra de herança sem formal de partilha**” (ALMEIDA, 2017, p.6). Posta a letargia, talvez intencional, dos órgãos agrários em solucionar os problemas dualistas da terra; na prática, o não reconhecimento jurídico formal de outras categorias de terra provocou a coisificação de diversos sujeitos de direitos.

Após 1988, as terras tradicionalmente ocupadas passaram a se tornar o centro de interesse e reflexão de movimentos sociais, especialmente, a partir de situações concretas com os seringueiros e outros sujeitos sociais coletivos, a exemplo dos quilombolas que passaram a ser assistidos pelo artigo 68 dos Atos Constitucionais das Disposições Transitórias-ACDT de 1988 que lhes garantem o direito ao território. Com relação ao processo anterior à expropriação, interstícios da medição da fazenda, os comunitários revelam situações de trabalhos análogos à escravidão. Em outros casos, o fazendeiro torna os próprios ocupantes em nômades dentro do próprio território. A eles cabia abrir a roça com o capim junto do roçado, e, em concomitância, o fazendeiro colocava o gado dentro da roça e tomava a terra. Destarte com a ausência de terra livre e desterritorializados do direito civil de seu lugar de morada, alguns moradores **passaram de posseiros a meeiros**.

Nosso povo foi escravizado pelos fazendeiros. **Trabalhava com troca de serviço por comida. Quando plantava uma roça, tinha que ser roça pequena, não podia ser grande.** Não podia criar um gado, porque quem

⁹² Anotações em caderno de campo em 27 de 2018.

podia era só o fazendeiro. A gente vivia trocando o trabalho por um prato de comida. Falava, você mora naquela terrinha ali, você trabalha para mim. Não tinha remuneração. (Enedina Souza Santos 51 anos)

Ou, como lamenta o seu Arnaldo, a situação de seu pai, que, após ser expropriado, foi obrigado a trabalhar para o fazendeiro, e, quando não mais apto para o trabalho, foi mandando embora para a cidade de Januária com a parentela sem direito a nada:

Oswaldo da Silva Vieira, o meu pai, era escravo no curral da grama, está aqui a 50 metros de distância. Em 1982 meu pai foi expulso com nós sem direito a nada. E nós tivemos que ir para a cidade, para Januária. (Arnaldo Vieira da Silva, 61 anos⁹³).

Como foi observado, o processo de expropriação e ou privação de recursos naturais geram categorias nativas de encurralados e cercamento no Norte de Minas que incidem sobre as ditas terras preto, terra de santo ou terras de ausente. Como salienta Almeida (2017), terras antes ocupadas a partir de uma ética do agir cuja concepção de que a terra e água são de Deus, que os laços de ancestralidade devem ser respeitados, cuja teleologia da terra se restringem a dar condições de formas de “criar, plantar e viver”, o lugar de vida onde se obtém o alimento, os laços identitários, a relação familiar, os seus mortos, cujo cemitério, serviu para formação de pasto, como me foi relatado.

Porque sempre nasceu na beira do rio, criou na beira do rio. Aqui mãe nasceu, morreu, foi enterrada ali. Hoje é tudo mato. Ninguém sabe onde é a cova. Mas pode procurar porque está ali. Então foi isso que fez o povo voltar prô território que tem raiz. O povo era pobre, era escravo. O fazendeiro chegava e falava: - Pode desocupar, porque se não desocupar na boa, vai desocupar sim, porque dinheiro nós temos para comprar e a justiça somos nós. Quem manda é nós. – Por isso nós brigamos e morre por conta de território. **Do território nós não saímos. Porque nós não queremos voltar naqueles tempos que nos era escravo do fazendeiro.** Não queremos ser escravo de fazendeiro nenhum. Pai mesmo. Pai era obrigado ser escravo. Ele fazia a casa aqui, o fazendeiro chegava e falava: - Eu tenho aqui trinta alqueires. Trinta alqueire aqui é meu, você é invasor. Falava que tinha documentação, que era escriturado. Meu pai chegava e rancava e ficava nesse vai e vem (...). (Juscelino Marques de Oliveira⁹⁴, 43 anos).

O contexto de expropriação territorial das terras-águas tradicionalmente ocupadas pelas gentes do sertão sanfranciscano, aqui representada pela comunidade quilombola, pesqueira e vazanteira de Croatá, insere este povo em um contexto de degradação da condição humana na dimensão física e simbólica, como se pode ver acima. Este contexto é sempre uma

⁹³ Anotações em caderno de campo, 28 de agosto de 2017.

⁹⁴ Anotações em caderno de campo, em 29 de agosto de 2017.

expressão do estar se preparando no sentido político de reapropriar o território que possui as condições subjetivas e objetivas de sua existência, expressão de sua territorialidade, o que os insere em processos de territorialização na defesa do lugar de memória ancestral, de trabalho, de morada e de vida, o que lhes possibilita atualizar, na concretude, as suas motivações particulares que se amalgama no entendimento de ser sujeito coletivo de direitos.

2.2 As dinâmicas de reapropriação do território: “a gente volta atrás do rastro onde tudo começou”.

“No rio e no mar, pescadores na luta!
Nos açudes e barragens, pescando liberdade!
Hidronegócio, resistir!
Cercas nas águas, derrubar!”⁹⁵(MPP, 2012).

O Norte de Minas, conforme nos lembra Cunha (2015), compõem-se de diferenciadas dinâmicas de expropriação subdivididas em três momentos. O primeiro momento se caracteriza pela busca de terras livres, o segundo pela expropriação proporcionada pelos incentivos fiscais do Estado e o terceiro pela emergência da categoria população tradicional enquanto sujeitos de direitos. Esses diferenciados momentos são experimentados de maneira não tão precisa entre camponeses e os povos e comunidades tradicionais, mas, no todo compõe a sincronia expropriatória e reapropriatória.

A busca por “terras livres”, no primeiro momento, no Norte de Minas propiciou a constituição de um complexo arranjo social e organizativo dessas populações que buscavam, na invisibilidade, mecanismo de resistência e, a partir daí, construíram uma perspectiva de relação de posse e direito à terra, entendido como primeiro momento da historicidade dos camponeses (as) e comunidades tradicionais.

O segundo momento, na perspectiva de Cunha (2015), tem como característica a expropriação dos territórios e construção-reprodução da invisibilidade da existência desses povos pela implementação dos projetos de desenvolvimento propostos pelo Estado, sobretudo com as políticas de incentivo que propunham a redenção do estatal a partir da década de 70.

O momento atual, a partir do ano 2000, na perspectiva de Cunha (2015), dá-se como um momento de insurgência das comunidades tradicionais na busca do reconhecimento do direito social das terras tradicionalmente ocupadas no caso dos povos e comunidades

⁹⁵ Grito de ordem do Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil.

tradicionais e na defesa da diversidade identitária enquanto mecanismo de reprodução da vida frente as expropriações vivenciadas por fazendeiros locais e regionais que desterraram e suplantaram comunidades inteiras ao longo do rio São Francisco. Croatá, em boa medida, se insere no bojo das percepções de Cunha (2015) quando analisa a dinâmica social de **invisibilidade-expropriação-reapropriação** dos camponeses e dos povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas.

Neste sentido, Simmel (1983) aponta que há “forças constituintes” e “poderes dissolventes”, como forças coexistentes na dinâmica societária. As diversas formas de organização social e a manutenção desta constituição social são legítimas “forças constituintes”, não somente se levado em conta o seu grau de complexidade, mas também a sua multiforme capacidade em que os grupos e indivíduos, organizados em comunidades, articulam como unidade política em qualquer lugar em que se encontram. A comunidade passou também pelo processo de “poder dissolvente”, sobretudo no que se refere à perda do seu território tradicional pela expulsão que ocorreu em 1979; seguida de uma diáspora desse povo para diversas localidades, principalmente para ilhas tidas como lugares de exclusão e, de algum modo se insere no processo de “forças dissolventes”. Conforme nos lembra Brandão (2015), o estigma identitário do passado imposto pelos chegantes está se transformando. A saída da invisibilidade dessas comunidades torna-os protagonistas sociais de seus direitos ancestrais, direitos agora revisitados como autênticos. A força de tais identidades e o entendimento de serem sujeitos de direitos move essas comunidades na defesa do território.

O sentido político “ocupar” os territórios, aqui denominados pesqueiros-quilombola-vazanteiro, e/ou “retomar”, no caso em questão, pressupõe segundo os sujeitos de pesquisa o **direito de estar no que sempre foi seu**, porque o rio, suas margens e as matas, na compreensão destes povos, são de propriedade divina e o direito de ser dono, não obstante a “propriedade e o documento”, está na apropriação **da terra pelo trabalho e em rituais de aceitação-nomeação** diante da comunidade, cujo valor centra-se na herança que é precedida e sucedida em uma perspectiva de laços de dentro e fora da família no que se refere ao direito aos lugares de uso comum.

Tais lugares são espaços de construções de relações, em que pese, lhes proporcionam o contexto de produção e reprodução do **corpus de conhecimento**.⁹⁶ Muitos saberes são passados de pais para filhos através da **oralidade**. Manter a posse e domínio dos

⁹⁶ Repertório de sistemas cognitivos da comunidade (Diegues, 2001).

lugares proporciona a **manutenção da casa e obtenção de meios para adquirir o que não se produz através da captura e venda do pescado**. Os demais lugares manejados oferecem a alimentação para o consumo interno da casa, sendo eles: terra de cultivo no alto/carrasco (culturas anuais e refúgio nas cheias)⁹⁷; morro (lugar de morada, horta e quintal); vazante (essencialmente o cultivo de milho, feijão e abóbora); rio (captura do pescado); baixão⁹⁸ (cultivo de milho, tubérculos e feijão); vargem e a mata para extração de mel, lenha e madeira para construir os barcos ou “armar a casa”. Além desses lugares, existem os espaços para lazer e para o exercício do fenômeno religioso, que, muitas das vezes, intercalam ao calendário de produção alimentar, em especial a pesca-vazante⁹⁹. Querer estar e permanecer ao lado dos seus antepassados numa perspectiva de **ancestralidade** caracteriza-se como outro referencial. Deste modo, um dos sujeitos de pesquisa, Juscelino, descreve o que é o sentido de estar-viver no território do Croatá às margens do “Velho Chico”, que é digno de recitação posta à lucidez do sentido material e simbólico,

Porque a gente sempre nasceu na beira do rio, criou na beira do rio. Aqui mãe nasceu, morreu, foi enterrada ali. Hoje é tudo mato. Ninguém sabe onde é a cova. Mas pode procurar porque está ali. Então foi isso que fez o povo voltar e tomar o território que tem raiz. O povo era pobre, era escravo. O fazendeiro chegava e falava: - Pode desocupar, porque se não desocupar na boa, vai desocupar sim, porque dinheiro nós temos para comprar e a justiça somos nós. Quem manda é nós. – Por isso nós brigamos e morre por conta de território. Do território nós não saímos. Porque nós não queremos voltar naqueles tempos que nos era escravo do fazendeiro. Não queremos ser escravo de fazendeiro nenhum. Pai mesmo. Pai era obrigado ser escravo. Ele fazia a casa aqui, o fazendeiro chegava e falava: - Eu tenho aqui trinta alqueires. Trinta alqueire aqui é meu, você é invasor. Falava que tinha documentação, que era escriturado. Meu pai chegava e rancava e ficava nesse vai vem aqui nessas beiradas de rio (...) (Juscelino Marques de Oliveira, 43 anos¹⁰⁰).

Deste modo, ao se identificarem, os comunitários nomeiam os lugares onde trabalham numa amálgama, cujos referenciais identitários enlaçam elementos da sua identidade que ao mesmo tempo os diferenciam em relação a outros sujeitos a partir de componentes **étnicos**, isto é, a predominância negra ao se identificarem quilombola; o fato de se atribuírem o componente tradicional **laboral**: pescador e componente identitário **ecológico** manifestado vazanteiro; cujo território de morar-viver-trabalhar são o rio, a vazante, baixão, a terra alta, morros, lagoas e mata. Tais identidades não são estáticas, são dinâmicas, e na

⁹⁷ Estes lugares serão tratados detalhadamente no próximo tópico.

⁹⁸ Antigo canal do rio nomeado pelos comunitários como baixão.

⁹⁹ No próximo tópico discutiremos a linguagem religiosa da comunidade e a relação com a produção.

¹⁰⁰ Anotações em caderno de campo, 29 de agosto de 2017.

medida em que ela busca ser homogênea e autêntica constrói fronteiras, “ainda que porosas” sendo esta fronteira os lócus em que se busca construir a política de afirmação.

Nas comunidades sanfranciscanas se observam “modos de vida, saberes e práticas criativas e criadoras de uma identidade cultural local e regional que evidenciam as formas de pertencimento e apropriação dos territórios” (SOUZA e BRANDÃO 2012 p. 17). Essas identidades afirmadas e acionadas, *a priori*, são aparentemente distintas; entretanto, são resultantes de sedimentações de processos sócio-históricos e políticos a partir do lugar, cuja agregação se expressa nas múltiplas identificações que não se sobrepõem, ao contrário, no caso das populações franciscanas, se expressam nas múltiplas categorias: vazanteiro-pescador-quilombola. Tais identidades não somente combinam e imbricam, mas se mesclam em um só sujeito alcançando também uma autoatribuição múltipla em um coletivo que reivindica o domínio de seus territórios co-construídos cujas características da geo-grafia local são evidenciadas nas identidades etnoterritoriais e culturais, que se desdobram em uma perspectiva social que tem provocado processos de territorialização.

Conforme salienta Souza e Brandão (2012), a apropriação desses sujeitos sanfranciscanos se dá a partir de costumes, credos e signos que têm como resultante o modo de produção e reprodução da vida em uma teia de significados físicos e simbólicos que se refletem na multiplicidade destes sujeitos sociais coletivos em seus lugares, que lhes atribuem signos identitários ao se nomearem enquanto povo do rio, pecador e vazanteiro, por exemplo.

Segundo Almeida (2011) a demarcação de territórios e o reconhecimento de identidades tradicionais constituem uma das formas de resistência recorrente frente o combate às “agroestratégias”, dentre outras modalidades de lutas e reivindicações fundiárias, a exemplo da reforma agrária tão sugestionada pelos camponeses sem-terra. As motivações em defesa e ocupação desses territórios giram em torno dos “fatores étnicos, critérios ecológicos, de gênero e de autodefinição coletiva” (ALMEIDA, 2008, p. 9). Tais termos, conforme salienta Almeida (2013) não esvanecem em si mesmos, ao contrário, adquirem significados políticos organizacionais, expressos em muitos casos, a partir da objetivação em movimentos sociais. Portanto, o tradicional está para além de uma referência do passado a ser superado, posto que tem “incorporado identidades redefinidas situacionalmente em mobilização continuada” (ALMEIDA, 2004, p. 29). Nesta perspectiva, Martins e Thompson¹⁰¹ fazem uma interlocução interessante do tradicional como uma forma de resistência. A esse propósito,

¹⁰¹ Thompson ao discorrer sobre a formação do operariado inglês, chama atenção para as resistências promovidas pelas condutas tradicionais corporativistas das guildas, por exemplo.

abrindo parêntese, vale lembrar Martins (2010) que chama a atenção para os limites sociais que a tradição impõe ao moderno. É o caso de Yara Ferraz que no seu trabalho antropológico junto aos índios Parkatêjê, quase extintos, localizados no sul do Pará, passaram a investigar as relações econômicas que os exploravam e marginalizavam ao catar castanhas para Fundação Nacional de Amparo ao Índio (FUNAI). Ao empoderarem e se apropriarem dos recursos advindos do trabalho da coleta da castanha fortaleceram a autoridade do cacique e as tradições tribais, inclusive, resignificaram os instrumentos modernos advindos do capital no interior das tradições do comum. No caso da Comunidade de Croatá,

O nosso território era na beira do rio até o alto. Depois nós tivemos que ir para as vazantes. Só que as vazantes vão água. Quando o rio enchia, nós corria para o terreno dos fazendeiros. Corria para o alto e se apoiava ali trinta, ou quarenta dias nos barracos de paia ou de lona esperando o rio abaixar. Quando o rio baixava nós tinha que correr para a vazante novamente. Agora nós não quer mais viver na beirada da vazante. **Nós queremos é terra firme igual nós tinha inhantes e eles tomavam de nós. Eles faziam uma boa sede e a água do rio não ia lá. Nós não queremos mais beirada. Nós queremos é território.** Não é chegar aqui e dar um pedacinho não. Nós queremos é grande. Nós queremos é para todo mundo ficar aqui. Nós tínhamos isso aqui tudo. Nós conhecemos o alto tudo. Nós precisamos do alto para trabalhar em seca e água. A parte alta é nossa, nós que vivemos na beira do rio, precisamos do alto, mas moramos na beira do rio. O rio enche e nós corre para cima. Na hora que o rio baixava o fazendeiro expulsava todo mundo. Mandava pegar as lonas, os barracos e sumir dali, não queria nem que pisasse por cima da fazenda. Isso para nós acabou. Todo mundo sabe que aqui vem água. A água chegou aqui, cada um pega seus molambos, seus trapos e vaza. (Hamilton Marques de Almeida¹⁰²).

Diegues (2000) salienta a relação entre os povos e comunidades tradicionais do campo destacando a sua relação e intimidade com a natureza e o sentido do território¹⁰³ para os mesmos,

(...) uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso de sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ele deseja ou é capaz de utilizar (DIEGUES, 2000 p. 19).

Diegues (2000) referenciando-se em Godelier (1984) afirma que o território é uma parcela física do espaço onde se produz as relações materiais e sociais de maneira dialética aonde tais sujeitos “são produtores e produtos” de seus respectivos territórios de onde obtêm o

¹⁰² Entrevista de campo realizada em 22 de agosto de 2017.

¹⁰³ Retomaremos esse importante conceito no próximo tópico.

meio de manutenção da existência, os meios de trabalho e produção, os meios produzirem as relações sociais estruturantes, dentre elas os laços de parentesco.

Little (2002) afirma que a problemática fundiária no Brasil transcende a uma mera questão de divisão homogênea da terra para os ditos não camponeses, uma vez que estes sujeitos, nas últimas décadas, têm provocado demandas sociais de reconhecimento de seus territórios, posta “a imensa diversidade sociocultural do Brasil que é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária” (LITTLE, 2002, p. 3), que se dá, diversamente, inclusive, entre os próprios indígenas e nas suas múltiplas formas de interações com a natureza, além das formas de apropriação territorial dos negros e dos camponeses. É deste bojo profundo de significados que emergem os diversos processos de ocupação, afirmação identitária, inclusive as escolhas de mecanismos de reivindicação territorial diferenciada. Destarte, conforme salienta Almeida (2004) “terras tradicionalmente ocupadas, expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os elementos da natureza” (ALMEIDA, 2004, p. 9).

A existência e uso comum das “terras tradicionalmente ocupadas” e a especificidade destes sujeitos mobilizados em identidades e territórios específicos são resultantes dos processos sociais que surgem no interior da “contradição do próprio desenvolvimento do capitalismo” (ALMEIDA, 2008, 146). Esta constatação não inviabiliza a particularidade destes sujeitos enquanto grupo, existindo ou por vezes “subsistindo” nos meandros e interstícios da hegemonia do capital, e, em muitos casos, resultante dos processos engendrados pela expansão das fronteiras do Estado-nação, que razoavelmente não se configurou como um todo, mas se impôs de modo significativo sobre diversos segmentos dos sujeitos sociais coletivos no Brasil.

Deste modo, como salienta Souza (2008) a territorialidade advém da relação de um grupo com o seu território, portanto “um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território” (Souza, 2008, p. 84), posto que é nele, onde estão marcadas a identidade social e cultural “encravada” em um espaço concreto. E por causa do território que muitos organizados em identidades coletivas estão dispostos esperar o tempo oportuno ou mesmo arriscar a própria existência no intuito de permanecer, defender ou retornar aos seus territórios expropriados no passado ou ameaçados no presente.

É mediante a experiência de ser povo expropriado do seu território tradicionalmente ocupado que a comunidade de Croatá, após um longo período de “reprodução social da

inexistência¹⁰⁴”, resolve retornar ao território. Ao todo foram 33 anos de dispersão dos comunitários entre 1979 – 2012. Neste intervalo de tempo, muitos estavam morando em ilhas no território (Pedro Preto e Ilha do Ioti - beiradas do território expropriado), nas comunidades do campo em Gameleira e Várzea da Cruz e em um bairro urbano, também alagável, chamado Vila Verde, situado na entrada da cidade de Januária, cuja formação se deve aos desabrigados da cheia de 1979. Entretanto houve uma tentativa de retomada da sede fazenda Itapiraçaba em 2003. As motivações tinham ao menos duas inspirações: a reforma agrária motivada numa perspectiva sindical de trabalhadores rurais sem-terra, e, em menor número, famílias expropriadas do antigo Croatá que postulavam o desejo retomada do território ancestral, especialmente a beira do rio.

Em 2003 nós tentamos voltar, prova que ficamos na porta do cemitério que era as terras nossas que Astério Itabayana antigo vendeu para seu Amário. Depois que eles retiram nós, aí eles acabaram com o cemitério da grama, tinha muito morador. Nós tivemos 3 reintegrações de posse lá. Mas a gente ficou esperando, olhando de longe pra voltar de novo. (Arnaldo Vieira da Silva, 60 anos)¹⁰⁵.

Na perspectiva de Zhouri (2014) a noção de conflito ambiental é inerente ao processo social materializado no meio em que os sujeitos sociais coletivos habitam. Evidentemente, como se pode observar, o conflito em que se insere os comunitários de Croatá não foi solucionado com o pedido de reintegração de posse deflagrada em favor do fazendeiro.

(...) a supressão dos conflitos é, contudo, relativamente rara, assim como relativamente rara é a plena resolução dos conflitos, isto é, a eliminação das causas, das tensões, dos contrastes que originaram os conflitos (quase por definição um conflito social não pode ser resolvido). As sociedades organizadas procuram diluir o conflito, canalizá-lo dentro de formas previsíveis, submetê-lo a regras precisas e explícitas, contê-los e, às vezes, orientar para o sentido preestabelecido o potencial de mudança. (ZHOURI, 2014, p. 116.)

O conflito em lide, caso de Croatá, é também um conflito de classes opostas, de um lado, os fazendeiros da capital, anteriormente mantidos a partir dos incentivos fiscais e juros baixos com garantia de solvência pelo aparelho Estatal; e de outro, as comunidades que se intitulam povos e comunidades tradicionais do campo. Na percepção de seu Santo, a ocupação do território não é redutível ao resquício de experiência histórica, mas o sentido de continuar a existência, afinal muitos morreram neste desejo. O sentido se soma a dignidade que os

¹⁰⁴Expressão de Norma Valêncio ao tratar do processo de invisibilização dos pescadores do Norte de Minas.

¹⁰⁵ Entrevista de campo de 23 agosto de 2017.

tornava comunidade, por isso é válido buscar o rastro deixado no território, não obstante morarem no caminho das águas.

Está iniciando agora. Uns foram para um lado. Outros foram para outro, um bocado como eu foi para ilha. Aí hoje está voltando essa geração. Depois dessa retomada. E a gente está juntando novamente. **O povo lembrou que a gente tem um rastro aqui**, e decidimos que tinha que volta. Tá se ajuntando de novo. (José dos Santos Neves, 69 anos)¹⁰⁶

No início de 2012 alguns membros da comunidade iniciaram um processo de organização com antigos moradores do Croatá Velho, e, em junho deste mesmo ano ocuparam a sede da fazenda Itapiraçaba. Esse movimento de desterritorialização, isto é, a expropriação do território tradicional pelo capital iniciada em 1979 até o retorno ao território, pressupõe implicitamente a re-territorialização, uma linha de fuga como salienta Deleuze e Guattari (1997), inicialmente em vários lugares, e posteriormente o retorno efetivo ao território. Malgrado, o poder e a selvageria do capital de desterritorializar, de algum modo, haverá um reterritorialização, um caminho, uma linha de fuga. De maneira geral, conforme nos lembra Saquet (2015) é improvável conceber uma pessoa ou um grupo sem ocupar um lugar, um território no mundo, seja ele fluido, relativamente fixo ou temporário.

A função de desterritorialização: D é o movimento pelo qual “se” abandona o território. É a operação da linha de fuga. Porém, casos muito diferentes se apresentam. A D pode ser recoberta por uma reterritorialização que a compensa, com o que a linha de fuga permanece bloqueada; nesse sentido, podemos dizer que a D é negativa. Qualquer coisa pode fazer as vezes da reterritorialização, isto é, “valer pelo” território perdido (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 224).

A reterritorialização, retorno ao território do antigo Croatá em 2012, levou em consideração os lugares referenciais da memória, isto é, construir próximo ou ao lado de onde existia a casa e as roças antigamente, mantendo os costumes de uso comum da terra e da água que ainda eram observados nos lances de pesca¹⁰⁷ no rio e no cultivo das vazantes. Conforme salienta Haesbaert (2005) a apropriação tradicional relaciona uma dimensão funcional do território enquanto lugar de morada e a identificação simbólica inscrita no espaço.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço

¹⁰⁶ Anotações em caderno de campo 25 agosto de 2017.

¹⁰⁷ Lugares onde se praticam uma territorialidade pesqueira. Trataremos este tema especificamente neste capítulo.

como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997. p. 42).

O território, como um todo, possui essa dupla face, uma material e outra simbólica, sendo ambas, perpassadas pelo poder de dominação e poder com sentido simbólico, em outras palavras, uma dominação funcional-econômica e outra subjetiva e cultural.

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra territorium quanto de terreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

A territorialidade, por sua, vez cinde a relação entre identidade e o território. Segundo Dumith, (2011) o conceito de território e identidade se entrecruzam posto que o território pressupõe a congregação de um povo em sua dinâmica em uma base física. Nos últimos tempos, segundo esta autora, cada vez mais o conceito de territorialidade tem sido abordado numa dimensão de controle simbólico e espacial de determinadas áreas. Deste modo, o território segundo Brandão e Souza (2012) pressupõe indubitavelmente a identidade sociocultural em um espaço concreto, que no caso da comunidade de Croatá é o espaço de terra e água das gentes do rio São Francisco.

O território usado é correspondente ao chão mais identidade, identidade entendida enquanto sentimento de pertença àquilo que se pertence, que por muitas vezes tem se tornado objeto de valor de troca em detrimento do valor de uso entendido enquanto lugar de trabalho, de residência, das trocas materiais e espirituais do exercício da vida” (SANTOS, 2007. p. 8).

O território, a territorialidade e a identidade segundo Dumith, (2011) se amalgamam, sendo que a territorialidade é um elemento de poder que media simbolicamente natural/ou socialmente um território. A identidade de pertença a um território possibilita as forças e ação social coletiva que une, defende e, em determinadas situações, diferencia determinados sujeitos uns dos outros em suas territorialidades específicas.

Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo da “Terra Prometida” dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente (HAESBAERT, 2007, p, 23).

O sentido ontológico da territorialidade em contrapartida não se esvai na dimensão simbólica ou cultural, ao contrário, é “um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (HAESBAERT, 2005, p. 6775). Este componente de poder ou a forma de vivenciar o poder no território é a expressão da territorialidade que emerge da imbricação entre sujeito, cultura e ambiente produzindo uma diversidade de territórios, múltiplas identidades, propiciadas pelo próprio ambiente do rio São Francisco, nos casos em que incidem o ser pescador, vazanteiro e quilombola ou etnicidades ecológicas, termo utilizado por Cunha (2012) ao citar Parajuli (1996), em situações em que o ambiente contribui na formação da identidade dos sujeitos.

Etnicidades ecológicas são frutos de processos que imbricam cultura, ambiente, permeado pela relação do homem com o território que ele habita no sertão norte mineiro, os espaços que vinculam aos ambientes de cerrados e caatingas, e suas múltiplas variações e que traça formas diversas de conviver com o meio e de territorializá-la, material e simbolicamente através dos significados dados aos espaços ambientados (CUNHA, 2012, p. 133).

A própria sazonalidade, a ocupação comum do território, a forma de usar e relacionar com os ecossistemas considerando os lanços de parentesco segundo O’dywe (2008) e Saquet (2007) revelam as formas de exercerem a territorialidade sobre o território. No processo de ocupação de Croatá é notório constatar que o território é um lugar semântico e lugar físico de guardar e reproduzir a vida enquanto pescador-vazanteiro-quilombola bem como o sentido de voltar para o lugar onde nasceu, foi criado ou onde se sentiam uma comunidade. A memória de expropriação dos mesmos, ao modo de ver desta pesquisa, faz com que estes tenham aversão a arame entre vizinhos e a coisificação da terra como mercadoria, o que se cerca é a roça e as áreas de soltas coletivas dos animais. O sentido da terra está em transmitir para o filho e em última instância garantir a liberdade que fora privada entre 1979-2012.

Quando nós retomamos a sede da fazenda Itapiraçaba com piscinona e tudo em 2012, nós procuramos o povo morador e os parentes do Croatá, nem todos tiveram coragem, quem tinha foi. Daí chegou a polícia e pediu para recuar. Os funcionários da fazenda, pobre igual nós, pediu para a gente sair da sede porque eles queriam receber as dívidas de 20 anos que trabalharam na fazenda. Nós não fizemos caso, e descemos, porque a gente vive mesmo e da beira do rio pra construir nossas casinha e da vazante, precisamos do alto, mas na cheia. (Maria da Dores Pereira da Silva 50 anos)¹⁰⁸

¹⁰⁸ Anotações em caderno de campo, 19 de agosto de 2017.

Nesta percepção cabe um parêntese sobre o olhar e o tipo de relação de poder que se estabelece respectivamente entre os que ali se encontram: os funcionários da fazenda, em tese estabelecidos ali, sobre a égide da propriedade buscando os legítimos direitos trabalhistas que lhes é sagrado e os quilombolas, a princípio “perturbadores” da ordem estabelecida. Aqui busca-se fazer uma lógica aproximativa às pesquisadas de Elias e Scotson (2000), que entenderam ser oportuno pensar o tipo de relação de poder que são engendrados ao pesquisarem três grupos aparentemente “diferentes” em uma zona industrial da Inglaterra em 1950. Os dois autores partem da propositura de que as explicações quantitativas e lógicas não dariam conta de interpretar a realidade ali encontrada, por isso lançam mão do conhecimento interdisciplinar e de diferentes fontes: estatísticas, entrevistas e a própria antropologia.

Croatá não se sente superior aos que ali se encontram numa situação de estabelecidos, mas ao contrário, reconhece, “são pobres como nós”, fazendo uma leitura étnica de si e ao mesmo tempo de classe, ressignificando o direito de subverter a ordem, pois partem de uma leitura de organização social étnica. Entretanto, Croatá não se livra da noção de comunidade violenta, pois eles subvertem os costumes e tradições ali estabelecido. De algum modo, Croatá, assume no seu imaginário a legitimidade de lutar por o que lhe é de herança – “voltar no rastro de onde se veio”, mas também se sente “discriminados” e “delinquentes”, afinal estão ali diante do aparelho militar do estado que os observa estigmatizando.

O interessante é que Croatá experimenta a dupla interface de ser um “estabelecido”, conforme salienta Marcelo: “O território nos tempos passados era nosso, era dos nossos parentes antigo, nós estamos tomando de conta. Hoje tem um que fala que é dele. Esse território é nosso porque nós fazemos parte do povo antigo”¹⁰⁹. Mas Croatá também se sente outsiders pela polícia, uma vez que o ato de ocupar gera o estigma contra quem ocupa a terra. E, por ocupar, Croatá passa pelo mecanismo preconcebido de identificação, estigmatização, inferiorização, discriminação e exclusão. Esse processo de exclusão busca limitar ou pretende diminuir o potencial político e histórico da comunidade como um todo.

A rebeldia do ocupar, em todos os níveis da relação social, é um ato de recuperar as terras antigas que foram roubadas pelos empresários-fazendeiros e legitimadas como propriedades pelo código jurídico que contraditoriamente gera um estigma externo colocando a comunidade como parte ré nos processos judiciais, por exemplo.

¹⁰⁹ Marcelo Xavier da Silva. Entrevista de campo em 30 de agosto de 2017.

Dentre os muitos sentidos de ocupar o território está a inalienabilidade do mesmo e garantia da posse no circuito familiar, sendo que a efemeridade da posse é aceita pela contingência da existência do ser humano, como salientou Marcelo “estamos tomando de conta da terra do nosso povo antigo” que se materializa na ocupação através do trabalho expressos na construção da casa de morada, pequenos roçados e manutenção dos lances de pesca. Muitos ainda têm na memória os tratores com correntões derrubando árvores no território para produção de carvão. Na percepção das análises desta pesquisa a gestão coletiva das terras tradicionalmente ocupadas, as áreas de solta coletiva, a posse pelo trabalho dentro dos lances de pesca, o cultivo da vazante e a identificação quilombola-pescador (as) - vazanteiro (a) demonstram a diferença entre os comunitários e o fazendeiro. Como é sabido, a emergência da identidade também se dá na contrastividade entre os **de dentro** e **os de fora** conforme salienta Brandão (2015), é um sistema relativamente fechado, posto que os laços de família construídos na retomada do território, aceitou “os de fora”, os que não eram do Croatá Velho, entretanto, tinham como pré-requisito essencial o fato de ser pescador/vazanteiro ou quilombola. Segundo o NIISA/Unimontes (2017) a palavra entendimento, muitas vezes utilizada pelos moradores de Croatá, revela uma ética do agir expressos no modo de plantar, colher, apropriar da natureza e gerir os bens de uso comum, portanto, ser morador de Croatá pressupõe acolher o modo de vida aproximativo ao lugar. Essa adesão ao “sistema do lugar implica na solidariedade, no respeito à honra e à hierarquia (...), mas se refere também a um conjunto de direitos sobre a terra e demais recursos naturais” (GODOI, 1998, p. 111), que a comunidade faz questão de respeitar, não obstante, às vezes, eles dizem que há costumes e preceitos que são infringidos, por isso as reuniões mensais da comunidade servem para a reflexão destas questões.

Na perspectiva de Godoi (1998) as comunidades se organizam e reproduzem suas formas próprias de reproduzir e transformar a partir de lógicas internas e de suas representações que também estão associadas à ordem do simbólico. Embora o rio seja um espaço público, há uma linguagem de marcação, um exercício de territorialidade, que nas comunidades tradicionais se instituem a partir de aspectos pautados em normas, padrões de instituição de caráter consensual nos costumes e no respeito àquilo que se pode definir como o sistema do lugar.

Aqui é um território tradicional, um território quirambola¹¹⁰, de pescador e vazanteiro. Um território das famílias que precisam dessa terra para trabalhar

¹¹⁰ Expressão comum de muitos comunitários de Croatá ao se referirem ao termo quilombola.

e criar seus filhos e gerações futuras. Porque a gente está aqui hoje deixando um futuro para os nossos filhos, netos e bisnetos, para passar para gerações da mesma forma que foi passado para nós. Se alguém morrer ou não quer ficar, ele tem o direito de deixar aquilo ali para a família para um filho, um neto ou um irmão, mas aqui não pode vender não! Se quiser vender o material da construção, os bichos, pode vender, a terra não! ” (Enedina Souza dos Santos, 50 anos).

Este entendimento é bastante similar às regras de posse do povo Sanes da Nova Guiné citados por Godoi (1989) cujo direito se subdivide em dois: **merafo** a exemplo da terra em que o sujeito tem tutela, mas não pode alienar o bem diante da comunidade; e o **amfoka**, sobre o bem apropriado pelo sujeito que pode ser transmitido a outrem expresso no resultado de seu trabalho e nas benfeitorias, não a terra. Malgrado a comunidade manter tais costumes, a apropriação do território amplo de Croatá, como um todo, ainda não se deu integralmente, uma vez que a ocupação realizada em 2012 foi em parte do território marginal ao rio São Francisco, e, no intervalo da ocupação tradicional e o acesso à cidade, que também é área de ocupação tradicional, se sobrepõe área de domínio da União conforme estudos realizados em 2014 pela Superintendência do Patrimônio da União-SPU-MG, solicitados pela comunidade e pelo CPP¹¹¹. A partir de então, a comunidade já possuía o entendimento de que a área que ocupou em 2012 e um pouco mais além, era área indubitável da União.

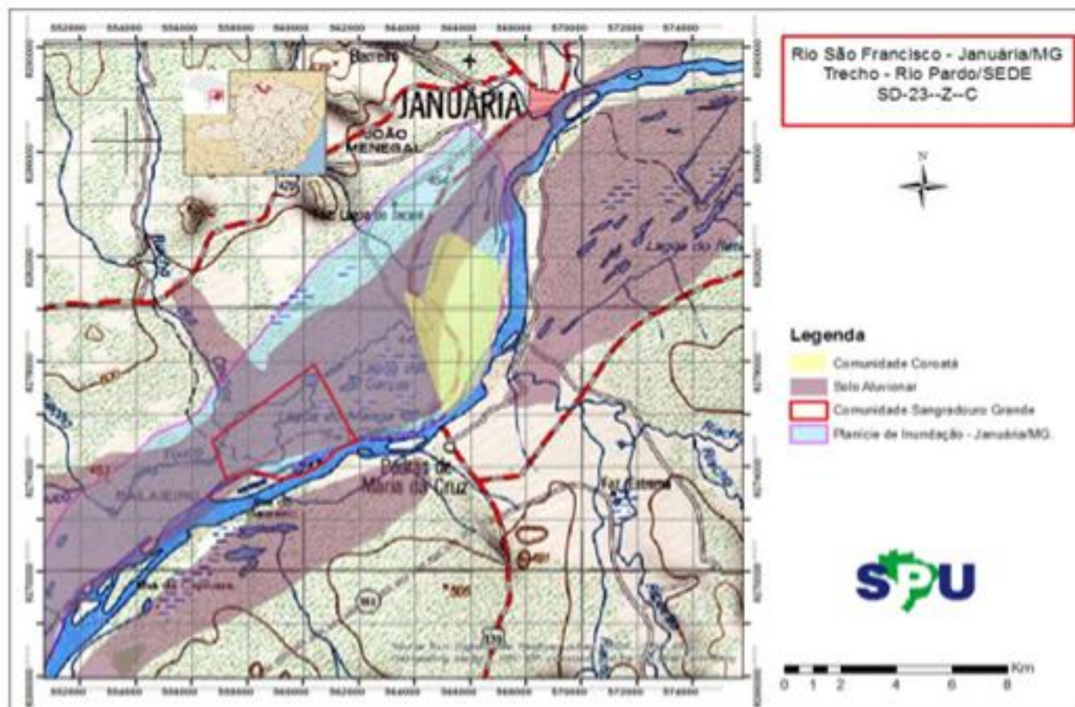
A referência de compreensão do que são as áreas da União para os casos de rio, remete àquelas áreas de terras alagáveis dos rios federais a partir de uma referência das Linhas das Enchentes Médias Ordinárias (LMEO) dos últimos três anos, o que se encontra arregimentada na lei nº 9.760 de 1946¹¹². Em tese as áreas da União identificadas e declaradas áreas indubitáveis, caso de Croatá, é de domínio jurídico da União e todo título passa a ser nulo, embora na prática a posse de fato encontra-se sob o poder dos comunitários de Croatá e a “propriedade” em nome de Walter Arantes e Massa Falida Atrium, cabendo uma decisão de competência Federal e não de outras instâncias, como se deu inicialmente, com as ameaças de reintegração de posse pelo juiz local de Januária.

¹¹¹ Conselho Pastoral dos Pescadores. É uma Pastoral Social da Igreja Católica fundada por um frei alemão chamado Alfredo Schnuettgen, com apoio da freira Nilsa Montenegro e dom Helder Pessoa Câmara em 1968, iniciando-se nas praias de Olinda-PE.

¹¹² Art. 1º Incluem-se entre os bens imóveis da União: a) os terrenos de marinha e seus acrescidos; b) os terrenos marginais dos rios navegáveis, em Territórios Federais, se, por qualquer título legítimo, não pertencerem a particular; c) os terrenos marginais de rios e as ilhas nestes situadas na faixa da fronteira do território nacional e nas zonas onde se faça sentir a influência das marés (...). Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9760compilado.htm > Acesso: em 09 de fev. 2017.

Na perspectiva de Neymeyer (1998) na posse está implícita a noção de direito. A lei, por sua vez, deve estar em relação e não em oposição a posse, como um todo, ela se insere no interior das representações do conjunto da identidade social e a priori é anterior ao “jurisdicionismo”, destarte deve ser inserida no costume jurídico legal enquanto direito possessório podendo ser materializado em direito de propriedade na moradia, no cultivo e na satisfação de elementos metafísicos. A lógica possessória, assim, é lógica jurídica que assume caráter de englobar com relação às outras lógicas operantes para seus agentes, particularmente em situações de conflito (NIEMEYER, 1998, p. 210). O direito enquanto criação social é lócus simbólico de conflito onde se dão as disputas políticas, portanto a posse não deveria ser tornada objeto a ser desconsiderado nas decisões judiciais, sejam elas territoriais onde se reivindica terras expropriadas pelas comunidades tradicionais, seja na luta pela terra dos camponeses.

Cabe ressaltar que a área da União, algo em torno de 2,5 mil hectares, no território específico de Croatá, também abrange o território contíguo de parentes dos mesmos, assim sendo, a área da União é demasiadamente diminuta para necessidades físicas e simbólicas dos comunitários que, no passado, foram expropriados das terras altas e das margens do rio.



Mapa 4: Área de domínio da União no território de Croatá. Nota Técnica SPU, 2014, p.5.

Antes de 2012 o povo de Croatá estava apenas em vazantes, ilhas, exercendo posse em áreas altas (cultivo de roças, busca de lenha, coleta de mel) e no rio e suas margens, no seu território. A partir de 2012, a comunidade de Croatá, ocupa a área amarela de aproximadamente 1000 hectares conforme a figura acima. O segundo conflito, ampliação do território da comunidade, se deu em maio de 2016, dentro da área de LMEO, sentido Januária, em Vermelho. O segundo conflito abre a segunda fronteiras da antiga fazenda Itapiraçaba que corresponde a uma área de 563 hectares, que é resultante do fatiamento da fazenda Itapiraçaba.

A fazenda supracitada é registrada como Espólio de Astério Itabaiana, resultante do fatiamento e endividamento da fazenda Itapiraçaba, cujo senhor Walter Arantes (investidor de holding) se diz proprietário. Ambas são áreas de ocupação tradicional de Croatá e de domínio da União. Em que pese, a área possui alta incidência de lagoas marginais que se encontravam em processo elevado de degradação ambiental (algumas lagoas haviam sido transformadas em pastagem pelo fazendeiro), não obstante, os comunitários de Croatá continuassem a manejar as lagoas, coletar frutos, extrair mel e lenha neste local. A servidão de passagem existente na mesma área era resultado de um encurralamento, isto é, a cerca antiga tinha sido movida do alto para dentro de um sangradouro (pequena vala que possibilita o abastecimento das lagoas marginais pelo rio) na década de 1970. Deste modo, anualmente, entre novembro e abril, a comunidade só comunicava com a cidade via rio São Francisco onerando e impondo a necessidade de cada família ter um barco. Por isso, não havia nem acesso à saúde e nem escolarização entre essas datas. Deste modo, como se observa abaixo, na figura, a comunidade abriu as fronteiras do capital e do agronegócio como sujeitos de direitos de sua terra tradicionalmente ocupada.

O nosso território virou propriedade da fazenda Itapiraçaba, aí o Astério Itabayana pai vendeu para outro moço (Companhia Agrícola Santo Antônio) e outro moço vendeu para o Luisão e Luisão vendeu parra Valter Arantes. Foi Valtim que entrou com a reintegração de posse, através de Vanildo junto com advogado e com uns capangas, Valtim é o Walter Arantes, é o nome dele. Nós permanecemos e resistimos. Existia antigamente uma cerca aqui separando o território que foi a marcação de terra que eles fizeram para vender nosso território para Valtim. A cerca antigamente sempre foi no alto. Com a compra de Valtim o Luizão desceu a cerca para baixo. Aí todo mundo tinha que passar pelo lameiro (sangrador) na parte debaixo. Quando o pessoal da escola veio para olhar a estrada, a Secretaria de Educação não aprovou a estrada debaixo devido ser um lameiro no período de chuva. E o único jeito foi fazer o mata-burro aqui. Foi uma polêmica porque ele não quis aceitar nós passar pelo alto. Fomos brigando, brigando e resistimos. Só resolveu quando nós não deixamos fazendeiro entrar no nosso no território

que Valtim disse que era dele, e, só assim que a estrada permaneceu no lugar que ela era de antigamente. (Enedina Souza dos Santos, 50 anos¹¹³).



Figura 9: construção do último mata-burro. Arq: Rafael Pereira, 2017.

Ocupação de 2016,



Figura 10: Ocupação territorial. Arq: do blog da Campanha pelo Território Pesqueiro, 2016¹¹⁴

¹¹³ Entrevista de campo, 17 de agosto de 2017.

¹¹⁴ Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2016/05/15/comunidade-pesqueira-de-croata-mg-retoma-territorio-tradicional/>



Figura 11: “Negociação da reintegração de posse”. Arq: CPP-MG, 2016.

A ocupação de 2016 gerou um processo na Comarca de Januária que posteriormente foi declinada a competência para esfera Federal gerando o processo 8590-64.2016.4.01.3807¹¹⁵ que tramita na Subseção Judiciária Federal de Montes Claros SJF-Montes Claros. A redução de sujeitos de direitos em nomeclatura como: parte ou réu são formas de estigmatizar aqueles que defendem o território, que é mais do que terra, lutam pelo território expropriado pelo capital. Ao lutarem por território evocam o direito, e, se este não lhe é reconhecido, como outrora já lhes fora negado, se organizam por justiça, e este ato para estes não é crime.

A violência física também corresponde a violência simbólica, na transformação do outro em mera categoria administrativo, como atingido, como réu, reduzindo o conflito à abordagem de um economicismo vulgar (...) e assim, supostamente, contê-lo a despeito de direitos individuais e coletivos inalienáveis e prescritos constitucionalmente. (ZHOURI; VALÊNCIO, 2014, p.12).

O processo com reintegração suspensa pelo desembargador de Brasília está em “posse” do juiz federal de Montes Claros, que antes concedeu reintegração de posse contra os comunitários de Croatá, e, em favor de Walter Santana Arantes, que é o suposto proprietário da área. O mesmo possui investimentos em vários setores “é sócio administrador de uma Holding não financeira chamada W.R.V. Empreendimentos e Participações Ltda (CONSULTASOCIO, p.1, 2018)¹¹⁶”. A origem do patrimônio do mesmo, segundo o Jornal UAI (2018), emerge na “Organização Nossa Senhora da Abadia – o Mineirão que iniciou suas

¹¹⁵ Processo em tramitação na Subseção Judiciária Federal em Montes Claros- SJF-Montes Claros. Esse processo é fruto de um processo cuja origem se deu na Comarca de Januária, entretanto, por se tratar de área de domínio da União e de comunidade tradicional foi declinado o processo para a competência federal.

¹¹⁶ Disponível em: < <https://www.consultasocio.com/q/sa/walter-santana-arantes>> Acesso em 18 de janeiro de 2018.

atividades como um supermercado de pequenas dimensões em Belo Horizonte¹¹⁷ e o teve como sócio-gerente. Em um pequeno intervalo de tempo, segundo o jornal O Tempo (2018) o senhor Walter, “vendeu o Mineirão para o francês Carrefour e financiou a primeira loja da Rede BH, além de ser sócio da DMA, dona das redes Epa, Via Brasil e Mart Plus¹¹⁸”. Este supermercado não somente é um dos que mais cresce em Minas, assim como está entre as 10 maiores faturas de supermercado do país, cujas cifras anuais superam 7 bilhões. Os investimentos do mesmo na área têm ocupado as primeiras posições no ranking brasileiro de supermercados; para o mesmo jornal, “Walter Santana é o grande personagem que, nas sombras, vem promovendo a retomada do supermercado mineiro” (O Tempo, 2018, p. 1). O mesmo se envolveu em processo milionário relacionado a dívida fiscal na ordem de 30.000,000,00 trinta milhões de reais segundo o Jornal Uai (2018) que tramitava¹¹⁹ no Tribunal Regional Federal da 1ª Região¹²⁰ (TRF1), em Brasília, até então não devolvido aos cofres da União. Somente na Comarca de Belo Horizonte, encontramos dezenas de processos em que o mesmo está relacionado e configura, na sua maioria absoluta, como réu e seus matizes. Como um todo, há mais de centenas de processos. Por não ser objeto desta pesquisa optamos apenas pelos processos do Tribunal de Justiça de Belo Horizonte ativo e em segunda instância até a data de fevereiro de 2018, conforme tabela abaixo:

Nº	Nº do Processo	Classe (assunto) – outra parte	Condição
01	843124545.2002.8.13.0024	Cumprimento de sentença - condomínio	Executado
02	440789880.2004.8.13.0024	Execução extrajudicial Agropecuária – extrajudicial	Executado
03	5787123-83.2009.8.13.0024	Fornecedores	Executado
04	106840511.2013.8.13.0024	Execução Fiscal _Fundação do	Executado

¹¹⁷Disponível em: <http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_4/2009/07/29/em_noticia_print,id_sessao=4&id_noticia=120626/em_noticia_print.shtml> Acesso em 18 de janeiro de 2018.

¹¹⁸ Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/raquel-faria/cas%C3%B3rio-1.217214>> Acesso em 18 de janeiro de 2018.

¹¹⁹ Não tivemos acesso ao processo físico.

¹²⁰ Embora este capital, antes retido, tenha sido liberado mediante recurso judicial pelo Superior Tribunal de Justiça-STJ sobre a alegação de capital de giro, o Ministério Público recorreu contra a decisão do STJ, que foi revogada, torna-se mister que até aquela data não havia sido devolvido o recurso aos cofres da União.

		meio ambiente-FEAN	
05	542971889.2014.8.13.0024	Execução Fiscal tributário	Executado
06	5459949-36.2013.8.13.0024	Tributário	Executado
07	5429700-68.2014.8.13.0024	Execução Fiscal - tributário	Executado
08	2921428-79.2014.8.13.0024	Inadimplemento – Banco Rural	Executado
09	0949501-61.2015.8.13.0024	Inadimplemento - Banco Rural	Executado
10	2391242-33.2014.8.13.0024	Inadimplemento	Executado
(...)			

Tabela 5: Processos em que o fazendeiro está envolvido em 2ª Instância. Fonte: TJMG 2018¹²¹ - Org: SANTOS, Rafael.

Embora a área específica de Croatá em conflito, seja inconteste do Patrimônio da União, conforme conclui a SPU-MG, “Portanto, a área em questão está em sua totalidade e indubitavelmente em terreno marginal, pois conforme análise apresentada, está em área recorrentemente alagada, não se limitando a LMEO”. (SPU-MG Nota Técnica 009/2014 p. 5), até o momento o processo não findou. Em tese, as áreas de domínio indubitáveis da União, como é o caso em questão, devem ser destinadas sem ônus preferencialmente para as comunidades tradicionais conforme a Portaria 89¹²² da Secretária de Planejamento da União, a partir da emissão do Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS, que posteriormente deve ser tornado em uma Concessão de Direito Real de Uso, uma vez que o TAUS é um instrumento de regularização frágil.

A gama de processos em que este se encontra envolvido demonstra um caso específico de como um grande empresário-fazendeiro de “sucesso” constrói e reproduz o capital, e mais, demonstra como um bem do Estado, faz parte, ao menos no documento, dos ativos econômicos e também políticos que pretende imperar sobre o Estado de direito

¹²¹ Disponível em: < <http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/processos/> > Acesso em 08 de fev. de 2018.

¹²² Art. 1º Disciplinar a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população, mediante a outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS, a ser conferida em caráter transitório e precário pelos Superintendentes do Patrimônio da União. Disponível em: Portaria Nº 89, DE 15 DE ABRIL DE 2010. DOU de 28/01/2011, Seção 1, pág. 99 a 101.

democrático, e, um pouco mais sobre a vida de comunitários, sobre o seu acesso ao conhecimentos, seu lugar de morar, o seu modo de vida, o seu lugar de trabalho e a terra-água.



Figuras 12 e 13: Adolescentes indo para escola e moradora da comunidade - Arquivo Rafael Pereira, 2018.

Hoje a gente cria um porco, cria umas galinha, planta vazante. E tem o que comer para a gente e os nossos filhos. Eu também pescar. Eu gosto também de pescar. Eu pesco de anzol, de varinha mesmo, linha jogada. Nós tudo tava na retomada do território. Teve apuro demais. A gente está aí. Com fé em Deus nós vai conseguir, mas estamos aí. Para mim o bom foi voltar a ter esse direito de poder ter as coisinhas no quintal da gente e a casa de morada. Mais o melhor é ter o rio aqui perto. A gente vai, a agente pega um peixe para a gente alimentar aí mesmo. (Sirleide Santos Ferreira 40 anos).

O direito de retornar às terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas e tribais, dentre eles os quilombolas, tem respaldo na Organização Internacional do Trabalho – (OIT 169¹²³) que o Brasil é signatário e reconhece via decreto, conforme o Artigo 16 parágrafo 2: “sempre que possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram o seu traslado, seu reassentamento”. Entretanto a comunidade observa uma setorização e burocratização nos mecanismos de acesso ao TAUS. Internamente, a SPU de MG tem solicitado laudo antropológico, estudo de área indubitável da União, laudo ambiental e análise do Conselho de Justiça da União (CJU). Sendo este um título precário, as lideranças de Minas do Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil-MPP entende que “em Minas, tais medidas são um processo de burocratizar os direitos dos povos e comunidades tradicionais de acessarem o

¹²³ A convenção 169 sobre os Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão da Nações Unidas (ONU), foi adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, e entrou em vigor internacional em 1991. No Brasil, o cumprimento dessa convenção nº foi determinado pelo Decreto Presidencial nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

direito aos seus territórios. Nem mesmo os parques que o Estado criou a décadas tem plano de manejo” (Josemar Alves Durães 58 anos). Neste sentido, a luta pelo território pesqueiro tem ameaças não somente pelas constantes investidas da bancada ruralista expressa no Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 39 de 2011 que visa a extinção dos Terrenos de Marinha e sessão para municípios, o que tornará mais difícil de acessar os territórios, posto os laços de prefeituras, juízes locais e as elites agrárias nas respectivas municipalidades. De qualquer modo, as fronteiras existem, e são abertas de todos os lados e por diversos sujeitos. Acredita-se que os comunitários de Croatá tem alargado as suas, não como vítimas da história, mas como sujeitos de direitos de fato.

No olhar sociológico de Martins (2016), a **frente de expansão** remete ao deslocamento de uma diversidade de sujeitos brancos civilizados com suas atividades econômicas relativamente imbricadas no mercado sobre os territórios população indígena, inclusive de pequenos agricultores. Além da **frente pioneira** que fundamentalmente se caracteriza pela criação de uma nova sociabilidade fundamentada no mercado e no pacto contratual pressupondo a modernização um pouco mais além de um mero deslocamento de populações sobre o território. A partir deste entendimento conclui: “na minha interpretação nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular”. (MARTINS, 2016 p. 134).

Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um só, o suposto lado da civilização; se entendermos ela do lado de cá e do lado de lá, fica mais fácil entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e abrangente estudar a concepção de fronteira como concepção de humano. Neste sentido, diversamente do que ocorre com a frente pioneira, sua dimensão econômica é secundária. (MARTINS, 2016, p. 141).

Na fronteira se dá a descoberta com o outro e a experiência de ser outro, tendo o seu território tornado em uma **frenteira** perpassado por um horizonte onde os agentes do poder e do capital o torna um outro, um estranho em seu próprio território. O território tornado fronteira, com a chegada do outro, faz emergir a discrepância aviltante de significações expressos nas diferentes compreensões de tempo e espaço, desde os modos existenciais de existir e o vir a ser projetado no sentido de ser comunidade que são perpassados pela **frente pioneira** que expropria, degrada em sua múltipla dimensionalidade terra-bichos-gentes-plantas violando direitos humanos a partir do aparelho institucional e sua gramática jurídica em face dos que ali estão ou estavam cravados na terra, ora coisificados pelo outros de fora na fronteira. Destarte, na existência da fronteira, tendencialmente, haverá sempre resistências,

lutas, enfrentamento e disputas e o seu fim, se é que é possível, prenuncia uma outra realidade.

A fronteira deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar a alteridade política, quando o outro se torna parte antagônica do nós. Quando a história passa a ser a nossa história, a história de nossa diversidade e pluralidade, nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outros que devoramos e que nos devorou (MARTINS, 2016 p. 134).

Os comunitários de Croatá, ainda não tem em seu domínio todo o seu território ampliado (desde o rio até o carrasco – território etnográfico de domínio relatado nas memórias dos mais velhos que oferece as condições de comportar, inclusive as futuras gerações), falta a parte alta, antigamente utilizada para retiro da cheia, para solta de gado e coleta de frutos, além de ser morada de alguns moradores. Nesta área também se encontram um cemitério profanado na década de 1970 que foi tornado pastagem, hoje, este lugar está se tornado capoeira, como eles dizem, em estágio de formação de mato bruto.

No nosso território tem as comunidades Gameleira, Várzea da Cruz, Sangradouro, Caaraíbas e nós Croatá. O limite de nosso território ampliado vai daqui até a serra Itapiraçaba. Aqui é um território de parente quilombola, pescador e vazanteiro. E o nosso território é amplo que também deve ter terra de retiro e que tenha lagoa e lugar de natureza para preservar e gerar fruto e bichos porque aqui enche de água. E também queremos nosso cemitério que está lá na serra que tem nossas famílias, nossos antepassados lá no carrasco, lá. (...). (Arnaldo da Silva Vieira, 60 anos¹²⁴).



Figura 14: Serra de Chico Macaco, um dos limites do território de Croatá na parte alta- Arq: Rafael Pereira, 2017.

¹²⁴ Entrevista de campo, 16 agosto de 2017.

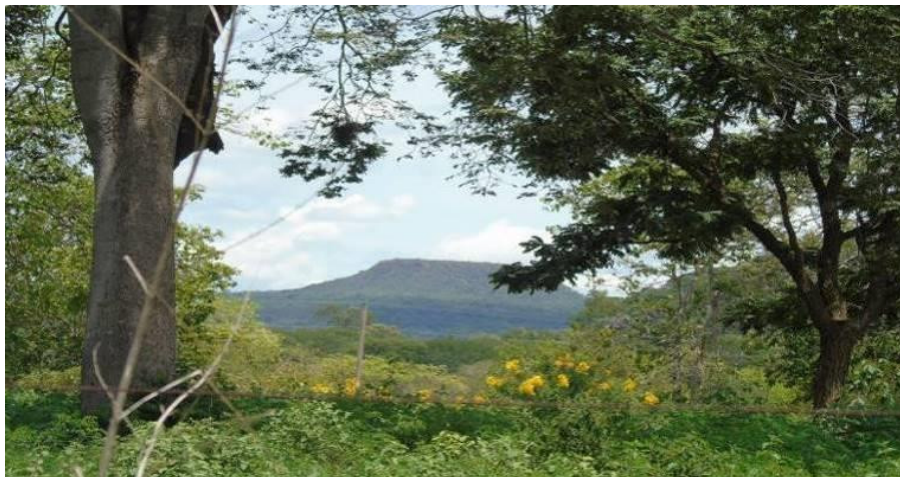


Figura 15: Serra Itapiraçaba - limite do território ampliado das comunidades. Arq: Rafael Pereira, 2017.

Como já observado, as fronteiras e limites são lugares onde os tempos se fundem onde o eu e o outro emerge como lócus de conflito. Nesse processo de ocupar o seu território, a comunidade se empoderou, antes de tudo, de estar nas terras que sempre fora sua, hoje reconhecida como terras da União e como visto acima, terras tradicionalmente ocupadas. A comunidade atualmente vivencia a experiência de um território tornado fronteira pela pecuária e o agrohidronegócio, agora, em estágio de reapropriação. Estes sujeitos coletivos, defendem suas fronteiras enquanto sujeito de direitos. Em decorrência, provoca a reagregação no mesmo lugar da memória, na comunidade, e, em boa medida, se vale não somente do argumento do direito, mas de um território de herança de parentes nas terras forras. Ao revisitar sua história coletiva em relação a si mesma e a outras comunidades adjacentes, se autorreconheceu como quilombola num processo mais ampliado. Não se observa ali uma estratégia política, o que se observa, são de fato, os “rastros indeléveis” que emergem ao revisitar sua história enquanto “remanescentes de quilombos”, presentes nos laços de parentescos com outros quilombos, em uma das regiões de maior incidência do mesmo no estado de Minas, nas territorialidades ali existentes, e, sobretudo, por se autoreconhecerem e se reconhecerem entre si enquanto quilombolas em sua organização social e na sua história.

Assim, tais sujeitos, se apoiam no direito constitucional conquistados pelos movimentos sociais negros no âmbito da constituição cidadã de 1988 e no decreto 4887/2003 que lhes confere o direito de estar, permanecer ou voltar para as suas terras tradicionalmente ocupadas. Neste sentido, cabe-nos pensar como as lutas em torno do ser quilombola, mas, antes de tudo, nos perguntar sobre quais argumentos se sustentam a ideia de quilombo e quais são as “amalgamas identitárias” que fortalecem o “ser quilombola” em Croatá.

2.3. Por ser de quilombo e também pescador.

A comunidade de Croatá se autoidentifica enquanto comunidade quilombola, pesqueira e vazanteira. Esta “tríplice identidade” expressa a múltipla identidade coletiva, propiciadas pelas diferentes formas de interação com o ambiente, pelo labor e a etnicidade do grupo, isto é, seu modo de organização coletiva. Acreditamos que, de maneira satisfatória, no capítulo anterior, refletimos a identidade pesqueira, vazanteira e as condições históricas que propiciaram um horizonte de incidência negra às margens do rio São Francisco no Norte de Minas. Contudo, é oportuno atermos a noção de quilombo e etnicidade, considerando alguns relevantes pesquisadores (as), que se debruçaram teoricamente e experienciaram em suas pesquisas de campo a questão quilombola no país e no Norte de Minas. A partir das leituras, destes autores foi possível compreender as influências, percepções e apontamentos sobre a categoria “remanescentes de quilombos¹²⁵ enquanto sujeitos de direitos”. Evidentemente que não citaremos todos, mas optamos, dentre os principais referenciais: Pacheco de Oliveira (1998), Arruti (1997, 2012, 2013, 2017) Almeida (2013), Cunha (1979), Costa (2008, 2006), Costa Filho (2008, 2017) e O’dywe (2008, 2011) que contribuíram para desenvolver os debates sobre etnicidade no Brasil.

Segundo Arruti (2013, 2012) o cenário de discussão acadêmica a partir da década de 30 associava o negro a questão biológica de raça¹²⁶. No bojo de tais reflexões estava subjacente a construção do ideal de sociedade brasileira pautada no mito das “três raças tristes”, o enredamento, se é que podemos dizê-lo, deveria ser construído com restrição. Para os estudiosos da questão, negros e índios, de algum modo, era o dilema com perspectivas diferenciadas, enquanto havia um olhar étnico “congelado” à alteridade indígena de um lado, por outro lado, a identidade negra era abordada numa perspectiva racial que deveria ser absolvida com restrição pela sociedade brasileira. Nesta perspectiva, segundo Arruti (2013 e 2012), o ordenamento jurídico da Constituição Federal de 1988 (CF de 1988), ao “postular” o

¹²⁵ Para efeitos de lei, tome-se por “remanescentes de quilombo” todas aquelas comunidades descendentes de grupos territorializados de antigos escravos ou de seus descendentes diretos. Os movimentos sociais negros só haviam assumido o termo quilombo como uma espécie de acervo simbólico para suas lutas urbanas, sem maiores consequências sobre a histórica falta de atenção no mundo rural, como para o Estado Brasileiro a questão negra sempre foi isolada como uma questão cultural. (ARRUTI, 2017 p. 3).

¹²⁶ A produção intelectual posterior à década de 30, progressivamente institucionalizada, disciplinada e adaptada às práticas divisórias do discurso acadêmico, passou a dedicar aos indivíduos de ascendência africana a designação de negros, ligando-os à ideia de raça, assim como a dedicar aos de origem americana a designação de índios, ligando-os à ideia de etnia. (Arruti, 2012).

processo de democratização do país, possibilitou absolver as pautas reivindicatórias de movimentos sociais, dentre elas os negros do campo brasileiro.

Na perspectiva de Arruti (2013 e 2012), uma das categorias criadas na CF-1988, foi a categoria remanescente de quilombos, que de algum modo, provocou/fortaleceu a demanda reivindicatória sobre as “terras tradicionalmente ocupadas, conforme as ADCT da CF de 1988 no seu artigo 68. É notório salientar que a propositura da ADCT apontava para uma brevidade da identificação destes sujeitos. O contexto era motivado pela celebração dos 100 anos da suposta abolição. A perspectiva no seu todo ainda era vista numa lógica culturalista sem problematizar a questão de classe, o que foi combatido pelo movimento negro nomeado de quilombismo¹²⁷. Deste modo, Arruti (2012), em suas análises aponta que esta noção de “remanescente de quilombo” ainda estava pautada numa perspectiva histórica linear, com traços finitos e não cíclicos manifesta na ideia de remanescente “o quase sim, mas o não totalmente negro”, ainda que, a pretensão da CF de 1988 fosse por um fim nas variações de continuidade-descontinuidades, gerando, em certa medida, uma positividade no ser “negro ou preto”. Ainda assim, deixou uma outra questão: a produção deste ser outro, isto é, o negro enquanto uma flutuação semântica étnico/racial, conforme se observa atualmente, entre operadores do direito e entre alguns antropólogos desavisados que buscam por vestígios históricos e marcos temporais, desconsiderando o cenário de opressão histórica que desconsiderou e relegou os quilombolas à invisibilidade, e, em muitos casos “apagou a memória” de tais sujeitos. Em que pese, o próprio cenário de opressão ao negro é um convite para que este relegue tal memória ao esquecimento, uma vez que, a memória se associa a sofrimento.

Neste sentido, a noção de terras tradicionalmente ocupadas advindas da CF de 1988, e, levando em consideração o decreto 4887/2003, consubstanciam o modo de ocupação materializado em um território que deve atender as circunstâncias sociais fundamentadas, conforme salientam O’dywe (2008) e Costa filho (2017), nos “modos de criar, fazer e viver”, contudo, O’dywe (2008) problematiza tais questões ao tratar as categorizações da CF-1988. Para O’dywe, a noção de remanescente de quilombo é disciplinada e balizada na normatização jurídico-política que também tem como função reagrupar categorias e exercer controle sobre as mesmas. Destarte, o que se problematiza são as reais possibilidades de o

¹²⁷ Cada vez mais ele seja apropriado como uma auto-identificação política. Identificação que encontra respaldo no ideário quilombola – “o quilombismo” conforme defendido por Abdias do Nascimento (1980) caro ao movimento negro desde ao menos a década de 70 e revitalizado no contexto das comemorações e avaliações críticas do centenário da abolição da escravatura. (ARRUTI, 2017, p. 8).

Estado exercer seu processo de territorialização nas frestas da autonomia de tais comunidades em seus territórios, sem contar a letargia no processo de regularização dos territórios.

Na percepção de Costa Filho (2017), a noção de quilombo se relaciona a ideia de território de resistência, o que tem possibilitado ou possibilitou graus de autonomia, sem se abster aos processos de expropriações e apropriações vivenciados, uma vez que o histórico de exclusão racial restringiu assim como propiciou a expropriação das terras tradicionalmente ocupadas. Para este, os processos de reterritorialização têm sido fomentados, em que pese, sobre a égide da noção de sujeitos de direitos. Ao pensar os traços “distintivos” da ideia de quilombo, em certa medida, encontra-se traços de campesinidade¹²⁸. Na sua percepção, a dimensão étnica funciona enquanto um atributo de relações sociais que possuem em seu bojo as inerências da diferença/similaridade cultural.

Na comunidade de Croatá a palavra quilombo é relativamente nova. Muitos contam histórias de opressões existentes de um passado remoto “nos tempos do cativo” reconhecendo que seu povo antigo já foi cativo. Entretanto, as condições análogas à escravidão, foram experimentadas pelos comunitários, sobretudo, pelos seus pais, em um período mais recentes ao tempo em que suas terras foram invadidas pelo latifúndio no período de formação das fazendas propiciadas pelos incentivos fiscais do Estado.

É o seguinte, nós, quirambola é quirambola porque foi exprimido das nossas terras pelo fazendeiro, pelos maiores. Eles marcam ali, você está ali dentro, depois manda você desocupa e vai para outro lugar e ele vem atrás com o capim e o gado (Juscelino Marques de Oliveira, 43 anos).

A título de recordação, Costa¹²⁹ (2008), afirma que o afazendamento, ou os processos de territorialização das fazendas sobre as terras tradicionalmente ocupadas, nos afluentes e margens do rio São Francisco, como um todo, nas extremidades do Norte de Minas, é relativamente novo e se deram a partir da “dedetização e o aralém (veneno) pela Superintendência de Campanhas de Saúde Pública-SUCAM¹³⁰” no combate à malária em

¹²⁸ Devemos considerar também que as comunidades que se autoafirmam como “remanescentes dos quilombos” apresentam traços de campesinidade. Aspectos como autonomia relativa da coletividade frente à sociedade envolvente, a importância do grupo doméstico na organização da vida econômica e social, o caráter relativamente autárquico do seu sistema econômico, suas formas de sociabilidade e interconhecimento, a função decisiva das lideranças. (COSTA FILHO. 2017.p. 3)

¹²⁹ No governo Dutra começa o combate à malária com a presença de funcionários da SUCAM desinsetizando o interior da mata e as lagoas, além da distribuição de aralém. Para um memorialista da elite regional foram os inseticidas e o aralém que propiciaram o afazendamento dos pecuaristas nas terras do vale do rio Verde Grande. (COSTA FILHO, 2008 p.6)

¹³⁰ Sucam, órgão que resultou da fusão do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DENERU), da Campanha de Erradicação da Malária (CEM) e da Campanha de Erradicação da Variola (CEV), a Fundação herdou experiência e conhecimento acumulados, ao longo de várias décadas, de atividades de combate às

meados do século XX, especialmente nos cursos de água e lagoas onde a parentela negra desenvolvia sua relativa autonomia. No nosso entendimento, os laços de parentesco entre Croatá, Sangradouro Grande, Várzea da Cruz, Gameleira e Caraíbas entre si e com outros quilombos ampliados do Gorutuba e Brejo dos Crioulos expressam as formas de organização social coletiva destes sujeitos que no nosso entender são eficazes no processo reivindicatório de seus territórios. Um outro elemento que nos foi possível detectar foi a existência de anemia falciforme¹³¹, entre parentes dos comunitário de Croatá, na Comunidade de Sangradouro Grande, entretanto,

A ideia de “remanescente de quilombo”, instituído pela Constituição de 1988, que vem sendo utilizado pelos grupos para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico. Contemporaneamente, portanto, o termo Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. (O'DWYER, 2008, p. 10).

Essa noção de quilombo é fruto de uma tradição antropológica brasileira que tem se pautado de maneira substancial nas análises e perspectivas de Barth (2000) a respeito da noção de etnicidade. Barth propõe a adscrição, isto é, “um tipo organizacional” como pressuposto para se cancelar a identidade étnica entre um povo, portanto, são quilombolas, os sujeitos sociais coletivos que assim se consideram. Os estudiosos brasileiros da temática assumiram esta postura para pensar o quilombo para além de uma categoria jurídico formal. “Em primeiro lugar, enfatizamos o fato de que grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores; conseqüentemente, têm como característica organizar as interações entre as pessoas que assim se consideram” (BARTH, 2000, p. 27). Deste modo, é a consciência de sua identidade que deverá ser considerada como critério fundamental para a identificação (O'DYWE, 2008 p. 13). Estamos diante de um salto qualitativo para superar as posturas racistas pautadas sobre a ideia biológica de raça imposta

endemias de transmissão vetorial, que transformaram a Sucam no órgão de maior penetração rural no país. Sua estrutura operacional estava presente em todos os Estados brasileiros.

¹³¹ (...) Procuraram me indicar o caminho, apontando como possíveis provas a relação com a terra e a prática do uso comunal, os batuques e folias, as provas materiais como antigas construções, cemitérios entre outros, e até mesmo doenças como a anemia falciforme. (ACYPRESTE, 2015, 39).

por uma cultura dominante, para uma noção de sujeitos coletivos que buscam na sua visibilização e no direito de garantir as suas terras tradicionalmente ocupadas. No caso de Croácia, balizam seu direito na relação ancestral no território, por compartilhar saberes e fazeres enquanto comunidade negra, por se reconhecer descendentes de escravizados, temas que o Estado reconhece por meio da autoatribuição destes quilombolas¹³².

A atribuição de uma categoria é uma atribuição étnica quando uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral, determinada presumivelmente por sua origem e circunstâncias de conformação. (...) a fronteira étnica que define o grupo e não o conteúdo cultural por ela delimitado. As fronteiras sobre as quais devemos concentrar nossa atenção são evidentemente fronteiras sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial (BARTH, 2000, p. 32 -34).

O horizonte étnico proposto por Barth (2000) e relido a partir da realidade brasileira que rejeita a verossimilhança de quilombo somente aos que estejam restritamente ligados aos resquícios pretérito, sejam eles atualizados no corpo ou na permanência do costume, por exemplo, como condição prévia do ser ou não quilombola, mas, a etnicidade aponta para uma postura em torno de um “projeto de vida em comum de um grupo” que se lança *ad infinitum*¹³³, não se atendo somente à característica cultural, mas na organização social do grupo que podem ou não se distinguir a partir de sua estrutura em relação a outros povos, considerando elementos sejam eles físicos e simbólicos. Na percepção de O’dywe¹³⁴ (2011), Almeida¹³⁵ (2013) e Pacheco de Oliveira (1998) a etnicidade corresponde a um modo de ação ou representação de organização social.

Nas investigações antropológicas de Arruti (1997), junto aos índios “misturados” do Nordeste, também existentes em Minas, os povos Pankararú, observa que a noção de fronteiras étnicas em certas circunstâncias possui ambiguidade e são marcadas pela fluidez, duplicidade e complexidade, por isso:

¹³² “Os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Decreto 4887/2003, Artigo 2º.

¹³³ Ao infinito

¹³⁴ A etnicidade é conceituada como um tipo de processo social no qual os grupos orientam as ações pelo reconhecimento territorial das áreas que ocupam. A partir de Barth (1969), as diferenças culturais adquirem um elemento étnico não como modo de vida exclusivo e tipicamente característico de um grupo, mas quando as diferenças culturais são percebidas como importantes e socialmente relevantes para os próprios atores sociais, por sua vez, podem ser relacionados com racismo e discriminação (ODYWE, 2011, p. 112).

¹³⁵ “A etnicidade seria um modo de ação e de representação, num plano coletivo. Uma experiência profunda de identidade coletiva com propósito de reivindicar direitos essenciais à sua reprodução física e cultural”. (ALMEIDA, 2013, p. 32).

As fronteiras entre quem é e quem não é da comunidade, são quase sempre muito porosas, passam a ganhar rigidez e novos critérios de distinção, genealogias e parentescos horizontais passam a ser recuperados como formas de comprovação da inclusão ou não de indivíduos na coletividade (ARRUTI, 1997 p.23).

Entendemos que a partir do momento em que os comunitários de Croatá se autoatribuem a identidade quilombola, pesqueira e vazanteira de Croatá, reinicia-se ou fortalece um processo de referência identitária, em lugar específico que é coletivo, e que é apropriado por cada sujeito comunitariamente: “Eu sou da comunidade quirambola do Croatá. Sou nascido na beira do rio, moro na beira do rio. Meu sustento vem da beira do rio. Sou pescador artesanal. Sou vazanteiro aqui da comunidade¹³⁶”. Por ocasião da votação da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 3.239-9/600 – em face do Decreto nº 4887/2003 que trata do art. 68 da ADCT pelo antigo Partido da Frente Liberal-PFL, atual DEM, alguns comunitários de Croatá, seu Arnaldo e outros, foram à Brasília fazer vigília. Fato notório, refere-se a presença de vários pescadores-quilombolas, a exemplo de seu Arnaldo que também está de boné e blusa com escrita com os gritas de ordem do movimento dos pescadores do Brasil –MPP, entre os quilombolas, que ele também é. Como se sabe a ADI supracitada foi julgada improcedente em fevereiro de 2018 pelo Supremo Tribunal Federal.¹³⁷

¹³⁶ Entrevista de campo 25 de agosto de 2017. Entrevistado: Hamilton Marques Almeida, 43 anos.

¹³⁷ Por maioria de votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a validade do Decreto 4.887/2003, garantindo, com isso, a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. A decisão foi tomada na sessão desta quinta-feira (8), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, julgada improcedente por oito ministros. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=369187> > Acesso em 26 de fevereiro de 2018.



Figura 16 Pescadores de Croatá na votação da ADI 3239 quilombola - Arquivo CONTAG¹³⁸-2018

Conforme salienta Pacheco de Oliveira (1998), ao tratar da população indígenas, os Pankararu, o ato de territorializar tende a provocar processos de fortalecimento da identidade étnica e:

A criação de uma nova unidade sociocultural” mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora, na constituição de mecanismo políticos especializados, a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (PACHECO OLIVEIRA 1998, p. 55).

No tocante à cultura, não se nega como elemento que pode gerar, inclusive, distinção/encontro entre grupos, entretanto, o que estamos dizendo é que o fulcro central das investigações deve levar em consideração os modos de vida e a organização de cada comunidade e não a “busca de culturas análogas ao ideal de quilombo ou Áfricas transplantadas para o Brasil” mas revisitar a memória¹³⁹ dos comunitários a partir de sua autoidentificação, suas semânticas e costumes e até mesmo identidades, por isso, é preciso:

Romper também com o mito de que um povo ou comunidade tem apenas uma identidade e que elas são constantes, singulares, permanentes e invariáveis, estando atento para suas contingências, pluralidades, provisoriedades e variabilidades. A identidade coletiva mostra-se dinâmica e não fica aprisionada no mito da comunidade fechada, guetificada, mas passa

¹³⁸ Disponível em: < <https://portalctb.org.br/site/noticias/rurais/contag-pessao-popular-garante-terras-as-comunidades-quilombolas>> Acesso em 17 de fev. de 2018.

¹³⁹ Estabelecer uma memória definição identitária e cultural (semantização de ritos, festas, costumes) (técnicas e estruturas mnemônicas). No estabelecimento de uma memória implica estabelecer seus próprios limites. ARRUTI, 2017, p. 4.

a ser vivida e pensada como algo que não esgota a identidade cultural. (ALMEIDA, 2013, 170).

A dinâmica organizacional segundo Arruti (1996) pode ordenar a cultura, os grupos de interconhecimento e as interações de tais grupos, evidenciando, por sua vez, as condições para discernir acerca de quem é de dentro e quem é de fora.

Estas terras e estas identidades coletivas emergem num quadro enunciador de conflitos sociais, que parecem constituir a interlocução possível com as estruturas de poder político. Estudiosos dos movimentos sociais a destacarem novas formas político-organizativas coadunadas com o que tem sido classificado como “invenção da tradição”. (ALMEIDA, 2013 p. 168.).

Almeida (2013) propõe uma abordagem mais materialista e menos essencialista ao abordar as identidades coletivas e os elementos diacríticos que elas possam ter a partir de sua cultura, entretanto, pondera não estar tratando de mesclas identitárias numa escala globalizada.

Certamente que há tradições duradouras, locais históricos de moradia, idiomas e sinais diacríticos que são reinterpretados no âmbito das mobilizações políticas recentes, cujos propósitos convergem para o reconhecimento de territorialidade específicas (ALMEIDA, 2013, p. 169).

As identidades coletivas também emergem, segundo o autor supracitado, em contexto de “resistência cultural ou descolonizante”, bem como, em realidades de opressão política e econômica por sujeitos que se mobilizam a partir de uma categoria identitária o que “é essencial para o reconhecimento de uma existência coletiva” (ODWYE, 2011 p. 113), inclusive para os grupos que estão em defesa de seus territórios a partir de suas territorialidades particulares necessárias à reprodução física e social.

A “cultura original” de um grupo étnico na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste: este novo princípio que a subtende, a do contraste, determina vários processos. (CUNHA, 1979 p. 36).

A noção de cultura com “aspas” remete ao sentido de observar que a partir da linguagem cultural, muitos grupos se orientam como forma de conquistar-ampliar-manter direitos em seus respectivos territórios. A cultura, no seu entendimento, não sobredetermina a totalidade da essência da etnicidade, porque a mesma não é imutável, mas reinventada e reconfigura-se com novos adereços e significados. Na sua percepção a etnicidade é um

pressuposto determinante na organização política para conquista dos direitos territoriais. Deste modo, a cultura como uma criação humana, é, em primeira instância um ato próprio do ser humano que cria ou reinventa ao revisitar o passado. Portanto, é compreensível que, algumas manifestações culturais sejam também espaços para ser o que se é, o que, em outros momentos lhes foram negados, ou até mesmo, utilizados intercalados aos momentos festivos do catolicismo rústico. Em uma das atividades de campo em Croatá, foi possível observar no pagamento de promessa de Gonçalo e festa de Reis duas manifestações culturais: o lundu e o samba, que se deram logo após o rito da religiosidade popular. Aproveitei para perguntar se era recorrente, e os mesmos me disseram que o samba e o do lundu também se dão nos atos da folia de São Sebastião em janeiro, e na folia do Bom Jesus em agosto.



Figuras 17 e 18: comunitários de Croatá em roda de batuque. Arq: Rafael Pereira, 2017.



Figuras 19 e 20: Nego D'água e cemitério antigo do território de Croatá - Arquivo Rafael Pereira, 2017.

Deste modo, nas incursões desta pesquisa, muitas vezes, recorreu-se à tradição oral, isto é, a memória dos comunitários mais velhos (uma vez que é na memória destes que reside, em muitos casos a história da comunidade). Também buscou-se caminhar com gerações distintas, muito embora, salienta Arruti (1996) a tradição oral sempre é rechaçada arbitrariamente, todavia, a memória nem sempre é um fator infalível, portanto é possível que em certos momentos:

Só a partir da descrição do território e da sua exploração que se passa a recuperação de histórias já esquecida, ou atribuições de novos lugares para histórias tradicionais. Outras vezes, essa memória existe apenas como parte discreta das percepções de mundo mais profundas e íntimas do grupo. (ARRUTI, 2017, p. 6).

A pertença a comunidade de Croatá se dá na autoafirmação identitária e no interconhecimento enquanto sujeitos coletivos quilombola-pescador-vazanteiro. A partir da oralidade e trilhando por diversos lugares, nos foi possível observar a convivência entre eles, a relação com território e os conflitos. Destarte, optamos por etnografar densamente interpretando as dinâmicas de apropriação dos lugares expressando as grafias copartícipes construídas pelo rio e socializadas pelos moradores de Croatá no tempo presente. Enfim,

debruçamos sobre o modo de vida, as formas de apropriação dos lugares que sempre foram de seu domínio, bem como, da reapropriação dos lugares em que foram expropriados, observando os costumes criados ou preestabelecidos entre si, conforme veremos a seguir.

2.4 O Caminho Metodológico: a segunda navegação.

Este capítulo, em linhas gerais, tem como objetivo específico analisar o processo de expropriação-reapropriação do território tradicional da comunidade de Croatá através da caracterização do território, por meio das técnicas da Nova Cartografia Social e interpretar o modo de vida tradicional da comunidade expressos nas identidades quilombola, pesqueira e vazanteira a partir de um horizonte metodológico da interpretação densa de Geertz (2015).

Destarte, entende-se que, a noção de interpretação densa de Geertz (2015) tem um potencial para dimensionar uma reflexão, nesta pesquisa, que investigada os significados das convivências e as mudanças territoriais experimentadas pelos comunitários de Croatá, em seu território.

Tal visão de como a teoria funciona numa ciência interpretativa sugere que a diferença, relativa em qualquer caso, que surge nas ciências experimentais ou observacionais entre "descrição" e "explicação" aqui aparece como sendo, de forma ainda mais relativa, entre "inscrição" ("descrição densa") e "especificação" ("diagnose") — entre anotar o significado que as ações sociais particulares têm para os atores cujas ações elas são e afirmar, tão explicitamente quanto nos for possível, o que o conhecimento assim atingido demonstra sobre a sociedade na qual é encontrado e, além disso, sobre a vida social como tal (GEERTZ, 2015, p.19).

Assim, buscou-se fazer nesta pesquisa uma interpretação das semânticas e costumes no que se nomeia, “modo de vida” da comunidade, seja na socialização dos lugares do território, sejam nas reservas moneumônicas alocadas no corpo, nas festas e no labor exercido, sobretudo, nos lances de pesca e nas vazantes, dentre outros lugares que foram possíveis de serem observados nas atividades de campo. Tal opção emerge dos pressupostos de que a “intepretação antropológica constrói uma leitura do que acontece, – nessa ocasião ou naquele lugar, e divorciá-la do que dizem ou o que fazem as pessoas” (...) (GEERTZ 2015, p. 13), incorre-se no vazio da intepretação antropológica, que não é possível abster de um povo ou de um lugar, por vezes, em um contexto específico. Por isso, ao referenciar-se em Max Weber,

Geertz (2015), evidencia que a interpretação da cultura deve partir da análise concreta, posto que os dados passam por estas cadeias de significações.

(...) o homem é um animal amarrado à teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de lei, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado (GERRTZ, 2015, p. 4).

Assim, fez-se a busca pela interpretação do modo de vida dos sujeitos sanfranciscanos de Croatá, inclusive, seus costumes e signos que resultam na produção do seu lugar de vida, onde estão as teias de significações física e simbólica nos seus lugares (de terra e de água), bem como na sua interação com a vazão ecológica do rio, que se dão, por muitas vezes, de forma colaborativa ou intercambiada nos lugares onde se mora-vive-trabalha-celebra-se e reproduz a vida.

Por esta razão, foram realizadas, para este capítulo, na comunidade de Croatá, duas atividades de campo. A primeira em agosto de 2017, entre os dias 13 e 29. Nesta atividade foi possível coletar material etnográfico do processo de expropriação e reapropriação territorial da comunidade, por meio das observações de campo e da aplicação de um roteiro de entrevista semi-estruturado previamente aprovado pelo CEP da UFVJM, totalizando **17 dias de campo**. Convém salientar que, em concomitância a esta atividade de campo, foi realizada pelos próprios comunitários, por dois dias, a Cartografia Social (Construção de croqui/etnomp e também coleta de material etnográfico). Assim sendo, deve-se registrar que enquanto pesquisador fiz parte do grupo de pesquisa do Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia- PNCSA na comunidade de Croatá. Para Almeida (2013) a PNCSA expressa uma linguagem que evoca poder e expressa uma ação contestatória. A segunda atividade de campo, foi realizada entre os dias 21 - 30 de novembro de 2017, seu intuito consistia em fazer observações de campo sobre as percepções dos sujeitos de pesquisa relacionadas ao ciclo hidrológico de cheia do rio, ocasião em que também foi aplicado o mesmo roteiro de entrevista semi-estuturado, totalizando **10 dias de campo**. Em setembro de 2017, entre os dias 18 - 22 foram feitas 02 incursões: uma no arquivo do CPP em Buritizeiro - MG (acesso a processos judiciais do conflito territorial, ofícios, notas públicas e outros documentos concernentes à comunidade de Croatá). Esta última incursão, no Cartório de Januária, tinha como objetivo acessar o documento da fazenda e obter documentos sobre a queima deste mesmo cartório, ambas atividades totalizaram **5 dias de campo**. Ao todo, para este capítulo,

foram realizados **32 dias de campo**. Foi feita análise de todo material coletado em caderno de campo, vídeo e gravador, este material foi transcrito, analisado e categorizado.



Figuras 21 e 22: Finalização da cartografia social pelos comunitários, Arq: Rafael Pereira, 2017.



Figura 23: Construção de etnompa/croqui do território antigo e atual. Arq: Rafael Pereira, 2017.

Segundo Geertz (2015), no processo da construção de uma descrição densa, depara-se com as múltiplas estruturas conceituais em sua complexidade, por vezes sobrepostas, outras entrelaçadas em si, cabendo, ao mesmo tempo, na prática, buscar possibilidades de explicação na interpretação das questões “estranhas” e não tão explícitas que emergem. Por

muitas vezes, nestes caminhos, pelo território de Croatá, com distintas gerações de pessoas, e no exercício da cartografia social realizada por eles (primeira incursão) e nas observações/entrevistas mais pormenorizadas (segunda incursão), no período de cheia do rio, deparou-se com os limites das estruturas de entendimento entre pesquisador e sujeitos de pesquisa. Tal situação exigiu fazer o que Possey (2001) evoca ao perceber que emergem diferenças na linguagem/conhecimento (nas relações entre comunitário e pesquisador), e, neste sentido, pretende não reduzir o outro em sua alteridade, por isso propõe a “interpretação compartilhada”, sendo êmico a categoria cognitiva linguística dos “nativos” e ético categoria cognitiva linguística dos pesquisadores com propósitos analíticos. Há interpretações diferentes porque há realidades cognitivas diferentes” (POSSEY, 2001, p. 282). As interpretações compartilhadas são resultantes dos movimentos feitos nos diversos fluxos¹⁴⁰ ao longo do caminho no território quilombola e pesqueiro de Croatá durante e após a realização da cartografia social na comunidade. Destarte, optamos por etnografar densamente os lugares expropriados-reapropriados expressão das grafias coparticipes construídas pelo rio e socializadas pelos moradores de Croatá no espaço e no tempo. Enfim, debruçamos na interpretação densa sobre o modo de vida da comunidade.

2.5 O território de Croatá: “uma cosmografia do modo de apossar dos lugares secos e molhados”

“O senhor vê, nos Gerais longe: nuns lugares, encostando o ouvido no **chão**, se escuta o barulho de fortes **águas**. O senhor dorme sobre um rio”. (ROSA, 1970, p. 273).

A vivência das populações sanfranciscanas com as dinâmicas do rio, e, os modos de apropriar socializando pela e na mobilidade do mesmo, tornam os lugares secos e molhados, por vezes, condicionantes referenciais para falar de si enquanto quilombola-pescador (a) - vazanteiro (a). Após uma semana¹⁴¹ de experiência de campo na comunidade, na casa do João Batista, este fez pedido para acompanhá-lo em uma pescaria noturna. Por esta razão aproveitou-se deste cenário noturno, na revista de dois espinhéis, (linha submersa no rio com centenas de anzóis com iscas) para saber sobre sua crença ou não no caboclo d’água¹⁴². Após

¹⁴⁰ Noção de Tim Ingold 2005. Nos fluxos (movimentos nos caminhos de um lugar para outro) gera-se o conhecimento no ato de caminhar.

¹⁴¹ Anotações de caderno de campo. Referência à semana de 21 – 30 de novembro de 2017.

¹⁴² Se metafísico que para muitos pescadores e vazanteiros povoam e coordenam o rio.

a pergunta, ele deu uma resposta curta e tautológica: “O tanto de olho que tem no seco tem no molhado. E tudo que tem no seco tem no molhado”. Uma análise superficial poderia constatar que os elementos metafísicos e físicos estão em todos os lugares, e isto, já é muito. Um pouco mais além do físico e metafísico, sua sentença curta, do seco e do molhado, expressa a interface do seu entendimento de mundo a respeito do tempo e do espaço, a partir do território de morada, isto é, a sua cosmografia.

Cosmografia segundo Little (2002) remete ao modo de usar, defender, vincular, bem como, as memórias coletivas específicas e os conhecimentos gerados na história de ocupação do território. “No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados” (LITTLE, 2002, p. 4). A cosmografia na expressão “seco e molhado”, esforço de “síntese” do sujeito de pesquisa, de algum modo não está sob o domínio do pesquisador, por razões óbvias, por não deter os saberes o pescador tem sobre aquele lugar.

Possey (2001), em suas experiências etnográficas junto aos índios Kayapó, observou que estes não utilizavam o termo cultivar para sementes semeadas nos caminhos, ainda que fossem “intencionalmente” plantadas por eles. A ideia de cultivar para os índios Kaiapó, só é utilizada para aquelas plantas que se desenvolvem somente com o manejo contínuo do homem. Esta experiência levou Possey a constatação de diferentes linguagem e categoria de pensamento entre ele e o seu sujeito de pesquisa que ele nomeou de categoria êmico e categoria ético.

Êmico é a categoria cognitiva linguística dos “nativos” e ético categoria cognitiva linguística dos pesquisadores com propósitos analíticos. Há interpretações diferentes porque há realidades cognitivas diferentes. Eles interpretam de forma diferente por possuir percepções da “realidade” cognitiva diferenciada, sendo necessário deste modo, interpretações compartilhadas para uma melhor interpretação do mundo vivenciado e compreendido, evitando deste modo que a consciência de se conhecer determinado objeto, não seja a maneira pela qual se rotula abstrativamente o outro (POSSEY, 2001, p. 282).

O seco e molhado serão acolhidos como uma categoria êmico do sujeito de pesquisa neste trabalho, posto que, ela nos possibilita interpretar a territorialidade dos comunitários de Croatá. Essa territorialidade abordada será expressa no modo de ocupação e manejo dos lugares transpassados pelos ciclos de cheia e vazante geral, considerando, inclusive, as mobilidades dos comunitários imbricadas nas dinâmicas do rio em seu território. O olhar de

pesquisador, isto é, a categoria “ética” nos diz que a noção de seco e molhado do sujeito de pesquisa revela também a sua noção de espaço e tempo que são diferenciados em relação as sociedades totalmente voltadas para o urbano e a vida industrial.

Enquanto uma concepção de tempo, seco e molhado, se remetem às interações ecológicas nos tempos de cheias que alagam a parte baixa do território e os tempos de seca expressos na vazão do rio na parte baixa do território, em outras palavras, tempos de vazante geral e cheias do rio. Convém lembrar que o espaço nas investigações de Raffestin (2018) tem precedência em relação ao território:

O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator (...). Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, (por exemplo a representação), o ator “territorializa” o espaço”. O território nessa perspectiva, o espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 2018, p. 2).

O espaço se torna território na medida em que as relações sociais, econômicas e culturais produzidas pelos atores constroem **relações de poder**, “a imagem do território”. Dentro da percepção de seco e molhado que compõe o território de Croatá emergem os diversos lugares essenciais a reprodução física, cultural e social dos comunitários. Os lugares secos, partindo do pressuposto dos lugares que nunca foram, ou, não necessariamente a água vai todo ano são: o morro, a vargem, a Ilha, a mata, o cerrado/carrasco. Os lugares molhados, por sua vez, é referência aos lugares de presença de água o ano todo ou úmidos na maior parte do ano, sendo eles: vazantes, rio São Francisco, rio Ipueira, baixão e as lagoas.

As interações ecológicas e as dinamicidades territoriais do povo Nuer, tema de pesquisa de Evans Printchard (1978), são em boa medida, aproximativas, se considerarmos que as mobilidades criam o sentido de tais sujeitos ordenarem sua noção de espaço e tempo. O tempo físico/natural das cheias/vazantes marcam de maneira considerável o modo de vida, as mobilidades nos lugares, ciclos produtivos do pescado e também da vazante, o que não se observa na pesca industrial¹⁴³. Por outro lado, a barragem de Três Marias tem interferido em maior ou menor grau nos ciclos de cheia e vazante geral na comunidade. Ainda assim, as interações ecológicas, por vezes, impõem que haja a mobilidade total dos comunitários da parte baixa do território de Croatá para a parte alta ou para as cidades de Januária ou Pedras de Maria da Cruz. As últimas cheias fortes que mobilizaram o povo a se retirarem totalmente

¹⁴³ Todavia, entre os grupos de pescadores industriais marítimos se percebe que o tempo do relógio já foi subsumido pelo tempo dito mensurável

do território ocorreram em 1979, 1992, 2007 e 2012. A cheia forte é entendida como aquela que chega até o morro¹⁴⁴, onde se encontram as casas.

Terra e água para a pesca artesanal, não podemos esquecer, segundo Maldonado (1993), é um espaço indiviso construídos a partir de códigos simbólicos que constituem a territorialidade. A territorialidade para esta autora desenvolve por meio do tempo e nas relações criadas nestes espaços. A constituição da relação simbólica, social e laboral, isto é, as territorialidades, nestes espaços, por sua vez, constroem e constituem os lugares. Por isso mesmo, opta-se em fazer uma interpretação densa e compartilhada apoiada respectivamente em Geertz (2015) e Possey (2001) dos lugares da comunidade de Croatá a partir do ciclo das águas ou a pedagogia do rio como nos lembra Santos (2015), isto é, os ensinamentos aprendidos pelas populações sanfranciscanas em relação ao rio e as diversas convivências com tais lugares “desenhados” continuamente ou não pelo rio, que fazem parte do repertório cultural destas populações sanfranciscanas.

2.6 Cartoetnografando o território de Croatá

A comunidade de Croatá se situa entre dois rios: o rio São Francisco a direita e o rio Ipueira à esquerda em Januária. A foz deste último rio se encontra na comunidade. O ciclo da cheia sobre o território de Croatá é resultante do transbordo do “Velho Chico” que represa as águas do rio Ipueira, e, este último joga suas águas nas lagoas. Por meio dos sangradouros, o “Velho Chico” também abastece inúmeras lagoas marginais, especialmente, pelo sangradouro da Seringueira. As pressões das águas vindas do rio São Francisco necessitam dos sangradouros e do rio Ipueira para abastecer todas as lagoas de Croatá. Após todas as lagoas serem abastecidas pelos sangradouros e pelo rio Ipueira acontece um fenômeno nomeado pelos comunitários de vazantão do Croatá, ou seja, o alagamento de toda parte baixa do território, incluindo o barranco-quintal (lugar de morada). A partir deste momento, a água “toma” a vargem e uma pequena parte que se aproxima da mata também nomeada carrasco/cerrado, lugar que na memória coletiva dos mais velhos de Croatá nunca fora água, e, por tal razão, este é um lugar de refúgio da comunidade. Indubitavelmente, a vida dos moradores (as) de Croatá é-está imbricada ao rio e a relação com os lugares secos e molhados. Estas relações possibilitam emergir um seleiro de topônimos. Os topônimos, conforme

¹⁴⁴ Os morros são pequenas elevações formadas de parcelas de barro e areia entre o rio e lagoas nas planícies que margeiam o “Velho Chico”.

salienta O'DYWE (2011), são recorrentes em comunidades tradicionais e camponesas. Estes topônimos fazem parte do repertório cultural da comunidade e a partir deles são construídas as complexas relações de direito-posse aos lugares de caça, pesca, extrativismo, cultivo, morada e o refúgio no tempo da cheia. Pela interferência ou não das águas, quase sempre, se referenciam a um episódio em que as águas modelam, nomeiam, distinguem e referenciam a noção do tempo e do lugar de plantar, colher, roçar, mas antes de tudo, diz quem eles são e caracteriza o elemento que marcam a própria identidade dos quilombolas-vazanteiros-pescadores.

As dinâmicas do território de Croatá, entendidas aqui, enquanto processo de apropriação-expropriação-reapropriação nos impõe um imperativo ético¹⁴⁵ a começar pelo sentido de revisitar o tempo, ouvir sujeitos do passado e do presente e especialmente ater-se aos lugares com tais sujeitos. A partir do caminhar, em e no movimento, buscou-se sentir o tempo de maneira menos fragmentada e “tocar” as articulações que estão se dando para que assim fosse possível observar o interior do movimento em movimento. Ao experienciar os lugares-temporalidades existentes na comunidade de Croatá, deparamos com as sociodinâmicas e os vestígios de suas grafias expressas na paisagem que no todo não é tão somente simbólica, imagética ou memorialística, mas está se dando em sua materialidade em fluxos no espaço-tempo. Segundo Ingold (2005), **fluxos são formas de movimento que existem os espaços**. Este autor referenciado chega a esta noção a partir da observação de marinheiros da micronésia, que, sem mapas e a bordo de seus barcos constroem seus mapas ao navegar, ou caminhando no caso dos caçadores e coletores que também dão consistência a noção de fluxos ingoldiana. Ao experimentar o território com os pés, e com o exercício da escuta atenta foi ajustado o tempo da pesquisa ao dos comunitários. Silva (2014) nomeia de “*slow science*” (ciência lenta) o esforço de construir uma perspectiva de ciência compromissada que se dá com-vivendo¹⁴⁶. O caminhar nos diversos lugares da ocupação tradicional antiga na parte baixa e na parte alta do território possibilitou ir desvelando o sentido das coisas, limites, fronteiras, sítios arqueológicos. Na medida em que se foi movimentando eram feitas paradas, e os lugares iam criando sentido, outrora, geravam questões que iam sendo sanadas, ampliadas ou tomavam estágio parcial, em movimento, e por meio dos diálogos era reordenado sentido de ir para outro lugar. Nas caminhadas, os lugares,

¹⁴⁵ Estou me referindo ao convite de caminhar pelo território, sem o qual seria impossível, frente ao longo processo de expropriação, ter uma noção de quais mobilidades se deram.

¹⁴⁶ Não se trata de erro ortográfico, mas uma abordagem semântica do significado ampliando de conviver que o pesquisador quer acentuar, por isso com-vivência.

que ainda restavam vestígios da comunidade, pés de frutas antigos contrastavam com vasta formação de pasto.

Era ali, onde tem aqueles pé de manga e caju que era a casa da minha avó. A minha avó Beatriz Francisca de Meira tinha dois alqueire de terra aqui na Varginha que fazia parte do Croatá, na parte de cima, do lado do cemitério de Guilermino. Era muitas famílias, só perto de nós era: Sá Maurícia, Maria Grande, Mãe Velha que pegava nós (parteira), Bastiaozão, Zé Cain'água, Valdemar Paciência, Lú (era genro da Velha Beata que era minha avó e tinha 19 filhos com minha Tia Gustava), Otacílio, Maria, França, Amélia, Joaquizim de Beata, Benedito, Agnel, Benedito Preto, só na parte de cima na Varginha, fora o Croatá de baixo. Essa área da Varginha era no alto), mas eles trabalhavam nas ilhas e vazantes do Croatá (...). (Arnaldo Vieira da Silva, 60 anos).

Heidegger (1954), por sua vez, entende que o lugar se constrói dando sentido ao espaço.

O lugar não está simplesmente dado antes da ponte. Sem dúvida, antes da ponte existir, existem ao longo do rio muitas posições que podem ser ocupadas por alguma coisa. **Dentre essas muitas posições, uma pode se tornar um lugar** e, isso, através da ponte. A ponte não se situa num lugar. É da própria ponte que surge um lugar. A ponte é uma coisa. A ponte reúne integrando a quadratura, mas reúne integrando no modo de propiciar à quadratura estância e circunstância. A partir dessa circunstância determinam-se os lugares e os caminhos pelos quais se arruma, se dá espaço a um espaço. Espaço é algo espaçado, arrumado, liberado, num limite, em grego *πέρας*¹⁴⁷. O limite não é onde uma coisa termina, mas, como os gregos reconheceram, de onde alguma coisa dá início à sua essência. Por isso os espaços retêm sua essência dos lugares e não "do" espaço. (HEIDEGGER, 1954 p. 7)

Os lugares do rio São Francisco segundo Santos (2015) são co-construídos entre rio e os grupos que ocupam tais paisagens socializando-as pelo cultivo, morando e ordenando tais lugares. A própria vazante e ilhas são resultantes da formação ecológica e da sociodinâmicas destas populações, a paisagem não é informe ou inócua é resultante da ação entre os diversos agentes do tempo num todo entrelaçado, também fluido. O próprio rio “constrói seu caminho”. Os caminhos/trilhas são feitos por cenários que mudam sempre, assim como muda o rio. E por isso, as dinâmicas do rio são descritas como estratégia metodológica nesta pesquisa.

Tuan (1980), no âmbito da geografia cultural-humanista, observa que existe uma ambivalência de aceção do lugar, uma primeira indicando a posição na sociedade e outra como uma localização no espaço. O sentido do lugar emerge em diversos níveis que se dão

¹⁴⁷ Em português transliterado lê-se perás.

em todos os sentidos do homem: cheiro, tato, sabor, senso estético e outras afeições do homem sobre um ambiente determinado. O lugar nas indagações de Tuan abarca o ser materializado na afabilidade que enlaça o sujeito ao mesmo, numa palavra a *τοποφιλία*¹⁴⁸ (topofilia), isto é, o amor-amigo ao lugar.

Deste modo, levando em consideração a descrição dos lugares por seu Arnaldo, é lícito afirmar,

Os lugares não têm posições e sim histórias. Unidos pelos itinerários de seus habitantes, os lugares existem não no espaço, mas como nós, em uma matriz de movimento como as pessoas encontram seu caminho em terreno concreto, e através de um trabalho minucioso, demonstra ramificações e reverberações desta concepção em outros planos da agência humana. O mapa em seu uso generalizado pode ser metafórico e prolixo promovendo adereços e cristalizações no processo em vez de fazer-desvelar-refazer. (INGOLD, 2005, p. 74).

Na percepção de Ingold (1991) os lugares em si são movimento do tempo e para além de uma posição no espaço, são vórtices. “É no movimento e nas trilhas que se gera um processo complexo de conhecimento do engajamento do ator-receptor móvel com o seu ambiente, conhecemos enquanto caminhamos” (INGOLD 2005 p. 91). Os lugares na sua percepção emergem como criação do movimento entre humanos, animais e espírito nas confluências, nas trilhas. Por isso, construir mapa, na sua percepção é “descobrir caminhos”, cujo mapeamento se dá ao mapear o mapa, resgatando o sentido de capturar a variação do conhecimento, só a partir daí, fomos construir o etnomapa da comunidade de Croácia.

¹⁴⁸ Ainda neste importante conceito ele investiga o que há de comum na percepção; a seleção de que cada sujeito faz, como se assimila e se internaliza a ética do agir no ambiente; analisa a cidade como referência onde se encontra as respostas para sua investigação, na relação dos humanos que humanizam o espaço cujos resultantes se metamorfoseiam em ambiente.



Figura 24: Construção do etnomapa. Arquivo: Rafael Pereira, 2017.



Figura 25: Participantes/construtores da Cartografia Social. Arq: Rafael Pereira, 2017.



Figura 26: Etnomapa da Comunidade de Croatá. Arquivo: Rafael Pereira, 2017.

Na percepção de Levy (2008), o mapa comunitário, dentre eles a cartografia social¹⁴⁹, para além das superfícies vazias do pensamento euclidiano de mapa, contém a “inscrição das realidades, as mais estruturantes, que são colocadas em questão no coração da mensagem cartográfica” (LEVY, 2008, p. 164). Assim sendo, a construção da Cartografia Social faz um movimento controverso e difuso, posto que é construído de baixo para cima. No processo de devolutiva do mapa georreferenciado, observou-se que, as inadequações iam sendo retomadas a partir do etnomapa. A percepção que se houve, foi como se o etnomapa retornasse a mapear o mapa pelas histórias, a partir de um conhecimento coletivo e consensual normalmente com interposições dos-as mais velhos-as.

Corroborar com este entendimento Bourdieu.

Em tantos corpos (e indivíduos biológicos), os seres humanos estão, no mesmo conceito que as coisas, situados em um lugar (não estão dotados da capacidade de estar em todos os lugares de uma vez) ocupam um lugar. O lugar pode definir-se como o ponto do espaço físico em que estão situados, “têm lugar”, existem, um agente ou uma coisa. É relevante dizer, seja como localização, seja como um ponto de vista relacional, como posição, como graduação de uma ordem. O lugar ocupado pode definir-se como a extensão, a superfície, e volume que um indivíduo ou uma coisa ocupa no espaço

¹⁴⁹ Metodologia utilizada na comunidade de Croatá, dentro do projeto de pesquisa do Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia – PNSA – Coordenada pelo professor Alfredo Wagner.

físico, suas dimensões, ou melhor, seu volume exterior (como por vezes se diz de um veículo). (Tradução nossa). (BOURDIEU, 1999, p.119).

Segundo Pacheco de Oliveira (2013), o diferencial dos mapas comunitários está no fato de que eles são: “mapas vivos, capazes de serem atualizados por seus próprios sujeitos-narradores, no desafio das práticas sociais e muito longe das estantes da burocracia” (PACHECO OLIVEIRA, 2013, p. 13). Neste sentido, mapear, expõe as fronteiras de quem são seus pares e quem não os são, é de algum modo uma postura, escrita que perpassa por ao menos uma intencionalidade e a expõe.

A consciência de suas fronteiras à confluência de pelo menos duas vertentes, ou seja, à unificação da consciência de seu território com a consciência de si mesmos, manifestas de maneira explícita pelos próprios agentes sociais em suas reivindicações face ao Estado (ALMEIDA, 2013, p. 157).

Na percepção de Almeida todo ato de mapear é uma postura política: “mapear é mobilizar-se política e criticamente, seja no plano discursivo, seja no plano das práticas coletivas, consistindo numa descrição em movimento”, (ALMEIDA, 2013, p. 163). Portanto, o mapa não se limita à marcação de pontos a serem interligados, respeito a perímetros urbanos, ou extensões planisféricas, “mas experiências sensoriais que explicitam representações, pensamentos e lembranças mapeiam lugares e situações”. (ALMEIDA, 2013, p.163), reafirmando que os lugares têm histórias e não meras posições disciplinadas. Entretanto, adverte Acselrad, as linhas traçadas nos mapas podem cristalizar lugares, fronteiras imprecisas e instáveis no modo de apropriar a terra. As linhas delimitam e são caminhos possíveis para imprecisões e ambiguidades. Ao mapear o território, os comunitários de Croatá também delinearão os conflitos e as sobreposições. Na percepção de Acselrad (2013) “as superposições de domínios, as denominadas “invasões” e os intrusamentos materializam interesses divergentes, manifestos em cada situação concreta, e explicitam a luta por uma definição legítima capaz de fazer valer suas pretensões” (ACSELRAD, 2008, p. 31). Embora fora tratado o conflito entre os comunitários de Croatá e fazendeiros nesta pesquisa, após a ocupação, um grupo de camponeses que se intitulam criadores ocuparam parte do território dos comunitários, entretanto, as lideranças de Croatá têm uma compreensão de que tais camponeses não são um outro totalmente estranho, mas alguém que ainda não tem entendimento. Essa expressão entendimento, dos comunitários em relação aos camponeses, tem a ver com o mau uso e práticas na ordem do manejo dos bens da natureza. Esta

sobreposição está em processo de diálogo entre comunitários, mediadores e os próprios camponeses que se intitulam criadores.

Eles falam que nós quilombola não somos donos da terra. Já que nós, entramos eles entendem que pode deixar gado na solta e retiram madeira. Fazer o que querem. Por isso eles não seguem as normas da comunidade que a gente pede para seguir direitinho, nem os trabalhos e as lutas (Enedina Souza dos Santos, 50 anos).

Na percepção de Acselrad (2008) o mapa sempre foi uma faceta amplamente utilizada entre os colonialistas e pós-colonialistas com objetivo¹⁵⁰ de dominar o território. Segundo Joliveau (2008) o pensamento dominante na cartografia concentra na percepção de que a manipulação desta por diversas classes a levaria a vulgarização.

Ao contrário dos outros modos de expressão, ele assinala, o mapa é uma linguagem de poder e não de contestação. Jamais existiu uma cartografia popular, alternativa ou subversiva; o mapa sempre esteve do lado dos grupos dominantes (JOVILEAU, 2008. p. 50).

Essa ideia dominante da cartografia, que Joliveau (2008) tem postura contrária, parte do pressuposto de que construir mapa e utilizá-lo gera efeito de poder em favor de grupos erroneamente denominados “subalternos”. O mapa comunitário, nos termos que aqui tratamos, emerge como um olhar coletivo construído por muitas mãos, onde ali se pactua em consenso a defesa de um direito comunitário já expropriado, portanto, ao fazer o mapa tem-se a percepção de se estar “reconstituindo” o território com consciência e consenso coletivo, pactuando o exercício de poder e defesa. Deste modo, o mapa é uma construção em processo, sobretudo, no contexto em que as fronteiras-limites são demasiadamente fluídas e flexíveis.

¹⁵⁰ Em suas distintas intenções: constituir o estado, delimitar o estado, configurar a jurisdição administrativa.

Comunidade Tradicional Quilombola Pesqueira Vazanteira do Croatá - MG



2.6.1. No e com o rio: territorialidades e sociabilidades

O rio ao longo da comunidade possui vários lances de pesca. Os lances são lugares onde se exercem diferentes tipos de pesca. O direito de pescar nesses lances está relacionado a quem limpou o lance de pesca após as cheias cíclicas do rio São Francisco. A limpeza consiste em passar redes grossas desobstruindo o canal do rio retirando os galhos, pedaços de madeira e árvores por meio do mergulho desprovido de qualquer equipamento da tecnologia industrial. Esses momentos são chamados de “mutirão da limpa do lance”. Este ato envolve todos os interessados no direito de pescar durante o ciclo de abertura da pesca até a piracema. O trabalho de limpeza, por sua vez, atualiza o direito ao uso do lance para exercer os diversos tipos de pesca existentes na comunidade. Ainda que o uso seja coletivo, normalmente, há sempre o referencial do nome de um pescador mais velho. O lance normalmente é deixado como “herança” entre parentes ou entre parceiros que só se atualiza com a limpeza anual, sendo este que impõe o “respeito às regras de bem viver” neste lugar. Também é este que convida os demais para limpar. No rio São Francisco não há limites definidos, estas fronteiras vão sendo construídas na dinâmica social do povo do lugar. O rio é público para circulação, entretanto também é “privado” pelo direito preferencial e normativas são colocadas pelos participantes da limpa, que é um horizonte aberto ao chegante cujo direito da posse se dá pelo trabalho que se efetiva a partir aceitação do ato moral de participação na limpeza do lance. Este direito está associado a um direito moral “*homo moralis*” (WOORTMANN, 1990, p. 19), pressupondo uma ética da ação nas relações sociais dos homens entre si, com as coisas notadamente da terra-água materializados nos trabalhos de limpezas e não no direito arregimentado pela compra ou expropriação que torna os lugares em comum em propriedade privada.

Segundo Brandão (1983) a prática de mutirões dos caipiras de São Paulo fazia parte da vida desses trabalhadores livres ignorados sob o ponto de vista social e econômico. O mutirão se dá com ajuda entre parentes, vizinhos e amigos na troca de serviço, consistindo na prestação de serviço voluntária entre sujeitos assimétricos informalmente.

Nos mutirões de limpa do arrasto (lanço) precisa de dois barcos, de uma rede grossa, quatro barqueiros e um mergulhador bom. Aí é assim, desce os barcos juntos com a rede no canal até o fundo do rio. Quando chega nos banzero (entulhos de galhos e tôcos) muito grosso tem que mergulhar, por isso que precisa de um mergulhador bão. Pro lado de fora, fica as esposas ou quem não pode ir no dia que normalmente dão a comida pro coletivo. Quem

não pode ir, dá a corda e a rede para fazer a limpeza também. As pescadoras que não tem esposo ficam tomando de conta da fazeção da comida e do café. É assim que a gente aposseia do lance (João Batista da Silva¹⁵¹ 55 anos).

Ao longo do rio, cerca de 300 km à montante de Croatá, na Comunidade Canabrava¹⁵² – no município de Ibiaí, não se observa esse exercício coletivo de limpa do lance; em Canabrava a limpeza é feita individualmente por quem chega primeiro para pescar. Esse ato, nestas condições, é tido como perigoso e sem efeito, no entendimento dos moradores de Croatá. O “apossear” das ilhas também se dão pelo trabalho nomeação.

Então essas ilhas tem uma separação. O que faz a separação é a água. Porque uma ilha criou primeiro do que outra. Depois foi criando uma nova terra na parte debaixo. Então essa nova terra foi criando um outro nome. E tinha um senhor que foi morador da **ilha**. Então ele pescava e começou a plantar primeiro e foi aposseando da Ilha. Então essa ilha de cá é Pedro Preto que era morador dessa aqui no Croatá. E tinha esse outro senhor que era Zé Cravo que começou trabalhar nessa ilha lá embaixo (José das Neves dos Santos, 69 anos¹⁵³).

Essa estratégia de posse expressa na palavra “apossear” acompanha o direito de ter posse e domínio que advém do labor, isto é, do trabalho e como vimos gera o direito sucessório sobre a ilha e outras terras nas margens do “velho chico”. Apossear, deste modo, está relacionado aos direitos e costumes em comum entre tais comunitários. Esta experiência de direitos combinados como “status de lei” são mais do que formas de ordenar o espaço, mas um costume incidente em outras culturas. Tendo como referência a análise do direito comum inglês, normalmente considerado anterior a lei, Thompson (1998) analisa as bases do direito que regem as dinâmicas internas da sociedade do campo inglesa desvelando que, na interface entre a lei e o direito existe o costume em comum. Os costumes em comum, na sua percepção, são historicamente construídos e foram sendo gradativamente colocados em questão em decorrência do aumento de camponeses sem terra em razão do cercamento das terras por grandes proprietários. Entretanto, Thompson (1998), sem abster do conflito aponta a resistência dos costumes em comum. Esses costumes são produzidos e criados entre pessoas comuns, por essa razão o autor nomeou *vulgaris consuetudines* (costume do lugar) que se torna uma *lex loci*, isto é, uma lei local. Estes costumes não são registrados em regulamentos sendo permeado por crenças não escritas e normas sociológicas usadas que são garantidos na prática cuja origem do “direito consuetudinário está associado ao sistema comunal de

¹⁵¹ Entrevista de campo 19 de dezembro de 2017.

¹⁵² Anotações de campo em diálogo com pescador de Croatá, João Batista da Silva, 2017.

¹⁵³ Anotações em caderno de campo realizadas em 20 de agosto de 2017.

agricultura praticado nas comunidades primitivas” (THOMPSON, 1998, p.106) que vai se atualizando na medida em que há a aceitabilidade deste sistema de direitos combinados.

Na comunidade de Croátia o ato de apossear é também um ato de instituir que na perspectiva de Bourdieu cria um sentido social daquilo que era *ex nihilo*¹⁵⁴ que em Croátia se torna um lugar aposseado. O lugar aposseado na comunidade perpassa pela “(...) imposição de um nome, isto é, imposição de uma essência social que tem a ver com instruir e atribuir uma essência ou uma competência, é o mesmo que impor uma identidade, uma definição e limite”. (BOURDIEU 1996 p. 100). A opinião dos que ali moram se encontra investida de poder simbólico que torna a paisagem natural em paisagem simbólica que precisa ser mantida pelos que se apossam gerando um modo materializado de entender e apropriar um lugar no mundo. Como lembra (BOURDIEU, 1996, p. 77) o *habitus* gera as estruturas de percepção do mundo, capital simbólico mediado pelo cultivo ou a manutenção do sentido - que se dá por meio de uma luta para a manutenção do sentido de controlar e manter o mundo auto evidente e simbolicamente reconhecido.

Todos podem usar o rio, mas aqui o rio tem marcação. Só na nossa comunidade tem mais de cinco lances. A começar lá de cima da ponte tem o Lanço de seu Olímpio. Depois tem o lanço de seu Pedrinho que mora na cidade de Maria da Cruz. Depois tem o lanço de seu Saulo, lá pesca agora os dois filhos dele: Ronaldo e Marcelo. Aqui tem outro lanço de meu esposo João e João Lucas meu primo. Mais acolá tem o último arrasto (lance) é na Ilha de Pedro Preto, que é o último lance que tem, é o lanço de seu Betinho que no caso não aguenta mais pescar e passou para o filho; (Pescadora Maria das Dores, 50 anos¹⁵⁵).

No entendimento de (BOURDIEU, 1996, p. 59) o capital simbólico se expressa através do reconhecimento institucionalizado do que se torna aceitável ou não por meio da palavra dita, e, para que essa tenha valia precisa ser reconhecida, necessitando de condições sociais para assegurar a eficácia da linguagem simbólica. Esta eficácia se materializa através dos atos de instituição que são inseparáveis da existência de uma instituição capaz de definir as condições para que a eficácia da palavra possa operar (BOURDIEU, 1996. p. 60). Portanto, os atos linguísticos podem ser linguísticos e extralinguísticos.

¹⁵⁴ Expressão latina para afirmar que nada surge do nada.

¹⁵⁵ Entrevista de campo realizada em 18 de agosto de 2017.



Figuras 27, 28, 29 e 30: Pescadores de Croácia. Arquivo Rafael pereira, 2017.

A nomeação de uma ilha é um ato linguístico. O ato de apossar dela pelo trabalho e direito ao uso caracteriza-se por ser um ato extralinguístico assegurado pela autoridade moral reconhecida pelos comunitários. O ato da instituição não possui existência sociológica sem o aporte da instituição que lhe dá razão de ser, que neste caso é o fato de exercer o trabalho, nomear e fazer parte das leis consensuais do sistema do lugar, numa perspectiva de sistema aberto ao outro, por isso mesmo o poder simbólico não se dá sem uma “instituição” simbólica do poder que cria a “condição legal” reconhecida e autorizada.

Contudo, num nível ainda mais profundo, a ciência social precisa examinar a parte que cabe às palavras na construção das coisas sociais, bem como a contribuição nessas classificações. Dimensão de luta de classes, traz a constituição das classes, (...) classes sociais, clãs. Tribos, etnias e ou nações. Ao estruturar a percepção que os agentes sociais, a nomeação contribui para constituir a estrutura desse mundo, de uma maneira tanto mais profunda quanto mais amplamente reconhecida. Todo agente social aspira, na medida de seus meios, a este poder de nomear e constituir o mundo nomeando-o (BOURDIEU, 1997, p. 81).

A palavra dada cria, nomeia aquilo que a dinâmica do rio faz e desfaz. Deste modo, a palavra dada acompanha o significado da relação construída nas relações consensuais do povo quilombola-pescador-vazanteiro do lugar. A nomeação enquanto elemento do ato de instituir ou destituir acontece de maneira individual ou coletiva, de tal maneira que o ato social de nomear determinado lugar com seu próprio nome, perpassa pelo crivo de aceitabilidade, por um coletivo que lhe dá a importância social e que vai sendo transmitido aos que chegam. Esses conceitos, isto é, os nomes dados são formas de limitar e validar e ao mesmo tempo ordenar o espaço real e imaginário mesmo na ausência de limites físicos visíveis ao longo do rio.

Estas nomeações ou os “rituais coletivos” tem em si a pretensão simbólica da visão legitimada, isto é, o reconhecimento por um grupo que diante de todos e em nome de todos entram em consenso sobre o sentido do mundo social que é aceito enquanto senso comum. Os nomes atribuídos criam limites-fronteiras que precisam ser respeitados por todos do lugar. Os atos de autoridade se subordinam à confluência de um conjunto sistemático de condições interdependentes que compõem os rituais sociais cujo porta voz autorizado a dizer é o pescador-quilombola-vazanteiro, posto que este tem o reconhecimento como o “conhecedor da ciência do rio” e as condições sociais de produção e aceitabilidade de ordenamento do lugar. Portanto, a eficácia simbólica da palavra se materializa quando é reconhecido a um sujeito o direito de exercê-la.

O mundo das palavras cria o mundo das coisas. Para que o objeto simbólico, liberto de sua utilização se torne a palavra liberte do *hic e nunc*¹⁵⁶, a diferença não é da qualidade sonora de sua matéria, mas de seu ser evanescente, onde o símbolo encontra a permanência do conceito”. (LAKAN, 1978, p. 225).

¹⁵⁶ Aqui e agora

O poder das palavras na palavra ou a condição social do uso da palavra nome Croatá¹⁵⁷, também entra nesse campo de conflitos de sentido de linguagem. A linguagem funciona de acordo com a necessidade de comunicar os fenômenos materiais e imateriais de cada cultura cuja função está a serviço de responder as necessidades de seus usuários. A oralidade, como salienta (HOEBEL e FROST, 1976, p. 97) possibilita conservar com fidelidade a tradição das coisas, inclusive os nomes dos lugares.

No nome das coisas para o povo do São Francisco ficam impressos significados de onde tudo começou, não numa forma reduzida a “preservar a cultura herdada”, mas um modo de entender o nome Croatá em oposição à Fazenda Itapiraçaba-Massa Falida Atrium, este último possui um sentido amorfo e sem lugar (exceto no cartório), para aqueles que reproduziram culturalmente os significados da palavra Croatá que tem a ver com a pesca.

O conflito de significados: Massa Falida Atrium-Fazenda Itapiraçaba versus Comunidade de Croatá se entende ao averiguar o nome Croatá que se associa ao universo cultural construído socialmente, em uma tipologia de pesca centenária em desuso pela comunidade. O conflito se dá, antes de tudo, conforme lembra (ALENTEJANO, 2011, p. 104-105) na noção do território enquanto agro para o negócio e o campo como lugar da vida, demonstrando não somente conflitos de significados, mas dois projetos e modos incompatíveis de coexistência.

Croatá o pessoal fala que antigamente tinha uma planta aqui. (...) O pessoal chamava aqui também de vazantão do Geraldo Rei. Geraldo Rei foi o tio avó do meu marido. Ele era um dos mais velho daqui, é! Era uma fruta que todo mundo comia dessa fruta, aí ficou croata e depois o povo apelidou de Croatá. Depois esse fazendeiro colou esse nome de Atrium¹⁵⁸, nós não conhecemos isso aqui. Isso aqui não é fazenda é território. (...) (Maria da Dores Pereira da Silva¹⁵⁹, 50 anos).

Além do fruto ser um alimento, as folhas oferecem as fibras para construção de rede, que era feita e manejada de maneira comunitária. Essa modalidade de pesca, devido incentivos de uso de material de nylon pela SUDEPE, está em desuso, desde 1990.

¹⁵⁷ O caroá (nome científico: *Neoglasiovia variegata*), também conhecido como gravatá, gravá, caruá, croatá, caraguatá e corotá, é um tipo de bromélia de poucas folhas, com flores vermelhas ou rosadas. Seu nome vem da palavra em tupi *kara wã*, que significa talo com espinho. É uma planta resistente e típica das áreas de Caatinga. As folhas do caroá fornecem fibra para a confecção de barbantes, linhas de pesca, tecidos, cestos, esteiras e chapéus, além de outras peças artesanais e decorativas.

¹⁵⁸ Fazenda Atrium é resultante do endividamento da Companhia Agrícola Santo Antônio.

¹⁵⁹ Entrevista de campo em 20 de agosto de 2017.

Naquela época o pescador usava as redes de caroá (croatá). A rede de caroá era administrada por 12 pessoas, num total de duas canoas. As pessoas iam para o mato tirava as embira (fibra) de caroá. Trazia. Chegava e batia elas. Depois delas batida, aí botava ela para pubar (apodrecer). Depois da embira limpa, ia tecer a rede. O chumbo era feito de barro cozido. (...) quando esta rede estivesse pronta iam pescar na canoa. Quatro ficava em cada barco, dois já ficava para saltar na hora que o peixe começava a pular acima da rede, outro ficava no piloto da canoa. Aí levantava a rede e os peixes caíam nela. A rede de caroá era uma rede que não podia secar embolada, tinha que secar no estaleiro quando a gente terminava a pescaria. Aí a gente tirava duas pessoas que pegava um barco e ia pra rua vender aquele peixe que capturava. Tirava uns três pessoas para colocar a rede no estaleiro, e também tirava uns dois para fazer o almoço (Antônio das Neves dos Santos, 69 anos¹⁶⁰).

Além da pesca de caroá ouvi dizer da existência de diversos tipos de pesca em desuso, como a pesca do tingui¹⁶¹ e a pesca de cerco¹⁶², ambas realizadas em lagoa. Dentre estas tipologias de pescas ainda permanecem a pescaria de rede sendo elas caseia¹⁶³ e arrasto¹⁶⁴; tarrafa; anzol, sendo elas de vara (anzol, linha e vara) ou espinhel (dezenas de anzóis fixados em corda e submersos no fundo da água amarrada em um pedra ou em um galho de árvore). Além destas tem a pesca de terrena (mandim vivo de um aproximadamente um quilo iscado entre pele cujo efeito é pescar o peixe nobre, o surubim). A pesca de pinda¹⁶⁵ ou de cabaça (mandim vivo iscado entre pele porém com o anzol próximo a cabaça). A pesca de chuncho (pau amarrado com um metal pontiagudo na ponta) e, por último, a pesca de colfo/samburá, sexto feito de um cipó chamado lagartixa, coloca-se a pedaço de peixe dentro dele, é apropriada para pescar piranha. Existem, portanto, diversas performances corporificadas que fazem parte do corpus de saberes dos comunitários. Quando nomeamos performances não estamos tratando de uma teatralização, afinal tais atos performáticos são frutos de um labor intenso de homens e mulheres.

¹⁶⁰ Entrevista de campo, 27 de agosto de 2017.

¹⁶¹ Planta que reduz o oxigênio da água e consequentemente deixa os peixes tontos e “fáceis” de ser capturados. Esta pesca é realizada em lagoa.

¹⁶² Formação de cerco ou curral com vegetação ao fundo da lagoa. Com varas induz os peixes irem para esta armadilha.

¹⁶³ A rede é menor e menos profunda (meia água) e o potencial de pesca é reduzido, por ser uma rede menor.

¹⁶⁴ Rede lançada por dois duas pessoas embarcadas ocupando em certas medidas até as extremidades do rio - podendo muitas vezes chegar ao fundo do rio.

¹⁶⁵ Pesca de pinda: uma corda, põe um anzol grande e uma “pinda”, ou seja, uma cabacinha para pescar peixe grande. Tem que por uma curimatá ou um piaú que o peixe que o surubim gosta. A isca (curimatá ou piaú) tem que conter de um quilo à um quilo é meio que deve ser fígado entre a carne e o couro. A isca é colocada no barco e o pescador solta a cabeça com o peixe e desce com a canoa puxando essa corda. Esse movimento faz com que o peixe “cante”, que para o surubim e o dourado (peixes nobres de alto valor comercial). É um sinal para que o surubim e o dourado corram atrás da presa e acabem sendo fígados pela isca que ele consumiu. Informante: Maria das Dores Pereira da Silva, 50 anos). Anotações de caderno de campo.

As espécies apontadas pelos comunitários se distribuem ao longo do ano, cuja facilidade de captura ou período de maior incidência é facilitado pelo conhecimento dos hábitos do peixe e tipologia de pesca mais eficiente. De modo geral, o sentido se dá numa lógica binária de oposição que no todo referem-se às dinâmicas das águas do rio: cheio/vazio, clara/escuro, fria/quente, no fundo da água, na meia água (...). Como é possível observar, a pescaria requer uma engenhosidade que vai desde os instrumentos até as variantes da água e sobre a água: cor, influência da lua, vento, estação do ano e força da água. Todos estes saberes são transmitidos oralmente para as filhas (os).¹⁶⁶

Espécie conhecida pelo povo do lugar	Período de pesca	Conhecimento sobre os hábitos e lugares de cada peixe.	Técnica de pesca mais apropriada
Bagre	Março/out	Rio cheio	rede
Cari Preto	Março/out	Lugar pedregoso	Rede armada - casseia
Cari vermelho voador	Março/out	Lugar pedregoso	Rede
Dourado	Março/out	Meia água	Terrena
Curimatá	Março/out	Água quente	Rede armada, casseia e tarrafa
Corvina	Março/out	Fundo do rio	Anzol e rede armada
Cascudo	Março/out	Pedreira e fundo	Rede
Dourado	Março/out	Meia água	Terrena
Gongó	Março/out	Rio cheio e água suja	Rede/anzol
Mandin branco	Março/out	Rio Cheio – água fria	Espinhela- aço ou corda e minhoca
Mandi amarelo	Ano todo	Rio cheio	Rede e espinhela

¹⁶⁶ Por não ser o objetivo desta pesquisa, não investigamos a questão da continuidade da pesca como modo de vida entre pais e filhas (os).

Mandin Açú	Março/out	Rio cheio	Rede e espinhela
Mandin pirá	Março/out	Rio cheio	Espinhela
Matrinxã ¹⁶⁷	Março/out	Vazante do rio	Rede e tarrafa
Pescada ¹⁶⁸	Março/out	Rio vazio	Rede
Piau de cheiro	Março/out	Água limpa	Anzol e rede armada
Piau de pintado	Ano todo	Água limpa	Anzol e rede armada
Pirá	Março/out	Água clara	Rede
Piranha	Ano todo	Meia água	Vara
Pocomã	Março/out	Beira de Praia – porém no fundo da água/ rio vazio-frio	Rede e anzol
Surubim	Março/out	Pedreira-fundo da água – rio cheio	Rede Pinda
Tambaki	Ano todo	Qualquer época	Anzol e rede
Traíra	Março/outubro	Água parada	Rede

Tabela 6: de saberes ecológicos do rio em relação à captura do pescado. Informantes: casal de pescadores/quilombolas: João Batista Silva e Maria das Dores Pereira da Silva¹⁶⁹. Organizador: Rafael Pereira, 2018.

A performance na perspectiva de Zumthor (2002, p. 31) implica um saber-ser, uma presença exposta no espaço e no tempo materializada em um corpo, isto é, em um ser aí que se é reconhecido e que emerge em um determinado contexto, um sinal indelével que transforma, gera e comunica o conhecimento. A performance perpassa pela realidade experienciada no corpo que se realiza na relação e recriação do eu, do eu físico e do seu ser pessoal, não se limitando ao corpo, mas a partir dele, alarga as possibilidades de criação-recriação de espaços relacionais. O corpo não só cria relações, mas pensamos com e no corpo,

¹⁶⁷ A sua captura é sinal de que haverá ribada de outros peixes

¹⁶⁸ Peixe do mar introduzido

¹⁶⁹ Anotações em caderno de campo, 30 de novembro de 2017.

uma vez que todo o discurso sobre o mundo perpassa, anteriormente, pela relação corporificada com o mundo. O corpo para Zumthor (2002) é o lugar onde os sentidos são percebidos, mas não somente, é ponto de partida do conhecimento, mas antes de tudo princípio do conhecimento de si mesmo, assim como o corpo é o lugar onde se repousa a voz, uma das expressões simbólicas por excelência.

A ação de um homem em grupo cultural para Zumthor (2002. p. 31-32) são divididos em certo tipo de comportamento, uma conduta cultural e por último uma ação performática responsável que se dá também pela atualização performática. Essa ação performática se amplia para outros espaços, inclusive para o rio, campo, floresta, pois, não somente é um lugar de intercâmbios de ideias, mas também de construção de conhecimento e saberes pelos camponeses e dos povos e comunidades tradicionais de maneira geral corporificados no cotidiano.

O saber na perspectiva de Rancière (2010) não está somente nos que detém o conhecimento legitimado (também está), antes de tudo, ele, o conhecimento, é livre e se encontra em todos os corpos vivos e por isso é preciso questionar a distância entre “ignorância” e o “saber”, e, defender a igualdade de emancipação das inteligências que se dão em qualquer lugar independente da classe social. A lacuna colocada/construída entre duas inteligências é ignorada, e, é nessa distância que se constrói o espaço, nas brechas, do saber do outro negado tornado ignorante. Aliás, nesse processo, há a negação da emancipação do outro que é um outro Eu (o encontro do nós se pautada a alteridade) que posso pressupor ser ignorante, esquecendo-me que há um terceiro elemento que é o livro da vida, lugar onde todos são aprendizes. O livro da vida em se tratando das populações sanfranciscanas pode ser o rio, a vazante, a roça de sequeiro, suas interposições políticas em espaços do Estado... A afirmação dessa dita ignorância possui bases frágeis porque nega a capacidade inerente do outro que não só “observa, mas seleciona, compara, interpreta” Rancière (2010 p. 115). Existe, portanto, um poder comum a todos, isto é, o poder de igualdade de inteligências que se dá na troca com os outros e com o mundo o que é vivenciado corporalmente.

O corpo é nosso e nos é próprio na exata medida em que não nos pertence e se subtrai à intimidade do nosso próprio ser, se é que este existe, coisa de que justamente o corpo nos faz duvidar seriamente. Nosso corpo não é apenas nosso, mas também nós, nós mesmos, até a morte (...). (Nancy, 2012, p. 53).

O corpo não se reduz a uma propriedade de quem o homem toma posse e/ou domínio, o corpo também possui posse e domínio sobre o ser e vai se dando de maneira essencialmente relacional. Ele não somente tem significações, mas, antes de tudo, produz, acolhe e comunica corporalmente a relação com o território, enquanto espaço físico onde se constrói territorialidades com leis do lugar no lance de pesca, no domínio das vazantes, no ordenamento dos barrancos do rio e uso comum extrativista na mata. Em poucas palavras: o território é o próprio corpo onde o comunitário perpassa pelo indivíduo. Por isso, defender o território é defender o lugar do corpo existencial, posto que ele oferece as condições de reprodução física e simbólica da comunidade. Se considerarmos o ato de pescar, cultivar vazante e expressar o modo de ser quilombola enquanto um ritual performático importante para a continuidade do modo de vida desse povo, entender-se-á a legitimidade de defenderem o seu território tradicional por meio de um ato de resistência e rebeldia que se vale de um corpo-território que existe, que resiste e, muitas das vezes, torna-se proativo.

A experiência de desterritorialização, além de um drama da violência do “bicho homem” sobre o homem é uma experiência no corpo, nas suas funções vitais na privação da terra, da barranca do rio, da casa, da roça, do direito de amarrar o barco na terra para pescar, de reproduzir e guardar a vida de seus filhos, e, em última instância de experimentar as breves frações da própria liberdade humana. É uma experiência do encontro de corpos no mesmo mundo, com racionalidades e “potenciais” distintos, uma que produz e outro que busca distanciar este outrem da apropriação autônoma de sua força de trabalho existente. É a cobiça de privar o pobre do manejo da terra-água, das condições de viver sem ser “cativo”, sem ser assalariado ou alugado – da opção de não vender seu tempo de vida, que não tem preço, em hipótese, inalienável, se relacionado ao tempo de trabalho a mais que gera lucro.

Os conhecimentos de manejo das águas, vazante e mata são transmitidos a partir da memória, e esse conhecimento transmitido vai sendo experienciado no próprio corpo ao nadar, ao remar o barco, ao lançar as redes a partir unicamente de conversas. O aprendizado se dá ouvindo e experimentando ao lançar-se na água, remando o barco e lançando as redes. Nenhum deles tiveram ensino escolarizado sobre como ser pescador-vazanteiro, embora todo esse conhecimento tradicional seja concretamente complexo advindos de “referências da memória corporal advindas das experiências da vivência e aprendizagens na prática deste saber tradicional desde a infância” (Silva, 2017 p. 7). As performances emergem “de processos de aprendizagens, treino e repetições de técnicas de corpo” (Silva, 2017 p. 9). Pensando um pouco mais além, o corpo ordena o lugar e constrói relações de territorialidade,

afinal o corpo que pesca, que planta vazante, que dança lundu e celebra dentro da Folia de Reis e da Folia de São Gonçalo é, antes de também, corpos pensantes se existenciando. Afinal, “não existe um corpo indissociável da consciência” (SILVA, 2009, p. 36). Portanto, toda ação humana envolve ato corporal, emergindo um ato de conhecimento. Deste modo, não há um fosso entre ignorantes e mestres, posto que são todos corpos que vivem e experimentam, conhecem, pensam, ensinam e reiteram laços em distintos espaços sociais.

A apropriação do território não se restringe ao labor dispensado na pesca, também o é. O ofício de pescar é um ato performático que transmite sistemas de aprendizagem de conhecimento, possibilitando ampliar o entendimento do horizonte amplo do corpo enquanto portal construtor de conhecimento. Nos atos performáticos de pescar e limpar o lance os pescadores-as constroem complexas relações de direito de uso e posse do território sem construir qualquer cerca ou marcação visível, entretanto, tais divisões são moralmente respeitadas por todos do lugar. No processo de limpa do lance há divisão de tarefas e laços de solidariedade com quem não pode ir. O dia de limpeza do lance é momento de celebração coletiva da vida com a fartura de alimentos. Esses conhecimentos revelam “outros sistemas epistêmicos que estão gravados no corpo e não somente na escrita” (Taylor, 2013. p. 47). O ato de participar do mutirão anual da limpa, é, portanto, uma prática corporificada, ou, uma performance, como afirma (Zumthor, 2002 p. 30) que é constituída e é transmitida como um “objeto científico” apontando formas de ordenar a posse, o que é anterior ao documento registrado em cartório. O cultivo da “terra”, a limpa do lance e o manejo da mata geram a noção de limite e fronteira, não obstante a mobilidade da “água que não tem dono”, mas tem marcação.

A memória incorporada no corpo torna esses sujeitos capazes de conviver com as constantes dinâmicas do rio. Eles, a partir dos conhecimentos obtidos pelo corpo estão aptos a morar “no caminho do rio”. Muitos dos costumes são armazenados no corpo e são transmitidas não somente pelo letramento ou pela oralidade. Lembro de uma moradora de uma comunidade que disse: “o fazendeiro tirou minha leitura¹⁷⁰”, referindo-se às cercas que eram colocadas para que carros e bicicletas não passassem, forçando a saída dos moradores da terra firme para a cidade. No entanto, ao perguntarem o que ela sabia fazer, ela afirma “sei de um tudo de pesca e vazante”, reafirmando que a escrita não é a única fonte de saber e que os atos incorporados e performatizados geram e transmitem conhecimentos de sua identidade de

¹⁷⁰ Luciana Rodrigues dos Santos no Congresso de Povos e Comunidades Tradicionais de Montes Claros em 2014.

quilombola, pescadora e vazanteira. Outro elemento a ser lembrando são “as cenas aparentemente irrelevantes” envolvendo a mediação do corpo que assume o caráter de produtor de sentidos. A partir da corporeidade interagimos com o mundo. Antes de termos um espírito ou alma, somos um corpo que foi deixado de lado, por ser taxado, no âmbito filosófico e também numa cultura dualista cristã anos atrás, como fonte de pecado e erro.

O corpo de um pescador ou vazanteiro é capaz de tornar sua canoa e remo a extensão de seu corpo, corpo esse que conhece lugares do rio no escuro, mesmo sobre as águas em movimento. Esses corpos constroem significações sobre a mobilidade das águas, respeitando e se orientando a partir de limites invisíveis aos olhos. Através do trabalho executado no rio eles tornam espaços de mobilidade, sem limites visíveis, em lugares “humanizados e conhecidos” na natureza externa a si, uma vez que esse homem também é natureza que foi transformada. O direito que nasce do trabalho do corpo insere o pescador-quilombola-vazanteiro enquanto sujeito ativo no processo de construção de espaços culturais e sociais, que perpassam por horizontes vivenciados e construídos com leis consuetudinárias, isto é, leis construídas e respeitadas pelo povo do lugar, que devem ser respeitadas pelo chegante, sobretudo o próprio Estado (juízes, Superintendência do Patrimônio da União-SPU, INCRA e demais órgãos de regularização fundiária) que se orientam pela propriedade documentada.

Na percepção de Le Breton (2010) a separação do homem do cosmo e do mundo é essencialmente ocidental. O corpo é uma estrutura simbólica passível de unir as mais variadas formas culturais que está em relação ao cosmo e a natureza. O homem e seu corpo estão associados ao comunitário de maneira mais evidente em comunidades tradicionais. Nessas comunidades o corpo não é um elemento de individuação, mas cada um uma unidade na singularidade em relação ao grupo. São necessários alguns anos para que outra pessoa seja reconhecida como conhecedor do modo de comportar-se em um barco em movimento sobre as águas (há uma teia de significados e modo de comportamento do corpo sobre o barco em movimento) que somente os pescadores, vazanteiros e barranqueiros conseguem distinguir quem é barranqueiro e quem não é. O modo de portar-se no barco é reconhecido por quem é do rio, podendo legitimar quem é de dentro e quem é de fora.

Sobre essa situação, compartilho uma experiência, enquanto pesquisador de fora, recebi dos de dentro. Após 3 anos de vivências nas barrancas do “velho Chico”, indo à Comunidade de Croatá, vivenciei uma experiência, que possivelmente é relevante relatar. Era novembro de 2017, o rio São Francisco normalmente está cheio e os barrancos molhados e escorregadios. Ao descer do barco eles observaram o pular no barranco com outras três

pessoas. Eles disseram: “esse é barranqueiro”. Aquela fala tinha a ver com o equilíbrio sobre o barco que estava sobre as águas fortes do rio São Francisco, sem que o pular na barranca fosse seguindo de uma queda. Ser barranqueiro tem a ver com a identidade que abarca as outras identidades às margens do rio São Francisco, sejam elas pescador, vazanteiros ou ribeirinho ou quilombola das margens do rio. No desta pesquisa, para eles, o meu corpo já detinha os conhecimentos necessários para que receber tal identidade – ou até eles pensavam que eu tinha nascido nas margens do “Velho Chico”. Acredito, portanto, que de algum modo passei a fazer parte do universo de significações “dos de dentro”. De algum modo, é óbvio, não sou de dentro. Entretanto, eles observaram que meu corpo já se portava ou conhecia o descer do barco como um de dentro. Enfim, acredito que eles observaram que o meu corpo atendia ao modo de ser barranqueiro do São Francisco.

Em relação ao rio São Francisco, não podemos esquecer, muitos pescadores-vazanteiros acreditam que nele habita seres encantados. Segundo Diegues (2007) e Marques (2001) “o Rio São Francisco dá origem a inúmeros seres “metafísicos” a exemplo do Caboclo d’água, ser benfazejo, mas, que, a depender da pessoa, pode ser vingativo. É possível observar uma ecoética que se origina na relação dos pescadores-quilombolas com o rio-terra sanfranciscano.

O meu pai contava que sentia a mão do caboclo passando na linha quando ele fazia a pesca de terena. Na verdade, tanto de cabelo que tem na cabeça tem de olho dentro d’água. E tudo que tem no seco tem no molhado. Dentro da água e na mata é um ¹⁷¹mistério. (João Batista Pereira Silva¹⁷², 55 anos).

Na comunidade de Croatá a manifestação do Caboclo d’água está intimamente ligada a pesca. Ele pode ser parceiro na produção e seu território é bem demarcado e respeitado por considerável número de comunitários. Com o aumento da diversidade religiosa e a modernidade, atualmente, nem todos membros da comunidade têm o mesmo entendimento a respeito do caboclo. Para os que acreditam, a relação com caboclo d’água ou a mãe d’água está associada sobretudo ao “tratamento dele enquanto um compadre”. Esse compadrio se expressa através de oferendas arremessadas no rio, normalmente, cachaça ou fumo, sobretudo nos dias em que a pesca está fracassada.

Todo dia que eu sonho com o Caboclo D’água eu não pesco. E você sabe? Esse é o melhor dia de pescar. Eu nunca vi ele, meu tio Vicente tratava dele direto. Eu tenho muito medo. Mas um dia desses eu fui pescar com mais um

¹⁷¹ Observações de campo, 25 de novembro de 2018.

¹⁷² Observações de campo, 24 de novembro de 2018

companheiro. E eu vi que o caçador bateu lá nomeio do rio. Eu pensei que era o caçador de João que tinha fígado um peixe. Eu fui pro piloto do barco e apiei perto de onde eu pensei que estava o caçador. Aí o peixe andou para cima e começou a bater uns cem metros, e eu pensei, não tem como isso andar desse tanto. Dalí até onde o movimento da água parou, a barreira começou a cair. Aí eu já parei minha pescaria, era o caboclo. (João Lucas, 66 Anos¹⁷³).

A manifestação do Caboclo d'água ou Pai da Mata na Comunidade também pode se associar a noção de coercitividade, nos casos de retirada para além do necessário.

O lugar onde aparece o caboclo d'água é na ilha de Pedro Preto. Vicente recebeu uma lição dele. Eu acho que ele estava pescando demais e também pegando peixe pequeno, e você sabe, quando o Pescador mexe ou brinca com ele dá essas coisas. Ele aparece pertinho da casa de Dora. O caboclo d'água é um molequinho preto. Quando a Pesca tá ruim a gente joga fumo e cachaça para ele. Neste lugar quando o rio está cheio é um remanso muito forte. No Croatá dentro da Ipueira (braço de Rio) que corta parte do território da comunidade, vivia a mãe d'água. (Seu Arnaldo, 60 anos¹⁷⁴).

A sua existência está ligada a proteção das águas e punição para os casos de pescadores que pescam peixe pequeno. Portanto, uma das funções do caboclo ou mãe d'água é criar normas de convivência na relação entre o homem, o rio, a vazante e a mata. Além disso, a ausência do silêncio também causa ira no caboclo. Aliás o silêncio é imprescindível para o sucesso da pesca. O caboclo d'água não somente está associado a pesca, mas também não possui, segundo os mais velhos, uma relação tranquila com crianças, esse pode ser um fenômeno pedagógico, ao nosso ver, posto que a ida de crianças ao rio está quase sempre ligada ou resguardada pela presença de adultos. Uma outra dimensão refere-se a barulho das crianças que incomodam o caboclo d'água ou até mesmo, atrapalha a pescaria. Um outro lugar construído pela dinâmica do rio é a vazante. Este é o primeiro lugar a ser influenciado pelo rio. Diga-se de passagem, há moradores que acreditam que as quedas de barreiras e diminuição das vazantes e ilhas se devem ao caboclo d'água.

- **A vazante**

A vazante é um ambiente de alta produtividade, entretanto, as possibilidades da perda total, parcial ou a garantia total da produção vai depender de questões climáticas, quase sempre as cheias. Isso não é visto como prejuízo, como eles dizem planta-se “no risco ou na

¹⁷³ Observações de campo, 27 de novembro de 2018.

¹⁷⁴ Observações de campo, 27 de novembro de 2018.

sorte” Os sujeitos que cultivam a vazante se autodenominam vazanteiro¹⁷⁵, normalmente coincide com o ser pescador. Em Croatá, nem todos possuem vazantes, entretanto, a cultivam de parceria ou de favor em uma vazante.



Figura 31: Vazante da Comunidade de Croatá- Arquivo: Rafael Pereira, 2017.

Os lameiros é quando o rio enche e aquela parte da lama cobre a areia. E quando o rio abaixa, fica aquele lameiro e a gente planta nele. A Vazante é isso, um tanto de areia por baixo e por cima tem aquele lameiro. Quando o rio enche deixa aquele tanto de barro e muinha (sedimentos de folhas), quando rio vaza, a gente vem plantando atrás. O tempo de plantar certo e depois da cheia de São José, se plantar antes é perigoso o rio cumê. Nas vazante aqui do Croatá não tem divisória de cerca, é os caminhos que separa uma da outra (Enedina Souza dos Santos, 50 anos).

- **O baixão**

O Baixão é um lugar bem peculiar na comunidade de Croatá. Sua formação se deve a cheia forte de 1979, período em que o rio mudou seu canal cerca de 300 metros de distância em referência ao atual. Este lugar, em diferentes épocas do ano, se sente uma forte umidade possibilitada pelas cheias anuais, que também fertiliza depositando bastante sedimentos orgânicos e barro. Nela se cultiva feijão, milho e quiabo. Fato notório é o cultivo de tubérculos, especialmente a mandioca e guandú nas bordas do mesmo, isto é, entre o morro da casa e a parte baixa do baixão. Normalmente, os moradores se gabam por tê-lo no fundo de seu quintal, posto que se tem uma “produção alta” e “garantida” em pouco espaço.

¹⁷⁵ Vazanteiros são as populações residentes nas áreas inundáveis das margens e ilhas do rio São Francisco que se caracterizam por um modo de vida específico, construído a partir do manejo dos ecossistemas são-franciscanos, combinando, nos diversos ambientes que constituem o seu território, atividades de agricultura de vazante e sequeiro com a pesca, a criação animal e o extrativismo

A gente vive da pesca e da vazante, plantando nos lameiros e nos baixão. O Baixão é quase igual o sangrador e logo em seguida vem os baixão. Os baixão a gente só planta depois que o rio joga a água e vaza. Tem duas forma de plantar no baixão, no período chuvoso e na seca. Nós temos dois baixão. O que dá com muita facilidade no baixão é o feijão de corda, caxixe, quiabo, feijão de arranca e o milho. Só que o milho tem baixão que é muito ariento, e aí não é tão bom. O baixão que tem mais barro é o melhor. Nessa parte nós plantamos nessa o feijão de arranca. Já mais para cima é baixão arenoso e eles plantam feijão de corda, caxixe e mandioca. Na subida do baixão, antes do morro a gente vem e planta mandioca. Muitos da comunidade têm o mesmo baixão, mas o meu aqui, por exemplo, é bem piquinininho, quanto mais vai descendo ele vai alargando. Os lameiros é quando o rio enche e aquela parte da lama cobre a areia. E quando o rio abaixa, fica aquele lameiro e a gente planta nele. Os baixão é onde o rio passava antigamente e mudou. De acordo que o rio vai vazando a gente vai plantando atrás. Por isso, a gente só planta na época que o rio abaixa. Aí vai dando as ilhas e na frente cria os lameiros. E entre o lameiro e o rio existe a ilha. Ai tem a ilha de Pedro Preto, e no final dela tem a Ilha de Zé Cravo. A ilha é uma só mais tem divisão de nomes e de dono (Enedina Souza Santos).



Figura 32: Cultivo de feijão no “baixão” de seu Euclides- Arquivo: Rafael Pereira

- **A ilha**

As ilhas são formações recorrentes ao longo do “Velho Chico” que ao decorrer do tempo passaram a ser o único lugar de morada para os antigos moradores de terra firme. A sua existência se deve às dinâmicas do rio, podendo aumentar e diminuir ao longo dos anos. As pessoas que residem de modo fixo ou apenas trabalham em ilhas sabem da “instabilidade” do

seu morar-permanecer posta a imprevisibilidade das cheias anuais que nem sempre alagam às mesmas todos os anos.

As ilhas, ao longo do Médio São Francisco, em Minas, de Pirapora à comunidade de Pau Preto, na cidade de Manga, próxima a Bahia, foram temas de estudos de Souza (2013) que se debruçou sobre o modo de vida de tais lugares. No extremo Norte de Minas, entre os municípios de Matias Cardoso, Itacarambi e Manga Araújo e Costa (2009) e Araújo (2009a) estudou as sociodinâmicas do quilombo da Lapinha e os vazanteiros da ilha Pau de Légua, nomeando-os de populações negras vazanteiras. A ilha conforme salienta Araújo e Almeida (2009) possibilita o espaço para construir as práticas de sociabilidade do vazanteiro através do rio. Ao mesmo tempo estes mesmos autores observam em suas pesquisas redução de festas e outras práticas de sociabilidade.

As ilhas não são estáveis. Atuam sobre elas processos simultâneos. De um lado, cada nova enchente realiza uma ação renovadora, carregando e depositando sedimentos, sobrepondo novas camadas com diferentes tipos de materiais. Por outro lado, têm-se o processo de estabilização que caminha no sentido da consolidação dos materiais para a formação dos solos. Essa dinâmica está associada ao desenvolvimento de processos orgânicos que culminam com estabelecimento de uma cobertura vegetal formadas por plantas recentes (...). É importante salientar que com o aparecimento das croas (pronuncia-se “croa”, com som fechado), as populações negras passam a realizar o plantio. (ARAUJO, COSTA p. 216).

Os mesmos autores afirmam que a apropriação de espaços fluviais (ilha, vazante, croas, lameiros) se deram pela restrição de acesso ao território, concluindo que “a ilha assume lócus de resistência e de manutenção de vínculos com o território” (ARAUJO, COSTA, 2009, p. 212). Tais estudiosos, endossam os aspectos socioculturais em suas pesquisas, respectivamente, Souza no âmbito da geografia humana e Costa e Araújo (2009) e Araújo (2009a) numa abordagem socioantropológicas. Em comum, tais estudiosos, fazem uma abordagem sociocultural da ilha como um lugar de resistência.

Neste sentido, Souza (2013) nomeia de “ilheiros moradores fixos ou sazonais que plantam apenas na ilha, em época diferenciada da terra firme e criam códigos próprios para lidar com a fluidez do território” (SOUZA, 2013, p. 230). Esta relevante pesquisa que abordou uma gama de ilhas em uma extensão considerável de margem do rio São Francisco, nos aponta para alguns elementos sobre o estar/permanecer em ilhas. Dentre os muitos elementos observados por Souza (2013) estão: a diminuição drástica de moradores em ilha¹⁷⁶

¹⁷⁶ SOUZA, Ângela F. G. 2013, p. 174.

antes demasiadamente povoadas; a utilização fluida da ilha pelos pescadores-as¹⁷⁷; o uso da ilha para o cultivo e não necessariamente para morada, cuja intensidade ou não se dá em relação à proximidade da cidade¹⁷⁸; as inúmeras ilhas despovoadas¹⁷⁹ e as inúmeras casas fechadas sem presença de moradores¹⁸⁰. Entretanto, ao observar tais presenças a mesma conclui que “apesar de muitos morarem em povoados e cidades ribeirinhas, é na vazante e ilhas do rio que se reproduz o lugar de resistência. (SOUZA, 2011, p. 234). Assim, na sua percepção há um modo de vida e uma identidade ilheira ao longo do rio São Francisco, embora saiba que tal categoria, ilheiro, seja algo pouco tangível, entre os que ali moram.

Neste caso, trazemos a discussão outro conceito: os ilheiros. Não tão usual entre os moradores das ilhas, pelos quais passamos, mas um termo enfatizado em nossa pesquisa. Afirmamos, portanto, que existe um modo de vida que faz destes moradores “verdadeiros” ilheiros que plantam e pescam para garantir o sustento de seus familiares (SOUZA, 2011, p.109 *apud* SOUZA, 2013 p. 226).

A ilha emerge como um dos muitos lugares que compõe o território quilombola-pesqueiro-vazanteiro conforme apontam Santos (2015), situação vivenciada no caso de Croátá. Deste modo, sobre o ponto de vista histórico, e, levando em consideração a expropriação vivenciada pelas populações sanfranciscanas entre as décadas de 1970 – 1990, e, também considerando as migrações de nordestinos rumo ao sudeste margeando o rio a pé ou de vapor no passado, podemos colocar em debate algumas questões. Em que medida o ser “ilheiro” do rio São Francisco ou morar em ilha fortalece as práticas de sociabilidade e agregação social para criar, viver e reproduzir o seu modo de vida? Se a ilha é um lócus de resistência, como propõe os autores, como o morar em ilhas se sustenta frente às diversas restrições impostas aos que nela vivem, desde ausência de espaço até à própria dinâmica do rio que se impõe sobre as ilhas?

Sob o ponto de vista desta pesquisa em Croátá, em um primeiro momento, a ilha é antes de tudo resultante das constantes mobilidades do rio, e, em decorrência desta constatação é lugar de “instabilidade”, “provisoriamente” mesmo se considerar que a ilha submersa ou “levada” pelo rio será formada em um outro lugar. Não se pode negar que as ilhas acolheram boa parcela dos expropriáveis ao longo do rio São Francisco, dentre estas comunidades, uma parcela dos antigos moradores Croátá se insere. Os estudos de Rocha

¹⁷⁷ SOUZA, Ângela F. G. 2013, p. 134.

¹⁷⁸ SOUZA, Ângela F. G. 2013, p. 174.

¹⁷⁹ SOUZA, Ângela F. G. 2013, p. 27.

¹⁸⁰ SOUZA, Ângela F. G. 2013, p. 181.

(2017), que abordou os pescadores de Caraíbas, em Pedras de Maria da Cruz, são interessantes, na medida em que destaca a dificuldade das pescadoras-es de permanecerem na ilha, e, em decorrência, se inserem na luta pela terra entre os membros da Liga dos Camponeses Pobres-LCP do Norte de Minas. Entretanto, a inserção dos pescadores na LCP gera um outro problema, a necessidade de os pescadores-as atender as exigências de permanecer no acampamento da LCP, uma vez que os mesmos estavam distantes do rio, e, por tal razão os pescadores-as não somente retornaram para a ilha insatisfeitos, já planejando como sair dela, conforme se pode observar com um dos seus entrevistados:

Quando chegamos no acampamento, a gente encontrou algumas dificuldades, porque lá fica mais pro lado da mata, a parte alta da região, e sentimos dificuldade para trabalhar, pra descer para beira do rio para pescar e plantar as vazantes. Aí, tinha uma estrada que a gente usava para vim para beira do rio, logo que a gente começou a usar, o fazendeiro fechou, para a gente não passar, dificultou, nós tinha que de lá voltar para Maria da Cruz e de Maria da Cruz voltar para aqui de barco. Depois, quando fosse fim de semana, a gente voltava para Maria da Cruz e depois para o assentamento. Aí, nós tomamos uma decisão que não dava mais para nós, a gente pegou e veio embora para beira do rio, na ilha, de novo. A gente teve a ideia de formar um grupo de pessoas e procurar parceiro para apoio, para a gente retomar o lugar da nossa comunidade. (Entrevista: João B. A. Silva, 42 anos apud ROCHA 2017 p. 43).

Ora, uma identidade “ilheira” ou um modo de vida ilheiro, nos casos dos pescadores-quilombolas-vazanteiros de Croatá e Caraíbas requer colocar em questão as vicissitudes impostas que os expropriaram da ocupação tradicional, da terra firme e do lugar onde moravam antes. No entendimento desta pesquisa houve uma inversão do lugar de cultivo, isto é, nas ilhas, que passaram a ser um lugar de morada e cultivo dos que experimentaram a expropriação. Portanto, para estes sujeitos expropriados a ilha enquanto lugar de morada é um lugar imposto.

Pensando um pouco mais além da definição de “ilheiros” e se considerarmos a ilha como um lugar imposto, possivelmente, encontramos as possíveis razões porque Souza (2011 e 2013) observou ser pouco comum os moradores de ilhas encontrados se autodenominarem “ilheiros”. O conceito ilheiro e a proposição de ilha como lugar de resistência afirmada por Souza em (2011) e reafirmada em (2013), ao nosso ver, seria mais sensato se se referissem aos grupos moradores ou trabalhadores (as) de ilhas, como as vítimas expropriadas do desenvolvimentismo.

É evidente que não está pesquisa não está propondo um nome para tais sujeitos. Entretanto, constatamos que, a espera ou ausência de perspectiva de retornar ao território

ampliado provoca nestes moradores a necessidade de morar na cidade e trabalhar na roça. Não nos cabe pensar, neste momento, o ir para a cidade como uma opção melhor ou pior, mas uma “necessidade de segurança” uma vez que estes não percebem em si ou no coletivo as forças de fazerem o movimento da ilha para o território ampliado. Por tais razões, parece-nos, no mínimo contraditória, a ilha como resistência. A resistência, no caso de Croatá, emerge na medida em que as formas organizativas e parcerias conquistadas pelos mesmos catalisam a condição da passagem de morador ilhado/expropriado na periferia para um território mais amplo hodiernamente ocupado por eles, e antes expropriado por fazendeiros.

Como é sabido, morar em ilha significa viver numa situação de “encurrallamento”, uma vez que anualmente a pessoa pode ter sua casa submersa, juntamente com a vazante. Portanto, o fato de morar em ilha força, mais aceleradamente, a não vivência do modo de vida quilombola-pescador-vazanteiro nas margens do “Velho Chico”. Quase sempre, um morador de ilha é um expropriado do Nordeste do país ou das barrancas do rio São Francisco. Ainda assim, muitos que permanecem nas ilhas e conseguem retornar para o território ampliado por meio da retomada coletiva ou pela compra de um pequeno pedaço da mesma terra que foi expropriado no passado. Somente a partir do domínio integral do território, as comunidades têm chances de manter seu modo de vida no sentido completo, uma vez que viver o modo de vida quilombola-pesqueiro-vazanteiro se mantém com maior vitalidade a partir da manutenção do território com ilha, vazante, lameiro, baixão, várzea, morro, mata e carrasco¹⁸¹.

Diante dessas questões, não compactuamos com tais literaturas socioantropológicas que assumem a ilha como lugar de resistência, embora em outros tempos tenha sido lugar de acolhida dos baianos de fora, e, após as expropriações da década de 1970, tenha acolhido os expropriados das redondezas.

Em tese são espaços vulneráveis posto que estão sempre suscetíveis à “perda das moradas” em razão dos mínimos índices pluviométricos dos ciclos chuvosos. Na ilha o ter se limita ao que é possível carregar, portanto, a casa e os animais são construídos e controlados de acordo com a capacidade de mobilidade do comunitário, nas cheias anuais. O fato de morar em ilhas segundo Santos, Nascimento e Almeida (2017) não deve ser naturalizado, posto que essa morada pressupõe um modo de vida imposto, isto é, uma existência ilhada. Os supostos

¹⁸¹ É uma referência para nomear um lugar onde nunca vai água ou uma referência de quem não é morador da beira do rio. É também um lugar de refúgio dos pescadores-quilombolas. Essa serve para dizer sobre a mata, assim como para referenciar sobre a cantiga ou cerrado no alto.

“proprietários” da terra firme, não raras vezes, não permitem que esses tenham acesso à ilha passando por tais “propriedades”, violando o direito constitucional de servidão de passagem. Na prática impõem aos moradores de ilha o acesso pelo rio por longos caminhos e com altos custos com gasolina, exigindo que estes tenham um barco e maior esforço físico. Por isso, a vida na ilha como diz seu Santo “é de ilusão e sofrimento (...) na espera d’agente voltar pro rastro de onde se veio¹⁸².”

A nosso ver, a ilha é um tempo cronológico de espera do tempo oportuno, e não resistência, é um período de relativa preparação/adaptação, uma vez que há possibilidades aceleradas de desagregação social, nesse período desejado de conseguirem retomar a parte alta, convivendo constantemente a dialética entre o tempo “mensurável” grego: *cronos* (χρονος)¹⁸³ na espera do tempo oportuno, isto é, o tempo *kairos* καιρος¹⁸⁴. A Ilha é tempo de espera quando avizinha a reintegração de posse. Muitos vão para ilhas e crôas¹⁸⁵ como eles dizem, e, não realizando o desejo de voltar, com a chuva, boa parte são obrigados a venderem a força de trabalho ou ir morar de favor. Possivelmente, por isso, observa-se a grande incidência de ilhas com o nome de esperança no “Velho Chico”, no latim, *spes*, isto é, espera do que a de vir.

As ilhas deste modo, vão se tornando lugares de acolhida precária e imposta dos expropriados “mais fracos”, uma vez que para os mesmos só a “besta fera é pobre” e ao se sentirem fracos afirmam que tem um forte que lhes tira a força, que aqui neste caso em questão é o fazendeiro, e as empresas rurais facilitadas e financiadas pela modernidade conservadora do país. As três ilhas que estão no território de Croatá acolheram esses povos expropriados: Ilha do Ioti, Ilha de Pedro Preto, e, posteriormente, a ilha de Zé Cravo que apareceu depois. Por isso, convém retomar o relato de seu Santo:

Então essas ilhas tem uma separação. O que faz a separação é a água. Porque uma ilha criou primeiro do que outra. Depois foi criando uma nova terra na parte debaixo. Então essa nova terra foi criando um outro nome. E tinha um senhor que foi morador da **ilha**. Então ele pescava e começou a plantar primeiro e foi apossando da Ilha. Então essa ilha de cá é Pedro Preto que era morador dessa aqui no Croatá. E tinha esse outro senhor que era Zé Cravo que começou trabalhar nessa ilha lá embaixo. E aí tem a Ilha do Ioti que é aqui em cima (José das Neves dos Santos, 69 anos¹⁸⁶).

¹⁸² Entrevista com seu Antônio das Neves. 20 de agosto de 2017.

¹⁸³ Palavra grega para indicar o tempo mensurável.

¹⁸⁴ Palavra grega para se remeter a tempos melhores.

¹⁸⁵ Depósitos baixos de areia no leito ou margem do rio.

¹⁸⁶ Anotações em caderno de campo realizadas em 20 de agosto de 2017.

Este tempo de espera não realizada, no nosso entendimento, pode justificar as mudanças no modo de tornar a ilha ou vazante em um lugar que passa a ser vendido em situações de não se aguentar trabalhar, se locomover com as chuvas anuais e ou na ausência de condições de morar durante o ciclo anual da chuva. Segundo estudos feitos por Oliveira (2005), ao tratar de ilhas, há uma sequência temporal de direitos nas ilhas.

A primeira fase é denominada por eles de “a chegada dos posseiro véi” ou das primeiras famílias que foram morar nas ilhas; a segunda fase é identificada como “o enxame de gente” ou “a chegada dos novato”; a terceira fase é a da “vendição” e a fase recente é a de “documentação”. (Oliveira, 2005, p 25).

No entendimento de Enedina, moradora de Croatá, na ilha os vínculos são mais frágeis e a dinâmica social e as regras de apropriação são mais dinâmicas, pelas razões supracitadas, especialmente pela restrição de acesso aos bens produzidos no território ampliado,

Na ilha muitos morreram e foram passando para outros. Daí em diante veio novos moradores. Na ilha não é da mesma forma que a gente. No nosso território que é de geração para geração. Se alguém morrer ou não quer ficar, ele tem o direito de deixar aquilo ali para a família para um filho, um neto ou um irmão, mas aqui não pode vender não! Se quiser vender o material da construção, os bichos, pode vender, a terra não! Isso de vender acontece muito na Ilha, as vezes eles vendem muito a terra, então é um povo com essa diferença, por isso lá tem muita mudança. (Enedina Souza Santos, 50 anos)

As ilhas, como já visto, são depósitos de sedimentos (areia) colocados pelo rio, assim como “o rio cria”, ele as “leva” e “refaz em outro lugar”, eis aí, um outro elemento para interpretar o sentido de morar em ilha, quase sempre, após as vazantes-lameiros, as ilhas são o segundo lugar a ser tomado pelas águas do Velho Chico no Norte de Minas. Evidentemente que, com o barramento das águas esta dinamicidade da vazão ecológica fica ainda mais comprometida.

Thompson (1998) ao analisar a consciência de classe identifica experiências manipuladas dentro dos termos culturais. Deste modo, a experiência cultural não deve obliterar a experiência da classe, outrossim, a experiência de classe não deve obliterar a experiência cultural, posto que, de algum modo, são faces de uma mesma realidade e ambas, separadas ou juntas, são perpassadas pelas relações de produção dentro das quais os homens nascem e são inseridos a ela de modo involuntário.

Ao pensar a comunidade o próprio pensamento recebe o convite para pensar “formas líquidas, pensar como um rio”. Se permitirmos, o pensamento se move e acompanha

o ritmo das águas. O ciclo das águas modela a paisagem constrói grafias que indicam onde morar, pescar, plantar, conservar a mata e indica onde se refugiar em determinado período de cheia. Essa dinâmica que o rio produz, se captada na sua inteireza, diz que ser morador das margens ou ilhas do rio São Francisco requer um território amplo de lugares para a reprodução da vida dos familiares dos quilombolas-vazanteiros e pescadores de Croatá, por tal razão, ser ilheiro, ao nosso ver é determinar culturalmente um modo de vida imposto e não escolhido. Ao afirmar que o rio “desenha” a amplitude do território não estamos determinando o agir do povo sanfranciscano. Não se trata de determinismo imposto pelo rio, mas uma relação dialógica entre gente e rio. A própria existência da barragem, sem avaliar as consequências, mostra a grafia da força humana ao barrar a água. A cheia do rio pressupõe a fertilização da vazante e um ano de abundância de pescado. Entretanto, as cheias necessitam chegar as lagoas, que sobre o ponto de vista biológico significa alta reprodução do pescado.

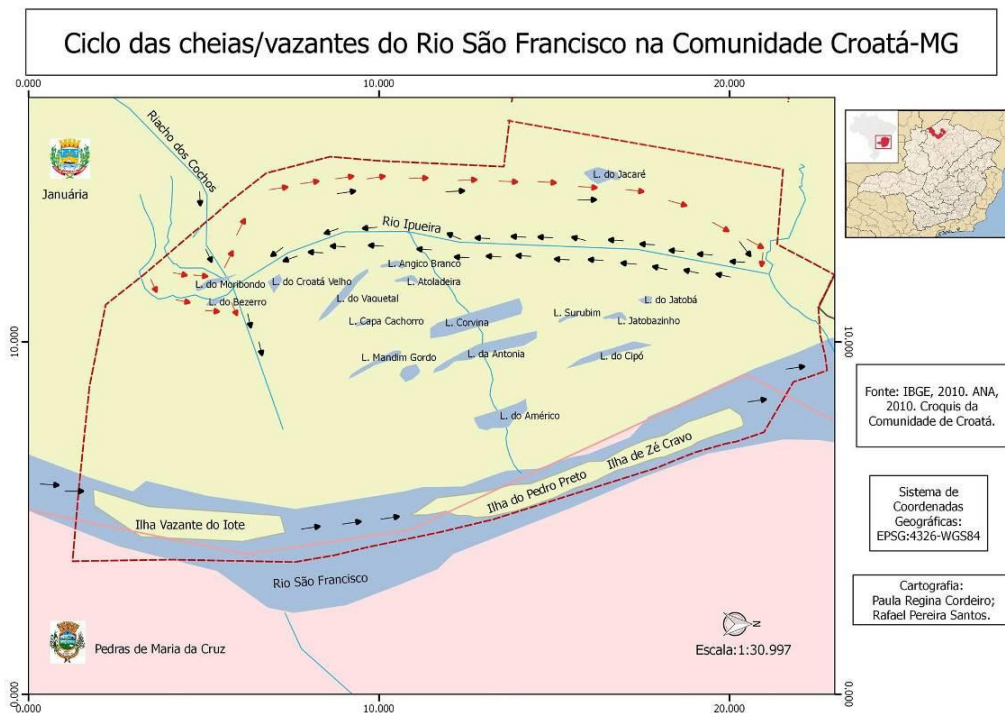
- **As lagoas**

As lagoas são também conhecidas como berçário. As primeiras cheias coincidem relativamente com a desova, isto é, a piracema dos peixes e as lagoas são os lugares de refúgio dos peixes pequenos contra seus predadores. Ao fim do ciclo das cheias e mais encorpados, os peixes recebem outro sinal de cheia nas cheias, é, o ciclo de retorno para o canal do rio. Malgrado, a ausência ou diminuição de cheia nas “lagoas criadeiras-berçário”, seja por questões climáticas, ou até mesmo por “erro de operação da barragem em função da produção de energia” aponta para um ano de carestia, isto é, pouca reprodução da ictiofauna e, por conseguinte um ano de pouca captura.

Então Rafa, aqui tem dois ponto de entrar água nas lagoa da comunidade: o sangradô da Seringueira¹⁸⁷ que joga na lagoa da Cipó, na lagoa do Jatobá, do Jatobazinho, na lagoa do Américo e lagoa do Angico e também na atoladeira (...). O sangradô da Tapagi fica perto de um barranco. Lá era feita a pesca do caroá. As lagoa inundada pelo sangradô da tapagi é a lagoa da Atoladeira, da Barrancuda, Cumprida, Corvina, Capa Cachorro, Lontra e Mandim gordo. O rio Ipueira também joga água na lagoa da Atoladeira, na lagoa da Cipó e do Jatobazão. Só que o rio Ipueira só joga água quando o rio grande (Rio São Francisco) represa ele (Arnaldo Vieira da Silva, 60 anos¹⁸⁸).

¹⁸⁷ Sangradouro é um “canal” que interliga as lagoas marginais ao rio São Francisco. Em épocas de cheia

¹⁸⁸ Observações de campo, 30 de novembro de 2018



Mapa 2: Ciclo de cheias e vazantes do rio São Francisco na comunidade de Croatá, 2018.

A parte baixa da comunidade se encontra sobre a influência do rio São Francisco e o rio Ipueira, sendo que a foz deste último se encontra dentro do território da comunidade. A partir do rio São Francisco é que se dá o represamento e a dinâmica do ciclo hidrológico da água de alagamento da comunidade. Os lugares de terra sobre influência do rio são nomeados de “molhados” (sangradouros, lagoa, baixão, lameiro-vazante...) e os lugares que significativa parte do ano não vai água ou nunca foi é chamado de “seco” (os barrancos onde constrói a morada, parte da mata, carrasco-refúgio).



Figura 33: Lagoa Cumprida no período de seca - Arquivo Rafael Pereira, 2017.



Figuras: 34 e 35: Ponte sobre o rio Ipueira na Cheia e na seca. Arquivo: Rafael Pereira, 2017 e 2018.

- **A casa e o quintal-morro**

A casa e o quintal, na comunidade de Croatá, encontram-se em pequenas lombadas, entre o rio e as lagoas marginais que estão ao fundo. De modo geral, são cerca de 50 casas enfileiradas sobre uma ondulação resultante da formação de solo aluvionar. Ao invés de cerca¹⁸⁹ na comunidade se percebe os caminhos entre uma casa e outra e o mesmo se dá nas vazantes. Esse comportamento demonstra a ojeriza que a comunidade possui a cerca. As divisões entre o que é de um e o que é do outro, no entendimento dos comunitários, se dá na construção de caminhos que interligam as casas no território como um todo.

A casa, portanto, caracteriza-se por ser espaço de construção da moralidade (honra, vergonha), onde se educa o filho (a) e abriga o corpo, além de ser onde se constroem as práticas de sociabilidade com parentes, compadre-comadre e o amigo (a). Na comunidade de

¹⁸⁹ Existe uma cerca separando a estrada que corta a comunidade da solta coletiva.

Croatá, os laços de compadrio, para os que são católicos e praticantes do candomblé, se dão no oferecer ou aceitar o pedido de batismo de um filho-a. Normalmente, o padrinho é preferencialmente um parente ou vizinho dotado de respeito e reconhecimento pelos comunitários, e, em menor quantidade, os padrinhos são os “notáveis” de fora. Os laços de compadrio entre camponeses na percepção de Woortmann (1990) é, antes de tudo, uma estratégia do camponês ampliar as relações de força e poder para a sua família, podendo ter como objetivo principal defender sua posse e seu modo de vida, por exemplo.

A casa dos moradores de Croatá possui basicamente cozinha e quartos. A convivência na sala, espaço que nunca encontramos, se dá no quintal ou na varanda. A cozinha está quase, senão, fora da casa. A intimidade se restringe literalmente ao quarto. Os demais cômodos: varanda e cozinha são espaços para todos, inclusive para o “estranho” (de algum modo a casa é também a extensão do coletivo). A construção da casa se dá, por meio do mutirão, normalmente de pau a pique, gastando no máximo uma semana para ser construída. Também há construções de alvenaria, porém com menor incidência. De modo geral, retiram as madeiras e varas da mata trançam elas e ali bem próximo cavam e tratam o barro, compra-se somente as telhas.

Para além de construir premissas reciprocas indutivas com tendências implicitamente conclusivas na defesa de um tipo de morada, parece-nos oportuno colocar questões entre finalidades e meios, não para produzir respostas, mas para expor o sentido de assim morar. Portanto, em que medida o morar no caminho do rio impõe um modo de construir? Por que este modo de construir pode expressar o sentido de habitar? E de que maneira este modo de construir-habitar comunica um modo de pensar a sua relação com o lugar?

A casa segundo Heidegger (1954), comunica uma linguagem cuja gramática é determinada pelo modo de pensar e sentir o seu ser-estar no mundo, sobre a terra, portanto, o modo de construir a casa expressa a linguagem da experiência do ser pescador-quilombola-vazanteiro do “Velho Chico”. O habitar em Croatá é transpassado pela fluidez e a arquitetura tem em sua intencionalidade o construir para o habitar que não se abstém do entendimento de estar-morar “no caminho do rio”. Assim sendo, a perspectiva do habitar se atenta a fluidez correlacional às condições ecológicas do local; a diversidade do construir, deste modo, está para a diversidade de culturas, habitar, portanto, está para a morada do ser.

No sentido de habitar, ou seja, no sentido de ser e estar sobre a terra, construir permanece, para a experiência cotidiana do homem, aquilo que desde sempre é, como a linguagem diz de forma tão bela, "habitual" (...) fazer a experiência de que habitar constitui o ser do homem, e de que não

mais se pensa, em sentido pleno, que habitar é o traço fundamental do ser-homem. (HEIDEGGER, p. 2, 1954).

Cabe nos pensar, sobre como o construir-habitar tem sido resultante do sentido humano de ter ou não apreendido habitar. Habitar, ou morar, sendo que esta última palavra em português tem mais sentido, na Comunidade de Croatá, está em relação a outros lugares, afinal habitar tem facetas circunstanciais referentes a vasão hidrológica que perpassa para outros lugares associados, dentre eles o quintal.

O quintal, além de ser um lugar onde se encontra a casa, também é o lugar onde de dentro se nomeia o que está de fora. O quintal tem um sentido relevante para as práticas de sociabilidade e produção/reprodução do modo de vida da comunidade: é o lugar da horta, da confecção ou conserto do barco e dos apetrechos de pesca, também é o lugar dos “criames¹⁹⁰”. A criação de pequenos animais tem por finalidade, relativamente, o consumo interno, troca entre vizinhos, e, em última instância para a venda “nas horas do aperto”. Animais de maior porte: cavalo, jegue e vaca permanecem na solta coletiva, esta última para os poucos que têm, tem sentido de poupança. As mulheres com auxílio das crianças e adolescentes trabalham em todos os espaços do território, especialmente na casa e no quintal (cuidando de horta, frutíferas e os pequenos animais), também cultivam roças anuais nos baixões e nas vazantes, além de pescarem no rio, (quase sempre a pesca feminina é desembarcada) e de dia, quando sozinhas.

De resto, tá bom, tem aí a casinha da gente, a rocinha. A gente batalha dali, batalha de aculá e vai. Aqui as mulheres todas pegam na enxada, no facão. A gente também ajuda a construir as casas. Teve mulher que desesperou de tanto carregar madeira para fazer os barracos. As mulheres é que normalmente mexem nos canteiros. A gente vai em quem cria gado perto e pega aqueles sacão de esterco, chega, bate aquilo tudo (...) mexe com a horta. O rio hoje está perto, até mesmo para lavar uma roupa. Eu pego a roupa e vou para lá, fico lavando a roupa, terminando, já parto pra pesca. (Maria Cleonice Pereira Barbosa 49 anos¹⁹¹).

A pesca noturna, feita pelas mulheres, quase sempre é em parceria com os homens. Não é objetivo desta pesquisa, mas ao nosso modo de ver, é demasiadamente relevante, em um outro momento aprofundar a jornada de trabalho das mulheres. De maneira geral, os serviços da casa e em outros espaços do território revelam uma jornada um tanto exaustiva para as mulheres que acumulam diversas atividades.

¹⁹⁰ Ato de manejar ou criar qualquer tipo de animal doméstico de pequeno porte.

¹⁹¹ Entrevista 23 de agosto de 2017.

É notório salientar que o trabalho feminino em comunidades pesqueiras foi tema de análise de Ellen Woortmann (1991), ela, em suas pesquisas, faz uma descrição etnográfica do ambiente de trabalho das mulheres em Natal, no estado do Rio Grande do Norte, em um contexto em que a modernização e mudanças no ambiente de trabalho da mulher foram reduzidos pela expropriação territorial. A terra solta, de posse comunitária, era o espaço onde se construía boa parte do reconhecimento social da mulher na comunidade. Nele, a mulher, representava um papel de suma relevância para reprodução da vida social do grupo, expressos no ser parteira, benzedeira, dominar a medicina popular tradicional, produzir nas roças, cuidar dos filhos, dirigir os cultos, beneficiar o pescado, consertar os apetrechos de pesca, coletar frutos no mangue, nas matas e comercializar o pescado.

Assim, tal como no mar, para o homem, a mulher era relevante na terra. Enfim, dominando as múltiplas formas de reprodução da vida, sua contribuição era expressiva no sustento da família. Sua tese centra na ideia de que no tempo das terras soltas homem e mulher “se complementavam na reprodução social do grupo” (WOORTMANN, 1991, p. 6). Entretanto, aponta que, na medida em que as terras vão sendo expropriadas, a partir de 1950, as relações de trabalho vão se tornando assalariadas para as poucas que conseguiam trabalho junto aos veranistas. Daí seque-se outros problemas: o mangue vai sendo contaminado/soterrado para construção de hotéis, a marginalização da representação social da mulher na saúde, na alimentação, na religiosidade e na vida do grupo como um todo. Enfim, o cercamento dos quintais pelos empreendimentos imobiliários e os monocultivos destinados à agroindústria vão construindo uma outra representatividade econômica e social da mulher, que vai sendo associada à preguiça, doravante, esta passará ser vítima de violência pelo cônjuge que vai tornar-se agressor. Por fim, conclui a autora, “As mulheres se vêm face aos homens num processo que transita da complementaridade para a dependência, à medida em que no tempo se subtraem espaços” (WOORTMANN, 1991, p. 28). O tempo anterior ao desenvolvimentismo da década de 1950, a mulher participava da complementariedade equilibrada, e no tempo de suas análises, pós desenvolvimentismo, a dependência do marido é subordinada. Neste quesito, as mulheres de Croatá, por estar tendo novamente este trânsito de inserir a produção alimentar na casa, por colaborar e por vezes assumir maior importância no mundo da pesca, esta se encontra neste contexto de complementariedade equilibrada e relevância social no ambiente familiar, o que se deve em partes, pelo livre acesso ao rio e as áreas de produção de terra e à água.



Figuras 36 e 37: Bibi confeccionando sua rede e dona Maria colhendo no roçado – Arq: Rafael Pereira, 2017.



Figuras 38 e 39: Casa de família extensa – Arq: Rafael Pereira, 2017.



Figuras 40, 41: Moradores de Croatá – Arq: Rafael Pereira 2017.



Figura 42: Casa de moradora de Croatá – Arq Rafael Pereira, 2017.



Figura 43 e 44 - Mulheres de Croatá: Arq: Rafael Pereira, 2017.

- **A mata**

A mata para os comunitários de Croatá eram áreas livres e possuía múltiplos usos. Em partes, ainda é o lugar onde se colhe frutos, principalmente, o pequi, o jenipapo e o umbu. Nela os comunitários coletam cipós para construir armadilhas de pesca tradicional, chamada pesca de colfo ou samburá. Antigamente ela era área de solta coletiva de animais no ciclo de seca.

Além disso, os comunitários coletam lenha e retiram a madeira para construir as casas. Em épocas de cheias fortes a mata é o lugar de retirada, especialmente para quem não tem parente na cidade. A título de recordação, a mata é um termo polissêmico e sua definição é pouco precisa em razão do não parcelamento da mesma para os comunitários, podendo ser uma referência também ao cerrado e ao carrasco.

A vegetação da mata é uma transição de cerrado e caatinga. Ela se relaciona, antes de tudo, a noção de lugar seco. Há um certo receio de retirada de madeiras que vai depender da época. Há moradores que acreditam e temem espíritos e o Pai da Mata¹⁹², foram relatados alguns casos, sobretudo, em momentos em que são feitas as retiradas de lenha, madeira, raiz ou cipó. Conforme salienta Possey (2011) nos costumes dos Kaiapós, os espaços de aldeias abandonadas em processo de formação de vegetação secundária atraem diversos animais, ademais ali existem espíritos que impedem/regulam a aproximação, deste modo o “Manejo da floresta - mata perpassa por elementos metafísicos. A mata não se restringe um conjunto de recurso a ser inventariado. Espíritos se manifestam como agentes de proteção ecológica”. (POSSEY, 2001, p. 283-287).

Mata é local de busca remédio, cipó, lenha, madeira. As outras árvores medicinais que tem, a maioria que existe nós conhece quando está na mata, porque estando lá a gente lembra de tudo, porque assim falando daqui a gente não lembra tudo. (Hamilton Marques de Almeida, 43 anos).

Foi aceito o convite do pescador-quilombola Hamilton junto com outros dois para observar um dia todo seus saberes e manejo em parte da mata. De tudo ficou evidente o sentido da existência da mata para a vida e não mera reserva a ser inventariada, sem ela, além do sentido material de refúgio nas cheias, para as necessidades da casa, da saúde e instrumentos de trabalho, mas também para a manutenção do corpus de conhecimento tradicional dos mesmos.

¹⁹² Muitos pescadores quando vão coletar lenha sentem a presença de espíritos na mata. Em outros casos percebem esse espírito a partir do comportamento dos animais. Dentre os diversos casos que anotei – uma moradora pescadora - Maria das Dores, afirma que quando os animais cavalos, burros ou jegue começam a se comportarem de forma estranha, eles batem com o facão na madeira. Segundo os antigos lhes ensinavam que os espíritos temem o facão.



Figura 45: Mata – Arq: Rafael Pereira, 2017.



Figura 46: Coleta de cipó lagartixa para construir armadilha de pesca colfo/samburá - Arq: Rafael Pereira, 2017.

- **A religião**

A religião dos moradores de Croatá, em sua maioria, é o cristianismo. A maior parte da comunidade se identifica como católica. Além destes, existem famílias que se identificam como praticantes do candomblé e também protestantes. Não existe Terreiro de Candomblé, Igreja Católica ou Protestante na comunidade, apenas um cruzeiro que eles nomeiam de capela de São Benedito, sendo este o padroeiro da comunidade. A comunidade também celebra a folia de Reis entre os dias 1 e 6 de janeiro. A folia de São Gonçalo (não tem data, é

conforme a graça alcançada na promessa). Entre os dias 1 e 6 de setembro celebram a folia do Bom Jesus.

As datas de celebrações do Bom Jesus, Terno de Reis e também as rodas de folia de São Gonçalo são animadas por um coletivo mais amplo. Além de membros da comunidade de Croatá, também existem membros da comunidade de Sangradouro Grande e pessoas que são da cidade de Maria da Cruz e Januária. Para estes, eles exercem um tipo de sacerdócio que dá seguimento ao mundo.

A folia representa a Comunidade de Croatá. Nós aqui é vazanteiro e carambola e o povo da região. Para falar bem a verdade a folia é para mim uma profissão que eu gosto. Enquanto tiver mundo nós vamos seguindo a missão que Deus deixou para nós. Eu fui criado e batalho muito com a vida e gosto muito da folia. Isso é de raiz, isso vem de meus pais e tudo, né! (...) nós somos umas pessoas de irmandade, de tradição aqui da região e daqui do lugar (José de Jesus Rodrigues da Silva, 53 anos¹⁹³).



Figura 47: Terno de Reis de Croatá e Sangradouro Grande - Arquivo: Rafael Pereira, 2018.

Estes se juntam e celebram estas festividades circulando por várias comunidades e ilhas ao longo do “Velho Chico”. A data da folia de Reis coincide com o tempo chuvoso. Por sua vez, a folia de Bom Jesus se dá após períodos de intensidade de trabalho na limpa da vazante e dos quintais. Por exemplo, na festividade de reis, em janeiro, as vazantes estão submersas pela água e a pesca está fechada, posto que está na piracema. A folia de Bom Jesus é em setembro, normalmente, as roças já estão limpas, aguardando as primeiras chuvas de novembro para o cultivo. Por outro lado, entre setembro e outubro, a pesca está aberta. Assim

¹⁹³ Entrevista de campo agosto de 2017.

sendo, as atividades de pesca, vazante e cultivo do alto e a vivência da religiosidade popular supracitada se amalgamam numa trama que compõe o modo de vida da comunidade.

Na percepção de Brandão (1988) a divisão entre catolicismo oficial e catolicismo popular tem uma divisão imprecisa, cuja origem remete a cientistas sociais e agentes eclesiásticos. Para a ortodoxia católica, antes do Concílio Vaticano II, tais “práticas eram pouco qualificadas¹⁹⁴”, sendo valorizadas após o Concílio. Na sua percepção o camponês popular quase sempre é um praticante de alguma religião e a vivência dela está imersa em um universo simbólico e ideológico que classifica e divide o sagrado do profano. “No imaginário há uma dimensão de sagrado oposta a uma dimensão terrena de profano. É a separação entre mundo material e o mundo sagrado celeste. (BRANDÃO, 1988, p. 34). Entretanto, ele afirma que o antagonismo entre sagrado e profano pode ser mais ou menos intenso entre católicos e protestantes.

Ao discutir sobre o catolicismo rústico, Queiroz (1988), afirma a existência relativamente conservada de um catolicismo Ibérico tradicional resistente em muitos lugares do Sertão seco, no Sul e nos gerais, em especial, onde se concentrava a agricultura de subsistência. Nestas localidades, discretamente, o catolicismo foi criado e recriado. Essa recriação segundo Brandão está expressa na manifestação do sagrado na identidade sertaneja que, no passado, vivia fora das grandes fazendas e menos influenciada pelo controle do clero católico. É notório considerar que o catolicismo rústico e ou catolicismo popular para Brandão (1988), em tempos passados, eram observados com “inferioridade e desprestígio”, sendo nivelados aos cultos sincréticos para o clericalismo dominante. Segundo Queiroz (1988) em diversos momentos da historicidade do Brasil se observou interpenetrações de elementos aborígenes e africanos nos cultos católicos. Observando uma celebração uma roda de São Gonçalo, foi observar, logo após, duas outras linguagens: o samba e o lundu. Entre muitos refrãos repetidamente cantados na roda de lundu registrei um: ¹⁹⁵

Deixa o boi beber três noites.
Deixa o boi beber três dias.
Esse boi não bebe nem come.
Ele vai beber na Bahia¹⁹⁶.

¹⁹⁴ Em princípio o catolicismo popular representa aos olhos da ortodoxia, uma forma desqualificada de prática e imaginário religioso. (BRANDÃO, 1988, p. 55).

¹⁹⁵ Dança que inclui batuque e intercala batidas de ombros entre os que estão dançando ao centro da roda. Observações de campo em agosto de 2017.

¹⁹⁶ Observações e registros de campo em 23 de agosto de 2017.

É possível observar que o modo de celebrar o sagrado em consonância com suas temporalidades e na “representação” de si mesmos como partícipes deste “mistério”, tais populações deixam as fronteiras entre o “sagrado e o profano” um tanto mais tênue. Portanto, não há uma profunda separação entre a cotidianidade e vivência do sagrado. Ao nosso ver há uma oscilação entre o visível e o invisível que está se dando na dialética entre o sagrado e o profano, na transcendência e carnalidade.

Toda esta teia de lugares com significado e de relevância física e simbólica do território tradicionalmente ocupado, antes expropriado, agora reapropriado, só é possível continuar nas mãos da comunidade, na medida em que, na sincronia do rio e em movimento a comunidade for e estar se colocando como agente social e histórico aprendendo do rio e seus caminhos, o sentido necessário de defender, garantir e ampliar o território.

CAPÍTULO III – COMO AS ÁGUAS DO RIO, A VIDA É MOVIMENTO.

“Chegou a hora de defender,
Nosso pedaço de chão,
A nossa luta é por terra e água
Do Litoral ao Sertão (...)”,

3.1 – Pesca e movimento: “a defesa do território que os caminhos das águas ensinam”.

Em algumas comunidades pesqueiras, ao longo do Velho Chico, em Minas Gerais, povoa no imaginário de muitos pescadores (as), o mito de surgimento do rio São Francisco na Serra da Canastra onde se encontra a nascente. Para estes, o choro de saudades da guardiã interina da tribo, índia Irati, por seu esposo que foi a guerra, deu origem às **águas do rio**; o canal do rio, por sua vez, se deve às **pegadas na terra** dos diversos índios (as) que desceram de várias aldeias até o mar para lutar em favor de suas tribos.

Longe de fazer uma interpretação hermenêutica do mito ou traçar horizontes/limites que apontam para falseabilidade ou veracidade, é possível, a nosso modo de pensar, dois entendimentos éticos a respeito do mito: o primeiro entendimento nos indica que as águas do rio surgem de um **sentimento profundo**; o outro entendimento, nos indica que o caminho das águas do “Velho Chico” foi construído pelos pés de quem foi a **luta**.

O “Velho Chico, ao longo do sertão Norte Mineiro, no contexto de Minas Gerais, ainda é um celeiro de organizações sociais que estão em defesa da terra e da água, seja na defesa do território enquanto indígenas¹⁹⁷, quilombolas, pescadores, vazanteiros, seja na luta pela terra dos camponeses que se organizam em seus respectivos movimentos sociais.

Em se tratando de organização social de pescadores, fato que se aplica à comunidade de Croatá, parte-se do princípio de que não é objetivo da investigação, o comprometimento com uma revisão histórica da literatura sobre movimentos sociais na pesca em Minas Gerais, mas levantar as questões relevantes situando os momentos da historicidade brasileira em que a presença dos pescadores, antes silenciada, pode desvelar a reprodução social da inexistência a partir das poucas pesquisas que foram emergindo nas últimas três décadas, em tais

¹⁹⁷ Após o ano de 1728, depois de receberem título de posse de suas terras por terem apoiado o Estado na guerra com os Caiapó, viveram em relativa paz. A comunidade possui mais de dez mil indígenas, sendo uma das maiores populações étnicas do Brasil. Hoje são aproximadamente quarenta aldeias em 53.085 hectares (...). CEDEFES. Disponível em: <http://www.cedefes.org.br/povos-indigenas-destaque/> Acesso em 24 de julho de 2018.

movimentos sociais na pesca. Silva (1988), assinou um dos primeiros trabalhos de que se têm notícias, com riqueza de detalhes, sobre os movimentos na pesca, tendo lócus de abordagem o Norte e Nordeste do país, em um recorte temporal amplo do Brasil Colônia e Império. Das análises de Silva (1988) destacam-se as efetivas, por vezes, quase exclusiva participação dos pescadores nas seguintes lutas: guerra contra os holandeses, Independência da Bahia¹⁹⁸, Cabanagem no Pará¹⁹⁹, fim do tráfico interprovincial no Ceará²⁰⁰ e a revolta dos pescadores contra o pagamento do foro,²⁰¹ em Olinda-PE.

Ao bordar uma temporalidade distinta 1920-2009 Callou²⁰² (2014), por sua vez, desvela a falácia da existência de uma suposta *pax*²⁰³ pesqueira nacional, verificando a reprodução social da inexistência dos pescadores que se expressa no silenciamento dos movimentos destes sujeitos sociais na pesca. Nota-se que, a inexistência de literatura acerca destes conflitos é resultante de um processo de invisibilidade relegada às classes oprimidas.

Convém salientar a pouca expressividade da produção de literatura sobre movimentos sociais na América Latina até a década de 1970 como um todo, o que é ainda mais escassa e “marginal” em se tratando de estudos acadêmicos sobre movimentos sociais na pesca. Os movimentos sociais na América Latina segundo Cardoso²⁰⁴ (2018), Gonh²⁰⁵ (2018)

¹⁹⁸ Os pescadores da Ilha de Itaparica-BA eram o único grupo mobilizado para uma “guerrilha” no mar. Estes formaram uma forquilha com os barcos de pesca, atacando as linhas de abastecimento e a esquadra portuguesa em Salvador. O bloqueio dos pescadores se manteve e a derrota articulada pelo general Madeira não se cumpriu, ao contrário, foi fulminante o massacre dos tripulantes comandados pelo general. (SILVA, 1988. p. 91). Também houve conflito armado, mas foram sobretudo os conhecimentos de navegação dos pescadores que determinaram os resultados dos conflitos na Bahia. (SILVA, 1988. p. 75).

¹⁹⁹ Cabanagem – Pará (1835 – 1836), segundo Caio Prado Junior o mais notável movimento popular do Brasil. O único em que as camadas “mais inferiores” da população conseguiram ocupar o poder de uma província com certa estabilidade. Ressalta-se as lutas dos pescadores contra as normas proibitivas às suas atividades e aos impostos excessivos sobre as atividades pesqueiras pelas classes dominantes. (SILVA, 1988. p. 159).

²⁰⁰ Sociedade Cearense Libertadora” fundada em 8 de dezembro de 1880 por intelectuais cearenses e ex-escravos pescadores que interoperam o tráfico interprovincial em 1981. O Ceará é a primeira província a extinguir o tráfico interprovincial, libertando, cerca de 19.588 escravizados (SILVA, 1988. p. 187-188).

²⁰¹ Em Itagarassu Olinda os pescadores não só decidiram não pagar as rendas dos currais e nem mesmo a renda dos sítios. Foi talvez um dos primeiros movimentos de rebeldia de homens de mucambo contra os sobrados (SILVA, 1988, p. 41)

²⁰² O primeiro estudo que se tem notícias que versou sobre movimentos sociais na pesca dando destaque para Pernambuco em um recorte de 1919 – 1983. O estudo é resultado de sua dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal de Santa Maria – (UFSM). Em 2014 ampliou a temporalidade dos estudos 1920 – 2009.

²⁰³ Paz em português – expressão latina.

²⁰⁴ A desilusão com os esquemas globalizantes passou a alimentar a busca de explicações qualitativas para os novos problemas que se colocavam (...). A progressiva rigidez da teoria marxista, tal como vinha sendo usada, abriu caminho para novas formas de investigação. Os desejos de base da sociedade, sendo uma das manifestações as comunidades eclesiais de base – associativas de bairros e tantos similares, com uma certa independência em relação aos políticos profissionais e partidos políticos. (CARDOSO, 2018, p. 1).

²⁰⁵ No Brasil e em vários outros países da América Latina, no final da década de 70 e parte dos anos 80, ficaram famosos os movimentos sociais articulados por grupos de oposição ao Regime Militar, especialmente pelos movimentos de base Cristãos, sob inspiração da Teologia da Libertação (GONH, 2003, p.19).

e Martins²⁰⁶ (2015) emergem e se tornam incidentes numa conjuntura política e social específica da década de 1970 com autoritarismo recorrente e existência de marginalidade e dependência. Estes movimentos sociais, nem sempre, têm em comum uma vertente político partidário de esquerda tradicional²⁰⁷, mas colocam em questão a miséria, a ditadura e o neoliberalismo.

Outro bloco que pode ser detentor de muitos sujeitos dos movimentos sociais em qualquer situação, mas que, na América Latina, ganha contornos especiais é o que estamos chamando aqui, neste debate, de “Movimentos dos sujeitos tradicionais”, que, aqui, agrupam os debates sobre os povos indígenas e negros (MARTINS, 2015, p. 27).

Em se tratando de movimentos sociais latinos, Zibechi (2017), com ampla trajetória de estudos e trabalhos de campo neste tema, tem apontado para um novo olhar para os novos movimentos. Sua reflexão indica que o conhecimento sobre os movimentos sociais clássicos é pouco apropriado para se pensar os novos movimentos sociais, posta a diversidade de sujeitos que se organizam em outras lógicas, e, aqui, ele insere grupos quilombolas, indígenas e feministas.

Resulta importante destacar el nacimiento de nuevos movimientos, en casi todos los países, que encarnan las opresiones más acuciantes, derivadas del crecimiento exponencial del extractivismo depredador, de los feminicidios y de la violencia estructural contra los pobres. Nuevos sujetos colectivos ocuparon el centro del escenario social y político que durante largo tiempo había sido casi monopolizado por los trabajadores organizados en sindicatos, desde el siglo XIX (ZIBECHI, 2017, p. 2).

Estes novos movimentos latinos, segundo Zibechi (2017), têm algumas características comuns: a cosmologia distinta da visão ocidental, caso dos indígenas; o cheguevarismo militante e a Teologia da Libertação. Tais tendências são observadas na resistência destes grupos frente às crises e reformulação do capital neoliberal nos modelos de fazendas no campo e de fábricas nas cidades. Estas crises e tendências têm possibilitado a territorialização dos novos movimentos sociais que buscam recuperar suas terras, bem como autonomia em relação aos partidos políticos, afirmar a identidade, formar intelectuais, questionar o patriarcado, além da preocupação com a organização do trabalho e relação com

²⁰⁶“(…) As raízes das lutas na América Latina se baseiam na comum oposição às ditaduras, às políticas econômicas liberais, ao crescimento das desigualdades sociais e ao fracasso das políticas eleitorais convencionais” (MARTINS, p. 23 -24 2015).

²⁰⁷ No plano da produção de conhecimento sobre os movimentos sociais, análises fundadas nas narrativas que estabeleciam uma clara conexão entre classes sociais e movimentos sociais, e a centralidade da classe operária como sujeito fundamental das transformações sociais, reduziram-se em toda a América Latina neste novo milênio (GONH, 2018, p. 12).

natureza, posto que os meios de produção e a propriedade são partes significativas a serem enfrentada no campo e na cidade.

Las nuevas territorialidades son el rasgo diferenciador más importante de los movimientos sociales latinoamericanos, y lo que les está dando la posibilidad de revertir la derrota estratégica. A diferencia del viejo movimiento obrero y campesino (en el que estaban subsumidos los indios), los actuales movimientos están promoviendo un nuevo patrón de organización del espacio geográfico, donde surgen nuevas prácticas y relaciones sociales. La tierra no se considera sólo como un medio de producción, superando una concepción estrechamente economicista. El territorio es el espacio en el que se construye colectivamente una nueva organización social, donde los nuevos sujetos se instituyen, instituyendo su espacio, apropiándose material y simbólicamente (ZIBECHI, 2017, p. 48).

As diferenças destes novos movimentos latinos, sejam eles operários²⁰⁸, camponeses ou os tradicionais têm reordenado outras grafias de onde tem emergido novas práticas de relações sociais que ensejam um novo mundo real possível, nas brechas do capitalismo, nas últimas duas décadas.

Em relação aos novos movimentos sociais, Gonh (2004) chama a atenção para pensar o desafio de superar as fronteiras das demandas dos fenômenos locais que tendem a não absolver as demandas gerais. Nesta perspectiva, no bojo dos novos movimentos sociais, há segmentos que possuem especificidades históricas e tendências comuns, a exemplo daqueles que têm problemas sociais e características semelhantes expressas em sua cultura que pautam a busca pelo acesso e uso equilibrado/irrestrito dos elementos da natureza – numa perspectiva do ecologismo social, a exemplo das culturas tradicionais. No bojo deste discurso, podemos inserir o movimento dos pescadores artesanais.

Alentejano (2018), por sua vez, pondera que os tidos novos movimentos sociais devem ensinar expressões mais gerais de classe que se posicionem nas ações sociais e no conflito e, que, estes grupos agreguem “, de alguma forma, associações ao mundo do trabalho e do capital” (Alentejano 2018 p. 20). Assim, os novos movimentos sociais, ou movimentos sócio-territoriais do campo brasileiro, se constroem na busca de forjar os territórios próprios, e, no curso deste caminho é possível forjar a identidade de classe como motivação, frente às experiências de restrições e dominações vivenciadas em comum.

Neste ponto, vale retomar uma realidade fática, específica, em relação aos pescadores-quilombolas-vazanteiros do Norte de Minas. A realidade social da luta deles, nos

²⁰⁸ Referência ao Movimento Piqueteiro da Argetina que tem assumido as fábricas abandonadas e organizando-se sem padrão.

aponta para uma questão contrastiva em relação aos objetivos e finalidades do escopo das concepções e projetos *stricto sensu* da esquerda tradicional, o que não se quer dizer que não se tenha uma identificação enquanto classe trabalhadora, mas é preciso reconhecer, como já fora dito aqui, em outros momentos, estes não vendem a sua força de trabalho diretamente para um patrão, diferença inicial em relação aos grupos de operários urbanos ou trabalhadores assalariados do campo, assim como não são indiferentes às causas trabalhadoras. É preciso ponderar também, que o capitalismo engendra outras formas de relação de produção para além da tipicamente capitalista, a de assalariamento - ou até mesmo, não exclui a possibilidade de formas de assalariamento disfarçada entre esses povos. O pescador que trabalha por conta própria, nos casos em que vende/troca seu peixe aos seus fregueses na feira livre ou de porta em porta como é mais comum, incorre no contexto em que é possível o preço estar mediado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, entre outros fatores, o assalariamento que não tem uma única fonte histórica.

Nesse sentido, compactuamos com Giddens²⁰⁹ ao entender que “outros movimentos sociais são também importantes e podem ser vinculados ao caráter multidimensional da modernidade” (GIDDENS, 1991, p. 158), que atuam em oposição ao capitalismo numa perspectiva de transformações do presente e do futuro nas contradições da modernidade.

No âmbito dos movimentos sociais na pesca, Callou (2014), Silva (1988) e Ramalho (2014) consideram movimentos sociais na pesca como espaços coletivos contestatórios e de resistência contra as estruturas de opressão, que possibilitam a solidificação de uma identidade comum articulada às questões nacionais dos trabalhadores (as) da pesca.

Os movimentos sociais de pescadores artesanais são processos políticos sociais construídos como expressão coletiva de lutas, resistência e poder dos pescadores e pescadoras, os quais a partir de seus interesses, conflitos e disputas **desenvolvem uma identidade coletiva**, que luta pela manutenção de seus bens materiais simbólicos e pelo acesso irrestrito aos recursos naturais de seus territórios. (CALLOU, 2014, p. 119).

É oportuno considerar que no interior das organizações de pescadores, em âmbito internacional, há uma dupla tendência: uma patronal-proletária influenciada pelo Chile, país com fortes traços de aquicultura na América Latina e a segunda pela não proletarização,

²⁰⁹ Para os que associam a modernidade acima de tudo ao capitalismo ou industrialismo o movimento trabalhista é o movimento social por excelência que agem na vanguarda da história. Seus críticos concentram a atenção em afirmar que movimento trabalhista são um grupo importante nas primeiras fases do desenvolvimento da ordem industrial, tornando-se ulteriormente um grupo de interesses entre outros. (GIDDENS, 1991, p. 140).

puxada pela Índia e Brasil, conforme salienta Diegues²¹⁰ (2014), ao referenciar que o MPP e CPP faz a defesa desta última proposta.

Em se tratando da Pastoral dos Pescadores (CPP), esta emerge no horizonte da Teologia da Libertação (TL)²¹¹, temporalidade em que “os movimentos sociais passaram a eclodir novamente” (CALLOU, 2014, p. 74), em oposição aos sistemas repressivos, especificamente, ao regime militar no Brasil. O método utilizado para organização da TL, centra-se no ver-julgar-agir na realidade. Segundo Silva (1988), a ação pastoral com os pescadores (as) tem como missão denunciar todas as formas de repressão colaborando para que os pescadores protagonizem as mudanças das estruturas que geram a opressão – entretanto nas Colônias de pescadores era impossível iniciar tais discussões - conforme salienta o pescador Benedito, seu Bi, delegado constituinte de 1988.

Nas Colônias não dava, ela não era entidade de classe, os interventores eram o pessoal da marinha de guerra. Na época quem ajudava nós a articular no plano nacional eram os partidos de esquerda e a Igreja Católica. Eles ajudavam a fortalecer as redes com outros estados e outros trabalhadores com as formações lá em Olinda, na sede Nacional da Pastoral dos Pescadores. Começamos a organizar nas bases os pescadores e também os pequenos trabalhadores que eram explorados por fazendeiros. Ali nós já discutíamos a questão da reforma agrária para que o pequeno pudesse ter um pedaço de terra para produzir, seja os trabalhadores com registro e sem registro. Daí também nós organizamos no combate contra o Regime Militar nas reuniões nos sindicatos e nas associações. (Benedito Matias Porto, 66 anos²¹²).

Na percepção de seu Benedito, as formações nos partidos de esquerda e nos conselhos pastorais²¹³ nas diversas Comunidades Eclesiais de Base- CEBs, possibilitaram a emersão e ampliação geográfica de uma rede de trabalhadores da pesca. Conforme salienta Ramalho (2014) e Cardoso (2014), na medida em que se intensificava a organização dos pescadores, aos poucos iam se desvelando os conflitos silenciados entre Marinha e pescadores (as). Um dos pontos cruciais das divergências eram demandas por territórios de pesca, que

²¹⁰ (...) A Confederação dos Pescadores do Chile - COPANACH achava que a saída dos pescadores artesanais seria se transformar em pequenos empresários da pesca. As lideranças da Índia entendiam que entidade deveria representar os movimentos de massa em sua luta por direitos. Essa primeira ideia acompanha o entendimento defendido pelo MPA. A segunda ao meu ver tem representante junto ao CPP (DIEGUES, 2014, p. 4).

²¹¹ A questão de fundo da Igreja Católica não era de sacramenta as injustiças sociais e a exploração que os povos sofrem, mas sim abrir, um espaço para que essas massas exploradas passassem a ver-julgar-agir sobre as condicionantes de sua própria exploração. (CALLOU, 2014 p. 74).

²¹² Anotações de Caderno de campo, Buritizeiro, 22 de julho de 2018.

²¹³ O período de maior ênfase do trabalho pastoral, mas comunidades pesqueiras, encontrou resistência, na medida em que os pescadores mais organizados, se opuseram a perder seus territórios e passaram a desenvolver um movimento social pela posse da terra. Nesta perspectiva, vários conflitos se estabeleceram com as capitânicas dos portos, já que vários terrenos eram ocupados pelos pescadores com ameaça de desapropriação eram da Marinha. (CALLOU, 2014, p. 84).

não eram temas de discussão nas colônias que estavam sobre intervenção da Marinha, posto que, as áreas de interesse da Marinha sobrepunham aos territórios de pesca.

Era difícil de travar uma discussão sobre a questão territorial dentro das Colônias. Elas estavam com interventores da capitania dos portos, mas no Rio São Francisco existia um certo respeito com os pescadores pelos fazendeiros, isso porque os pescadores eram tidos como fiscais da Marinha. Era permitido o pescador fazer sua casa provisória nos pontos de pesca, porém com restrição. Os pescadores não podiam fazer nada fixo, no caso de casas de alvenaria, tudo devia ser feito de modo que fosse retirado para outro lugar rapidamente. Mas sempre tinha divergência porque antes da Marinha atuar ali já tinha comunidades que residiam naqueles lugares a gerações (Josemar Alves Durães, 59 anos²¹⁴).

É notório ressaltar que o apoio do CPP aos pescadores (as) é expressivo no Norte e Nordeste do país, chegando a abranger fortemente em Santa Catarina e Paraná nos primórdios, entretanto, pouco expressivo no Sudeste e inexistente no Centro-oeste (somente sede política atualmente). Ainda assim, nas grandes questões nacionais da pesca, consegue exercer um papel de “mediador sociopolítico importante nas lutas ambientais, direitos trabalhistas, previdenciários e direitos territoriais” (Diegues, 1995, p. 22). Convém elucidar, que, no processo de redemocratização do Brasil, no mundo da pesca, ainda eram presentes sujeitos ligados à Marinha que exerciam influências e tutela sobre os pescadores nas Colônias de Pescadores, desde 1920, não obstante, nos resultados finais da Constituição do Brasil de 1988, essa relação foi mudada, doravante, as colônias passarão a ser entidade de classe e sem interventores da Marinha.

Eram duas vagas para ser delegado constituinte para o estado do Espírito Santo. O curioso foi que Minas não teve vaga de pescadores delegados constituintes, sabe? O primeiro mais votado no estado foi um ex-combatente da Marinha e eu fui o segundo. Nós íamos para Brasília e Recife nas reuniões da pastoral com o apoio das redes. Na época a pauta principal era colocar aspectos do trabalho da pesca dentro da discussão da constituinte. A Colônia não era entidade de classe e vivia na tutela da Marinha, do Ministério da Agricultura e da Superintendência da Pesca. A pauta dos territórios não entrava, porque tudo era a revelia da Marinha. A Marinha não reconhecia mesmo que pescador devia ter como pauta os territórios. Então nós não tínhamos força política nas colônias. Com a constituição de 1988 tivemos uma base jurídica tanto para livrar da tutela da Marinha e para o setor da pesca. A discussão foi ampla, mas não deu para fomentar tudo, mas algumas coisas entraram na Constituição (Benedito Matias Porto, 66 anos²¹⁵).

²¹⁴ Anotação em caderno de campo, Pirapora, 22 de julho de 2018.

²¹⁵ Anotações de Caderno de campo, Buritizeiro, 22 de julho de 2018.

Paralelo a constituinte, emerge o contexto onde se multiplicam vários movimentos sociais, dentre eles, o movimento dos pescadores que buscou fomentar a construção de uma articulação nacional de pescadores para propagar, defender e ampliar os direitos, a ser materializado, preliminarmente, no Movimento Nacional de Pescadores (Monape) como dinamizador das pautas.

A literatura sobre movimentos sociais na pesca em Minas Gerais é demasiadamente escassa e incipiente, inclusive, como foi observado, os pescadores (as) mineiros não participaram como delegados na constituinte. Por esta, e outras razões, optou-se por não fazer um recorte temporal do MPP²¹⁶ em Minas Gerais, mas evidenciar as percepções dentro da comunidade a partir da organização cotidiana e nos embates externos à comunidade, ora com pauta específica da comunidade, ora com pautas ampliadas de um projeto coletivo de pescadores (as) organizados como MPP, em Minas Gerais.

3.2 Caminho metodológico: a terceira navegação

Se optarmos por fazer um recorte de escala enquanto Norte de Minas, observamos que a categoria comunidades tradicionais/camponeses e a categoria produtores rurais está em tensão com agendas coletivas, respectivamente em órgãos de influência e decisão, seja em Brasília, seja em Belo Horizonte, além de embates em meios de comunicação televisivo de capilaridade nacional²¹⁷. Nesse sentido, como já planejado no CEP, realizamos pesquisa de campo multissituada conforme propõe Marcus (1991). Para o autor, em muitos contextos, as pesquisas podem ser melhor desenvolvidas quando se utiliza no método possibilidades, que busquem interpretar outros espaços que não sejam somente a comunidade.

Na percepção de Marcus (1991), a etnografia contemporânea se vê obrigada a abandonar uma perspectiva de análise que parte unicamente da experiência explicada em um nível local e/ou procurar o atendimento de um ponto de vista global, posto que “ambos” são de algum modo dimensões que emergem de um e outro lugar que se pretende abordar. Para

²¹⁶ O MPP inicia em Minas Gerais a partir da campanha pelos territórios pesqueiros em 2012. Antes já havia um movimento de pescadores localizados em 02 colônias que faziam oposição a Federação de Pesca, especialmente a Colônia de Ibiaí que tem uma diretoria colegiada. Com a Chegada da Pastoral dos Pescadores foi possível ampliar a organização dos pescadores em nível de Estado e Nacional. (Josemar Alves Durães, 66 anos julho de 2018).

²¹⁷ Disponível em: <<https://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/16474842/grupos-destroem-vegetacao-perto-do-rio-sao-francisco.html>. > Acesso em 25 de julho de 2018.

este, os fundamentos do local e do global podem ser melhor compreendidos se pensados como dimensões que estão em rede. Esse deslocamento, para além do binarismo, coloca em questão a necessidade de trazer para a “reflexão antropológica o modo como as vidas coletivas e individuais são negociadas nos lugares onde o pesquisador faz suas pesquisas de campo” (MARCUS, 1991 p. 197). Assim, apoiando em Marcus (1991), busca-se percorrer estas outras trilhas de pautas coletivas dos comunitários no intuito de dissolver as fronteiras do global x local.

Para melhor desenvolver, a etnografia multissituada, nas experiências de campo, esta pesquisa buscou estranhar a cotidianidade como um passo inicial nas observações, uma vez que o “estranhamento é uma forma de compreender o outro. Observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo cadeias de significação” (CARDOSO 2018, p. 10). Destarte, para melhor analisar a atuação da comunidade na defesa de seus direitos territoriais, buscou-se estar em algumas reuniões e articulações mobilizadas pela mesma. Entre os pescadores-vazanteiros-quilombolas de Croatá, procurou-se fazer uma descrição densa e compartilhada nestes múltiplos locais, essencialmente, daqueles (as) que participam como dinamizadores locais do MPP na Comunidade. Desse modo, a atividade de campo se efetivou em dois espaços, conforme propõe Marcus (1991). O primeiro espaço foi a comunidade, buscando compreender a organização que motiva a resistência no território, especialmente no capítulo I e II desta pesquisa. O segundo espaço foi externo à comunidade, ora com pautas específicas de Croatá, ora em uma articulação dos pescadores de Croatá com outros pescadores de Minas em defesa do Projeto de Lei de desenvolvimento das comunidades pesqueiras, que foi apresentado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), cuja centralidade é o Território Pesqueiro.

Este capítulo foi construído no contexto em que a comunidade vivia a experiência de uma liminar de reintegração de posse²¹⁸, que, posteriormente, foi suspensa²¹⁹. Isso implicou observações em 1 audiência pública em Brasília, na Comissão de Direitos Humanos dos deputados federais²²⁰, onde foram tratadas as pautas de Croatá. Ainda sobre esta reintegração

²¹⁸ 2ª Vara S. J. Federal de Montes Claros/MG. deferida pelo juiz federal da 2ª região de Montes Claros, em 22 de abril de 2018. Decisão nº 0008590-64.2016.4.01.3807, em 22 de abr/2018.

²¹⁹ Tribunal Regional Federal da 1ª Região. pelo desembargador federal da 1ª região de Brasília, em 11 de julho de 2018. Decisão nº: 1013278-56.2018.4.01.0000, em 11 jul/2018.

²²⁰ Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2018/07/12/trabalhadores-de-mg-denunciam-violencia-fundiaria-no-norte-do-estado/> > Acesso em 26 de Julho de 2017. Audiência realizada em 12 de Julho para tratar da violência no Norte de Minas e situação de reintegração de posse em Comunidades tradicionais em área da União.

de posse, também foram feitas observações de campo na realização da Mesa de Diálogo e Conflitos Urbanos e Rurais de MG (órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado de Minas – SEDA) que foi realizada no SESC²²¹ de Januária, onde se tratou, exclusivamente, deste tema. A proposta da Mesa de diálogo é mediar o conflito entre as partes. Estiveram presentes a comunidade, a defesa de ambas as partes e instituições do Estado convidadas pela Mesa de Diálogo e pela comunidade²²². Estas três atividades totalizaram **6** dias de campo. Uma outra atividade de campo que participamos foi o Fórum Alternativo Mundial da Água²²³, período em que a comunidade fez duas atividades paralelas em Brasília com outros pescadores-quilombolas da Bahia, uma na Fundação Cultural Palmares e outra no INCRA pautando regularização territorial.

Tendo em vista uma articulação mais ampla de pescadores (as) na defesa do PL de territórios pesqueiros que tramita na ALMG, foram observadas as seguintes atividades de campo: reunião na sede da EMATER²²⁴, em Montes Claros; reuniões do MPP, em Januária²²⁵ e em Buritizeiro²²⁶, Seminário na Unimontes/Centro de Pastoral,²²⁷ em Montes Claros, totalizando 14 dias de campo.

Para este capítulo, foram realizados **8 dias** campo²²⁸ (entrevistas e anotações em caderno de campo na comunidade); **6 dias** externos à comunidade, cujas pautas eram os conflitos e regularização do território específico da comunidade e **14 dias de** campo externos à comunidade em que membros da comunidade, com outros pescadores de Minas, estavam discutindo e propondo o Projeto de Lei dos territórios pesqueiros, totalizando **28 dias**.

Em meio a estas atividades de campo foram feitas duas entrevistas com pescadores externos à comunidade. As entrevistas foram relevantes, no sentido de se entender o processo de configuração de um movimento específico na pesca com pescadores experientes que começaram a articular estes movimentos, seja em Minas, seja no Espírito Santo. O primeiro pescador, Seu Benedito (Seu Bi), participou enquanto delegado constituinte, o que resultou na inserção de aspectos do trabalho da pesca na Constituição de 1988, contexto de emersão do Monape. O segundo pescador, externo à comunidade, por sua vez, contribuiu no processo de

²²¹ Serviço Social do Comércio – SESC.

²²² INCRA, Procuradoria da 6ª Câmara de Povos e Comunidades Tradicionais, Procuradoria Federal do Direito do Procuradoria Federal da República do Direito do Cidadão em Montes Claros, CPT, CPP).

²²³ Observações de campo realizada nos dias 17 - 22 de março de 2018.

²²⁴ Observações de campo realizada nos dias 7 e 8 de março de 2017.

²²⁵ Observações de campo realizada de 5 - 10 de abril de 2018, na Comunidade de Croatá, em Januária.

²²⁶ Observações de campo realizada de 22 e 23 de julho de 2018 em Buritizeiro.

²²⁷ Observação de campo realizada em 14 - 17 de maio de 2018.

²²⁸ Observação de campo realizada entre 31 de dezembro de 2017 - 07 de janeiro de 2018.

configuração da Colônia de Pescadores de Ibiaí. Esta Colônia é interessante pela resistência a filiação à Confederação de Pescadores em Minas Gerais, ademais, esse pescador participou da direção colegiada nacional do MPP por dois ciclos, inclusive, participou da fase de criação do MPP e do conseqüente rompimento com o Monape em nível nacional.



Figura 28: Comunidade de Croatá e da BA com pauta no INCRA/Brasília. Arquivo: Rafael Pereira, 2018.



Figura 49: Comunidades de Croatá e da Bahia reunindo com presidente da Palmares. Arq. Rafael Pereira, abril de 2018.



Figura 50: Moradora de Croatá na defesa da comunidade no SESC. Januária/MG 12 de junho de 2018. Arq: Rafael Pereira, 2018.



Figura 51: Representantes de comunidades e assessorias para o PL em Montes Claros, - Arq; Rafael Pereira, 15 de maio de 2018.



Figura 52 Comunidades com assessorias em direito discutindo o PL, em Januária-MG - Arq; Rafael Pereira, 15 de abril de 2018.



Figura 53: Lideranças de pescadores de Minas no FAMA, em Brasília. Arq: Rafael Pereira, 17 março, 2018.

Todos estes interlocutores, sejam comunitários de Croatá ou não, são entendidos nesta dissertação como sujeitos de pesquisa, que se encontravam nas múltiplas trilhas, o que exigiu ao pesquisador se colocar nos caminhos de modo itinerante, e, de um lugar para outro, buscou-se apreender/sistematizar e construir conhecimento nos caminhos traçados por Croatá.

3.3 – O movimento dos pescadores por terra e água em campanha pelos territórios pesqueiros: “Cerca nas águas e na terra derrubar”!

A expropriação da terra e água das comunidades tradicionais do Norte de Minas, posteriormente tornados ativos do Estado²²⁹, foram, em boa medida, transfigurados em mercadoria na corrida de fazendeiros e empresários aos incentivos fiscais do Estado que se sobrepuseram a um modo de vida tradicional, cuja síntese em Croatá, se expressa na identidade quilombola-pesqueira-vazanteira. É no bojo do processo da experiência expropriatória e de retomada do território tradicional de direito, que Croatá se insere no MPP. O MPP é um destes movimentos insurgentes que se pauta na oposição contra a acumulação do capital por expropriação e contra o desenvolvimentismo violento expresso nas contradições da modernidade. A postura do MPP se orienta na defesa dos direitos, territórios e

²²⁹ A terra, a água, a floresta e o ar são esses os ativos confinados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa (...) apesar desses ativos e vende-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara numa escala sem paralelo na história (HARVEY, 2003, p. 133).

afirmação da identidade pesqueira, e, não necessariamente, numa perspectiva de engajamento político com aspiração de tomar o Estado.

O Movimento de Pescadores e Pescadoras do Brasil (MPP) assumiu o que a Marinha nunca ia fazer e o que o Monape e as Colônias, de modo geral, não quis enfrentar, porque o MPP observou que os pescadores estão perdendo as áreas de trabalho e morada para imobiliária, petroleiros e fazendeiros. O pescador está perdendo os lugares onde ele trabalha, circula e mora. Ele perde a noção de origem e trabalho. Na época da Constituinte, antes de promulgar a Constituição, veio a necessidade de formar um corpo organizativo que deu origem ao antigo Monape para dar conta de fazer nas bases aquilo que não conseguimos que entrasse na pauta. (...) O problema foi que o Monape partiu para entrar no poder das Colônias e deixou de ser combativo, caiu na lógica do poder e na burocracia das Colônias, mudou o perfil da visão. É aí que o MPP surge e permanece até hoje defendendo os direitos do setor da pesca e os territórios ameaçados. Pode ver, as Colônias dificilmente aderem ao MPP. As Colônias defendem mais a manutenção do seguro defeso, mas o pescador pouco participa da defesa dos direitos. Então o MPP pensa mais amplo para os direitos humanos: a moradia, o ambiente de trabalhar e é contra os interesses desenvolvimentistas da economia que impacta no território das nossas comunidades tradicionais. (Benedito Porto, 66 anos²³⁰).

Como é perceptível, as mudanças nos princípios que norteavam o Monape fizeram com que este se afastasse das bases buscando manter-se na burocracia e no fisiologismo, ao invés de assumir as demandas da categoria pesqueira. É neste contexto que emerge o MPP (cujo marco temporal é 2009 na Conferência Paralela²³¹, em Brasília) como um divisor de águas que rompe com o Monape que atualmente se reduziu a um escritório no Maranhão. O MPP tem clara a motivação de origem do Monape, posição de buscar garantir os direitos conquistados ampliando-os. O diferencial do MPP para o Monape, no nosso entendimento, está na busca de se fortalecer nas bases e influenciar as demandas nacionais, enfrentando a expropriação territorial enquanto um projeto coletivo de pescadores (as) artesanais articulados na luta por territórios pesqueiros e na afirmação de uma identidade coletiva de pescadores, contexto em que se insere a comunidade de Croatá.

Neste sentido o MPP luta em defesa e garantia da permanência em seus territórios tradicionais que é uma luta em defesa da proteção dos ecossistemas (...) pela valorização de uma tradição cultural que aponta para alternativas para superação do modelo atual de desenvolvimento vigente (CPP, 2016. p. 17).

²³⁰ Anotações de Caderno de campo, Buritizeiro, 22 de julho de 2018.

²³¹ Evento realizado no estacionamento do estádio Mané Garrincha, em Brasília, em contraposição a Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura, onde milhares de pescadores artesanais em oposição ao Estado acamparam entre 28 a 30 de setembro e debateram um esboço de política para o desenvolvimento da pesca artesanal.

O MPP, ao pautar a defesa dos territórios em processo ou expropriados, se insere no contexto de conflitos por água²³² e terra que, de maneira geral, foram tratados de modos diferenciados no Brasil, enquanto o primeiro foi silenciado, o segundo conflito sempre foi fenômeno explicitado e tema de interesse dos estudiosos. Em grande parte, como já supracitado, os conflitos eram silenciados pelas influências da Marinha nas Colônias de pescadores, não obstante as comunidades pesqueiras conviverem há décadas em meio aos conflitos e anseios de ter terras e águas livres, conforme salienta seu Euclides: “Quem vive em água é peixe, pescador e pescadora vive na terra e trabalha na água²³³”, portanto, ambas são unidades indivisíveis para tais comunidades.

A água se encontra em simbiose à terra, seja ela subterrânea, superficial ou pluviométrica, sendo a primeira volátil. No modo de produção capitalista, água e terra são tidas como meio para garantir a vitalidade do modo de produção capitalista. Por esta razão, ambas são expropriadas dos camponeses e comunidades tradicionais como foi perceptível observar na audiência de instrução,²³⁴ em Montes Claros, entre a defesa da comunidade e a defesa do empresário-fazendeiro, ali, terra-água oscilava entre o viver bem (morar-trabalhar-viver) e como mera mercadoria. Ali, o modo de vida tradicional e o mero lucro são escancaradamente opostos, e, tais divergências expressam a intencionalidade de classes.

Portanto, a água e a terra, numa escala maior, se encontram na interface do mesmo polo, em se tratando dos pescadores e pescadoras artesanais do Brasil, aqui especificamente representado pelos pescadores-vazanteiros de Croatá e pela apropriação do capital representada pelos interesses do Estado e do agrohidronegócio (fruticultura irrigada, matriz energética hídrica, pastagens para gado em confinamento, entre outros). Nesses termos, como salienta Cunha e Carvalho (2014) os senhores da terra e da água, obtiveram e obtêm financiamento em benefício privado asseverando as desigualdades no campo em relação a estes dois elementos de vida tornados recursos.

A noção de território enquanto lugar de vida para os pescadores-quilombolas-vazanteiros do São Francisco, coligem um processo de síntese histórica de origem de trabalho-vivência-moradia, questão que não é unânime e convergente para todos os

²³² “(...) pouco ou nenhuma atenção foi dada à posse e uso das águas marinhas e fluviais, que, no Brasil desde o período colonial, nunca foi menos conflituosa do que a primeira” (SILVA, 1988, p.22).

²³⁴ Lideranças das comunidades, os advogados dos pescadores-quilombolas, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA, Fundação Cultural Palmares FCP, Pesquisadores do NIISA-Unimontes e Defensoria Pública da União e representantes do CPP e CPT realizada no dia 30 de agosto de 2017. Anotações em caderno de campo.

pesquisadores de movimentos sociais na pesca, especialmente, de região marítima que têm como base os pescadores (as), cuja produção de existência é exclusiva da pesca, e, a muito tempo expropriados, já sendo moradores de periferias próximas aos mangues e mares, como é o caso de alguns pescadores (as) do Recife-Olinda, centro das discussões de Callou.

No caso do setor pesqueiro, embora a terra seja importante, como estrutura produtiva, pois nela os pescadores constroem seus abrigos para seus apetrechos e embarcações de pesca (as caiçaras), não é um meio de produção. O que é óbvio, pois não é objetivamente na terra que a atividade pesqueira se concretiza. Isso quer dizer que a sujeição ao capital do pescador não se dá da mesma forma do campesinato, nem um movimento de pescadores não teria a reforma agrária como pauta apesar na especulação imobiliária nas praias (CALLOU, 2014, p.41).

Ao entender desta pesquisa, a dificuldade de compreensão do importante autor supracitado se encontra em sua noção de território pesqueiro, como mero meio de produção acrescido de um acentuado esquecimento do contexto histórico de expropriação das áreas agricultáveis e de morada dos pescadores (as) no país como um todo. Cabe registrar que, Pernambuco-PE, Estado em que o pesquisador acima desenvolve suas pesquisas, não somente aderiu à Campanha pelos Territórios Pesqueiros do MPP, mas aprovou a primeira Lei de Política de Pesca Artesanal do Brasil que tem como tema, os territórios dos pescadores, bem como, já regulamentou a Lei via decreto. A título de exemplo, a Lei, ao definir os territórios pesqueiros, o compreende como extensões de terra e água. De certo modo, os pescadores não reivindicam a reforma agrária, mas um pouco mais, reivindicam a regularização territorial que compreende um campo mais amplo que agregue suas necessidades físicas e simbólicas em territórios específicos, que, nos casos do mar, são as milhas náuticas, acrescidas do direito de áreas de terra, conforme Art. 2º inciso V da Lei de Pesca Pernambucana:

Territórios tradicionais pesqueiros: as extensões, em superfícies de terra ou corpos d'água, utilizadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras para a sua habitação, desenvolvimento de atividades produtivas, preservação, abrigo e reprodução das espécies e de outros recursos necessários à garantia do seu modo de vida, à sua reprodução física, social, econômica e cultural, de acordo com suas relações sociais, costumes e tradições, inclusive os espaços que abrigam sítios de valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico (LEI, Nº 15.590 de 2015).

No caso das terras crescentes do São Francisco no Norte de Minas, e se levarmos em conta as lideranças do MPP e CPP em âmbito nacional e regional, os territórios pesqueiros água-terra (lugar para pescar, morar, viver e celebrar a vida) junto aos mares, rios, açudes e barragens são condições primárias para o etnoenvolvimento das comunidades pesqueiras,

sendo assim, a regularização dos territórios de água e terra são urgentes e necessários, ao contrário do que postula Callou (2014). O óbvio em relação à necessidade de regularização territorial para os pescadores, repousa nas décadas de conflitos entre empresários-fazendeiros e pescadores artesanais comumente silenciados, sobretudo, quando, erroneamente o ideal expropriador limita o pescador à água, e, como vimos no primeiro e segundo capítulo desta dissertação, são fartas as relações de trabalhos de Norte a Sul do país em que os pescadores (as) dedicam ao cultivo da terra e não somente ao espaço água (ver tabela nas páginas 50-52).

A atividade pesqueira dos pescadores artesanais do São Francisco representa um modo de uso e apropriação articulados destes dois espaços, assim sendo, são espaços indivisos, seja o meio aquático, se levado em consideração, os lances de pesca e lagoas; seja no espaço de morada (lugar de origem do pescador), além das roças do alto, vazante e retiro nas cheias, bem como, nos lugares de exercício da sua sociabilidade, a exemplo das práticas de reciprocidade/comercialização do pescado. Assim, eis “o fundamento mais marcante na experiência pesqueira da natureza: o fato de os pescadores produzirem e se relacionarem socialmente em dois meios, a terra e na água (MALDONADO, 1994, p. 33). Desse modo, a privatização dos espaços da água e terra coloca em risco o espaço de trabalho, de morar e reproduzir a existência dos quilombolas-pescadores.

Nós pescava e tinha os barracos no alto, aí o fazendeiro não deixou nós pescar lá. O fazendeiro falou que nós tínhamos que pescar dentro d'água. Uns fizeram a cama dentro d'água, porque tinha barco que entrava água. Quem tinha barco que não entrava água fincava uma vara na água e amarrava o barco **porque no seco ele não** deixou. Foi uns 20 anos que nós ficamos assim na beira do território de Croatá. Foi naquele lance abaixo da ponte de Pedra de Maria da Cruz para Januária. (...) Era uma turma grande, muita gente. Seu Marculino mesmo dormia dentro d'água. Ele colocou 4 forquilhas e atravessou duas varas e colocou uns sacos de linhagem, sabe? E lá ele fez a cama, porque o Iran Moura, não deixava não. (Euclides Batista de Souza, 64 anos²³⁵)

Fatos como este, no passado, vivenciado por um pescador de Croatá ainda se repetem hodiernamente com outros sujeitos, sendo todos expressões das violações de direitos humanos esboçados no recente Caderno²³⁶ de Conflitos em Comunidades Pesqueiras de todo o litoral brasileiro e nos estados que compõem a Bacia hidrográfica do São Francisco, dentre estes, o

²³⁵ Anotação em caderno de campo.

²³⁶ O objetivo do caderno de Conflitos é denunciar os casos de violação de direitos humanos, sociais e ambientais e culturais das comunidades dando visibilidade às lutas em defesa dos territórios tradicionais pesqueiros no Ceará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, rio grande do norte, alagoas, Sergipe, Bahia, minas gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pará, Amazonas, Santa Catarina e de forma específica a bacia hidrográfica do rio São Francisco. A especulação imobiliária, as indústrias petrolíferas e naval, os interesses turísticos, e a questão de matriz energética, entre outros pontos de conflitos. (CPP. 2016, p. 5-6).

Norte de Minas. De modo geral, os conflitos têm no seu cerne “(...) o domínio tecnológico ligado ao produtivíssimo econômico sobre a territorialidade onde a terra, a água e os ecossistemas se tornam recursos de interesse do capital” (CPP, 2016, p. 10), inclusive, o conflito de Croatá, um dos 29 casos emblemáticos da bacia do Velho Chico atualmente.

Os efeitos dos 29 casos apresentados são decorrentes dos grandes empreendimentos, barragens, empreendimentos de turismo, especulação imobiliária, piscicultura, parques eólicos, indústria petrolífera, ente outras, **são responsáveis por 75% dos casos de apropriação indevida das terras públicas** de despejos, restrições de acesso, com expulsão de 50 mil famílias ribeirinhas de seus territórios tradicionalmente ocupados (CPP 2016 p. 85-86).

A identidade social da comunidade de Croatá enquanto pescador-vazanteiro-quilombola do São Francisco, como expôs uma pescadora-quilombola de Croatá na Comissão Federal do Direitos Humanos reitera a simbiose terra-água-povo: “Nós somos uma comunidade tradicional, vivemos da terra e da água e não temos outro lugar para trabalhar.”²³⁷ A terra e a água são expressões de trabalho, identidade e lugar dos pescadores-vazanteiros-quilombolas de Croatá que, ao defenderem seus territórios, vão se fortalecendo como fronteiras ao agrohidronegócio que ameaçam as identidades coletivas, seu meio de manutenção de existência, seus saberes, sua perspectiva de futuro e sua tradição.



Figura 54: Audiência dos pescadores na Comissão de Direitos Humanos - denunciando a violência no Norte de Minas - Arquivo CPP-MG - 12 de julho de 2018.

Desse modo, os crescentes e históricos índices de conflitos entre pescadores-vazanteiros-quilombolas e fazendeiros-empresários nos municípios de Matias Cardoso, Pedras de Maria da Cruz, Januária, Manga, Itacarambi, Ibiaí e Buritizeiro, em terrenos marginais ao

²³⁷ Enedina Souza Santos, 50 anos. Anotações de caderno de campo em uso da fala em audiência na Comissão de Direitos Humanos em Brasília. 12 de julho de 2018.

rio São Francisco, fez emergir duas ações do Estado, a primeira se materializa no Projeto Dinâmicas do São Francisco com intuito de regularização dos territórios de Comunidades Tradicionais no percurso que compreende Minas Gerais. Esta primeira é resultante da parceria SPU-MG, 6ª Câmara de Povos e Comunidades Tradicionais e a SEDA que viabilizou o recurso para o NIISA-Unimontes realizar o laudo socioambiental para viabilizar a regularização em áreas da SPU. A segunda ação do Estado refere-se a um Projeto de Lei que está tramitando na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O conteúdo deste projeto versa sobre os Territórios Pesqueiros, que surge do Projeto de Lei de Iniciativa Popular originalmente proposto na Campanha pelos Territórios Pesqueiros, defendida pelo MPP.

- **O projeto Dinâmicas do São Francisco**

O projeto Dinâmicas do São Francisco²³⁸ iniciou em 2016 a partir da parceria entre o MPP, Procuradoria da 6ª Câmara de Povos Tradicionais e Superintendência do Patrimônio da União (SPU-MG). A demanda proposta por tais órgãos partiu do princípio que seria possível resolver os conflitos nos territórios tradicionais no Norte de Minas, uma vez que os territórios se encontravam em parte, outras vezes na sua totalidade em área de domínio da União, isto é, terras do Estado, que seriam cedidas por meio de um Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), conforme expressa o procurador Edmundo na Abertura do Seminário dos Ribeirinhos do São Francisco²³⁹.

O reconhecimento territorial é inerente e constitui verdadeiro pressuposto no processo de conquista dos direitos, não apenas territoriais, dos povos e comunidades tradicionais. No caso das comunidades vazanteira, quilombolas, pesqueiras e indígenas, que habitam as margens de um rio federal, como o Velho Chico, estamos falando de áreas de indiscutível domínio da União. Por isso, a parceria com a SPU é fundamental ao empoderamento dessas comunidades, com o devido reconhecimento dos territórios onde habitam e exercem, de modo sustentável, suas atividades (Edmundo Dias Neto Junior – Procurador da República de MG, 2018).

²³⁸ O Projeto Dinâmicas do São Francisco surge a partir do Seminário: Reconhecimento dos Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais do Médio São Francisco, 01 e 02 de julho de 2015, em Montes Claros. O projeto visa fazer laudos antropológicos e ambientais de cerca de 28 comunidades ao longo do rio SF no Médio São Francisco- Norte de Minas que estão ocupado historicamente as áreas da União, além disso subsidiar a SPU, INCRA e SEDA no processo de regularização territorial das comunidades, uma vez que o território das comunidades compreende até então áreas de domínio da União, apropriadas indevidamente por particulares e terras devolutas.

²³⁹ Palestra proferida na Unimontes na abertura do seminário: Reconhecimento dos Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais do Médio São Francisco, 01 e 02 de julho de 2015. Disponível em: <mpf.jusbrasil.com.br> Acesso em 04 de agosto de 2018.

Inicialmente, a proposta se efetivaria pela comunidade Pesqueira de Caraíbas e outras 3 comunidades, extirpando os laços de parentesco e afinidade com Croatá.²⁴⁰ Todavia, as mobilizações de ambas as comunidades redesenharam o projeto, posta a indissociabilidade do parentesco e organização, fazendo emergir uma proposta de território ampliado²⁴¹ que inicialmente seria fragmentado pelo INCRA, Unimontes, SPU e SEDA. Na configuração do processo de confecção do laudo antropológico, a pesquisa foi ainda mais ampliada, posto que Croatá apresentava laços de parentesco e histórico de expropriação pela mesma fazenda Itapiraçaba, em que se encontram seus parentes quilombolas já auto identificados: Gameleira, Várzea da Cruz, Sangradouro Grande que juntas formam um território quilombola contíguo.

Entretanto, na medida em que a SPU de Minas e Brasília são pressionadas por pescadores-vazanteiro-quilombolas, os representantes dos fazendeiros, por meio de seus respectivos deputados e prefeitos da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE (AMAMS), conforme notícia do jornal Gazeta do Norte²⁴², tem pressionado o mesmo órgão no sentido de paralisar o início das demarcações, o que é observado no recuo do órgão em relação a regularização em Minas, o que não se dá em outros Estados, não obstante o planejamento da SPU prevê a demarcação das áreas do “Velho Chico”, no Norte de Minas até 2020. As mobilizações destes parlamentares, prefeitos e Sindicatos de produtores tem conseguido barrar as audiências públicas já publicadas no Diário Oficial da União,²⁴³ em ao menos 6 municípios do Norte Mineiro, com o discurso de insegurança aos profissionais da SPU, conforme comunicado da mesma. As comunidades, por sua vez, como se observa abaixo, protestaram diante de tal situação.

²⁴⁰ A proposta foi apresentada às comunidades de Caraíbas (Pedras de Maria da Cruz), (comunidade Ilha da Maria Preta, em Itacarambi), (quilombo de Praia e Comunidade Pau Preto em Matias Cardoso) em fevereiro de 2016 pelo NIISA-Unimontes, SPU, INCRA e Procuradoria da 6ª Câmara. O questionamento de Croatá e Caraíbas aos órgãos foi a impossibilidade de regularização territorial iniciar extirpando outras comunidades de pescadores-quilombolas de Caraíbas fragmentando o território e os laços de parentesco entre as comunidades.

²⁴¹ Por questões de segurança das comunidades não será apresentado o mapa contendo o território ampliado definitivo.

²⁴² Os prefeitos do Norte de Minas se reuniram com a Secretaria Nacional do Patrimônio da União (...), para discutir a situação de demarcação das terras do Governo Federal na região. A comitiva foi liderada pelo presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene (AMAMS), Marcelo Felix e contou com a participação de vários prefeitos do Vale do São Francisco. Gazeta Norte Mineira Disponível em: <https://gazanortemineira.com.br/noticias/regional/amams-pede-spu-discussao-sobre-a-demarcacao-de-terras-no-vale-do-sao-francisco>> Acesso em 26 de maio de 2018.

²⁴³ As audiências ocorreriam nestes dias 10, 11 e 12 de abril nos municípios de Ponto Chique, Ibiaí e Buritizeiro, conforme publicadas no Diário Oficial da União em 02/03/2018/edição 42/seção 3/página 165.



Figuras 55 e 56: Ato contra cancelamento de audiências públicas da SPU – Arquivo CPP/MG 9 de maio de 2018.

A demarcação das áreas de marinha tem prazo até 2020. É preciso que demarque as áreas da SPU, patrimônio da União, às margens do rio São Francisco em relação as comunidades que cumpriram as exigências burocráticas. A solução é relativamente simples, temos que concentrar esforços para a demarcação definitiva dessas áreas. Hoje o ambiente no Norte de Minas é de intranquilidade social. Não podemos admitir falar de mortes e fingir que nada acontece. Fui até a comunidade de Croatá e vi como a área está bem preparada, com o uso tradicional e não predatório dos recursos naturais. Isso já habilita a titularidade, a ter um Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). (Eliana Toreli²⁴⁴, procuradora da 6ª Câmara em Brasília).

O pescador Benedito, por sua vez, observa que tal situação aponta para a força do capital sobre o Estado. E, em relação a não regularização territorial para as comunidades tradicionais, argumenta que retirar a terra do mercado implica na continuação da resistência de pescadores artesanais que não colocam o seu trabalho a ser explorado pelo capital.

Os pescadores buscam a cultura do bem viver e tem os interesses econômicos e financeiros que vão defender o acúmulo de riqueza. São duas fontes que não andam juntas – por isso que tem conflito entre as comunidades tradicionais e o capital. A SPU está nas mãos de políticos que são financiados pelo capital. O superintendente da SPU de Minas não tem interesse de regularizar território. As ideias da SPU não foram ocupadas pelas ideias das comunidades de pescadores. Eles querem mão de obra barata de pescador e quilombola. O saco de pôr dinheiro dessas empresas de petróleo e fazendeiros é de borracha. O capital está com muita pressa e está destruindo tudo, inclusive os direitos que nós lutamos para colocar na Constituição. (Benedito Matias Porto, 66 anos²⁴⁵).

²⁴⁴Disponível

em;<<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoespermanentes/cdhm/noticias/201csao-francisco-vivo-territorio-pesqueiro-livre201d>> Acesso em: 28 de julho de 2018.

²⁴⁵ Anotações de Caderno de campo, 29 de setembro de 2017.

Embates na SPU evoluem para uma correlação de força desproporcional. Isso se observa nos conflitos que poderiam ser resolvidos com a regularização territorial em favor das comunidades tradicionais, mas que contraditoriamente, são inseridos em etapas burocráticas não aplicadas em todos os estados do país²⁴⁶. É na procrastinação das decisões motivadas por forças políticas do capital, materializadas em influências de parlamentares, que fazem emergir os entraves, ainda que nas restrições de técnicos da SPU, consiga-se atender as condições técnicas de demarcação das áreas necessárias para a regularização de parte dos territórios. Todo este cenário, tem imposto às comunidades acionar o jurisdicionismo, ao observarem que na face real dos conflitos, elas encontram-se em oposição à classe proprietária das terras, outrora facilitadas pelo Estado, que atualmente lhes negam o direito à regularização territorial. A questão que fica é mensurar o papel e a responsabilidade do Estado no cenário de violência produzida pelos proprietários de terra no Norte de Minas, como observam as pastorais sociais²⁴⁷ e o Ministério Público:

Quem pegar em armas para expulsar comunidades vai enfrentar o MP. Precisamos levar a institucionalidade ao Norte mineiro, com a presença do Ministério Público, órgãos de segurança pública e governos do Estado e Federal. São propriedades públicas sendo utilizadas indevidamente por irresponsáveis, porque quem devia tomar conta, não faz o trabalho. (Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Procurador de Justiça, e Coordenador do Centro Apoio Operacional de Conflitos Agrários - MPMG²⁴⁸).

- **O Projeto de Lei de desenvolvimento das comunidades tradicionais pesqueiras.**

Como é perceptível, os pescadores articulados enquanto MPP, continuam a forjar sua identidade em meio aos conflitos. É no mesmo contexto conflitivo onde o direito de viver bem são banalizados é que os pescadores apresentam suas proposições de um projeto de vida para os diversos agrupamentos de pescadores (as) artesanais do Brasil que buscam garantir o direito territorial. No caso de Croatá, a territorialidade é resultante dos constructos sociais, isto é, sua categoria êmica vivenciados nos diversos lugares socializados por estes no

²⁴⁶ Em Minas Gerais a SPU tem exigido Plano de Manejo Ambiental e Laudo Antropológico, o que não é regra em outros estados, que, de modo geral, exigem apenas a identificação de área indubitável da União.

²⁴⁷ O Norte de Minas representa hoje essa articulação imoral do latifúndio com setores do Estado. A omissão do Estado está se concretizando na violência e eles estão com as mãos sujas de sangue, além disso é uma prática de racismo ambiental. Os entraves burocráticos técnicos já estão resolvidos, agora a questão é um embate político”. (Ormezita Barbosa de Paulo, 12 de julho de 2018).

²⁴⁸Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoespermanentes/cdhm/noticias/201csao-francisco-vivo-territorio-pesqueiro-livre201d>> Acesso em 28 de julho de 2018.

território que compõe o “seco” onde o rio normalmente não vai (quintal, matas, morro e carrasco...) e o “molhado” (rio, vazante, lagoas...).

O processo da constituição da identidade social do pescador artesanal do São Francisco se dá na alteridade, pela forma de reconhecer o outro. Pelos rituais de afirmação dos significados e sentidos partilhados por seu coletivo; e pela afirmação do sentido de pertencimento ao lugar. (VALENCIO, 2007, p. 29).

A territorialidade, expressão da apropriação social dos lugares, (água e terra), e a defesa do território, não pode ser confundida como autonomia stricto sensu, mas processos de resistência em busca de possibilidades de existência da mesma. Se para estes que estão em conflito, a “territorialidade é um conjunto de práticas que permitem apropriação social do espaço, o contra espaço não é espaço da autonomia, mas do conflito e da resistência” (Alentejano 2018, p. 8-9), cuja síntese desses sujeitos, aqui, pode ser nomeada por identidade pesqueira-vazanteira-quilombola em resistência.

Assim, as ações cotidianas da comunidade de Croatá, organizada enquanto MPP, coloca em questão a expropriação instituída pelo capital e o seu projeto instituinte de comunidade que busca instaurar seu território pesqueiro-quilombola. Castoriadis (1989) afirma ser próprio da ação humana a invenção e estabelecimento das instituições imaginadas. O próprio ocidente é resultante da criação de um projeto de autonomia dos indivíduos, ainda que tais sujeitos sejam impelidos a transformar a sociedade, sem que necessariamente se tenha um outro projeto para substituí-la.

O projeto democrático é o esforço, ainda não realizado, encarnado nas instituições, por pouco que se possa fazer da autonomia individual e social. Em outras palavras, o projeto anda junto com a emergência e a afirmação da capacidade da sociedade de colocar em questão suas instituições e mudá-la. (CASTORIADIS, 1989, p. 82).

Para Castoriadis (1986), as significações imaginárias sociais são como um conjunto de valores, normas, métodos que dão sentido e penetra a vida em sociedade orientando-a. Por isso, “cada sociedade tem suas significações imaginárias” (CASTORIADIS, 1986, p. 67). O homem enquanto sujeito sócio-histórico é a saída em seu pensamento para enfrentar a heteronímia das representações da sociedade instituída, no caso de Croatá, o Estado e o capital são estas instituições instituídas e sua luta enquanto MPP o projeto instituinte (busca de autonomia).

Na dimensão conjuntista-identitária, a instituição da sociedade opera (age e pensa) de acordo com os mesmos esquemas que estão ativos na teoria (...) dos conjuntos: elementos, classes, propriedades, relações, tudo isso formulado como bem distinto e bem definido (CASTORIADIS, 1986, p.71).

Se por um lado Castoriadis afirma a existência de uma lógica conjuntista-identitária com uma racionalidade instituída com tendência determinista, por outro lado, aponta outra saída em busca da transformação da sociedade em vista da autonomia, uma vez que os movimentos sociais podem subverter a ordem societal e modificá-la, pois, para este, o campo de possibilidades emerge da constatação do homem como agente construtor de sua história, em suas palavras, o sujeito socio-histórico.

Uma nova sociedade só pode nascer, ao mesmo tempo e no movimento, novas significações aparecem, quero dizer, novos valores, novas normas, novos modos de dar sentido às coisas, as relações entre seres humanos, a nossa vida em geral (CASTORIADIS, 1986, 86).

Croatá representa o projeto de uma “sociedade pesqueira do Brasil organizada enquanto MPP” na busca por autonomia, iniciada nas defesas de seu território. Sob o ponto de vista concreto, o significado do imaginário faz emergir o projeto de uma coletividade construída pelos pescadores enquanto sujeitos políticos. Croatá é “um microcosmo do projeto do MPP”, que compartilha do imaginário de tantos outros pescadores país afora. A nova ordem instituinte da significação imaginária dos pescadores, enquanto sujeitos políticos, é compartilhada na defesa e garantia dos territórios pesqueiros que é desordem para a sociedade instituída. Esse espaço da criação do imaginários dos pescadores – sujeitos sócio-históricos, contra a burocracia do Estado e expropriação do capital e regado pelo desejo de territórios com águas e terras livres, e por esta razão, continua em conflito e coexistindo contra a sociedade instituída se fortalecendo na defesa dos territórios e de sua identidade.

Na perspectiva de Castells (1999), as identidades são forjadas nos diversos contextos, podendo ser distinguidas da seguinte maneira:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos setores sociais (autoridade e dominação). A **identidade de resistência** criada por atores em posição desvalorizadas/estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo, trincheiras de resistência que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostas. **Identidade de projeto** quando os atores sociais utilizando de qualquer tipo material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição e, ao fazê-lo, busca a transformação de toda estrutura social. (CASTELS, 1999 p. 24).

A identidade de resistência é construída a caminho de ser uma identidade de projeto na medida em que continuarem a questionar a expropriação, que neste contexto, tem sua face no modo de expropriar do agrohídronegócio, cuja resistência de Croatá se encontra na (...)

afirmação étnica quilombola em contraposição ao decreto 4895/2003 que ameaça os territórios de pesca (SANTOS; NASCIMENTO; SILVA 2018 p. 761). A resistência de Croatá, não se dá exclusivamente no seu espaço ocupado, mas também no modo de ocupar outros espaços de relação de poder²⁴⁹. A defesa dos territórios pesqueiros, motiva Croatá a se inserir no entre-lugar da identidade de projeto, que se fortalece na medida em que suas ações locais são correlacionais/resultantes de um projeto coletivo nacional de pescadores (as) a partir do lançamento da Campanha pelos Territórios Pesqueiros, em 2012.

Observa-se que esta configuração da Campanha do MPP está em curso. Ela é resultante de uma dinâmica que propicia um ambiente fecundo para se investigar e produzir conhecimentos, especialmente, nas interfaces que se configuram o MPP, em outros espaços do Brasil, ou até mesmo, analisar numa perspectiva de conjunto, especialmente, se levamos em conta as particularidades e a multiplicidade organizativa dos pescadores (as) em outros lugares na defesa dos territórios pesqueiros. Destarte, no caso dos pescadores-quilombolas, optamos por entender sua identidade social, de onde se observa uma tendência de agrupamentos organizados em torno da afirmação de uma identidade tradicional.

A identidade destes sujeitos coletivos são legitimadas como modalidades existentes de re-existência na dinamização de uma racionalidade alternativa societal, permeada por uma horizontalidade que se dá em simbiose ao seu ser também natureza, seja no seu modo de ordenar o mundo concreto, seja no seu imaginário, mobilizadas como sujeitos sociais em uma dinâmica de comunidade de comunidades pelo MPP, às vezes, como neste caso, com múltiplas identidades.

A campanha pelos territórios pesqueiros é uma proposta pedagógica e concreta contra a acumulação por expropriação. Por isso, ela põe em questão, o modo como o rio e as terras crescentes do São Francisco foram pensadas como região para atender ao agrohidronegócio na corrida por incentivos fiscais da SUDENE. Se na região circulou mais capital no tempo desenvolvimentista, o embuste da modernidade inseriu as terras tradicionalmente ocupadas da comunidade no mercado gerando violência, expropriação, restrição ou miséria para os que ali estavam. Assim sendo, Croatá demonstra um recorte que está em relação a outras comunidades na bacia do rio São Francisco, no Norte de Minas.

²⁴⁹ A comunidade possui 1 cadeira em mandato popular de um deputado federal; 1 cadeira na secretária de saúde do estado de MG; 1 cadeira na secretária de assistência social do município, 1 cadeira na secretaria municipal de saúde do município; 1 cadeira na coordenação estadual do MPP (Maria das Dores Pereira da Silva, 49 anos).

As mobilizações de Croatá por território pesqueiro-quilombola e pela terra-água é um estar a caminho de sair da condição da reprodução da inexistência ilhada em que foi inserida, para uma condição de reflexão-ação, se apoderando do território ampliado, dizendo as palavras nascidas de si mesma, sua *autopoios*²⁵⁰ (αυτοποιος), organizada em um movimento social na pesca. É uma luta por direitos e um projeto político dos sujeitos tradicionais que só pode ser realizado no coletivo frente a atuação dos proprietários de terra, como salienta a perspicaz intuição da pescadora Maria das Dores: “É preciso fazer uma grande aliança das comunidades do São Francisco para garantir direitos” (Maria das Dores Pereira, 50 anos²⁵¹). Assim, o MPP emerge como rede de comunidades e escola onde estes sujeitos coletivo constroem seus modos de aprender a defender o território.

A luta pelo território pesqueiro é uma escola, aprendemos e estamos aprendendo. E queremos aprender mais. Não teríamos tanta força igual a gente tem hoje. A gente aprendeu na caminhada com o movimento dos pescadores o conhecimento de nossos direitos. Não tinha noção de nossos direitos. Nós tínhamos medo. A gente achava que se a polícia chegasse aqui, nós tínhamos que ficar amedrontado e com esses trabalhos nós ficamos mais encorajados, ficamos forte e enfrentamos mesmo. Pode ser até o presidente e o papa. Nós ficamos forte e unidos para poder fazer a luta pelo território e pelo povo. Isso nos ensinou ter força de lutar. (...). Nós temos uma história diferenciada, que vem dos antepassados, nossos avós, primos, tios. Tudo na luta pelo território. Sempre temos aquela tradição de luta. Negro sempre foi escravizado, nossos antepassados deixaram essa relíquia para nós. (...) por isso que nós lutamos pelo nosso território. (...). Os nossos antepassados deixaram essa luta para a agente e nós estamos na luta aí hoje. (...). Então acho que um puxa o outro, tanto pelo sofrimento, pela necessidade e luta por um território que sempre foi quilombola e nunca do fazendeiro (Enedina Souza dos Santos, 50 anos).

O termo luta evidencia a vivência cotidiana dos pobres em busca da dignidade e cumprimento de sua responsabilidade em relação à família. Nos contextos de luta pela terra/território está em discussão a luta pela permanência em meio às dificuldades do cotidiano, muitas vezes, intensas e dramáticas. “Estar na luta”, entrar na luta”, “ser da luta” (COMEFORD, 1999, p. 41), corresponde a noção de pertença e envolvimento legítimo da pessoa nas demandas coletivas nos enfrentamentos necessários dentro e fora da comunidade.

A defesa da comunidade se dá na mobilização da mesma contra a execução de reintegração de posse. Um dos exemplos está na busca da Mesa de Diálogo²⁵² Urbanos e

²⁵⁰ Palavra grega que significa: “dizer as palavras nascidas de si mesmo”. Era resultante do método dialético de Sócrates século IV a.C, em Atenas, a maiêutica: “dar a luz” (construção e desconstrução da ideia).

²⁵¹ Anotações de caderno de campo.

²⁵² A mesa de diálogo se deu no dia 6 de julho de 2018 no SESC de Januária precedida de visita do Estado à comunidade.

Rurais para mediar o conflito frente a iminente reintegração de posse em instância regional,²⁵³ trazendo parte dos setores do Estado para conhecer a comunidade²⁵⁴, enquanto buscava uma decisão contrária em outras instâncias em Brasília²⁵⁵ para a suspensão da mesma, como de fato aconteceu.



Figura 57 Visita de órgãos de regularização/direitos humanos e defensores públicos. 26 de junho de 2018. Arq: Rafael Pereira, 2018.



Figura 58: Moradora de Croatá fazendo defesa da comunidade. 26 de junho de 2018. Arq: Rafael Pereira, 2018.

A cerca antigamente era no alto. Aí Walter Arantes comprou o nosso território e o Luizão desceu a cerca para baixo. Aí todo mundo tinha que passar pelo lameiro na parte debaixo. Quando o pessoal da escola veio para olhar a estrada, a Secretaria de Educação não aprovou a estrada (...) fomos brigando, brigando e resistimos. Só resolve quando nós não permitimos mais o fazendeiro no território pesqueiro e quilombola, e só assim que a cerca

²⁵³ Decisão liminar de reintegração de posse do juiz federal de Montes Claros em 22 de abril de 2018.

²⁵⁴ Presença das diversas procuradorias de Minas e Brasília, representantes da comunidade, órgão do estado de Minas ligados aos conflitos fundiários e regularização territorial, universidades e INCRA no Sesc de Januária, entretanto, o único órgão convidado que não se fez presente foi a SPU.

²⁵⁵ Reintegração de posse suspensa em 11 de julho de 2018 pelo desembargador da 1ª região de Brasília.

permaneceu no lugar que ela era de antigamente. E aí tem livre acesso (...)
(Enedina Santos Souza, 50 anos).

A identidade coletiva de resistência em Croatá, como o relato recitado acima, são acompanhadas de ações que concretizam a desobstrução das estradas, o acesso à educação, a retirada do território das mãos de fazendeiros, gerando a estabilidade da moradia, a ampliação do território e a conseqüente fartura na mesa, em síntese, experiências de buscas de relativa autonomia e felicidade.

Os pescadores artesanais que se aderem ao MPP em diferentes lugares do país e que estão mobilizados na Campanha pelos Territórios Pesqueiros têm contribuído para propor um modo de pensar a realidade dos pescadores (as) no Brasil. Assim, o MPP agrega mais do que uma articulação, mas uma rede de relação entre as comunidades pesqueiras locais que têm se colocado como categoria contra o projeto de dominação do capital em defesa da terra, água e identidade das gentes franciscanas no Norte de Minas. “Este ato configura uma política de identidade e não uma identidade política” (GONH. 2018, p. 9). A sustentabilidade do MPP é engendradora nas necessidades/desejos que forjam a identidade no processo da Campanha pelos territórios Pesqueiros.

A Campanha pelo Território Pesqueiro, em síntese, propõe a coleta de 1% das assinaturas do eleitorado brasileiro para propor um projeto de regularização junto ao Congresso e Senado brasileiro. Sua proposição se dá a partir da inspiração no decreto quilombola 4887/2003, isto é, pela autoidentificação enquanto pescador, cujo rito de reconhecimento e regularização do território perpassa por fases²⁵⁶ similares à regulamentação do decreto quilombola.

Em meios aos conflitos, o Norte de Minas, tem defendido um Projeto de Lei – PL 4.866/2017 que está em Tramitação na (ALMG). Este projeto de Lei é resultante da provocação do MPP ao governo do Estado, tendo em vista o alto índice de conflito entre pescadores-vazanteiros no Norte de Minas com empresários-fazendeiros e, até mesmo, conflito ambiental.

²⁵⁶Para iniciar o processo no INCRA propõe-se: Certidão de Registro no Cadastro Geral enquanto comunidade pesqueira” a ser expedida pela Fundação Cultural Palmares (FCP). As outras fases serão: a identificação e delimitação das terras ocupadas pelos pescadores, em que será elaborado o RTID e sua publicação; a abertura do prazo de 30 dias para o recebimento de contestações; a análise da situação fundiária das áreas pleiteadas; o Decreto de Desapropriação por interesse social; a demarcação territorial e a desintrusão do território, quando todos os ocupantes não pescadores serão desapropriados; e por fim, a titulação coletiva do território.

O processo de diálogo com pautas das populações tradicionais é oportuno com o Estado, entretanto, são correlações de forças desproporcionais, na medida em que os tradicionais não dispuserem de assessoria própria ou de parceiros. É possível constatar que, já na primeira comissão em que se encontra o PL, os parlamentares de MG foram inserindo proposições para atender demandas de suas bases eleitorais. Tais agregações colocadas na PL foram elencadas como pontos críticos que são resultantes das agregações para as negociações e ameaças aos pescadores artesanais.

Então, o que está em jogo são essas zonas exclusivas de pesca e a equiparação dos amadores com nós os pescadores artesanais. Sabemos que no meio dos amadores tem muita gente: empresários, turistas, pessoas afastadas e aposentadas e muitos outros. Este PL tem este vício, tem forças de deputados que representam grupos de empresários de clubes náuticos e clubes de pesca, sobretudo ao longo do Rio Grande e Parnaíba, no Triângulo Mineiro. Além disso, tem essa tal de cota zero que pode sobrar para o pescador artesanal (Maria das Dores Pereira, 50 anos²⁵⁷).

Um dos pontos críticos do PL é a proposição de nivelamento de direitos entre pescadores artesanais e amadores (estes últimos quase sempre turistas), o desenvolvimento da pesca por meio do turismo da pesca amadora (tornar pescadores guias de pesca) e um zoneamento de pesca amadora que beneficiará empresários do turismo do triângulo mineiro.

No que tange o zoneamento de pesca, os empresários dos clubes náuticos, no lago da Usina Hidroelétrica de Furnas, em MG, segundo a pescadora, tem como pretensão deixar os espaços livres de pescadores (as) artesanais para que o capital faça maior proveito com exclusividade, uma vez que a atividade pesqueira sempre é um empecilho, pois, não somente faz uso do espaço, como tem direito garantido em lei, portanto, uma zona especial de pesca amadora no rio Parnaíba²⁵⁸ e rio Grande²⁵⁹, ambos afluentes do rio Paraná, tornaria a vida de quem tem capital investido neste ramo de turismo aquático mais rentável e sustentável.

Quanto a cota zero (proibição de transporte de peixe, supostamente visando a proteção da fauna), é fruto de outros dois projetos de lei fracassados na ALMG. Trata-se do

²⁵⁷ Entrevista realizada em 17 de Agosto de 2018.

²⁵⁸ O rio Parnaíba tem sua nascente na Serra da Mata da Corda, na cidade de Rio Parnaíba, em MG. Ao juntar ao Rio Grande, forma o rio Paraná.

²⁵⁹ A bacia hidrográfica do rio Grande tem sua origem em MG, sendo tributária do rio rio Paraná. A bacia do Grande abarca 17,8% do território mineiro. Cabe salientar que 67% da energia de Minas, sendo elas hidrelétrica de:: Camargos, Itutinga, Funil, Furnas, Mascarenhas de Moraes. Além disso, o rio é relevante para existência dos clubes náuticos nas margens do rio, especialmente nos municípios de Sacramento, Uberaba, Conceição das Alagoas, Planura ...

PL²⁶⁰ 483.15, encabeçado, respectivamente, pelos deputados Anselmo José Domingos e Fred Costa que, sem classificar com clareza qual seria a categoria de pescadores, afirmam que 5 anos de pesca fechada recuperaria os estoques pesqueiros sem problematizar a mineração e poluição como principais consequências da diminuição do pescado. Entretanto, tais deputados, possivelmente aproveitaram para inserir no PL dos territórios pesqueiros estes dois artigos.

Art. 21º Cria a zona especial de pesca esportiva nas bacias dos Rios Grande e Paranaíba localizadas no Triângulo Mineiro.

Art. 21º – Ficam proibidos a captura, o embarque, o transporte, a comercialização, o processamento, a industrialização e a guarda de peixes nativos, exóticos ou alóctones, para consumo, oriundos da pesca amadora, pelo período de cinco anos a partir da publicação da lei (PL 4.866, ALMG, 2017).

Ambos os artigos satisfazem os empresários dos clubes náuticos e de pesca do triângulo mineiro, uma vez que, o primeiro faria a “sanitarização” da área, retirando os pescadores artesanais, e, em consequência impediria o transporte aos amadores. A questão é que tal lei pode gerar precedentes e depois abarcar os pescadores artesanais, sendo assim um golpe fatal. Se analisado, apenas restritamente os amadores, estes ficariam impedidos de comercializar ou até mesmo levar para casa, ficando o consumo restrito aos clubes e consequentemente mais fidelizados aos clubes de pesca pela lei.

Além disso, o projeto de lei surtiria efeito, e, “se os pescadores” não fizessem a leitura mais ampla da situação, seriam usados como força política popular, portanto, álibi para aprovação da PL com conteúdo de interesse de empresários.

Todo este contexto, foi problematizado pelos pescadores nas bases, trazidos para plenárias e posteriormente discutidos com as assessorias oferecida pela Unimontes e CPP ao coletivo de pescadores do MPP que estão acompanhando o PL. Em Minas as assessorias para o PL é: Antropologia (Unimontes), Biologia (Unimontes e CPP), Jurídica (CPP) e estratégica (Coordenação Nacional do MPP e agentes do CPP-MG) e demais parceiros. Em reunião com representantes dos deputados, os pescadores propuseram a retirada do zoneamento para pesca amadora, e todo o conteúdo da pesca amadora no PL, uma vez que tal zoneamento, incidirá sobre os territórios de pesca. Ademais, os pescadores artesanais ponderaram que, caso, não seja retirado, utilizarão o direito de consulta prévia, livre e esclarecida prevista na Convenção

²⁶⁰ Este PL já foi reprovado por duas vezes novembro de 2017 e março de 2018. Ele objetiva alterar a regra da lei 14.181, de 17 de janeiro de 2002, que dispõe da política de proteção a fauna. Dentre os conteúdos desta lei vigente está o direito do amador (normalmente turista) levar 5 kg mais um exemplar para viagem.

169 da OIT - que o Brasil é signatário -, cujo cumprimento foi determinado pelo Decreto²⁶¹ n° 5.051, de 19 de abril de 2004.

Apesar destas dificuldades, ainda assim, as comunidades do São Francisco têm expectativas no PL, uma vez que, asseguraria o envolvimento das comunidades por meio da proteção aos territórios a serem criados e protegidos, como se observa nos artigos 5 e 6.

Artigo 5º - Territórios tradicionais pesqueiros correspondem as extensões, em superfícies de terra ou corpos d'água, utilizadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras para a sua habitação, desenvolvimento de atividades produtivas, preservação, abrigo e reprodução das espécies e de outros recursos necessários à garantia do seu modo de vida, bem como à sua reprodução física, social, econômica e cultural, de acordo com suas relações sociais, costumes e tradições, inclusive os espaços que abrigam sítios de valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico. Art. 6º - Parágrafo Único: Ficam declaradas como patrimônio cultural, histórico e imaterial, e consideradas de especial interesse social, as comunidades tradicionais pesqueiras, inclusive aquelas localizadas em Unidades de Conservação da Natureza, com proibição para remoção ou remanejamento dessas populações ribeirinhas (PL 4.866/2017, ALMG, 2018 p. 2).

A proposição de um PL, a articulação de uma política de regularização de áreas da União em Minas para as comunidades quilombolas e não quilombolas no Norte de Minas é resultante da defesa cotidiana dentro e fora da comunidade, sendo expressões da territorialidade do MPP no Norte de Minas, portanto, são experiências de busca de construção do contra-espço destes sujeitos sociais tradicionais coletivos que, buscam no transito da identidade de resistência para a identidade de projeto, a garantia de seu lugar de morar-viver-trabalhar.

Defendem, também, o seu modo de vida e o exercício de sua territorialidade, que se dá na apropriação pelo trabalho e instituição de nomes nos diversos lugares construídos pelas dinâmicas das águas que desenha a paisagem de terra, sendo ambas socializadas, mas que também lhes nomeiam: pescadores-vazanteiros do São Francisco. Assim, estes sujeitos sociais coletivos, no ritmo das águas, ou “acompanhando o rio na pesca e na vazante”, na apropriação dos lugares secos e dos molhados, isto é, na temporalidade (cheia e seca) e no espaço (rio, vazante, lagoas, morro, quintais, mata, carrasco e retiro), vão nos dando a conhecer, nos seus desejos de gente - de água - de terra, traçando outros limites ecológicos do território conforme acena a Carta Política do Congresso dos Pescadores do Rio São Francisco

²⁶¹ No decreto, em termos gerais no artigo 6º afirma que deve haver consulta prévia, livre e esclarecida nos temas que afetam os interesses dos povos e comunidades tradicionais, sendo os pesadores artesanais uma destas categorias.

em Petrolina-PE²⁶²: “o território acompanha o ritmo incessante das águas cujos limites são invisíveis” e, por isso, é preciso “tirar as barragens para devolver a vida e o espírito do rio”. Só assim, o território do pescador-vazanteiro-quilombola do São Francisco comportará as condições plenas do ser-pensar-fazer do morar-viver-trabalhar, num imaginário que aspira repetência dos ciclos de cheia e vazante do rio, e a perda desta possibilidade de repetência pressupõe o “cativeiro” posto que a sua perspectiva de futuro no território é comprometida no sentido físico e simbólico.

Devemos cultivar **rios**, correntezas de água, tanto quanto os **campos** e as paisagens se queremos continuar a progredir. Mais recentemente, a ciência tem acrescentado aquela antiga metáfora religiosa, uma maior percepção: o movimento da água em um interminável e estável movimento em círculo para o completo entendimento da economia da natureza. (WORSTER, 2008 p.28).

Assim como a dinâmica das águas, das terras e as gentes do São Francisco, a vida é movimento em busca de melhores perspectivas de vida.

²⁶² Congresso dos Pescadores do rio São Francisco, realizado entre 01 – 03 de Abril de 2016 para discutir a pesca artesanal e o modelo de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica territorial experienciada pela Comunidade Quilombola, Pesqueira e Vazanteira de Croatá foi o núcleo investigativo desta pesquisa. Estes sujeitos coletivos de direitos organizados sob a noção de povos e comunidades tradicionais têm empreendido ações de territorialização que tem possibilitado a emergência do tradicional reformulado. A reformulação está no fato de que estes não se coadunam com a concepção externa que lhes atribuíram uma condição de sujeitos de um passado a ser superado ou partícipes da marcha inexorável que os subsumiriam. Ao contrário, os tradicionais têm emergido para além de meros receptáculos ou depositários de uma cultura imersa em um invólucro perspectivista dinamizado pelo transitório e amorfo. Os tradicionais, no entendimento desta pesquisa, têm emergido nas fissuras das contradições da modernidade, por vezes, problematizando as questões fundantes que dinamizam a reprodução social da acumulação do capital por expropriação, e, dentre outras razões, não se desvinculam da identificação de sua existência de classe social que se dá em um horizonte organizativo diferenciado da esquerda tradicional ocidentalizante.

As territorialidades exercidas existem e subsistem no seu lugar de vida às margens do rio São Francisco, nomeadamente, nas terras tradicionalmente ocupadas, mais especificamente nas terras de ausentes, no caso de Croatá. Conforme foi dito por um dos sujeitos desta pesquisa “aqui era terra de ausente. Era do primeiro que fazia a casa e abria a roça”, consubstanciando uma tendência e um marco temporal no Norte de Minas. Destarte, este é o primeiro momento da historicidade que propiciou a formação de aglomerados negros escravizados fugidos dos centros de dominação do ouro das Minas Gerais e das *plantations* do Nordeste, e, destes núcleos que podemos dizer os “primevos” emergem e formam outras povoações, a exemplo de outros quilombos ampliados e contíguos construídos por laços de parentesco de Croatá, quase todos expropriados pela fazenda Itapiraçaba.

Estes territórios tradicionalmente ocupados no sertão sanfranciscano, por sua vez, ao serem tornados ativos do Estado ou propriedade privada a partir da década de 1970 passaram a ser legitimados indevidamente a começar pelas micropolíticas locais que possibilitaram tornar o ilegal legal (nos cartórios locais, decisões judiciais) motivados pelas pautas das oligarquias agrárias regionais e em nível de país na corrida aos incentivos fiscais do Estado. Sob a égide do des-envolvimentismo o Estado e o capital impuseram, em boa medida, aos tradicionais a lugares de fuga, em razão do afazendamento materializado na formação de

complexos de fazenda, as empresas rurais, possibilitadas por um processo de violência e restrição da água e da terra em detrimento dos quilombolas, pescadores (as) vazanteiros (a) que passaram a viver em ilhas anualmente alagáveis.

Tal processo regional para reprodução do capital só foi possível pela configuração concatenada das hierarquias do poder da União Federal pela SUDENE (incentivos fiscais que possibilitou a formação das fazendas) e o Estado de Minas pela Ruralminas (megaprojeto de irrigação Jaíba resultante do pacto entre União e Estado de Minas) e a CEMIG (interferindo no ciclo da cheia e vazante geral pela construção da barragem de Três Marias). Este tripé articulado traz alterações fundantes e drásticas na vida das populações do sertão sanfranciscano, posto que eles interferem no modo de produção da territorialidade dos pescadores-vazanteiros-quilombolas e, para além disso, tornam cativas ou restritas o uso da terra e a água. O modo de produção do capital sobre terra e água atinge o ponto central do modo de vida destes sujeitos esboçado no agrohidronegócio, que só se efetiva na preexistência de abundância de água, terras planas, incentivos fiscais e/ou empréstimos com alta garantia de solvência e por último na facilidade de escoar a produção pela malha viária da região Norte Mineira. Estas condições criadas e existentes revelam o modo como a região foi inserida na divisão internacional do trabalho, a partir da produção dos produtos primários alicerçada no embuste do progressismo a todo custo, promovendo profundas desigualdades econômicas e desagregação social sobre o modo de vida de tantas outras comunidades. O que se tem é o conflito escancarado entre dois modos pensar-viver-reproduzir a vida na interface do modo de produção capitalista e no modo de vida tradicional dos quilombolas pescadores (as).

As terras de ausente de Croatá inseridas no modo de produção capitalista só foi possível via acumulação por expropriação, e, conforme salienta Harvey (2013), a acumulação de capital pressupõe uma acumulação de poder e propriedade, e, para a sua garantia tem-se o Estado enquanto instituição que dá provimento e segurança aos riscos. Todo este processo de des-envolvimento produziu miséria sobre o ambiente des-envolvendo e enfraquecendo a economia local, não obstante os fortes laços de reciprocidade no território. A reciprocidade é equacionada pela abundância provida pela biodiversidade sustentada pelo entendimento ético: quanto mais se tem água, terra, bichos livres e diversidade de plantas, tanto mais se tem abundância. É da liberdade do movimento das águas pelo correr do rio para o mar que se compreende o não acúmulo e o sentido fluido do que essencialmente se prover ou não. As alterações advindas da chegada violenta do desenvolvimento inseriu o ambiente humano e

não humano em uma condição degradante do humano, não determinando, mas restringindo e diminuindo a multiforme capacidade de interação dos sujeitos tradicionais de direitos em seu ambiente de água e terra.

O momento atual, contexto em que tem emergido estes sujeitos de direitos, observa-se nos tradicionais um fortalecimento na reafirmação de uma politização da identidade enquanto sujeitos de direitos que estão promovendo atos de resistências ao reaverem seus territórios, anteriormente tornados fazendas pelos empresários-fazendeiros no Norte de Minas. Assim, é possível afirmar, a partir de Deleuze e Guattari (1997), que a ação de territorialização na busca e efetivação de uso em comum das terras livres pelos sujeitos tradicionais, passou por um processo de desterritorialização sob a égide dos incentivos fiscais do Estado e fazendeiros-empresários que restringiu a terra-água das comunidades. O terceiro momento, o atual, observa-se que tais comunidades estão no processo de reterritorialização em seu território étnico, que é pesqueiro e quilombola ampliado, o que só é possível, via de regra, pelo empreendimento de processos sociais internos e ações políticas concretas que se revelam na defesa e ampliação de seu território, onde, territorializados buscam reforçar a produção e reprodução de sua autonomia relativa.

O modo de apropriação simbólica e material do território pelos comunitários de Croatá evidencia uma ecoética correlata aos múltiplos lugares etnográficos que são concernentes aos marcos da territorialidade e gestão do território que se dá na sociodinâmica interativa ao rio. A apropriação da terra dinamizada ou não pelo rio é interativa e faz emergir o constructo do modo de produção e reprodução da vida do pescador-vazanteiro em relação ao rio e a terra de onde vão tecendo significações enquanto população do sertão sanfranciscano.

A posse da terra e a água, em seu fulcro central, são atualizados pela matéria e pela forma. Pela matéria a partir da instituição do trabalho livre em cada unidade do seu arranjo de reprodução da vida (rio, lameiro, vazante, baixão, quintal, morro, lagoas, áreas de solta, mata e cerrado/carrasco) consubstanciando um modo de produção/reprodução da vida oposta à apropriação do território ocupado como recurso pelos empresários-fazendeiros. Pela forma a partir da nomeação e apropriação de cada lugar que é transpassada por instâncias balizadas pelo costume em comum oposto à apropriação do rio e das terras crescentes férteis efetivada pelo capital sobre as terras em comum.

Aqui cabe trazer o cabedal ético dos comunitários resultante da junção matéria e forma para a configuração da posse. Se a nomeação expõe a posse do lance de pesca a um

grupo de pescadores, por outro lado, a não limpeza (o trabalho anual) do lance do rio no ano vindouro dissolve a posse, afinal, o ser dono é transitório, e, em última instância, a ética do costume local aponta para o domínio/posse a um corpo coletivo de interconhecimento que confere, institui e autentica a atualização das territorialidades construídas comunitariamente. Toda esta dinamicidade socioambiental está expressa no processo da gestão territorial engendradas nas sociabilidades e existenciadas nos rituais de instituição sobre tudo aquilo que o rio influencia ou não, respectivamente, os lugares molhados e os lugares secos (onde o rio, ao consultar a memória coletiva, nunca alagou).

Os lugares nomeados **secos e molhados** são lugares etnográficos. Os lugares secos compreendem para o entendimento dos comunitários os espaços de coleta de frutos da estação. Em tais lugares moravam ou moram os parentes e se faz a extratação necessária da natureza que possibilita construir os instrumentos para atividade pesqueira e vazanteira, inclusive para casa e saúde. Nestes lugares estão os remédios para o exercício da medicina popular, os sítios arqueológicos do coletivo e também o refúgio nas grandes cheias, e, numa perspectiva de futuro almejam criar os animais de maior porte. No seco repousa o corpus de conhecimento dos comunitários e a diversidade que é complementar àquilo que sustenta as condições de manutenção e aspiração da autonomia relativa em relação aos lugares molhados.

A relação com os lugares molhados incide e coexiste nas relações produzidas nas práticas cotidianas. Ao enunciarem sua existência na beira do rio, os compreendem como moradores que estão “no caminho do rio”. Nos lugares molhados estão as moradas na estação de seca e a prática da agricultura de vazante. Ademais, nos lugares molhados pela cheia do rio, estão os lances de pesca, as lagoas, o culto ao sagrado da religiosidade popular e a construção do mundo do homem e da mulher do sertão sanfranciscano. No molhado são construídas as engenhosidades artesanais necessárias à pesca (barco, rede, anzol) as pequenas roças nos quintais produtivos e a criação de pequenos animais. Além disso, no molhado está a casa e as práticas de sociabilidades entre vizinhos, compadres e outros sujeitos coletivos. No molhado, com exceção dos lances de pesca, estão os lugares com maior incidência de trabalho das mulheres e adolescentes.

Por último, e, não menos importante, o entendimento de seco e molhado são entendidos pelos comunitários como uma ordenação temporal e espacial. Daí emerge o seu corpus de conhecimento sobre a ordenação do tempo ecológico cuja produção se dá, não obstante a barragem, na incerteza e no porvir temporal e espacial. As cheias cíclicas e/ou grandes cheias e a vazante geral indicam o quanto de dádivas poderão gerar na pesca

(cardumes são móveis) e da vazante que necessita da fertilização da cheia. A ausência da vazante geral, por sua vez, anuncia um ano de possíveis restrições.

O território ameaçado pelo des-envolvimentismo coloca em questão dimensões fundantes sob o ponto de vista físico e simbólico do homem e da mulher moradores (as) do sertão sanfranciscano, a começar pela diminuição das interações ecológicas da terra e da água de que dependem e são copartícipes, e, de tais interações se tem o bojo de onde provém a constituição ontológica destes sujeitos. Esta sociodinâmica suggestionada pelas interações ecológicas ao longo do tempo tem sido interrompida pelas forças instituídas construídas no enlace de distintas instâncias do Estado e no modo de produção capitalista que asseverou uma temporalidade de restrição da terra e da água no rio e nas margens do “Velho Chico”.

A ausência das interações ecológicas no rio interfere gravemente nos saberes advindos do conhecimento ecológico local. A ausência da vazão ecológica do rio não coloca em questão somente um saber socializado por diversas gerações dos que ali vivem, ele coloca em questão a dimensão da temporalidade e do lugar, uma vez que as águas moldam, fertilizam, criam e recriam terras férteis onde os pescador-vazanteiros reproduzem a vida. O tempo compreendido pela alternância das cheias e vazantes cíclicas, em boa medida, atualmente, são regulados pela barragem de Três Marias que interferem na vazão ecológica do rio de acordo com a necessidade de produção de energia e sujeito aos riscos dos erros de operação.

Desde 2012 a comunidade de Croatá tem se organizado e empreendido processos territorializantes²⁶³ para ampliar seu domínio/posse sobre suas terras tradicionalmente ocupadas expropriadas no passado. Como resultante, a comunidade tem cerca de 45% de seu território específico em seu poder, não obstante o Estado não tenha efetivado nenhum tipo de regularização territorial efetiva. A partir da lógica do bem viver e da noção de sujeitos de direitos, os comunitários de Croatá ainda tem a restrição das demais áreas, cerca de 55% nas mãos do agronegócio, o que interfere na biodiversidade e reprodução da vida dos bichos, gentes e plantas. A título de informação, parte destes 55%, tem áreas de domínio da União. Sob o ponto de vista da noção da gestão do patrimônio da SPU tais títulos sobrepostos em áreas que são bens da União são nulos. Entre outras razões os pescadores-vazanteiros

²⁶³ A comunidade nos dois mutirões de retomada do território expropriado recuperou no ano de 2012, cerca de 960 hectares. Em maio de 2016, segundo mutirão, recuperaram cerca de 561 hectares, totalizando 1521 hectares. O território total da comunidade de Croatá são de 3 225 hectares. O quilombo como um todo, com as outras 4 comunidades (Sangradouro Grande, Várzea da Cruz, Gameleira e Caraíbas e Croatá possui cerca de 16.000 hectares). O território de Croatá é um dos mais especulados sob o ponto de vista financeiro, por ser o único que contorna a cidade de Januária, sendo, pois, objeto de especulação imobiliária.

almejam águas e terras livres, sejam elas da União ou não. Como foi visto, as espécies²⁶⁴ de peixes migratórias de valor comercial a exemplo do pirá está em processo de extinção e não se reproduz em cativeiro. Deste modo, no Norte de Minas, a barragem de Três Marias ao intervir na vazão ecológica retendo água, impacta nas espécies de peixes e gera uma gama de sujeitos expropriados do seu trabalho livre seja na pesca, seja na vazante. Ademais, as hidroelétricas produzem a expropriação territorial de milhares de pessoas, o que se atesta na implantação da cadeia de barragens ao longo da bacia do Rio São Francisco. Neste sentido as inferências apontam para aquilo que surgiu nos grupos de estudos do Congresso dos Pescadores (as) da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco-CPBHRSF, em Petrolina-PE: “as barragens retiraram a vida e o espírito do Velho Chico. Para devolver esta vida, como tem feito algumas nações do mundo, retirem as barragens do rio São Francisco” (CPBHRSF, 2016, p.1). Este imaginário enquanto um projeto instituinte dos pescadores (as) do “Velho Chico” está conectado com o MPP nacional, posto que, a classe pesqueira, como um todo, ao experienciarem as algúrias do processo des-envolvimentista tem promovido ações contestatórias.

A Campanha pelos Territórios Pesqueiros é um projeto político de identidade dos pescadores (as) frente a acumulação por expropriação do território tradicional, entendido enquanto lugar de viver, morar e trabalhar. O imaginário dos pescadores só se efetivará plenamente quando as águas acrescidas de terras se tornarem livres, estando aí, a necessidade de retirar as barragens do rio, o que pode ser efetivado por meio de ações concretas no território local e em instâncias organizacionais que articulem o local-global. No âmbito local, Croatá, tem tecido suas teias de conexões no caminho das águas enquanto movimento de pescadores em resistência buscando efetivar sua saída da condição de morador de ilha, antes com a existência ilhada, por meio de ações territorializantes que almeja conquistar 100% de território quilombola e pesqueiro em seu domínio.

Em certa medida, a reformulação do Monape em MPP é resultante dos processos revisão do cenário histórico e político do sentido de ser movimento social contestatório ou estar a serviço da institucionalidade fisiocrata. A reformulação e fortalecimento do MPP se dá na afirmação de uma postura em relação ao agrohidronegócio e busca de manter a ampliação dos direitos adquiridos no afã da Constituição brasileira de 1988, sendo esta última bandeira uma herança do antigo Monape. A novidade do MPP está na constituição de um projeto de

²⁶⁴ Conortynchos conirostris (pirá)

resistência com afirmação da identidade, e, a pauta por territórios pesqueiros (águas e terras livres) em contraposição à acumulação por expropriação, sendo, portanto, um movimento de territorialização de grupos tradicionais aglutinados que colocam em questão a acumulação por expropriação em diversos lugares pautadas em diversas instâncias.

Em tais instâncias de direito e no território descrito é que se efetivam as ações territorializantes de Croatá, seja pelo discurso, seja na ação. No discurso, a partir da defesa de sua ocupação tradicional e na denúncia das estratégias de expropriação dos fazendeiros-empresário das terras em comum da comunidade, que justificam se organizarem para ali estarem e ampliarem seu domínio. A validade de seu discurso se atesta na literatura do afazendamento do Norte de Minas e nos estratagemas de como o ilegal foi tornado um discurso escrito e protegido pelo legal instituído no cartório, no judiciário e na violência oligarquia agrária local que operacionalizam a destituição do direito de modo direto ou indireto. A comunidade de Croatá, dentro do Estado de direito democrático, buscam protagonizar o seu entendimento enquanto sujeitos coletivos de direitos organizados enquanto povos e comunidades tradicionais mobilizada e articulada em sua tríplice e indivisa identidade pescadores-quilombolas-vazanteiros do “Velho Chico”, numa semântica étnica, ecológica e laboral aglutinada em sua potencialidade de onde se entenderem um povo parente de outros quilombos ampliados que colocam em discussão uma demanda integrada dos setores do Estado: INCRA, SPU e Seda.

Ao acionar as instâncias de direitos, a comunidade, desvela a ação ou a função do projeto de Estado, e, ao observarem e analisarem o Estado, sente-se impelida a construir o seu lugar de enunciação em sua ação e pensamento. Ao exercer sua territorialidade os tradicionais encontram-se diante das categorias e ação do jurisdicionismo que deveria lhes garantir o direito, mas os colocam em uma situação de interconexão paradoxal. Se por um lado o Estado garante a sacralidade da propriedade privada construída a partir de estratagemas ilícitas sobre as terras tradicionalmente ocupadas, por outro a legislação reconhece o direito destes estarem ou retornar ao seu território étnico, entretanto as ações do jurídico, quase sempre é pautada pelo documento, ainda que, na maioria dos casos este repouse no ilícito.

Destarte, a condição da passagem da “existência ilhada para o território” é resistência e projeto instituinte que busca ser travessia engendrada no interior do conflito que tem sido ressignificado pelas práticas de sociabilidade e ações territorializantes por terras e águas livres do agrohidronegócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri Acselrad Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri Acselrad (org.). Cartografias sociais e território - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 13-44.

ACYPRESTE, Isadora P. A. Se movendo por território. Dissertação de Mestrado UFG, Goiás, 2015, 120.

ALENTEJANO, Paulo. R. R. Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica. In: MARAFON, Glauco. J. RUA, João. RIEBIRO. Miguel. A. (orgs.). Abordagem teórico-metodológica em geografia agrária. Rio de Janeiro. Eder, 2007.

ALMEIDA, Alfredo W. B. “A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica”. In: S. Sauer; W. Almeida (orgs.), *Terras e Territórios na Amazônia: Demandas, Desafios e Perspectivas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2011, p. 27-44.

_____, Alfredo W. B. 2007. “Narrativas agrárias e a morte do campesinato”. *Ruris*, 1(2): 157-186.

_____, Alfredo W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER. Eliane C. (Org). *Quilombos – Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV e ABA, 2002.

_____, Alfredo W. B. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, Alfredo W. B e JUNIOR, Emmanuel A. de F. (Org.). *Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social*: Manaus: UEA Edições, 2013. p. 157 – 173.

_____, Alfredo W. B. O conceito de terras tradicionalmente ocupadas: Seminário sobre Questões Indígenas. Disponível em: <www.agu.gov.br/page/download/index/id/639912 > Acesso em 19 de jan. de 2017.

_____, Alfredo W. B. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In *Cultura com Aspas*. CUNHA, Manuela. C. São Paulo: Ubu Editora, 2017. 267-292.

_____, Alfredo W. B. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Breno de Almeida. – 2.^a de, Manaus: PGSA–UFAM, 2008a.

_____, Alfredo W. B. Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. R. B. Estudos Urbanos e Regionais V.6, N.1 / Maio de 2004. P. 9-32.

ANJOS, Rafael. S. Cartografia E Cultura: Territórios dos Remanescentes no Brasil. Congresso Luso – Afro – Brasileiro de Ciências Sociais, 8, 2004. Coimbra, Portugal. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004. P. 1-16.

ARAUJO, Elisa C. COSTA, João. B A. Resistência nas ilhas e vazantes do São Francisco: Estratégias de territorialidade e vivências de tempos e espaços. CAVIER, Elton; In: SANTOS, Gilmar. R. Desenvolvimento social em perspectiva. Belo Horizonte: Sonografe, 2009.

ARAUJO, Elisa C. Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos vazanteiros do Pau de Léguas. Dissertação de mestrado. Unimontes, Montes Claros, 2009a. 256 f.

ARRUTI, José M. A. A emergência dos “remanescentes de quilombo”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. MANA 3(2), 1997. p. 7-38.

_____, Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

_____, O Reencantamento do Mundo Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu. Rio de Janeiro – Dissertação de mestrado, 1996.

_____. Sobre Políticas de reconhecimento e sobreposições territoriais. Revista Ruris, Vol. 7, nº 2, setembro de 2013. p. 7 – 12.

_____; Territórios Negros. Disponível em: http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/1s2011/TerritoriosNegros.PDF . Acesso em 30 de Dez de 2017.

BARTH, Fredrik. O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Tradução de Jonh Cunha Comerford]. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 7 - 67.

BOURDIEU, Pierre. Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.

_____, Efeitos do Lugar. In: BOURDIEU, Pierre. La miséria del mundo. 1º ed. 5ª reim. Buenos Aires: Fondo del Cultura, 2013. p. 119-124.

_____, O poder simbólico. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.

BRANDÃO, Carlo, R. A comunidade Tradicional. In: COSTA, João. B., OLIVEIRA, Cláudia, L.(Org.). Comunidades Tradicionais nos Sertões Roseamos: Cerrado. Gerais, Sertão. São Paulo. Editora intermeio, 2012. p. 367-380.

_____, A Comunidade Tradicional. Disponível em: < HYPERLINK "http://nupaub.ffe.usp.br/sites/nupaub.ffe.usp.br/files/acomunidade%20trad160.pdf" http://nupaub.ffe.usp.br/sites/nupaub.ffe.usp.br/files/a%20comunidade%20trad160.pdf >. Acesso em 06 de outubro de 2017.

_____; A comunidade tradicional. In: URDRY, Consolacion. EIDT, Jane Simone. Conhecimento tradicional conceitos e marco legal. Brasília, DF. 2015. P 21-102

- _____, A partilha da vida. São Paulo: Editora Cabral, 1995.
- _____, Os Caipiras de São Paulo. São Paulo. Coleção: Tudo é história: Brasiliense, 1983.
- _____, Ser católico: dimensões Brasileiras. In: SACHS, Viola et al. Brasil e EUA. Religião e identidade nacional. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p.
- _____. (Org.). Beira Vida Beira Rio – vida, comunidade e cultura no rio São Francisco. 1ed. Belo Horizonte. Ed: O lutador, 2013.
- _____, Os caipiras de São Paulo. Disponível em: <HYPERLINK "https://pt.scribd.com/document/354223229/Carlos-Rodrigues-Brandao-Os-Caipiras-de-Sao-Paulo" https://pt.scribd.com/document/354223229/Carlos-Rodrigues-Brandao-Os-Caipiras-de-Sao-Paulo > Acesso em: 29 de nov. 2017. p. 1-35.
- BRANDÃO, Carlos, R. BORGES, Maristela C. O lugar da vida: a comunidade tradicional. Campo-território: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014.
- BRASIL, Vanessa M. Textos de História, vol. 17, nº 1, 2009. 29 p.
- BUBER, Martin. Eu e Tu. São Paulo: Moraes, 1974. p. 3-20
- CALLOU, Ângelo B. F; LIMA, Maria J. A. Movimentos Sociais de pescadores em Pernambuco 1920-1983. In: CALLOU, Ângelo B. F. (org.). Movimentos sociais na Pesca. Recife: Fasa, 2014. p. 15 – 114.
- CANDIDO, Antônio. Parceiros do Rio Bonito: Estudo do caipira paulista e a transformação do seu meio de vida. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre o Azul, 2010.
- CARDOSO, Eduardo S. GEOUSP Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 14, 2003. p. 119 – 125.
- CARVALHO, Marivaldo. A. Terra Indígena. Ano XVI – Nº 86 – Araraquara SP -Terceira Margem/Gráfica Unesp. Julho/2003.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo, Paz e Terra, 1999. P. 1 -70.
- CASTORIADIS, Cornélius. As significações Imaginárias. Paris,1986. p. 63-89
- CASTORIADIS, Cornelius et. Al. O Escritor e a Democracia. Festa do livro de Aix-en-Provence (4 de julho, 1988), publicado em Détours d'écriture, n.13/14. Aix-en-Provence,1989. p. 75-91.
- COMERFORD, John C. Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas. Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5). Relume Dumará/Rio de Janeiro: 1999.

COSTA FILHO, Aderval. Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. [Tese de Doutorado], UNB, Brasília, 2008.

COSTA FILHO. Aderval *et al.* Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais. Organizado por: Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social (CIMOS)- Ministério Público de Minas de Minas Gerais, 2013.

COSTA FILHO. Associação Brasileira de Antropologia (Gestão 2015-2016). Disponível em: <<http://novosdebates.abant.org.br/index.php/v2n2/opiniaov2n2/238-as-comunidades-dos-quilombos-direitos-territoriais-desafios-situacionais-e-o-oficio-do-a-antropologo-a>> Acesso em 15 de fev. de 2017.

COSTA, João B. A. Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo da penúria dos morenos: a identidade através de um Ito em Brejo dos Crioulos (MG). Dissertação de Mestrado. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social /UnB. 1999.

_____. Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo da Cultura Natureza e populações Tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira. In: Revista Verde Grande. Montes Claros: Unimontes /SEMMA vol. 1 (3), 2005.

_____. Minas Gerais na Contemporaneidade: identidade fragmentada, a identidade e as fronteiras regionais. Cad. Esc. Legis., Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 117-137, jan./jun. 2009.

_____, Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência. Brasília. [Tese de doutorado], UnB. 2003.

_____, “O Ser da Sociedade Sertaneja e a Invisibilização do Negro no Sertão Norte do Gerais”. In LUZ, C. e DAYRELL, C. A (Orgs.). Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000, pp. 107-140.

_____. Saber-se quilombola, ser quilombola: o enredamento de Brejo dos Crioulos (MG) nas tramas do aparelhamento estatal. Montes Claros, v.8, n.2 – jul./dez. 2006 p. 51-60.

_____; Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia entre os dias 01 e 04 de junho de 2008 em Porto Seguro, 2008.

COSTA, Sandra H. G. Os grilos dos gerais: apropriação de terras e conflito agrário. Anais do T > Acesso em 19/01 de 2018. p. 1288-1289.

CPP. TOMÁZ, Alzeni de F. SANTOS, Gilmar. Conflitos socioambientais e violação de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil. – Brasília/DF. 2016.

CPP-MG. Conselho Pastoral dos Pescadores de Minas Gerais. Arquivo de Atividades. 2016..

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. (2001) Conhecimento e Práticas Tradicionais Texto Digitado Apresentado no Seminário Paisagem e Cultura Caiçara NUPAUB, 9p

CUNHA, Manuela C. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. Revista de Cultura e Política, Agosto 1979, pp. 35-42

CUNHA, Manuela. C. Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível. In: CUNHA, Manuela. Cultura com Aspas. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p 239 – 249.

CUNHA, Maria G. C. Territórios ancestrais: antigas e novas questões, novas parcerias no Norte de Minas Gerais In: Brandão, Carlos R. (Org.). Beira Vida Beira Rio – vida, comunidade e cultura no rio São Francisco. 1ed. Belo Horizonte. Ed: O lutador, 2013.

CUNHA, Tássio B. CARVALHAL, Marcelo D. Terra-água-Trabalho: o agrohídronegócio e a transposição do rio São Francisco. Revista Pegada – Vol. 15 N° 1. Julho de 2014 70 – 94.

DELUEZE, Gilles; GUATTARI, F. Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 5

DIEGUES, Antônio C. S. Prefácio. In: CALLOU, Ângelo B. F. (org.). Movimentos sociais na Pesca. Recife: Fasa, 2014. p. 3-8

DIEGUES, Antônio C; MOREIRA, André. C. C. Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo, NAPAUB-USP, 2011.

DIEGUES, Antônio. C. A imagem das águas. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

DIEGUES, Antônio. C. ARRUDA, Rivaldo. S. V. Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil. São Paulo, MAPUB, 1999

DIEGUES, Antônio. C. S. O Mito do Homem Moderno e da Natureza Intocada. Ed. 3ª, São Paulo: HUCITEC, 2001.

DIEGUES, Antônio. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES: Antônio C. et. al (Org.). Os saberes Tradicionais e a biodiversidade no Brasil: biodiversidade e comunidade tradicional no Brasil. São Paulo, NUPAUB-USP 2000. *do PPGAS*, 4, 1994.

DUAYER, Mário. Apresentação. In: MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 esboços da crítica da economia política. São Paulo. Boitempo, 2011, p. 13-32.

DUMITH, Raquel. C. Território, Territorialidade e Identidade dos Pescadores Artesanais: Subsídios Conceituais ao Planejamento e Gestão De Reservas Extrativistas Marinhas. In_ Revista Geographia – UFF, 2011.

ELIADE, Mircea O Sagrado e o Profano. São Paulo. Livraria Martins Fontes, 1992.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELLIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Um Olhar Sobre a Paisagem Mineira no Século XIX: Os Sertões São Vários. Disponível em: << <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/CMS/ccms17.htm>>> Acesso em: 25 de julho de 2007.

EVANS-PRITCHARD E. E. Os Nuer. São Paulo, Perspectiva. 1978. p. 5 a 21.

FOCAULT. Michel Microfísica do Poder. Tradução Roberto Machado (Org). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOX, Verónica P. P; CALLOU, Ângelo B. F. O movimento Nacional dos Pescadores e suas estratégias de comunicação entre 1990 e 2009. In: CALLOU, Ângelo B. F. (org.). Movimentos sociais na Pesca. Recife: Fasa, 2014. p. 15 – 115 - 152.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTV, 2015.

GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. (org). Métodos de Pesquisa. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

GLINFSKOY THÉ, Ana P. Seminário de Construção do Projeto de Lei dos Territórios Pesqueiros em MG. Montes Claros, Março de 2017.

GLINFSKOY THÉ, Ana P. Saudades da Vazante Geral: um estudo etnoecológico sobre as mudanças socioambientais na pesca artesanal no Alto-Médio São Francisco, Minas Gerais. In: COSTA, João. B., OLIVEIRA, Cláudia L (Org.). Comunidades Tradicionais nos Sertões Roseanos: Cerrado. Gerais, Sertão. São Paulo. Editora Intermeios, 2012

GODELIER. Maurice. Lo Ideal y lo material: pensamento, economias, sociedades. Madrid: Altea, Taurus, Alfaguara, S. A., 1989. p. 94-150.

GODINHO Hugo P. GODINHO, Alexandre L (Org). Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais – Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

GODOI, Emília P. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: NIEMEYER, Ana, M; GODOI, Emília P. Além dos territórios. Campinas: Mercado de Letras, 1998. P. 97 – 130.

GONH. Maria G. Teorias sobre os movimentos sociais: o debate contemporâneo - Unicamp. 2018 p. 1-19

GUZMÁN, Eduardo S. Recapitulación final, a modo de conclusión: del legado marxista y libertario a la agroecología. In: Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario. La Paz-Bolivia Plural editores, 2011. p. 129-137.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

- HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUF, 1997.
- HALFELD, Henrique. G. F. Atlas relatório concernente à exploração dos rios São Francisco. Desde Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico. Levantamento por ordem do governo S. M.I o Senhor D. Pedro II. Rio de Janeiro. Litografia Imperial de Eduardo Haensburg, 1860
- HAVEY, David. O novo imperialismo. [trad: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves]. 7ª. ed. São Paulo. Editora Loyola, 2013.
- HEIDEGUER, Martin. Construir, habitar, pensar. [Bauen, Wohnen, Denken] (1951) conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de Darmstadt", publicada em *Vortäge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback.
- HOEBEL, E. A; FROST, E. L. Antropologia Cultural e Social. São Paulo: Ed. Cultrix, 1976.
- INGOLD, Tim. Jornada ao longo de um caminho de vida – mapas, descobridor, caminhos e navegação. In: MAFRA, Clara; GIUMBELLI, Emerson; BIRMAN, Patrícia *et. al.* Ver. Religião e Sociedade. Vol. 25. Nº 1. Junho de 2005. P. 72-110.
- JOVILEAU, Thierry. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, Henri (org.). Cartografias sociais e território -- Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. P. 45-70
- LACAN, Jacques. *Escritos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- LE BRETON, David. A sociologia do corpo. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- LÉVY. Jaques. Uma virada cartográfica. ACSELRAD, Henri Acelrad (org.). Cartografias sociais e território -- Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 153-170.
- LIMA, Danilo. C. MELO, Lígia. A. A pesca Artesanal no Ambiente do rio São Francisco, Brasil. Disponível em: HYPERLINK "<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/64.pdf>" Acesso em 27 de novembro de 2017.
- LITTLE, E Paul. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, ano 2, n. 3, out. 2002 Campo Grande – MS. p. 33-52.
- LÖWY, Michael. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado”. Outubro, n. 1, 1998, p. 73-80.
- MACHADO, Roberto. Prefácio. In: FOCAULT. Michel *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado (Org). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

- MALDONADO, Simone C, *Mestres e Mares: Espaço e Indivisão na Pesca Marítima*. São Paulo, Annablume. 1993.
- MALDONADO, Simone. *Pecadores do mar*. São Paulo, Ática: 1986.
- MARCUS, George E. *Etnografia em/dele Sistema Mundo*. El surgimento de lá etnografia multifocal *Alteridades*, vol. 11, nº. 22, julio-diciembre, Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa Distrito Federal, México, 2001. 111-127.
- MARCUS, George E. *Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial* Rev1.1ta de *Antropologi a*. São Paulo, USP , nº. 34 , 199 1, p. 197-221.
- MARQUES, Juracy G. *Pescando Pescadores*. 2ª.ed. NUPAUB-USP, 2001.
- MARTINS, José F. *Movimentos sociais e américa latina: “una mirada” a partir das jornadas de problemas latinoamericanos*. São Paulo. *Revista SURES*, nº 5, 2015. p. 20-33
- MARTINS, José S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 1ª reimpressão. São Paulo Contexto 2010.
- MARTINS, José S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5º ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p.13-38
- MARTINS, José. S. *Fronteira: a degradação do outro no confim do humano*. São Paulo Contexto 2016.
- MARTINS, José. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. São Paulo: Petrópolis, 1983.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 esboços da crítica da economia política*. São Paulo. Boitempo, 2011, p. 54-95.
- MATTA-MACHADO. Bernardo. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais 1690-1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão de troca nas sociedades arcaicas*. [trad: Paulo Neves]: 1ª ed. São Paulo: Cosanaify, 2003.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. São Paulo. Ed: Jorge Zahar, 1978.
- MOURA, Marcelo Duarte. *A Indústria Artesanal de Tecidos em Minas Gerais na 1ª Metade do Século XIX*. Disponível em < www.cederplar.ufmg/seminarios/seminario_diamantina/2002/d14.pdf > Acesso em 15 de agosto de 2017.
- NANCY, Jean-luc. *58 indícios sobre o corpo*. 43rev. UFMG, Belo Horizonte, v.19, n.1 e 2, p.42-57, jan./dez. 2012.
- NASCIMENTO, Alan. F. *A Ilusão Urbanística: o papel do estado na expropriação das populações caiçaras*. São Paulo: Anablume, 2016.

NEVES, Zanoni. Navegantes da Integração: os remeiros do rio São Francisco. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

O'DWYER, Eliane C Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. Universidade Federal Fluminense. Ariús, Campina Grande, v. 14, n. 1/2, p. 9–16, jan./dez. 2008.

O'DYWER, Eliane C. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. Iberoamericana, XI, 42, 2011. p.111-122

OLIVEIRA, Cláudia L. Vazanteiros do rio São Francisco: um estudo sobre as populações e territorialidades no Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte [Dissertação de Mestrado]. UFMG, 2005. 135 f

OLIVEIRA, Francisco. As Contradições do Âo: Globalização, Nação, Região, Metropolização. Belo Horizonte, UFMG/CEDIPLAR, 2004.

ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico. Disponível em: Diário de operação da barragem de Três Marias.http://apps05.ons.org.br/resultados_operacao/boletim_diario/index.htm- 2017). Acesso em 12 de mar. De 2017.

PACHECO OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. MANA, 1998. 47-77. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2426.pdf>> Acesso em 20 de fev. de 2018.

PAOLIELO, Renata M. A posse como objeto: aspectos contextuais e questões teóricas. In: NIEMEYER, ANA, M; GODOI, Emília P. Além dos territórios. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 201 -225

PETRAS, James. América latina: 30 anos depois de Che Guevara. In: PÉRICAS, L. B.; BARSOTTI, P. (Orgs.). América Latina: história, crise e movimento. São Paulo: Xamã. 1999.

PIGLIA, Ricardo. Respiração Artificial. Trad. [Heloisa Janh]. São Paulo. Editora Iluminuras: 1987.

PORTO-GONÇALVES, C. W. As Minas e os Gerais - Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: GUIMARÃES, P. W. et al. Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade. Montes Claros: Unimontes. 2000, 35 p.

POSSEY, Darrel. A. Interpretando e utilizando a realidade dos conceitos indígenas: o que é preciso apreender dos nativos? In DIEGUES, Antônio. C. Espaços Naturais de Uso Comum. São Paulo, NAPAUB – USP, 2001.

QUEIROZ, Isaura. Identidade nacional, religião, expressões culturais: a criação religiosa no Brasil. In: SACHS, Viola et al. Brasil e EUA. Religião e identidade nacional. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 59-83.

QUEIROZ, Renato da S. Caipiras de Negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica. 2.ed. São Paulo: EDSUSP, p. 97-118.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993. p. 1-33.

RAMALHO, Cristiano W. N. O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP): a força de um mediador sociopolítico. In: CALLOU, Ângelo B. F. (org.). Movimentos sociais na Pesca. Recife: Fasa, 2014. p. 153 – 186.

RAMOS, Marisa A.-Revista Eletrônica Cadernos de História, vol. V, ano 3, n.º 1. abril de 2008. Disponível em: <HYPERLINK "http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria"www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria > Acesso em 29 de setembro de 2017.

RANCIÈRE, Jacques. O espectador emancipado. In: Urdimento - Revista de Estudos em Artes Cênicas / Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Teatro. - Vol 1, n.15 (Out 2010) - Florianópolis: UDESC/CEART.

ROCHA, Letícia A. O poder da territorialidade: o lugar da gente o território pesqueiro, Montes Claros, [Dissertação de Mestrado], Unimontes, 2017. 178 p.

RUFFINO, Mauro I. A gestão dos recursos pesqueiros no Brasil. In: ARAÚJO, M.A. R Repensando a gestão ambiental no Brasil: uma construção ao de construção nacional. Ed. Kindle. Belo Horizonte, 2016.

SABOUREIN, Eric. Práticas de reciprocidade e economia da dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. Raízes, ano XVIII, Nº 20, novembro/1999. P. 41-49.

SACHS, Viola [et al]. Brasil e EUA: religião e identidade Nacional. Rio de Janeiro Graal, 1988. p. 8-78.

SAINT-HILAIRE, August. Viagens pela Província de Rio de Janeiro e Minas Gerais [Tradução Vivaldi Moreira]. Belo Horizonte, Editora Itatiaia. São Paulo Editora da Universidade de São Pulo, 1975.

SANTOS, Carlos. Território e Territorialidade. Revista Zona de Impacto, v. 13, Set./Dez., ano 11, 2009.

SANTOS, G.R.; SILVA, R. S. Desenvolvimento Regional no Norte de Minas Gerais. Anais do 35º encontro anual da anpocs. Caxambu: anpocs. 2011. Disponível em: <http://www.anpocs.org>. Acesso em: 21 de out. 2017

SANTOS, Jefferson, R. FONTOURA, Luiz. F. M. Alguns apontamentos para a reflexão teórica do Campesinato. Boletim Gaúcho de Geografia, 30: 58-70, out., 2006). Disponível em: <HYPERLINK "/D:/User/Downloads/37483-148717-2-PB (1).pdf"file:///C:/Users/User/Downloads/37483-148717-2-PB%20(1).pdf > Acesso em 20 de agosto de 2017.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. In_ SANTOS, M.; BECKER, B. K. (Org.). Território, territórios: ensaio sobre ordenamento territorial. 3. ed. Niterói-RJ: Lamparina, 2007, p.13-21.

SANTOS, Potyguara A. A espacialidade e as ecologias da vida em Tim Ingold. KULA. Antropólogos del Atlántico Sur. KULA N° 9 Novie de 2013. P. 59-71

SANTOS, Rafael. NASCIMENTO, Alan. ALMEIDA, Clebson S. Territorialidades no Rio São Francisco: o mundo das coisas “apossadas” pelas palavras. Anais Disponível em: <https://singa2017.wordpress.com/anais-do-singa-2017/gt-02/> > acesso em 21 de jan. 2018. p. 1-17.

SANTOS, Rafael. P; ROCHA, Letícia. Existências Ilhadas - Dossiê sobre a Educação nas Comunidades Pesqueiras do Rio São Francisco no Norte De Minas Gerais. In: Colóquio Internacional – A Universidade e Modos de Produção do Conhecimento – Para que Desenvolvimento? V, 2015, Montes Claros. Resumos. Montes Claros: Unimontes, 2015, 126p.

SANTOS, Rafael; NASCIMENTO, Alan F; SILVA, Roberta, A. In: Anais da VI Semana da Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Graduação (org.). -Diamantina: SINTEGRA/UFVJM, 2018. p. 761.

SAQUET, Marcos. A. SPOSITO, Eliseu S. Território e territorialidades.: teoria, processos e conflitos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2015.

SATO, Yoshimi; VERANI, Nelsy; GODINHO Hugo P. Reprodução induzida de peixes da bacia do São Francisco. In: GODINHO Hugo P. GODINHO, Alexandre L. Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais / A Organizadores – Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. p. 275-290.

SERVILHA, Mateus. Quem precisa de Região: o espaço (dividido) em disputa. 1.ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SHENEIDER, Sérgio. A importância da pluriatividade para as políticas públicas. Revista da Política Agrícola. Ano XVI – N° 3 – jul. /ago./set. 2007

SILVA, Cátia. A. (org.). Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para reflexão geográfica. Rio de Janeiro: consequência, 2014. p.1-42.

SILVA, Gláucia. Água vida e pensamento: um estudo de cosmovisão entre trabalhadores da pesca. In A. Diegues (org.) Imagem das Águas. Hucitec/Nupaub. p.27-37, 2000.

SILVA, Joana A. F. Cultura e Natureza. Tempo e Espaço. Disponível em: <<http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=70&doc=7388&mid=2> >. Acesso em 10 de agosto, 2017.

- SILVA, Luís G. Os pescadores na História do Brasil. V. 1. Colônia e Império. Recife, Vozes, 1988.
- SILVA, Rubem Alves. Entre o espetáculo musical e a tradição ritual: restaurações da memória do Rei Galanga. 2009 15 p.
- SIMMEL, George. Sociologia. Evaristo Moraes Filho (Org.). São Paulo: Editora Ática: 1983.
- SOUZA, Ângela. F. G. Ser, estar, permanecer: vinculas territoriais das gentes que povoam as margens e ilhas do rio São Francisco. Uberlândia [Tese de doutorado] UFU, 2013. 292 f.
- SOUZA, Ângela. F. G; BRANDÃO, Carlos. Paisagem, Identidade e Cultura Sanfranciscana: sujeitos e lugares das comunidades tradicionais localizadas no entorno e nas ilhas do médio rio São Francisco. Geo UERJ - Ano 14, nº. 23, v. 1, 1º semestre de 2012 p. 77-98.
- SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P.C.; CORRÊA, R. (Orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 15-47, 2008.
- SOUZA, Roberto M. Da invisibilidade para a existência coletiva: Redefinindo fronteiras étnicas e territoriais mediados pela construção da identidade coletiva de Povos Faxinalenses. II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2, Florianópolis, 2007. Disponível em: < <http://www.sociologia.ufsc.br> > Acesso em: 05 de maio de 2017
- SPIX & MARTIUS. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, Vol. II, 1976.
- TAYLOR, Diana. O arquivo e o repertório. Performance e memória cultural nas américas. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- THOMPSON, E. P. Costumes em Comum. São Paulo Companhia das Letras, 1998. p. 86-149.
- TOLEDO, Victor M. Povos/comunidades tradicionais e a biodiversidade. Instituto de Ecologia, UNAM, México. DIEGUES, Antônio. In: LEVIN, S. et al. Encyclopéddia of biodiversity. Academic Press (2001).
- TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL. 1980.
- VALÊNCIO, N. Pescadores do Rio São Francisco: produção social da inexistência. São Carlos: Rima, 2007.
- VIANNA, Luciola, P. De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume, 1996.
- VIANA, Virgílio M. Envolvimento Sustentável e Conservação das Florestas Brasileiras. Revista Ambiente & Sociedade São Paulo- ano 2, nº 5 – 2º semestre, 1999. p. 241- 244.

WANDERLEY, Maria de N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. RESR, Piracicaba - SP, Vol. 52, Supl. 1, 2015. p. 25 -44.

WOLF, E. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1970.

WOORTMANN, Ellen F. Da Complementaridade à Dependência: a mulher e o ambiente em comunidades“ pesqueiras” do nordeste. Brasília-DF: Série antropologia, 1991. p. 1 -35.

WOORTMANN, Kllas. Com parente não se negoceia: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87 Brasília. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro. 1990a. p. 11-73.

WOORTMANN, Kllas. Migração, família e campesinato. Revista Brasileira de Estudos de Populações. v.7, nº1. jan/jun 1990b. p. 35-53

WORSTER, Donald. Pensando como um rio. In: ARRUDA, Gilmar (org.) A natureza dos rios: história, memória e territórios. Curitiba: Editora UFPR, 2008. p. 27-46.

ZAOUAL, Hassan. Nova Economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento Global. Tradução Thiollent. Rio de Janeiro: DPeA: Consulado Geral da França: COPPE/UFR, 2006.

ZHOURI, Andréa. Mapeando desigualdades Ambientais: mineração e desregulamentação ambiental. In: ZHOURI, Andréa. VALÊNCIO, Norma (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 110 - 114.

ZIBECHI, Raúl. Movimientos sociales en América Latina: El “mundo otro” en movimiento

ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção, leitura. 2ed. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

Legislação

Lei nº 15.590. Regulamenta a execução da Política da Pesca Artesanal no Estado de Pernambuco, instituída pela Lei nº 15.590, Recife, Setembro de 2015.

BRASIL, República Federativa do. Constituição de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL, República Federativa do. Regulamenta o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Lei 4.887, Brasília-DF, 2003.

BRASIL, República Federativa do. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Lei 6.040, Brasília-DF, 2007.

Documentos

Ata Nº 131/2018 Reunião da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e Outros Grupos Envolvidos em Conflitos Socioambientais e Fundiários. Januária, 2018.

COMUNIDADE de CROTÁ. Mulheres sanfranciscana das águas e da terra da comunidade de Croatá mobilizadas por território. Boletim informativo. 2016. 3 p.

FAO. Diretrizes Voluntárias para garantir a erradicação da Pobreza. In: Seminário Nacional de Ordenamento da Pesca Artesanal. Brasília/DF. 2015.

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura. Boletim Estatístico da Pesca Artesanal do ano de 2010. Brasília, 2012.

MPP. Projeto e Lei de Iniciativa Popular sobre Território Pesqueiro. Recife, s/d.

MPP. Relatório e Carta do II Congresso dos pescadores da Bacia do rio São Francisco, Abril de 2016.

ORIJ – Ofício de Registro de Imóveis de Januária. Matrícula 4.166. Documento do Espólio Astério Itabayana. 2014.

NIISA. Nota técnica de Campo Unimontes. Montes Claros, 2017.

NIISA Projeto Dinâmicas socioambientais na bacia média do rio São Francisco mineiro: identificação e caracterização de terras tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais. NIISA/Unimontes, 2016.

ANEXOS:

Anexo A: Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri
Comitê de Ética em Pesquisa



TERMO DE CONSENTIMENTO (PERMISSÃO) LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada (o) a participar de uma pesquisa chamada: **“Da existência ilhada ao território: estratégias e trajetórias da comunidade de croatá na busca de conquistar o território”** por ser morador (a) da comunidade quilombola de croatá e ser maior de idade (18 anos) e viver na comunidade e saber da história da comunidade desde 1980. Também porque o senhor (a) possui conhecimento sobre o objetivo dessa pesquisa que é “investigar as mudanças no território da comunidade de Croatá, em Januária-MG”, coordenada pelo (a) estudante Rafael Pereira Santos e contará ainda com o professor Alan Faber do Nascimento.

A sua participação não é obrigatória, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar sua permissão. Caso o senhor (a) não aceite, não terá nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador, com a UFVJM ou com *Associação* Quilombola Pesqueira e Vazanteira de Croatá. O objetivo desta pesquisa é: Analisar as mudanças no território da comunidade de Croatá, em Januária-MG. Caso você decida aceitar o convite, passará pela seguinte situação-procedimento: aplicação de uma entrevista com uso de gravador de voz ou máquina fotográfica (filmagem-foto), caso o senhor queira pode falar sobre sua história aqui no *território*. O tempo previsto para a sua participação é de próximo de: 20 minutos.

Os riscos relacionados com sua participação são: se sentir nervoso, ou inibido e serão minimizados pelos seguintes procedimentos: serão lidas todas as perguntas para o senhor (a) e o senhor (a) escolherá as questões que não desejar comentar. Além disso, o senhor (a), ao responder as questões, pode sentir desconforto e constrangimento. Para diminuir esses riscos a entrevista será realizada em lugar tranquilo, sem que nenhuma outra pessoa esteja nos observando, para que assim você fique a vontade. Você poderá deixar de responder a alguma questão a qualquer momento.

Os benefícios relacionados com a sua participação poderá contribuir indiretamente para o senhor (a), podendo fortalecer a organização social da Comunidade Quilombola, Pesqueira e Vazanteira de Croatá através de construção de histórico da comunidade, etnomapa/mapa georreferenciado que servirá no processo de diálogo com os órgãos de direito, portanto tendo benefício indiretos ao senhor (a) juntos aos órgão de regularização fundiária, uma vez que o território em que ocupam são terras não regularizadas.

Os resultados dados/informações (imagens e fotos) desta pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares. Por isso, o senhor (a) pode escolher um apelido caso não queira que identidade não seja revelada. E este apelido será utilizado na sua identificação. O senhor (a) não receberá nenhum dinheiro para participar desta pesquisa.

Não está previsto pagamento por sua participação, mas em qualquer momento se você sofrer algum problema, comprovado por causa desta pesquisa, terá direito à indenização (pagamento). Você receberá uma cópia deste termo onde tem o telefone e o endereço do

pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

Coordenador do Projeto: Rafael Pereira Santos

Endereço: Rua 21 de Abril, 145 Centro-Buritizeiro-MG- CEP: 39280-000 - Telefone: (38) 998108919.

Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da mesma e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação de imagem, filmagem e gravação de voz nos resultados desta pesquisa.

Nome do sujeito da pesquisa: _____

Assinatura do sujeito da pesquisa: _____



Informações – Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM

Rodovia MGT 367 - Km 583 - n° 5000 - Alto da Jacuba – Diamantina/MG CEP39100000Tel.:

(38)3532-1240 – Coordenador: Prof. Disney Oliver Sivieri Junior. Secretaria: Ana Flávia de Abreu

Email: cep.secretaria@ufvjm.edu.br e/ou cep@ufvjm.edu.br.

Anexo B: Lista de Entrevistados (as)

Anelita Barbosa dos Santos (49 anos)

Arnaldo Vieira da Silva (60 anos)

Benedito Matias Porto (66 anos) Delagado Constituinte, militante do MPP e ex- militante
Monape (pescador de Conceição da Barra- ES)

Enedina Souza dos Santos (Nedla) (49 anos)

Euclides Batista de Souza

Eveline Barbosa dos Santos (28 anos)

Hamilton Marques de Almeida (

João Batista J. da Silva (54 anos)

João Rodrigues Corrêa de Brito (69 anos)

Joaquim Francisco de Souza (81 anos)

José dos Santos Neves (69 anos)

Josemar Alves Durães (58 anos) - Ex- integrante da coordenação e atual militante do MPP (
Pescador de Pirapora-MG)

Jucelino Marques de Oliveira (33 anos)

Manoel Alves Silva (73 anos)

Marcelo Xavier da Silva

Maria Cleonice Pereira Barbosa (49 anos)

Maria das Dores P. da Silva (Dora) (49 anos)

Raimundo Oliveira Santos (47 anos)

Sirleide Santos Pereira (40 anos)

